



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ERYCK DE JESUS FURTADO BATALHA

MOVIMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE EXCEÇÃO.
PODERES E CONTRA-PODERES EM PERIFERIAS URBANAS DE BELÉM, PA.

Belém, PA

2025

ERYCK DE JESUS FURTADO BATALHA

MOVIMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE EXCEÇÃO.

PODERES E CONTRA-PODERES EM PERIFERIAS URBANAS DE BELÉM, PA.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de título de Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientadora: Profa. Dra. Simaia Sales das Mercês.

Belém, PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

B328m Batalha, Eryck de Jesus Furtado.
 Movimentos sociais em tempos de exceção. : Poderes e
 Contra-poderes em periferias urbanas de Belém - PA / Eryck
 de Jesus Furtado Batalha, . — 2025.
 280 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Simaia Sales das Mercês
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
 Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
 Úmido, Belém, 2025.

 1. Movimentos Sociais. 2. Espaço Público. 3. Contra-
 poderes. 4. Periferia. 5. Resistência. I. Título.

CDD 301.24

TESE DE DOUTORADO

MOVIMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE EXCEÇÃO. PODERES E CONTRA-PODERES EM PERIFERIAS URBANAS DE BELÉM, PA.

ERYCK DE JESUS FURTADO BATALHA

Aprovado em: 30 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Orientadora (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora interna (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Examinadora interna (PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto
Examinador Externo (PPGEO/UEPA)

Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes
Examinador Externo (PPGEO/UFPA)

Ao Márcio, Nadson, Eduardo, Alex, Jean, Marcos, Bruno, Arlesonvaldo, Carlos Gabriel, Carlos Samuel, Lenilson, Iaac, João Paulo, Paulo Victor, Kevin e todas as vítimas do extermínio da juventude negra em Belém.

Agradecimentos

À minha família, que durante esses longos anos me apoiaram e ofereceram bases sólidas para minha permanência na academia, apesar de todas as dificuldades. Em especial aos meus avós, Eugênia e Antônio, que acreditaram em mim mesmo nos momentos mais custosos, e à minha tia Telma, que me tirou pesos cotidianos e me permitiu focar nesta pesquisa.

À minha noiva, Aline, companheira de vida, que sempre esteve comigo nos momentos difíceis, me mantendo focado e me impedindo de sucumbir à atração da desistência. A ela direciono meu amor e propósito.

À minha orientadora e amiga, Prof. Dra. Simaia Mercês, que me acompanhou durante a última década, enriquecendo minha existência com sabedoria, conhecimento e disciplina. Sem seu apoio este trabalho não seria possível e, por isso, direciono a ela meu carinho, admiração e gratidão.

Aos meus amigos, que me escutaram e aconselharam em diversas ocasiões, oferecendo caminhos onde eu apenas via muros. Em especial à Alan, Paulo, Matheus, Suelayne e Rayanne, por reservarem tempo e paciência aos meus anseios; à Rodrigo, Naza, Selton e Marci, por me lembrarem sempre do motivo de ser deste trabalho.

Aos movimentos que me acolheram e aceitaram compor este trabalho, em meio a muito trabalho, agendas apertadas e compromissos apertados. Suzana, Andréia, Gaby, Zeca e Don: espero seguir junto a vocês, fortalecendo a luta e contribuindo para o lugar melhor que estão construindo.

À minha banca de defesa, Prof. Dra. Edna Castro, Prof. Dra. Mirleide Chaar Bahia, Prof. Dr. Aiala Couto e Prof. Dr. Luiz Mendes, por quem reservo imensa admiração e respeito, por terem contribuído de forma tão rica e atenciosa para esta pesquisa. Sem suas contribuições não teríamos sido capazes de chegar até aqui.

À todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa e para a finalização deste trabalho, principalmente aquelas que me ensinaram, nos últimos 13 anos que mudar o mundo é possível.

Hoje, todos somos negros em potencial.
Somos suscetíveis a ser tratados como um
objeto.

(Achille Mbembe)

RESUMO

As periferias de Belém são marcadas por uma série de violações de direitos e episódios de violência protagonizados por agentes que exercem controle sobre o espaço por meio da vulnerabilização de corpos e da negação de cidadania plena às pessoas que ali vivem. Este trabalho objetiva compreender as formas de resistência e existência que emanam de movimentos sociais em meio a esse estado de disputas, com foco em expressões e manifestações culturais e na importância dos espaços públicos nas práticas políticas. Para isso, tomamos como referências contextuais as formas de violência promovidas por organizações criminosas que exercem domínio territorial sobre estes espaços, assim como as repressões e controle encabeçados pelo Estado, na figura de forças policiais. Nos atentamos, também, aos projetos institucionais de intervenção sobre o espaço. Utilizamos conceitos como Novos Movimentos Sociais, Estado de Exceção, Necropolítica, Políticas Públicas, Espaço Público e Contra-Poderes para analisar as ações dos agentes que praticam violências, as formas de violência sofridas pelos indivíduos que vivem nas periferias, quais são os perfis de pessoas mais impactadas por essas violências, quais estratégias de resistência e existência dos movimentos estudados e quais os principais desafios, resultados e possibilidades encontrados por eles enquanto sujeitos da ação periféricas. Além do levantamento documental e bibliográfico sobre o tema, realizamos trabalhos de campo orientados por uma perspectiva etnográfica aproximada e envolvida que nos permitiu levantar dados pertinentes às nossas questões e compreender que a partir da premissa de que a equiparação de forças e recursos com agentes violentos que exercem domínio nos territórios estudados é impossível, esses movimentos, ativismos e grupos periféricos não só resistem em seus espaços, por meio de suas identidades, mas existem e constroem novas possibilidades de luta a partir de uma multipolaridade de ações, símbolos da diferença, que representam frentes diversas e amplas de protagonismos.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Espaço Público, Contra-poderes; Periferia; Resistência.

ABSTRACT

The peripheries of Belém are marked by a series of rights violations and episodes of violence perpetrated by agents who exert control over space through the vulnerabilization of bodies and the denial of full citizenship to the people who live there. This work aims to understand forms of resistance and existence that emanate from social movements amidst this state of disputes, focusing on cultural expressions and manifestations and the importance of public spaces in political practices. For this, we take as contextual references the forms of violence promoted by criminal organizations that exert territorial dominance over these spaces, as well as the repressions and control spearheaded by the State, in the figure of police forces. We also pay attention to institutional intervention projects on space. We use concepts such as New Social Movements, State of Exception, Necropolitics, Public Policies, Public Space, and Counter-Powers to analyze the actions of agents who practice violence, the forms of violence suffered by individuals living in the peripheries, which are the profiles of people most impacted by these violences, what are the resistance and existence strategies of the studied movements, and what are the main challenges, results, and possibilities found by them as subjects of peripheral action. In addition to the documentary and bibliographic survey on the theme, we carried out fieldwork guided by an approximate and involved ethnographic perspective that allowed us to collect data pertinent to our questions and understand that from the premise that the equalization of forces and resources with violent agents who exert dominance in the studied territories is impossible, these movements, activisms, and peripheral groups not only resist in their spaces, through their identities, but exist and build new possibilities of struggle based on a multipolarity of actions, symbols of difference, that represent diverse and broad fronts of protagonisms.

Keywords: Social Movements; Public Space; Counter-Powers; Periphery; Resistance.

Lista De Figuras

Figura 1 - Publicação da ROTAM – PA em homenagem ao Cabo Pet	94
Figura 2 - Chamada pública para a chacina que iria ocorrer.	95
Figura 3 – Polígono da COP das Baixadas, em Belém.....	148
Figura 4 – Manchete sobre o assassinato do Cabo Pet, em 2014.....	150
Figura 5 – Equipe Mega Kamaradas do Tapanã.	152
Figura 6 – Logomarca do Instituto Marcinho Megas Kamaradas	155
Figura 7 – Logo do Coletivo Tela Firme.....	159
Figura 8 – Flyer de divulgação da oficina de Grafiteagem.....	192

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Dados de violência entre 2020 e 2024.	75
Tabela 2 – Organizações que construíram o III Seminário em defesa da Terra Firme.....	253
Tabela 3 – Propostas do GT de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.....	254

Lista de Quadros

Quadro 1 – Programas que compõem o TerPaz.....	127
---	-----

Lista de Mapas

Mapa 1- Bairros com as maiores favelas da periferia de Belém.	69
Mapa 2 - Usinas da Paz em Belém.....	134
Mapa 3 – Mapa de localização da Pracinha do CDP – Maracangalha.	188
Mapa 4 – Mapa de localização da Praça Olavo Bilac	203

Lista de Fotografias

Fotografia 1 – Oficina realizada por Don Perna na Casa Preta Amazônia.....	144
Fotografia 2 – Professora Zélia Amador de Deus, fundadora do CEDENPA, em atividade de militância.	145
Fotografia 3 – Banda do Bloco Afro Axé Dudu, do CEDENPA, em festival de música de Belém.	146
Fotografia 4 – Membros fundadores do coletivo Tela Firme	158
Fotografia 5 – Crianças participando do projeto Leituras Embaixo da Árvore	187
Fotografia 6 – Exibição de curtas com crianças da comunidade.....	189
Fotografia 7 – Intervenção poética de Negrabi.....	190
Fotografia 8 – Ato Luzes pela Paz	193
Fotografia 9 – Articulação em prol das famílias desalojadas do Viver Pratinha	193
Fotografia 10 – Chalé da Paz, sede do coletivo Tela Firme	199
Fotografia 11 - Ação conjunta do Ato Luzes pela Paz.....	201
Fotografia 12 – Velas acesas no ato para simbolizar as vidas perdidas na periferia	202

Lista de Siglas

ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará
BBTD – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Comando Classe A
CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CODEC - Consulta de Dados Estatísticos Criminais
CONSEP Conselho Estadual de Segurança Pública
COP – Conferência das partes da ONU
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CV - Comando Vermelho
CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GT - Grupo de Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
IFC - Instituto Fogo Cruzado
IMC - Instituto Mãe Crioula
IMMK - Instituto Marcinho Megas Kamaradas
ISTR - International Society for Third-Section Research
MC - Mestres de Cerimônia
NMS - Novos Movimentos Sociais
OAB - PA - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará
ONG - Organizações não governamentais
PCC - Primeiro Comando da Capital
PPCAAM - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PSE - Programa Saúde na Escola
RMB – Região Metropolitana de Belém
ROS - Rede de Observatórios de Segurança
SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SEAC - Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania

SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIAC - Secretaria Integrada Adjunta de Análise Criminal

TF - Terra Firme

SUMÁRIO

1 Introdução	13
2 Metodologia e procedimentos metodológicos	47
3 Periferias urbanas e disputas na Região Metropolitana De Belém	59
3.1 Novos e velhos problemas nas periferias de Belém	59
3.2 Agentes da violência e conflitos nas periferias	83
3.2.1 Narcotráfico e facções criminosas em Belém	86
3.2.2 Milícias e Narcomilícias em Belém.....	91
3.2.3 Forças policiais e a ação ostensiva do Estado nas periferias de Belém	99
3.3 Estado de exceção, racismo e necropoder na periferia de Belém.....	104
3.4 Políticas de intervenção do Estado e novas formas de controle	116
3.4.2 Estado e políticas públicas	116
3.4.3 Territórios pela Paz e as ações do Estado sobre as periferias de Belém.....	122
4 Movimentos de resistência: contra-poderes dos de baixo.....	140
4.1 Alternativas multipolares de ação na periferia.....	140
4.1.1 Instituto Marcinho Megas Kamaradas	149
4.1.2 Coletivo Tela Firme	157
4.2 (Novos) Movimentos Sociais na Periferia de Belém.....	162
4.3 Frentes de luta e horizontes possíveis	175
4.3.1 IMMK	176
4.3.2 Tela Firme	194
5. Mundos possíveis: novas lógicas e a potência dos espaços públicos na periferia	204
5.1 Espaços públicos, Espaços da política	204
5.2 Multipolaridades como alternativa periférica	212
5.2.1 Segregação socioespacial.....	213
5.2.2 Estigmatização social	216
5.2.3 Racismo e extermínio da juventude negra	218
5.2.4 Violência policial e abusos de poder	221
5.2.5 Organizações criminosas nas periferias de Belém.....	223
5.2.6 Trabalho de base e multiplicação de lideranças comunitárias	226
5.2.7 Arte e cultura como vetores de mobilização e engajamento	229
5.2.8 Frentes amplas, diferentes e complementares de ação	231
5.3 Resultados e desafios das experiencias nas periferias	243

5.4 Possibilidades para pensar novas relações nas periferias	256
6 Considerações Finais	263
7 Referências Bibliográficas	270
Apêndice A	280
Apêndice B	281

1 Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo compreender as formas de existência que emanam de movimentos sociais e ativismos urbanos em meio a um estado de disputas e controle a que foram submetidas as periferias em Belém, Pará, com especial atenção ao acesso e permanências em espaços públicos e em manifestações e expressões culturais.

Para alcançar este fim tomamos como referências contextuais as formas de violência promovidas por organizações criminosas que exercem domínio territorial sobre estes espaços, assim como as repressões e controle encabeçados pelo Estado, na figura de forças policiais. Nos atentamos, também, aos projetos institucionais de intervenção sobre o espaço. Nosso trabalho dedicou especial atenção aos grupos que promovem projetos de intervenção e formas de existência e resistência periféricas como frentes a essas formas de dominação e controle.

Nossa hipótese de pesquisa considera que a equiparação de força e recursos com agentes que exercem domínio nos espaços estudados é impossível, logo, esses movimentos, ativismos e grupos periféricos não só resistem em seus territórios, por meio de suas identidades, mas existem e constroem novas possibilidades de luta a partir de uma multipolaridade de ações, símbolos da diferença, que representam frentes diversas de protagonismos.

Estes movimentos, grupos e indivíduos atuam de forma fragmentada, mas isso não significa que eles percam força ou potência transformadora, mas o contrário: através de suas demandas específicas, estratégias diferentes e com alcances próprios, é possível criar núcleos de ação que negam o papel imposto, de vítimas, bandidos ou perdas colaterais em um estado de disputa territorial entre agentes hegemônicos. A longo prazo é possível vislumbrar a possibilidade de mudanças menos pontuais e mais estruturais nestes espaços, possíveis pelo trabalho de base disperso e constante, pela garantia de direitos, combate ao racismo e por condições dignas de existência e coexistência de diferenças no espaço.

Acreditamos que essa dinâmica de disputas, a partir desses espaços, é a base da construção (e solidificação) de um espaço de anomia. Não aquela anomia da teoria funcionalista de Durkheim e Merton, em que os indivíduos abandonam as “regras do jogo” socialmente aceitas em função de um comportamento desviante com o anseio

de alcançar metas culturais apesar da insuficiência das instituições, dando origem a um “vazio” de direito (Agamben, 2004). Preferimos falar aqui de uma anomia como a abordada nas teorias do Estado de Exceção, discutidas por Giorgio Agamben em seu *Homo Sacer* enquanto um espaço vazio de direitos ou “essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (Agamben, 2004, p. 12).

A própria natureza ambígua que envolve o termo “estado de exceção” e suas aplicações práticas e teóricas serão desenvolvidas ao longo deste trabalho, mas por hora precisamos salientar que o compreendemos enquanto um conjunto de fenômenos excepcionais que se aglutinam como opositores ou exteriores a uma norma jurídica vigente (remetendo-nos a expressões como “estado de sítio”, “leis marciais”, etc.) mas em estreita relação com o campo político, sem, necessariamente, se ater a este: “marca um patamar onde lógica e *práxis* se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real” (Agamben, 2004, p. 63).

Talvez tão ou mais importante do que entender as exceções que se aplicam às formas de governo e gestão dos espaços estudados, dos indivíduos e grupos que a ele pertencem, seja a necessidade de compreender que desde o fenômeno totalitarista vivido no mundo no Século XX

a criação de um Estado de Emergência¹ permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (Agamben, 2004, p. 13)

Essa afirmação abre espaço para a observação das transformações entre as estruturas, os sentidos e as distinções de modelos constitucionais, reflexos do avanço do Estado de Exceção como paradigma de governo dominante na política contemporânea. Nesse contexto ele se apresenta enquanto “um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (Agamben, 2004, p. 13).

Uma analogia que pode ser útil para aproximar essas definições de nosso recorte, em um primeiro momento, é a dimensão biopolítica do Estado de Exceção

¹ O estado de emergência e o estado de exceção são conceitos complementares, mas que não se confundem. Diferente do segundo, que será amplamente abordado neste projeto, o primeiro não prevê uma suspensão integral do estado de direito, mas parcial, sem possibilidade de atentado à vida. Consultar Schmitt (2006) e AGAMBEN (2004).

observada no exemplo trazido por Agamben quanto à inserção de um indivíduo (ou vivente, na falta de alternativa que exprima uma forma de existência mais genérica), no direito, por meio da própria suspensão de sua existência jurídica, inserida na promulgação da “*military order*” pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush, segundo a qual se permite a detenção indefinida (*indefinite detention*) dos não-cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas e seu julgamento perante as comissões militares (*military commissions*). Produz-se, a partir daí, a anulação radical de todo o estatuto jurídico dos indivíduos “produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável” (Agamben, 2004, p. 14).

No contexto deste trabalho é necessário compreender de que forma os indivíduos e grupos são inseridos em uma lógica de exceção, destituídos de direitos básicos em nome de objetivos e intencionalidades externas a si. É essencial dizer que no cerne da discussão sobre Estado de Exceção está na sua íntima relação com a Guerra Civil (o oposto a um estado normal), onde é indispensável e significativa a resposta imediata do Estado aos conflitos internos.

A partir do pressuposto da existência de um conflito urbano que tem a periferia como um espaço análogo ao campo de guerra, envolvendo agentes diversos que mais tarde descreveremos, (a saber: o Estado, organizações criminosas e milícias envolvidas com o narcotráfico) e com base nos dados sobre as numerosas baixas desse conflito é impossível não pensar em uma guerra civil ocorrendo nas maiores cidades brasileiras. No caso de Belém isso é reforçado pelas numerosas tentativas de repressão de atividade criminosa por parte de forças policiais e de outras estratégias de retomada de território nos espaços que nos propomos a estudar.

A implantação desse Estado de Exceção, estendido sobre uma população exposta ao conflito em andamento, priva dos indivíduos alguns dos seus direitos mais básicos quanto à segurança, locomoção, acesso, etc. Acreditamos se tratar do “furto” de sua cidadania a partir do reconhecimento ou da criação de inimigos internos que ameaçam a ordem social vigente, o modo de vida das classes dominantes e a segurança do Estado. Essa subtração de direitos ligados à cidadania será observada aqui a partir da relação desses indivíduos com a dimensão política do espaço, o espaço público.

Compreendemos o Espaço Público enquanto o espaço do encontro das diferenças e da ação política a partir da ampla definição oferecida pelo professor Ângelo Serpa (Serpa, 2007). É onde as identidades que compõem a cidade podem

dialogar e promover, assim, formas de sociabilidade que culminam no que Rogério Leite (2004) chama de comunidades políticas do desentendimento, baseadas no reconhecimento das identidades que não necessariamente representam harmonias, mas convivência e diálogo das diferenças.

Essas relações, no entanto, são postas em xeque a partir do momento que a possibilidade de encontro e trocas sociais é comprometida por fatores que ameaçam o caráter público do espaço. Alguns desses fatores são apresentados por Paulo Cesar da Costa Gomes (2013) como formas de privatização do espaço (o crescimento do setor informal da economia, emuralhamento da vida social, fortalecimento de identidades territoriais etc.).

Marcelo Lopes de Souza (2008), por sua vez, nos fala sobre o medo como um fator decisivo para o recuo da dimensão pública do espaço, cuja construção recente tende à sua caracterização como espaços da violência e da insegurança na cidade. Consideramos que no plano geral dos processos que agem sobre espaços periféricos essas duas perspectivas se somam a outras, mas para nossos fins focamos principalmente nas contribuições de Souza.

Aiala Colares Couto afirma que a periferia de Belém apresenta condições que fogem dos padrões de “normalidade” e “civildade” interpretados pelo estado e pela elite (Couto, 2020, p. 104). São espaços onde podemos observar a biopolítica de Michel Foucault em ação, em que a reprodução biológica da espécie representa uma preocupação que deve ser contida e regulada (Foucault, 2008). Nesses espaços se concentram os “matáveis”, ou aqueles cujo controle da vida é dado a outros, configurando o que Foucault chama de sociedade biopolítica: uma estratégia de controle do espaço que se dá por meio do controle da vida e do corpo dos mais vulneráveis.

Essa diferenciação não se dá ao acaso, mas é proposital, seguindo padrões racialmente estabelecidos, salientando a existência de uma lógica perversa, colonial e racista. Para aprofundar a discussão trazemos para o debate o livro de Silvio Almeida, *Racismo Estrutural* (2019), que nos ajudou a compreender melhor os processos que dão sentido às práticas racistas em várias dimensões do cotidiano, da vida pública e institucional.

Definir o racismo atuando em três dimensões: individual, institucional e estrutural, oferece um viés didático para compreender como essas práticas estão

“entranhadas” nas fibras de nossa sociedade desde os atos mais simples, e talvez os mais perceptíveis, até as conjunturas que o reproduzem.

O autor entende o racismo individual como uma patologia, ou anormalidade. “Um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma irracionalidade a ser combatida no campo jurídico, por meio da aplicação de sanções civis (...) ou penais” (Almeida, 2019, p. 29). Essa concepção, portanto, admite a existência de preconceitos perpetrados por indivíduos ou grupos, de forma individual, mas não dá conta de uma discussão mais ampla, de uma sociedade racista.

A concepção de um racismo institucional, por sua vez, consiste em um importante avanço nos estudos sobre o tema. Aqui se admite que

não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégio com base na raça (Almeida, 2019, p. 29).

Dessa forma foi possível discutir como o funcionamento das instituições, suas disputas internas constantes, a ocupação dos espaços de poder no interior delas e os conflitos inerentes à sua existência não podem ser pensados se deixada de lado a discussão sobre o racismo, assim como o contrário também é verdadeiro. Além disso, tomar o conceito de poder como um elemento central nas relações raciais, principalmente de um grupo sobre outro, por meio do aparato institucional, confere uma potencialidade inédita à teoria.

Por fim, admite-se que as instituições funcionam como reprodutores de certas condições que permitem, e garantem, a manutenção de uma ordem social que reproduz racismos e se beneficia dele. Dessa forma,

como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura (Almeida, 2019, p. 31).

Se as instituições reproduzem racismo isso ocorre, portanto, pois a própria sociedade, e suas estruturas fundantes, são racistas.

Avançando nesse sentido, recorreremos a uma leitura, e consequente atualização do conceito de biopoder, feita por Achille Mbembe (2016) a partir de seu

próprio conceito, necropoder, como forma de compreender os sentidos e implicações do exercício de poderes sobre a vida nas periferias de Belém. O autor afirma que o sentido da soberania atual consiste em poder determinar quem pode viver e quem deve morrer. Partindo do pressuposto de que as vidas humanas possuem, sob a ótica do poder e da soberania, valores diferentes, o necropoder e, de forma mais abrangente, a necropolítica, se apresentam como paradigmas nos espaços estudados.

Para Mbembe, em várias instâncias, o poder (não necessariamente o poder estatal) se refere de forma contínua e chega mesmo a apelar à exceção, à emergência e à criação ficcional de um inimigo em comum. Nessa discussão retoma Foucault e sua atribuição de que o racismo é, inicialmente, uma tecnologia² que serve ao exercício do poder através da “distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros” (Mbembe, 2016, p.128). Se trata, inicialmente, de uma tecnologia que cumpre o papel de regular a destruição da morte e permitir a operacionalidade das funções assassinas do Estado (não exclusivamente, como veremos).

Nos interessa, portanto, compreender de que forma os aparatos de morte, como armas de fogo, são usados como instrumentos de destruição e extermínio de vidas e agem no sentido da criação de “mundos de morte”, com populações e grupos que são submetidos às condições de sobrevivência que lhe conferem o estatuto de ‘mortos vivos’ (Mbembe, 2016).

Por fim, acreditamos que o conceito será essencial para analisarmos o contexto das periferias estudadas, visto que a discussão da necropolítica está intimamente ligada à questão do racismo. Jovens pretos e pobres das periferias brasileiras são alvos de violência todos os dias, envolvidos em um genocídio que se fundamenta em uma política de morte.

O autor ainda diz que a própria estrutura do sistema colonial e todas as consequências que acarreta manifestam a figura emblemática do estado de exceção, de forma duplamente paradoxal. Mbembe nos diz que, primeiramente, a natureza do

² Esse termo geralmente aparece na obra de Foucault com um sentido pragmático, referente às formas de controle sobre a sociedade. Em sua conferência na Universidade de Vermont, em 1982, o autor indica quatro tipos de tecnologias: tecnologias de produção, que produzem, transformam e manipulam objetos; tecnologias que operam sistemas de signos, sentidos, símbolos e significações; tecnologias de poder que operam dominações sobre os indivíduos e o objetivam conforme interesses externos a si; e tecnologias do “si”, ou do “eu”, que confere certa autonomia para realizar transformações de suas próprias condutas. As tecnologias, em Foucault, operam sempre em conjunto.

escravizado se dá como uma sombra personificada, derivada de uma tripla perda que o indivíduo sofre: a perda de um lar, de direitos sobre o próprio corpo e a perda de *status* político. Isso tudo equivale à dominação absoluta e, portanto, à transmutação de sua vida em uma “coisa”, pertencente a outro. Sua existência, portanto, é uma sombra personificada.

O segundo elemento paradoxal do mundo colonial é que o escravizado, mesmo com o terror e todo o aparato de reclusão simbólica a que é submetido, desenvolve “compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo”. Sendo tratado como mero instrumento de produção, o escravizado tem a capacidade de “extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la” (Mbembe, 2016, p. 132). Por fim, indica que “da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta”.

Mesmo séculos depois, esses apontamentos ainda reverberam na sociedade pós-colonial por meio de uma série de estruturas, principalmente quando falamos do caso do Brasil. Vale a pena levar em consideração essas questões, caso queiramos compreender os paradigmas, principalmente de exceção, que caracterizam os espaços periféricos estudados. Pensamos que suas reflexões serão de grande valor em nossos esforços de buscar respostas às questões apresentadas, a partir de um ponto de vista decolonial.

O domínio de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas nas periferias de Belém representa uma crise de segurança pública que atrai a atenção tanto da mídia, nacional e internacional, quanto dos órgãos competentes a níveis municipal, estadual e federal. As crescentes ações de grupos de extermínio ligados ao tráfico de drogas, milícias que atuam principalmente nas áreas periféricas da cidade de Belém, representam hoje uma das principais formas de dominação do território e protagonizaram vários massacres nos últimos anos em vários bairros da cidade, como no caso dos bairros da Terra Firme, Tapanã, Guamá e outros trabalhados ao longo desta tese.

Na cidade de Belém é impossível falar de violência e conflitos político-econômicos sem levar em conta a ação de grupos ligados ao narcotráfico. Couto (2020) identifica sete (7) sujeitos envolvidos com a dinâmica territorial do tráfico de drogas na referida cidade: os traficantes de bairro, os pequenos assaltantes, os viciados, os aviõezinhos, os comerciantes, os policiais e os moradores dos bairros.

O autor não aponta, neste esquema, os líderes de facções ou grandes traficantes, por fazer referência direta ao território periférico. Esses sujeitos se inserem em uma estrutura organizacional interna e interconectada nos bairros através da criação de uma rede ativa que garante a dinâmica do mercado de droga, sua coesão, reprodução e as formas de negação e resistência a ela, materializando a territorialidade do narcotráfico.

A contrapartida do Estado, corporificada principalmente em forças de combate como a Polícia Militar e a Guarda Nacional de forma emergencial a partir do governo de Helder Barbalho, por via da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), ao longo do ano de 2019, ocupou espaços como símbolo de sua autoridade e do esforço para repressão de grupos criminosos. A dualidade entre essas duas dimensões é uma satisfatória representação da constelação de agentes antagônicos que protagonizam uma pretensa (metafórica ou real) guerra civil, à qual nos referimos anteriormente.

Outra forma de o Estado se fazer presente nestes espaços é por meio de programas sociais voltados para a população de baixa renda. Destacamos aqui o Territórios pela Paz (TerPaz), lançado em 2019 pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Articulação (SEAC) pela Cidadania com intuito de diminuição da vulnerabilidade social e enfrentamento da violência. Esse programa foi implementado em bairros periféricos com símbolos físicos, as Usinas da Paz, complexos de ações de esporte, arte, lazer e serviços sociais geridos pelo governo do Estado.

Segundo o então Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, o principal objetivo do projeto é “Ocupar os Territórios das comunidades locais com a presença do Estado através de políticas públicas inclusivas que operem uma transformação social da qualidade de vida desses ambientes” (TERPAZ, 2020). Esse objetivo maior é exposto por meio de outros, de caráter mais específico, como:

a) regular pacificamente os conflitos no interior dos territórios atendidos, por meio de padrões não violentos e sociabilidade, do exercício crescente da cidadania para construir e estabelecer uma cidadania sem tutela nos diversos espaços de sociabilidade;

b) ampliar e garantir espaços intermediários de participação das comunidades nos Territórios Pela Paz, especialmente na Rede Local de Cidadania³;

c) diminuir a vulnerabilidade social das juventudes e das mulheres vítimas de violência e da vigência de mecanismos de exclusão;

d) extinguir o domínio territorial exercido por grupos armados de criminalidade organizada, eliminar as formas de coação, regulação e de exploração de práticas ilícitas sobre os moradores;

e) reduzir os índices de violência, criminalidade, em especial os Crimes Violentos Letais Intencionais/CVLI⁴;

f) recuperar a confiança e a credibilidade nas relações entre comunidade e Estado enquanto instituição organizadora das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

É importante notar que, por meio dos objetivos expostos acima, o TerPaz tem como uma de suas principais metas, mesmo que sub exposta no texto oficial, recuperar o poder que um dia julga ter possuído sobre os espaços focados, principalmente no que diz respeito ao antagonismo de outros poderes, como o de grupos criminosos. Parte dessa premissa é confirmada através do discurso de atuação do projeto, que utiliza o território como um dos principais conceitos norteadores.

O TerPaz utiliza o conceito de território e de territorialidade como os fundamentos de sua abordagem sobre os espaços em que se propõe a atuar. No escopo do projeto, o território se constitui “como campo de ação estratégico das políticas públicas de inclusão social para fomentar o desenvolvimento local, promover o exercício da cidadania e a formação de redes produtivas dos arranjos econômicos locais, bem como a associatividade” (TERPAZ, 2020). Outras premissas, que o projeto chama de ‘conceitos estruturantes’, são a articulação das Secretarias e órgãos do Estado (intersectorialidade), a integração Estado – Municípios, a participação das organizações da sociedade civil com o exercício da cidadania e a participação do setor privado e de organismos internacionais.

³ Instancia do projeto formada por profissionais das áreas de assistência social, direito e administração que tem como função organizar, divulgar e aferir as ações dos programas das fundações, órgãos e secretarias envolvidas em cada um dos territórios, assim como promover a participação de lideranças comunitárias e garantir a comunicação entre estado e município.

⁴ Designação originada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) que inclui as categorias de crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo resultando em morte.

O TerPaz selecionou os bairros em que atuará por meio dos seguintes critérios: a) índices elevados de criminalidade e violência; b) existência de polos geradores de criminalidade e violência; c) predisposição local para a execução do projeto; d) existência de uma organização social comunitária mínima. A partir desses critérios foram selecionados os bairros da Cabanagem, Benguí, Terra Firme, Guamá e Jurunas, todos em Belém, e os bairros do Icuí, em Ananindeua e Nova União e São Francisco, em Marituba.

As ações do TerPaz definem como público prioritário: a) mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência; mulheres provedoras da família e jovens de 15 a 29 anos em áreas de elevado risco social, com baixos índices de escolaridade, sem qualificação técnico-profissional, subemprego, sem emprego ou renda.

Esses sujeitos, considerados pelo TerPaz enquanto aqueles com maior vulnerabilidade social e econômica, figuram como o alvo das ações do Estado, também, pelo fato de estarem mais expostos às ações de grupos criminosos organizados. Notamos, portanto, a disputa do território por meio, também, desses sujeitos. Por esse motivo, e com base no escopo do projeto estatal apresentado acima, seus objetivos principais e os territórios em que atua, acreditamos que seja frutífero tomá-lo como referência para a definição do recorte espacial desta pesquisa.

Aqui julgamos elementar dar atenção à abordagem sugerida por Foucault no que se refere a uma economia das relações de poder, que consiste em

Usar as formas de resistência contra diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar essa resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo de ideias (Foucault, 1982 (2009), p. 3).

Consideramos que esses sujeitos, suas individualidades e coletividades, suas identidades, racionalidades, antagonismos e estratégias são elementares para compreender as dinâmicas de poder nos espaços periféricos e nos espaços públicos dos bairros estudados.

A atenção dada ao projeto em questão se justifica pela sua inserção em um processo que Raúl Zibechi (2015) classifica enquanto militarização e estado de exceção. Segundo o autor “o controle sobre os pobres urbanos é o objetivo mais

importante definido tanto pelos governos quanto pelos organismos financeiros globais” (Zibechi, 2015, p. 18). Dessa forma, é de interesse dessas entidades tornar inviável ou ao menos postergar convulsões sociais e insurreições ao mesmo tempo que evitam a consolidação de espaços fora do controle do Estado (Zibechi, 2015).

Dados esses desafios, novas normas estratégicas de se “fazer guerra” surgem. Dos aprendizados advindos de conflitos militares ocorridos nas últimas décadas talvez o mais importante seja a percepção de que

As duas linhas tradicionais de ação, como as operações de combate e o treinamento de forças locais de segurança, são insuficientes. Propõe-se que se assumam três linhas de ação “não tradicionais”, ou seja, aquelas que antes correspondiam ao governo e à sociedade civil: fornecer à população serviços essenciais, construir uma forma de governo legítimo e fomentar o “pluralismo econômico” (Zibechi, 2015, p. 20).

Se é curioso pensar na forma com que políticas sociais e ações militares se aglutinam quando o que se objetiva é o controle de populações periféricas em bairros populares, aquilo que o autor astutamente chama de classes perigosas, mais atizada é nossa curiosidade quanto aos dispositivos biopolíticos que fazem parte desse processo de militarização da sociedade.

Destacamos que é nas ruas, nas praças, nas beiras dos canais ⁵e nos espaços comuns que o Estado ou as organizações criminosas focam a maior parte de suas atividades, ou ao menos aquelas que possuem maior impacto sobre as comunidades, de modo que é impossível pensar nos projetos encabeçados pelo Estado ou nas formas de domínio e coerção dos grupos criminosos sem considerar, também, sua relação com o espaço público dos bairros em que se fazem presentes e em como essas relações constroem e reconstroem significados, criando territórios que se sobrepõem na periferia.

Os agentes citados anteriormente (organizações criminosas e estado, essencialmente) representam, em suas particularidades, objetivos e estratégias de ação, formas de poder que antagonizam relações nos espaços periféricos da cidade, disputado por ambos. Esse mesmo espaço, no entanto, possui particularidades identitárias que o tornam algo mais que o alvo dessa disputa, representando uma terceira parte (divisão feita aqui apenas com o objetivo de inteligibilidade) que também

⁵ No contexto da RMB, trata-se de vias públicas ao longo de canais a céu aberto, onde geralmente se depositam dejetos de esgoto e são precarizados do ponto de vista do saneamento e da pavimentação. São locais concentrados em áreas de baixada, principalmente, em que o grau de vulnerabilidade social e ambiental é maior.

constrói relações e ocupa o espaço de forma ativa, conformando uma outra forma de poder, ou contra-poder, que representa resistências a partir de grupos que podem oferecer um caminho alternativo àquele pensado e construído hegemonicamente.

Quando falamos de poder, portando, nos moldes desta pesquisa, nos referimos às formas de dominação impostas no contexto do embate entre o Estado e o “inimigo comum”: o crime organizado, tráfico de drogas, milícias urbanas, etc., que justificam a militarização das periferias. Quando falamos sobre contra-poder, por outro lado nos referimos ao caráter micro desse contexto, das formas de poder presentes nos movimentos de resistência (Zibechi, 2015), nos grupos que ocupam os espaços públicos destes bairros e imprimem nos mesmos suas objetividades.

Grupos que ocupam o espaço público, como o *hip hop* (Batalha, 2019), organizações religiosas, esportistas, culturais e demais entidades engajadas em ativismos urbanos, movimentos sociais ou em nenhum destes podem representar justamente a manifestação desse contra-poder, por compreendermos que suas demandas sociais, posicionamentos políticos e formas de ação são formas de se grafar no espaço suas particularidades e objetividades.

Realizamos a pesquisa em bairros de Belém atualmente ocupados pelo projeto Territórios pela Paz, considerados os mais violentos da cidade. São eles os bairros do Guamá, Jurunas, Terra Firme, Benguí e Cabanagem. Escolhemos nosso recorte com base na possibilidade de podermos acompanhar as ações dos poderes acima citados de forma concomitante e levantar os dados necessários para o alcance de nossos objetivos.

Escolhemos acompanhar grupos que realizam trabalhos em um ou mais destes bairros, com sedes ou movimentos em circuitos pela periferia da cidade. Nosso foco nos levou a organizações e movimentos com projetos que refletiam a vulnerabilidade inerente à existência periférica atual, mas que não se limitaram a ela, e procuravam, de formas diferentes e independentes, construir modelos novos de existir.

Dentre os grupos que compõem nosso estudo, destacamos algumas organizações e movimentos que consideramos expoentes na construção de novos poderes, objetividades e formas de ocupar e circular pelo espaço periférico. É importante ressaltar que conversamos com diversas pessoas envolvidas tanto com os movimentos a seguir, mas também com algumas que não se inserem nesse escopo, tanto por agirem de forma independente, como comunicadores ou ativistas, tanto por comporem outros movimentos ou iniciativas que não fazem parte de nosso recorte.

Ainda, haverá pessoas citadas aqui que, pela sensibilidade de temas abordados, pediram anonimato, sendo substituídos por pseudônimos. Percorremos circuitos e estivemos em espaços variados durante a realização desta pesquisa, o que está refletido nas perspectivas que compõem este trabalho. Abaixo estão as principais organizações e movimentos estudados de maneira mais próxima e focada.

A Tela Firme é um projeto de divulgação, curadoria e produção audiovisual que nasceu no bairro da Terra Firme e objetiva refletir sobre a luta popular e a construção de lugares que ressignificam seus territórios, além da exaltação da história e lutas do bairro. É frequentado e composto por jovens, majoritariamente, e busca mostrar a complexidade e a diversidade de espaços periféricos ao mesmo tempo que cobram políticas públicas que garantam o direito à dignidade e cidadania. Promove ações de lazer, bate-papo, construção de materiais de arte, projetos de pesquisa e construção de cartografias sociais no bairro da Terra Firme.

O Instituto Marcinho Megas Kamaradas é uma organização da sociedade civil que age em função da defesa de crianças e adolescentes vulnerabilizados por ações violentas de grupos de extermínio e de forças policiais em diversas periferias de Belém, Região Metropolitana e outras localidades do Estado do Pará. Nasceu de um evento violento que vitimou jovens em Belém na Chacina ocorrida em 2014, hoje produz materiais, promove eventos e ocupa lugares para discutir violências diversas e cobrar políticas públicas de segurança em várias frentes.

Este trabalho foi pensado, desenhado e realizado segundo premissas fortemente ligadas a dois âmbitos principais: a sua capacidade de gerar conhecimentos que possam contribuir para a ação desses grupos, avançando em pautas sociais importantes para o recorte geográfico e temático que se propõe a estudar e sua capacidade de avançar no conhecimento científico sobre o problema investigado, contribuindo para o aprofundamento de saberes sobre o tema.

Sobre sua contribuição social, entendemos que pensar a questão da segurança pública em Belém, nas últimas décadas, é um exercício que exige o olhar sobre alguns sujeitos que passaram a fazer parte do cotidiano da periferia da cidade. A atuação do crime organizado na capital, expandida a partir da década de 1990, com atividades ligadas ao narcotráfico (Couto, 2018) foi responsável pela reestruturação do imaginário sobre o combate ao crime e possibilitou o surgimento de uma rede complexa de relações em torno do tráfico de drogas, com agentes que vão desde a produção, transporte e distribuição de narcóticos, até aqueles que orbitam esse

processo, por meio do consumo, autoria de delitos para sustentá-lo e o combate desse “mal” por meio da ação de grupos milicianos que agem como justiceiros nas periferias da cidade.

Essa complexa teia acusa uma interdependência que compõe o panorama de vários dos eventos mais violentos vivenciados em Belém, desde o fim do século passado. A ocorrência desses eventos, geralmente associados aos espaços periféricos pela ação midiática, majoritariamente sensacionalista, criou um sentimento de insegurança que possui impacto direto sobre o acesso e permanência de indivíduos nos espaços públicos da cidade.

Ferreira Júnior (2019) aponta que na realidade da região Amazônica existem duas dinâmicas que possuem importantes intersecções entre si: os massacres no campo e as chacinas urbanas. Essas aproximações repousam, principalmente, nos aspectos de violências oriundas do Estado e de poderes instituídos, atestando o surgimento de

“(...) organizações paramilitares, como milícias(...), que elimina “criminosos”, suspeitos e testemunhas, agindo como “justiceiros” na imposição de uma violência que, segundo suas percepções, não é possível aplicar nos expedientes oficiais desse corpo do Estado (Ferreira Junior, 2019, p. 42).

Esse desejo de levar a cabo uma espécie de “justiça” pelas próprias mãos, fora do corpo do Estado, mas ainda sim possível apenas por meio dele, foi responsável por alguns dos eventos mais violentos na capital paraense nas últimas décadas, conforme indicado pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará (PARÁ, 2015), produzido pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e o Relatório dos Casos de Chacinas e Extermínio de Jovens Negros do Estado do Pará, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (2017).

Os documentos oficiais acima apontam a ocorrência de, pelo menos, seis massacres que marcaram os meios de comunicação e a opinião pública na Região Metropolitana de Belém (RMB): chacina do Tapanã (1994), cachina do Paar (1995), cachina de Icoaraci (2011), cachina de Belém (2014) e chacinas da RMB e da Condor, em 2017. Devo adicionar a essa lista a Chacina do Guamá, ocorrida em 2019.

Todos esses eventos causaram um efeito traumatizante nos espaços em que ocorreram, de forma imediata e urgente, mas que reverberaram por toda a região metropolitana, com avisos informais de toques de recolher, medo de sair às ruas,

desinformação em grupos de mensagens e outros elementos que compõem o sentimento de insegurança a que foram expostas as pessoas, neste contexto. Os efeitos perduram até hoje no próprio cotidiano desses espaços.

É importante frisar que em todos esses eventos foi comprovada a atuação de policiais militares e civis, organizados em milícias (Ferreira Júnior, 2019), termo que segundo Couto (2018), descreve a ação de esquadrões da morte em Belém e no Pará, principalmente após as investigações sobre a chacina de 2014. Até então a existência desses grupos era negada pelo poder público, que atribuía essas ações à traficantes. Esse tipo de narrativa possuía duas intenções claras: livrar a figura do policial de qualquer dúvida quanto à integridade individual e da corporação que integrava e justificar uma guerra às drogas que atinge populações periféricas de modo enfático, principalmente quando se trata das medidas de policiamento ostensivo que ocorrem após as chacinas (Ferreira, Júnior, 2019).

Conforme apontado por Ferreira Júnior (2019), dentre os resultados oferecidos pela CPI das milícias, publicado pela Assembleia Legislativa do Pará, as milícias que agem no estado são compostas, principalmente, por “agentes da segurança pública que usam da coerção para manter o controle por meio de uma “venda de proteção” e cujas práticas criminosas consiste em extorsão, sequestro, associação ao tráfico de drogas e ações de extermínio (2019, p. 43).

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das Polícias Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros e, em casos mais esporádicos, das Forças Armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território (PARÁ, 2015, p. 56).

A existência desse tipo de organização criminosa demanda a eleição (ou mesmo a criação) de inimigos que devem ser combatidos, como forma de legitimação junto à opinião pública, principalmente da população dos bairros em que atua. A eliminação dos “indesejáveis” nas comunidades, “como usuários de drogas, ladrões, autores de pequenos e grandes delitos” (PARÁ, 2015, p. 214) é uma das principais formas de alcançar essa legitimação e garantir o estabelecimento dos grupos milicianos.

As chacinas citadas anteriormente, com enfoque nas ocorridas em 2014 e 2017, em Belém, são resultado direto da morte de policiais, uma resposta das milícias que, segundo Ferreira Júnior, com base nos relatórios da OAB-PA, não vitimam, necessariamente, os participantes dos homicídios, fazendo com que nos questionemos se são incursões organizadas ou massacres a esmo em áreas pobres, de forma desproporcional (OAB-PA, 2017; PARÁ, 2015 *apud* Ferreira Júnior, 2019).

Aiala Couto (2018) afirma que, no contexto da RMB, quando falamos sobre esses grupos podemos classificá-los como “narcomilícias”, visto que todo o escopo de suas atividades mescla atividades clássicas de milícias como as do Rio de Janeiro e do próprio tráfico de drogas. Esse processo só é possível a partir do espraiamento e pulverização do que antes representava um monopólio do Estado: a violência.

O problema das chacinas, portanto, passa a ser um problema político: “no caso das ações dos narcomilicianos, esta eliminação corresponde a um controle da população das áreas matáveis, [que] são os espaços de reprodução de chacinas” (Couto, 2018, p.160), ainda mais quando “nas relações de poder do narcotráfico e das narcomilícias, homicídios ou execuções de determinados sujeitos transformam a exposição dos corpos em um significado político” (Couto, 2018, p.165).

Ferreira Júnior ainda indica que a ação midiática e discursos oficiais sobre as mortes aqui abordadas eram comumente associadas a confrontos entre bandidos, casos de acertos de contas entre traficantes e, quando do envolvimento de policiais, confrontos entre forças do estado e criminosos. Não existiam, portanto, agressores identificáveis ou mesmo o reconhecimento de uma estrutura para as matanças, de modo que a própria identificação das vítimas era enevoadada pela estigmatização das mesmas enquanto indivíduos ligado ao crime enquanto criminosos, usuários de drogas ou afins (Ferreira Júnior, 2019).

Conclui-se que é impossível pensar as execuções ou acerto de contas sem associá-las às chacinas, somando-as à ação das milícias. Se trata de acontecimentos que passaram a fazer parte do cotidiano dos espaços periféricos, em Belém, sendo que no caso desta última, tem como alvos principais a juventude preta e periférica.

Assim, como indica o relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros do estado do Pará,

Nos estudos feitos do Pará percebe-se duas dimensões nefastas do fenômeno da morte de jovens negros e pobres. A primeira evidencia-se pelo discurso de legitimação dos assassinos e pela criminalização das vítimas, tidas sempre como “vagabundos”, “devedor”, “maconheiro” ou “com

passagem”, este discurso sintetizado na expressão “bandido bom é bandido morto” é martelado diariamente por jornalistas e veículos de comunicação na imprensa escrita, falada e televisionada de forma que se tornou um mantra já assimilado por grande parte da população, inclusive pela população que está sujeita a estes matadores. A segunda dimensão dos crimes cometidos contra jovens negros e pobres é a irrelevância midiática de suas mortes, fica patente que o estrato social a que pertence a vítima é preponderante para a comoção social que sua morte causa (OAB-PA, 2017, p. 7-8).

Aqui talvez fique mais clara a dimensão política que o embate de narrativas possui no contexto dos massacres e chacinas ocorridas em Belém, PA, nas últimas décadas. Seja pela ação de grupos criminosos ou de milícias organizadas sob a farsa de justiceiros sociais, o anonimato das vítimas, encaixadas em um padrão identificável e apontado pelo relatório da OAB-PA, os enquadra enquanto indivíduos matáveis, inseridos em uma necropolítica que busca controlar os espaços periféricos por meio do controle da morte (Mbembe, 2016; Couto, 2018)

Destacamos aqui as chacinas que ocorreram em Belém em 2014, motivadas pelo assassinato do cabo da Polícia Militar Figueiredo, conhecido como PET, quando a atenção da mídia, tanto local, quanto mundial, é atraída para os massacres que ocorrem em alguns bairros de Belém, localizados em áreas periféricas da cidade.

Esses eventos são importantíssimos para compreendermos o contexto atual das periferias de Belém, sítios de repressão e violência em que organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas exercem sua influência sobre as populações vulneráveis por meio do medo e da violência, milícias ganham território enquanto forças de contingência desse mal, ao mesmo tempo que se apropriam de ferramentas semelhantes para exercer controle, e o Estado, com seus dispositivos de repressão, ocupam as ruas em patrulha constante em nome do combate de um inimigo em comum, que justifica atos criminosos, como a truculência policial seletiva e o racismo estrutural que permeia o *modus operandi* das polícias.

Aliado a esse cenário, a presença do Estado por meio de projetos sociais como o TerPaz, aqui abordado, deve ser cuidadosamente analisado em seus pormenores e implicações, visto que envolve variáveis que nos impedem de concebê-lo em presunçosa totalidade, tanto pela variedade de agentes envolvidos, quanto pelas intenções permeadas nas ações feitas nos bairros, sendo impossível, neste momento, oferecer um julgamento de valor ou quaisquer conclusões sobre seus resultados.

No meio desse embate há a população dos mesmos bairros, submetidas a ambas as formas de ação, traficantes, milícias e Estado, reféns do “fogo cruzado” que

acomete comunidades de baixa renda, historicamente à margem das políticas de desenvolvimento urbano, principalmente no que concerne aos espaços públicos (Bahia e Figueiredo, 2012). Pensar essas comunidades e os grupos que as compõem enquanto existências passivas perante esses poderes que se instauram de forma hegemônica seria, no entanto, limitar a potencialidade analítica que o contexto oferece.

Mesmo no que diz respeito ao TerPaz, pensado enquanto ferramenta de inclusão social e diminuição de práticas de violência nas periferias da cidade, esses grupos possuem fundamental importância para a compreensão dos direcionamentos e formas de ação que as intervenções incorporam. Aqui acho justo resgatar um relato, como forma de ilustrar o impacto que esse estado de disputa territorial possui nos jovens de baixa renda no que diz respeito ao acesso e permanência no espaço público, que compõe minha dissertação de mestrado.

MC D2, participante e organizador de uma batalha de *rap* conhecida como Batalha do Guamá, que ocorre no bairro de mesmo nome, na praça Benedito Monteiro, quando perguntado sobre a diminuição do número de participantes do evento, respondeu que “aconteceu muita coisa aqui no bairro, teve a chacina no bar, e esse bar era aqui perto da praça onde a gente fazia a batalha. Meio que ninguém ia pra lá porque ficava com medo” (Entrevista concedida à Batalha, 2019, p. 118).

A chacina a qual o entrevistado se refere é a chacina do Guamá, ocorrida em 19 de maio de 2019, em um bar na passagem Jambu. 11 pessoas morreram, a maioria do sexo feminino. Dos sete acusados pelo massacre, quatro eram policiais militares. A mídia, na época, associou o crime ao tráfico de drogas, visto que sete das onze vítimas estava sob o efeito de narcóticos (G1 PARÁ, 2020).

O que nos interessa neste exemplo é a percepção de que a ação dessas narcomilícias, com motivações enevoadas pela informação limitada que possuímos, teve um impacto muito palpável sobre o entorno do local do massacre, criando um clima de tensão, medo e repressão, impedindo que vários indivíduos que antes faziam uso de uma praça nas proximidades agora se recusassem sequer a estar presentes no local.

No entanto, os participantes da Batalha do Guamá, que estudamos à época, mesmo estando expostos a esse ambiente de insegurança, gradativamente voltaram a ocupar os seus locais de expressão, contribuindo diretamente para que a praça Benedito Monteiro se tornasse, novamente, um ponto de encontro no bairro. Como

indica MC D2: “Mesmo se dava pouca gente, a gente se esforçava, mano, pra dar oito MC. A gente fazia com oito MC mesmo, mano, ia dando. A gente nunca fez com doze ou dezesseis, porque não tinha, a gente sempre fazia oito” (Entrevista concedida à Batalha, 2019, p. 119). Esse tipo de manifestação e posicionamento no contexto desses bairros é muito importante para compreendermos a ação dos grupos que pretendemos estudar.

Pensando esses grupos, nos bairros focos das ações e acontecimentos descritos e dotados de identidades que explicitam suas diferenças nos espaços públicos, entendemos que é possível obter uma compreensão larga sobre os efeitos que este estado de guerra tem sobre as relações que ocorrem ali, tanto por meio dos poderes hegemônicos, nas figuras do Estado e de organizações criminosas, quanto por parte dos contra-poderes dos “de baixo” (Zibechi, 2015).

Por fim acreditamos que a relevância social deste trabalho repousa na necessidade de, além de compreender as formas de violência que limitam a circulação, acesso e permanência das pessoas em espaços públicos, contribuir para pensar soluções sistemáticas para os problemas vividos, focando no fortalecimento de movimentos e organizações que resistem nas periferias de Belém.

A realização desta pesquisa pode contribuir para sistematizar problemas já conhecidos do cotidiano da região, indicar agentes importantes e, assim, contribuir para as articulações de movimentos, ativismos e indivíduos que ocupam espaços e atuam em frentes de resistência diferentes. Nossa metodologia também permitirá que os sujeitos possam indicar demandas e contribuir, assim, para que este estudo seja articulado com a complexidade do problema proposto.

Academicamente este trabalho avança em direções nunca antes exploradas em estudos sobre o tema em um contexto urbano amazônico, oferecendo novas perspectivas e propondo novos olhares sobre o problema em pauta. O estado de disputa territorial em periferias, assim como os movimentos de resistência existentes nos espaços periféricos em Belém e no Brasil são temas que vêm sendo abordados em várias pesquisas em universidades do Brasil. Para compreendermos as diferentes abordagens sobre esses temas realizamos um levantamento preliminar da produção bibliográfica de pesquisadores das universidades brasileiras.

Este levantamento tem como objetivo situar esta proposição de estudo em um panorama mais amplo de pesquisas sobre o tema e, dessa forma, justificar sua

relevância no campo, destacando os pontos em que sua realização representará um avanço na produção de conhecimento.

Realizou-se consultas em repositórios de artigos científicos, teses e dissertações de Instituições de Ensino Superior (IES) com programas de pós-graduação com avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), que funciona com o direcionamento de buscas para diretórios de programas de pós-graduação e IES brasileiras; e, de forma mais específica, no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Incluímos, também, trabalhos referenciados no material levantado. Este levantamento focou em trabalhos que foram publicados a partir do ano 2000, visto que percebemos uma produção acadêmica intensificada a partir deste momento, no Brasil.

Concentramos nossa busca nas seguintes áreas de conhecimento: “geografia”; “sociologia”; “antropologia”, “filosofia” e “ciência política” Os termos utilizados para a busca foram: “Espaços Públicos em periferias”, “Estado de exceção”; “Violência Urbana e Necropoder” e “Movimentos Sociais urbanos”. Através do levantamento realizado encontramos 120 trabalhos, entre artigos, monografias, teses e dissertações, que traziam como tema a relação entre segregação socioespacial, racismo e violência nas periferias urbanas, com destaque à ação do Estado e de Organizações criminosas. Dentre estes, alguns trabalhos apontam a preocupação com ativismos, movimentos e manifestações diversas que desvelam novas epistemologias que nascem em solo periférico.

Por meio da leitura destas pesquisas, e considerando a importância de cada uma delas como representações de um panorama mais amplo de estudos no campo, notamos alguns espaços que precisam ser preenchidos no campo de estudos, principalmente no que concerne aos efeitos de uma disputa territorial entre o Estado e organizações criminosas nas periferias de Belém, o caráter de exceção que isso confere aos territórios afetados e os impactos sobre alguns direitos básicos de indivíduos inseridos neste contexto, cerceados sistematicamente em Belém.

Além disso, e talvez mais importante, a inserção de outras formas de poder, emanadas de fontes menos hegemônicas e até mesmo fragmentadas no espaço urbano, que encontram força na resistência e definem suas lutas através dos corpos, presenças e ausências, gritos e silêncios, em manifestações guiadas pela cultura e em consonância com o uso e ocupação de espaços públicos periféricos.

De todo modo, julgamos que este trabalho pode contribuir com um estudo sobre o caráter segregatório, com forte viés racista, que hoje define os olhares e ações sobre as periferias, partindo de poderes dos “de cima” em direção aos “de baixo”. Do poder ao contra-poder (Zibechi, 2015).

Apresentaremos, neste levantamento, 54 trabalhos que nos permitem ter uma visão ampla das pesquisas realizadas em nosso campo de estudos e que possibilitam nossa inserção nesse mosaico, apontando caminhos a explorar. A seleção realizada se baseou, principalmente, no tempo que possuímos para a avaliação dos trabalhos, assim como a relevância deles para seus respectivos campos de estudo.

Algumas das pesquisas que serão apresentadas a seguir poderão contribuir para a realização do trabalho proposto, por meio de aproximações metodológicas ou abordagens teóricas que poderão ser aplicadas. Ainda que alguns dos autores utilizados possuam perspectivas diferentes daquela que utilizaremos, iremos buscar aproveitar seus percursos para compreendermos o tema e nos inserirmos no campo de investigação com o objetivo de compor, de forma construtiva, o quadro de pesquisas sobre estado de exceção em periferias urbanas e resistências periféricas em espaços públicos urbanos.

Com o intuito de organizarmos os trabalhos levantados para melhor análise de seus temas, agrupamos os mesmos em categorias, de acordo com a abordagem utilizada pelos autores e sua contribuição para o campo de estudos respectivo.

1. Movimentos culturais e novas epistemologias urbanas (Peres, 2017; Cruz, 2017; Araújo, 2019).
2. Estado, segregação socioespacial e racismo: (Panta, 2018; Ocampo, 2011; Silva, Gomes, Brito, 2021).
3. Estado de Exceção e Biopolítica: (Favaretto, 2016; Peixoto, 2016; Belotto, 2016).
4. Estado, violência urbana e Estado de Exceção: (Prates, 2019; Comitê, 2017; Neto, 2017; Brito, 2018).
5. Estado de exceção enquanto paradigma de Estado: (Gangana, 2019; Almeida, 2015; Moraes, 2017).
6. Violência urbana em periferias de Belém: (Neto, 2020; Costa, 2017; Marra, 2008; Alvarez, 2015; Pinto, Ribeiro, 2021).
7. Práticas comunicativas na/da favela: (Silva, 2020; Lira, 2018; Reyer, 2020; Brabo, 2020; Brito, Cunha, Steinbrenner, 2017; Brito, Cal, Costa, 2016).

8. O crime organizado na Amazônia: (Couto, 2010; 2018; 2020; Costa, Ramos, 2020).
9. Projetos e ativismos culturais na periferia de Belém, Pará: (Castro, 2020; Libânio, 2017; Portela, Pereira, Araújo, 2018; Castro, Oliveira, 2018).
10. Espaço Público, Segurança Público e medo na cidade (Maciel, 2021; Mello, 2022; Pereira, 2014; Squillace, 2020).
11. Espaço público, meio ambiente e políticas urbanas (Catalão, 2017; Cunha, 2022; Baena, 2022; Gomes, 2012; Carneiro, 2014).
12. Espaço Público e Religiosidades (Oro, Tadvall, 2018; Tavares, Caroso, 2015; Novaes, 2012; Marques, 2022).
13. Espaço público, direito à cidade e desigualdades de acesso (Tavares, Castro, 2020; Loboda, 2016; Soler-I-Marti, Ballesté, Feixa, 2020; Cunha, 2022; Hernandez, 2011, Machado, 2012)
14. O impacto das tecnologias e relações virtuais no Espaço Público (Aurélío, 2019; Leite, 2006)

Alguns destaques precisam ser feitos a partir de pesquisas que levantaram questões, metodologias ou conceitos que consideramos valiosos para esta problemática. O trabalho de Cruz (2017), que apresenta a noção de espaços-tempo caóticos, como uma noção polarizadora de estratégias de luta em torno de territorialidades autônomas, agindo como crítica às racionalidades urbanas. Silva, Gomes e Brito (2021), por sua vez, complementa a ideia com a articulação da noção de cidadania negra, uma forma de observar concepções auto elaboradas por e a partir de pessoas pretas, encaradas como sujeitos de direito e, a partir desse pressuposto, garantir sua sobrevivência enquanto tal.

Carlos Prates (2019), por sua vez, fala sobre a lógica da inimizade, ou a criação de um inimigo público, como ponto fundamental para o estabelecimento de um Estado de Exceção, traçando paralelos com a política brasileira sobre drogas. No mesmo campo, Neto (2020) chama a atenção para o paradoxo que define as ações policiais, a quem se atribui grande número de mortes em espaços periféricos no Brasil, tanto em ações de combate como na atuação em milícias, destacado fatores que vão desde a formação dos agentes até as pressões financeiras e psicológicas vividas por eles.

Couto (2010; 2018) apresenta uma série de trabalhos sobre a ação do narcotráfico na Amazônia, com foco em Belém, onde aponta para a expansão e um

territorialização perversa, em que o narcotráfico impõe seus parâmetros pelo uso da forma e pela lógica do medo. Afirma ainda que essa expansão se dá por meio de divergências territoriais, resultantes daquilo que chama de narcossobreposição, levando à manifestação, em espaços periféricos, de um necropoder, dispositivo de disciplinarização dos territórios e sujeitos.

Marra (2008) destaca em seu trabalho alguns conceitos que julgamos interessantes e que podem nos ajudar em nossa discussão sobre violência: pobreza e exclusão social, estigma e medo, sociedade de risco global, violência urbana, direitos humanos, crime e relações de poder. Libânio (2017), por fim, admite que as periferias urbanas são o *locus* de transformação da cidade, onde há potencial para o nascimento de soluções autônomas que resultam em resiliência frente aos processos de acumulação do capital.

Alguns trabalhos trouxeram elementos interessantes no que diz respeito aos seus procedimentos metodológicos ou mesmo sobre suas posturas enquanto pesquisadores ou pesquisadoras. Brito (2019), por exemplo, destaca a importância de sua inserção em campo enquanto observador participante e a partir de uma perspectiva dialética. Comitê (2019), por sua vez, realizou um estudo de caso das políticas públicas de combate à violência para compreender a postura e interesses de Estado.

Brabo (2020) centraliza as concepções, percepções e construções de moradores de espaços periféricos sobre o jornalismo policial como forma de subversão, reatribuindo o protagonismo e as narrativas aos sujeitos. Por fim, Castro (2020) também se insere no campo como observador participante, mas sob uma perspectiva auto etnográfica, realizando entrevistas direcionadas à moradores, membros dos coletivos que estuda e famílias de jovens vitimados pelo crime.

Os trabalhos que compõem a primeira categoria se concentram na potencialidade da criação de espaços de diálogos como forma de socializar demandas populares, guiados por uma perspectiva decolonial de redescobrimento e construção de outras epistemologias. Perez (2017) focou em contribuições acerca de questões de gênero, corpo e sexualidades por meio de coletivos construídos por sujeitos que reafirmam suas existências periféricas e se empenham na construção de espaços de diálogo a partir de suas demandas no sentido de uma cidade que torne essas existências possíveis.

Cordeiro (2017), procura demonstrar que em manifestações carnavalescas do Rio de Janeiro podem existir fissuras capazes de aglutinar nichos da luta antissistêmica. Jugamos interessante a noção de espaços-tempo caóticos, enquanto polarizadores de estratégias de luta em torno de territorialidades autônomas enquanto crítica à própria racionalidade urbana. Araujo (2019) procura entender narrativas de resistência de mulheres em favelas do Rio de Janeiro, em um contexto de desapropriações.

Os trabalhos presentes da segunda categoria, que tratam da relação entre Estado, segregação socioespacial e racismo, focam na pluralidade de estruturas e dispositivos que atuam na reprodução desses processos, assim como os processos históricos e sociais que o impulsionam. Se preocupam com a experiência de Estado que a juventude negra possui e, talvez mais importante, apresenta um estudo sobre os discursos racistas proferidos pelo governo brasileiro, ao mesmo tempo que traça relações entre a cidadania e a violência contra o povo preto, no Brasil.

Panta (2018), em seu trabalho sobre relações raciais e segregação urbana, se dedica aos processos históricos e sociais que têm impulsionado a segregação socioespacial de populações negras, levando à estigmatização desse grupo social e dos espaços onde se encontram em maiores proporções.

Ocampo (2011), em um estudo situado no contexto de violências e conflitos armados na Colômbia, se preocupa com a experiência de Estado que os jovens vivenciam, principalmente quanto às condições históricas e políticas que produzem impacto sobre o cotidiano deles.

Silva, Gomes e Brito (2021), em artigo que correlaciona o tema da cidadania com a violência contra o povo negro nas cidades, se propõem a analisar discursos racistas na agenda do governo brasileiro ao mesmo tempo que refletem sobre as respostas que o campo de estudos sobre a violência tem oferecido nos últimos anos.

Na terceira categoria de análise agrupamos os trabalhos que tratam especificamente do Estado de Exceção. Eles se propõem a apontar aproximações, afastamentos e complementaridades entre a Biopolítica de Foucault e os desdobramentos da atualização feita por Agamben, com a Necropolítica. Aqui os autores apontam para o impacto de um novo paradigma de poder sobre lugares e povos, se preocupando sempre com a relação entre soberania e vida humana.

Favaretto (2016), procura entender novas perspectivas da relação entre a gestão da vida e novos paradigmas da modernidade, sob a ótica da obra de Agamben.

Erika Peixoto (2016) e Belloto (2016), relacionam as teorias de Foucault e Agamben com o objetivo de entender aproximações e afastamentos quanto aos estudos de paradigmas de poder e gestão da vida.

A quarta categoria reúne trabalhos que olham para a violência urbana através das práticas de Estado pautadas na manutenção de um Estado de Exceção permanente, observado em alguns casos brasileiros e sustentado por dispositivos como o racismo e a segregação. Carlos Prates (2019), verifica a existência de uma lógica da inimizade, com o objetivo de verificar a construção de um inimigo público como fundamento para o estabelecimento de um estado de exceção e qual a sua relação com a política brasileira sobre drogas a partir de 1988.

Comitre (2017) e Neto (2017) seguem na mesma linha e propõem estudar como a violência urbana, no Brasil, vem sendo utilizada como trunfo para a criação de estratégias, pelo Estado, para legitimar normas e leis. Comitre destaca aquilo que chama de novo urbanismo militar, que geralmente envolve parcerias público-privadas. Brito (2019), por fim, busca investigar dois atores considerados violentos, a polícia militar e o crime organizado, e de que formas interferem no cotidiano de jovens autodeclarados pobres e negros de uma periferia urbana.

Os trabalhos da quinta categoria questionam em que grau o Estado de Exceção se tornou um paradigma de governo nas nações do ocidente e qual o seu impacto em políticas públicas e ações do poder público. Gangana (2019) busca entender em que grau o Estado de Exceção se configura pelas necessidades da acumulação capitalista ou é regulado pelo regime neoliberal, atualmente. Moraes (2017) se debruça sobre relações entre a teoria do estado de exceção, o conceito de vida nua, de Agamben e a obra do escritor paraense Dalcídio Jurandir. Almeida (2015) busca compreender de que forma o pensamento de Agamben pode ser inserido nas discussões sobre direitos humanos, propondo uma nova forma de concebê-los.

Os trabalhos da sexta categoria, que tratam sobre a violência urbana no contexto das periferias de Belém, se preocupam com as ações de forças policiais, em conjunto com outros agentes, ao analisar o visível aumento do número de mortes nesses territórios. Apontam ainda que existe uma relação entre violência, precariedade e segregação.

Neto (2020) escreve um trabalho que parte da premissa que as duas maiores causas de mortes violentas no estado do Pará são homicídios e mortes por ação policial. Investiga a relação entre esses números e a alta letalidade de forças policiais

e agentes envolvidos em grupos de extermínio. Costa (2017) objetiva estudar a propagação espacial da violência urbana naquilo que chama de corredores de difusão, como eixos favoráveis à sua expansão.

Marra (2008) estuda o espaço da Ocupação Riacho Doce, em um contexto de transgressão e violência, buscando compreender suas implicações no contexto da segurança pública na cidade. A autora destaca alguns conceitos que julga essenciais para discutir violência, seja de modo pontual ou mais geral, sendo estes: pobreza e exclusão social, estigma e medo, sociedade de risco global, violência urbana, direitos humanos, crime e relações de poder. Busca ainda traçar um histórico das instituições de segurança pública, com foco na polícia militar do Pará. Acredita que a soma de todos esses elementos dá suporte ao comércio de drogas no seu recorte espacial, aumentando a criminalidade e envolvendo desde agentes de segurança pública até menores de idade e criminosos locais.

Alvarez (2015) realiza um estudo sobre práticas de violência em aglomerados de execução no município de Marituba, na Região Metropolitana de Belém buscando entender as relações de poder nesse recorte. Pinto e Ribeiro (2021) se questionam sobre diferenciações socioespaciais no bairro da Terra Firme, e quais as suas implicações quanto à ocorrência de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), assim como na produção de (in)justiças espaciais.

Na sétima categoria, os trabalhos que tratam de prática comunicativas em periferias de Belém, Pará, se preocupam com a existência de uma disputa na construção de sentidos sobre indivíduos, principalmente jovens pretos e pobres, que envolve desde a grande mídia e canais de comunicação sensacionalistas, até redes de comunicação periféricas, coletivos culturais e variadas formas de resistência individual.

Silva (2020) se questiona sobre as práticas comunicativas alternativas da Agência de Notícias Jovens Comunicadores da Amazônia no contexto da defesa da juventude negra de Belém, buscando compreender como as dinâmicas da comunicação da JCA se constituem no exercício da comunicação alternativa, principalmente em defesa dos jovens negros da periferia da cidade.

Lira (2018) também se concentra em práticas comunicativas na periferia belenense, utilizando os temas de comunicação, cidadania e periferia para se debruçar sobre o Coletivo Tela Firme. Reyer (2020) toma um acontecimento como microsituação comunicativa para compreender a construção de sentidos e as

reações às narrativas de violência e as manifestações em redes sociais institucionais, na *internet*.

Brabo (2020) trabalha a discussão acerca da relação intrínseca entre o discurso da violência e o cotidiano da população em cidades brasileiras. Toma um caminho inverso do usual ao objetivar a compreensão das percepções e construções feitas pelos moradores de periferias, em Belém, sobre o jornalismo policial. Brito, Cunha e Steinbrenner (2017) investigam a existência de um estado constante de disputa entre formas de autorrepresentação de sujeito excluídos da ordem urbana e as representações midiáticas externas sobre eles e seus lugares.

Brito, Cal e Costa (2016) procuram compreender de que forma são construídas, no espaço de visibilidade midiática, representações simbólicas acerca da juventude, principalmente aquelas que vivem em bairros periféricos da RMB, assim como a forma que estes sujeitos dialogam com elas.

Os trabalhos da oitava categoria se preocupam com o crime organizado na Amazônia e apontam para a inserção da região em uma rede complexa de atividades ilegais ligadas ao narcotráfico, demonstrando que é impossível pensar as relações periféricas, no que diz respeito à ação de grupos hegemônicos, sem pensar no tráfico de drogas e nas atividades que o orbitam.

Couto (2010, 2018, 2020) estuda a expansão do crime organizado, principalmente do narcotráfico, na Amazônia, avaliando o impacto da conformação dessa rede sobre os territórios da região. Estuda, ainda, o narcotráfico enquanto uma problemática política, econômica e cultural, além de uma questão urbano-regional, com foco nos seus impactos sobre as grandes metrópoles. O autor se preocupa em estudar poderes que fogem ao Estado, como milícias e grupos ligados ao narcotráfico, como fontes de outras racionalidades nas periferias. Costa e Ramos (2020) estudam a relação entre o homicídio de adolescentes e o tráfico de drogas.

A nona categoria reúne trabalhos que objetivam a experiência de alguns ativismos, movimentos e projetos socioculturais e seus impactos na periferia de Belém, direta ou indiretamente ligados à vivência nos bairros, pelos indivíduos responsáveis ou por aqueles que foram impactados.

Castro (2020) se preocupa em compreender a percepção que moradores do bairro da Terra Firme tiveram sobre o documentário “Poderia ter sido você”, produzido pelo coletivo audiovisual Tela Firme, após a chacina ocorrida em 2014, na periferia de Belém, cujas vítimas foram, em sua maioria, jovens pobres e pretos. Libânio (2017)

busca entender qual a contribuição de projetos socioculturais para combater a segregação socioespacial e para a emancipação de populações periféricas, tendo como objetivo o alcance de um direito à cidade por meio da reinvenção do meio urbano como lugar de encontro.

Portela, Pereira e Araújo (2018) trabalham a produção do espaço urbano e as lutas sociais em Belém como um espaço de interrelações urbanas, apontando para a relevância dos movimentos de cunho popular como sujeitos de transformação política no que diz respeito à reivindicação de melhorias de qualidade de vida, em um contexto de desigualdades sociais e segregação ambiental. Castro e Oliveira (2018), sobre o coletivo Tela Firme, situado no bairro Terra Firme, em Belém, se concentram nas intencionalidades dos membros do coletivo

A décima categoria foca em estudos que tratam da conjuntura da segurança pública e o sentimento de medo na cidade, relacionados ao uso ou o não uso dos espaços públicos. Maciel (2021) objetiva os usos de tecnologias de monitoramento como forma de garantir a segurança em espaços públicos. Mello (2022), por sua vez, foca nas questões relacionadas às violências sentidas por corpos transsexuais em espaços públicos e as limitações de políticas de segurança que os protejam. Pereira (2014) se pergunta como o sentimento de medo nos espaços urbanos se caracterizam por meio de representações sociais de jovens, homens, moradores de periferias. Por fim, Squillace (2020) tem como objetivo estudar as formas de marginalização e opressão sofridas por jovens negros em operações de prevenção de crimes.

A décima primeira categoria trata sobre a relação entre o espaço público e políticas públicas urbanas e ambientais. Catalão e Magrini (2017) estudam como o cenário político nacional pode ter reverberações sobre os espaços públicos urbanos. Cunha (2022) propõe a construção de uma matriz para avaliação de projetos públicos sobre assentamentos precarizados a partir dos espaços públicos respectivos. Baena (2022) se propõe a analisar políticas públicas de gestão de espaços públicos por empresas privadas e o seu impacto na acessibilidade. Gomes (2012) aborda o espaço público como um *lócus* de possibilidades de interações entre a natureza e a sociedade. Carneiro (2014), por fim, avalia a arborização em espaços públicos como possível ativo ambiental urbano.

A décima segunda categoria reúne trabalhos que se preocuparam em tecer relações entre o espaço público e manifestações religiosas. Oro e Tadvall (2018) e Tavares e Caroso (2015) procuram entender as possibilidades de transformação dos

espaços públicos a partir de ações religiosas diversas. Novaes (2012) objetiva a manifestação religiosa no espaço público a partir de juventudes, especificamente. Marques (2022) procura entender o papel do espaço público como locus não apenas de manifestação, mas também de deliberação religiosa.

A décima terceira categoria reúne pesquisas preocupadas com a relação entre direito à cidade e desigualdades de acesso ao espaço público. Tavares e Castro (2020) realizam uma pesquisa que busca entender como a lógica capitalista define o grau de acesso aos espaços públicos. Loboda (2016) se pergunta como seria possível pensar a estruturação da cidade a partir de espaços públicos periféricos, através das relações entre os cidadãos.

Soler-I-Marti, Ballesté e Feixa (2020) focam nas expressões periféricas da juventude sobre os espaços públicos e questionam as relações estabelecidas entre grupos diferentes a partir dela. Cunha (2022), em abordagem semelhante, se debruça sobre novos usos do espaço público a partir de novas sociabilidades. Hernandez (2011) estuda o impacto do avanço de loteamentos fechados no processo de privatização de espaços públicos. Machado (2012), por fim, aborda as possibilidades de inovações e criatividades proporcionadas a partir dos espaços públicos nas cidades.

Na décima quarta, e última, categoria observada, os trabalhos se concentram na relação entre os espaços públicos e os impactos de novas tecnologias e a emergência de novas relações virtuais sobre o urbano. Aurélio (2019) realizou um estudo sobre os impactos diretos das redes sociais e das relações virtuais sobre os usos dos espaços públicos nos últimos anos. Leite (2006) analisa o conceito de espaço público nos projetos de cidades digitais e os impactos da virtualização do espaço.

Em resumo, identificamos uma variedade riquíssima de temas trabalhados no campo de pesquisa em que vamos nos inserir. Os estudos sobre movimentos sociais e ativismos urbanos (categorias 1, 7 e 9) abordam temas ligados ao surgimento de novas matrizes de mudança social a partir de ativismos periféricos, ao mesmo tempo que suas demandas específicas são fontes dessas lutas e da sua atuação no espaço. São destacados estudos que focam nas particularidades de movimentos culturais e ativismos locais, em nosso recorte, que possuem uma agenda ligada à ocupação de espaços públicos e da criação de contrapartidas comunicacionais em prol da negação de marginalizações.

Acreditamos que é possível contribuir para o avanço neste campo ao trabalhar os sujeitos, grupos e movimentos como portadores de potenciais transformadores que não apenas resistem às ações de grupos hegemônicos, mas que possuem agendas próprias de construção. Acreditamos que será importante, também, investigar suas estratégias individuais e em conjunto, harmônicas ou não, a fim de tentar reconhecer o papel da fragmentação de lutas em espaços periféricos como um potencializador de frentes amplas de mudanças e, enfim, pensar em poderes diferentes daqueles utilizados pelo Estado ou por grupos criminosos no contexto de Belém.

Os trabalhos sobre segregação, racismo, violência e políticas públicas nesse sentido (categorias 2, 3, 4, 5, 6 e 8) reuniram um amplo leque de temáticas abordadas por pesquisas diversas. Apresentam preocupações com estruturas que reproduzem violências contra corpos periféricos, especialmente os não brancos e a existência de dispositivos que garantem a permanência desses processos e a relação entre juventude e Estado.

Alguns destes estudos tratam sobre a existência de práticas de governo voltadas à suspensão de direitos em espaços demarcados, de forma segregatórias, e o impacto disso na perpetuação do racismo e da criação de inimigos por discursos governamentais. Aqui também inserimos trabalhos preocupados com o impacto de tudo isso na vida das periferias, que estudam a ação de forças policiais e organizações criminosas no cotidiano e seus impactos sobre o uso do espaço sob a ótica do medo.

Acreditamos que nosso trabalho contribuirá para a caracterização de muitos destes processos no contexto da Metrópole de Belém, avaliando o papel de políticas públicas e do avanço do narcotráfico sobre os bairros estudados, reconhecendo seus impactos sobre o cotidiano e a vida pública das pessoas. Além disso, julgamos importante avançar na produção de conhecimento sobre a natureza das relações de forças hegemônicas em conflito (principalmente o Estado e organizações criminosas) e a aplicação de um estado de exceção sobre as periferias da região.

Por fim, os trabalhos que tratam do espaço público (categorias 10, 11, 12, 13 e 14) demonstram a constelação ampla de abordagens sobre o conceito, que vem sendo muito utilizado como uma forma de tratar de questões vinculadas à cidadania, segregação e sociabilidade nas cidades. Aqui reunimos trabalhos que abordam o sentimento de medo nas cidades, relacionados com políticas de segurança e os impactos destes no espaço.

Outros trabalhos desta categoria objetivam a relação entre políticas públicas de gestão dos espaços públicos e segregação, assim como formas de gestão ambiental possíveis. Reunimos, também, trabalhos que relacionam o espaço público com manifestações religiosas e a virtualização das relações, por meios digitais, como vertentes interessantes de trabalho. Os trabalhos que focam nas relações entre o direito à cidade e as desigualdades de acesso aos espaços apresentaram objetivos ligados ao papel da lógica capitalista nessa relação, à possibilidade de pensar os espaços periféricos como centralidades de análise no contexto citadino, nas expressões periféricas sobre esses espaços e o surgimento de novas sociabilidades a partir deles e formas criativas de utilização dos espaços públicos em prol de outros modelos de cidade.

Aqui pretendemos nos inserir num esforço já existente, o de pensar o potencial dos espaços públicos como *lócus* de transformação e ação política na cidade, mas com especificidades ligadas à sua contextualização, como espaço público periférico de acesso e uso limitado e ao mesmo tempo potencializado pelas dinâmicas de violências em estados de exceção nas periferias de Belém.

A relevância acadêmica desta pesquisa, portanto, consiste na realização de um estudo que centralize o sujeito periférico em um contexto complexo de disputas territoriais, inseridas em um paradigma de exceção, que geralmente o coloca em segundo plano, passivo diante da ação de agentes hegemônicos, transmutados em sujeitos matáveis e com diversos direitos básicos cerceados. A partir dessa perspectiva é possível observar novas epistemologias que poderão apontar para outras relações de poder, emanando dos “de baixo” pela manifestação de ativismos urbanos, movimentos sociais, manifestações culturais e outras formas de ação política nas periferias de Belém, Pará.

Com base no exposto acima, definimos os objetivos que nos guiaram na realização desta pesquisa. Nosso objetivo principal é o de compreender as formas de existência e resistência que emanam de movimentos sociais e ativismos urbanos em meio a um estado de disputas e controle a que foram submetidas as periferias em Belém. Para isso definimos alguns objetivos específicos. São eles: a) Identificar agentes que exercem violências em bairros periféricos de Belém; b) Identificar as formas de violências sofridas pela população residente nos bairros periféricos estudados; c) Identificar sujeitos, grupos e movimentos que sofrem violências em espaços periféricos de Belém; d) Correlacionar a diversidade de estratégias de

resistência e ações afirmativas de grupos, indivíduos e movimentos sobre os espaços periféricos de Belém; Identificar resultados, limitações e desafios, individuais e coletivos, dos grupos, indivíduos e movimentos estudados.

A partir destes objetivos buscamos responder 4 questões nesta pesquisa, que permitirão o alcance de nossos objetivos: quais os principais agentes que exercem domínio e praticam violências em bairros da periferia de Belém? Quais sujeitos e grupos são impactados pelas formas de violências praticadas em espaços periféricos e como isso acontece? Quais as estratégias de resistência utilizadas por grupos, indivíduos e movimentos nos espaços periféricos? Quais os resultados e desafios encontrados por grupos e movimentos que agem em espaços periféricos em Belém?

Este trabalho é estruturado em três capítulos, nos quais apresentaremos os dados obtidos, os levantamentos de campo e as conclusões alcançadas. O primeiro capítulo – Periferias urbanas e disputas territoriais na região metropolitana de Belém, PA – trata sobre os territórios trabalhados na pesquisa, o estado de disputa territorial e a opressão sobre os sujeitos que nele vivem. O capítulo é dividido em quatro tópicos.

O primeiro, intitulado: “Novos e velhos problemas nas periferias de Belém” é onde realizamos uma análise sobre o espaço periférico de Belém e os problemas relacionados ao exercício pleno de direitos básicos pelas pessoas que vivem neles.

No segundo tópico, “Agentes da violência e conflitos territoriais nas periferias”, tratamos dos principais agentes que exercem domínio e praticam violências nestes espaços, como protagonistas hegemônicos de conflitos.

No terceiro tópico, “Estado de exceção e necropoder na periferia de Belém”, falamos sobre os conceitos de estado de exceção e necropoder como formas de compreender a condição a que estão submetidas as periferias destacadas.

No quarto tópico, “Políticas de intervenção do Estado e novas formas de controle”, fazemos um percurso teórico sobre as relações de poder emanadas do Estado, assim como categorias importantes para tratar sobre o papel das instituições governamentais da formulação e aplicação de políticas públicas, além de apresentar considerações sobre a implantação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e do projeto Territórios pela Paz, do governo Estadual.

O segundo capítulo – Movimentos de resistência: contra-poderes dos de baixo - trata sobre manifestações populares em diferentes níveis de organização que atuam nos territórios com o objetivo de participar ativamente da construção de uma frente de defesa dos direitos da população periférica. Ele é dividido em três tópicos.

No primeiro, “alternativas multipolares de ação na periferia”, Apresentamos movimentos, ativistas e coletivos que constroem outras formas de pensar e agir sobre os territórios, para além daqueles ditados por agentes hegemônicos e à ordem bipolar de conflitos.

No segundo tópico, “(Novos) Movimentos sociais em periferias urbanas de Belém”, apontamos os percursos teóricos e metodológicos de análise dos movimentos e ativismos levantados, tanto por uma perspectiva clássica quanto pela perspectiva dos Novos Movimentos Sociais.

No terceiro tópico, “Frentes de luta e horizontes possíveis”, tratamos das estratégias e formas de luta protagonizadas pelos movimentos e ativismos estudados e seus objetivos concretos.

No terceiro capítulo – Mundos possíveis: novas territorializações e a potência dos espaços públicos na periferia – Tratamos sobre possibilidades novas de pensar a vida e o cotidiano nas periferias a partir de novos protagonismos. Este capítulo é dividido em quatro tópicos.

O primeiro, “espaços públicos, espaços da política”, indica a potência conceitual e empírica relacionada ao uso de espaços públicos nas periferias como *locus* da ação de movimentos e símbolo da multipolaridade de protagonismos nos territórios.

No segundo, “Multipolaridades como alternativa periférica”, falamos sobre a importância não apenas das lutas, mas da constelação de posicionamentos, objetivos e projetos de mundo que encontram forças e se colocam como resistências a partir da diversidade e não necessariamente da unidade de contra-poderes periféricos.

No terceiro, “Resultados e desafios das experiências periferias”, falamos sobre o que já foi alcançado pelos movimentos analisados e quais são os desafios que ainda se põe ao alcance de seus objetivos.

No quarto e último tópico desta pesquisa, “Possibilidades para pensar novas relações nas periferias”, falamos sobre as possibilidades apreendidas a partir das experiências estudadas e em possíveis caminhos para construir uma ciência compromissada com as potencialidades periféricas enquanto caminhos possíveis de resistência e ruptura com o *status quo*.

Em nossas considerações finais apresentamos as respostas que obtivemos às questões-problema propostas, além de evidenciar os avanços observados no campo de pesquisa em que nos inserimos. Será neste espaço que apresentaremos os

principais desafios observados ao longo do desenvolvimento da pesquisa e possíveis caminhos para aprofundar a produção sobre o tema.

2 Metodologia e procedimentos metodológicos

Nossos procedimentos metodológicos buscaram atender os objetivos propostos sem se ater a uma formulação cristalizada. Isso significa que acreditamos que as formulações apresentadas a seguir poderiam sofrer mudanças ao longo da realização da pesquisa, de modo que nos mantemos atentos às demandas de nossos processos.

Primeiramente, concordamos com Heloisa Martins quanto aos fins imediatos da metodologia, compreendida aqui como o conhecimento crítico acerca das escolhas, dos caminhos e da concretização do processo científico, considerando e desafiando seus limites e amplas possibilidades (Martins, 2004, p. 291). Se trata de uma disciplina, portanto, tanto de aplicação quanto de reflexão, que deveriam se intercalar ao longo da realização da pesquisa.

A autora ainda afirma que a metodologia é “uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.” (Martins, 2004, p. 291). Por esse motivo tivemos o cuidado de refletir nossas questões de pesquisa a cada passo de aplicação deste guia, procurando a melhor forma de unir teoria e empiria sem cair na armadilha da rigidez vazia.

Para a realização desta pesquisa propomos a utilização de uma abordagem qualitativa, considerando seu caráter emergente, de modo que os procedimentos podem ser alterados conforme seu desenvolvimento, de acordo com as necessidades apresentadas pelo campo, baseado em um processo constante de troca entre pesquisador e objeto de estudo (Creswell, 2007).

Martins (2004) compreende que as metodologias qualitativas se aplicam melhor a análises de micro processos contidos em ações sociais individuais e grupais. Julgamos adequado aplicar esse tipo de enfoque ao nosso trabalho, considerando a natureza dos sujeitos e movimentos a serem estudados. Esses grupos, no entanto, serão encarados como totalidades dentro do escopo da pesquisa, de modo que suas experiências constituíram a base de nossa análise.

Bauer e Graskell (2002) afirmam que uma pesquisa empírica deve ser composta de três elementos primordiais: uma observação sistemática dos fatos e acontecimentos, técnicas de entrevistas para inferir os sentidos dados pelos sujeitos da pesquisa e uma análise sistemática dos dados levantados para a interpretação dos materiais obtidos na pesquisa.

Com o intuito de cumprir esses requisitos organizamos nossa metodologia de trabalho em quatro dimensões, que foram aplicadas de forma conjunta ao longo da realização deste projeto, conforme a estrutura sugerida por Bauer e Graskell (2002).

Primeiramente, definimos o delineamento da pesquisa de acordo com nossos objetivos e princípios estratégicos, que podem ser por amostragem, estudos de caso, experimentação, observação participante (Bauer e Graskell, 2002).

Nesta pesquisa lidamos com sujeitos que compõem movimentos, organizações e formas diversas de ativismos dos quais podemos nos aproximar ou afastar em termos ideológicos ou práticos. Para isso alguns cuidados foram tomados e

temos que considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, “de um mesmo universo de experiências humanas (da Matta, 1991, p. 23 *apud* Martins, 2004, p. 291).

Gold (1958) apresenta uma análise sobre os papéis que os pesquisadores em ciências sociais geralmente assumem perante o campo e as limitações de cada um desses papéis nas relações estabelecidas entre o pesquisador consigo e/ou com seu informante em campo.

Para o autor o *role* (o papel ou postura assumida pelo pesquisador) é um dispositivo de interação que serve para assegurar a segurança das informações obtidas com fins científicos nos quais o *self* (o “eu” do pesquisador, sua identidade para além do *role*) se insere (Gold, 1958). As relações entre o *self* e o *role* (ou entre o “eu” do pesquisador e a postura que ele assume em campo) são o foco da análise de Gold e nos ajudam a compreender as implicações da forma como nos inserimos no campo no processo de coleta de dados e na relação com os sujeitos estudados.

O Participante como Observador assume uma postura em que tanto o pesquisador quanto os sujeitos pesquisados estão cientes de que a relação estabelecida entre eles é uma relação de campo de pesquisa. Segundo Gold (2014), o uso mais frequente dessa postura é em estudos de comunidades, em que o pesquisador desenvolve relações com seus informantes através do tempo e tem a oportunidade de despendar maior tempo participando do seu campo do que o observando, tanto formalmente, como em casos de entrevistas, ou informalmente, em eventos, festas, etc.

Nesse caso as relações de desconfiança entre pesquisador e informante tendem a se apaziguar à medida que ambas as partes se conhecem melhor e

desenvolvem confiança. Essa postura tende a minimizar os problemas de “interpretação” de *roles*, tornando mais nítidos os limites entre o *self* e o *role*. Aqui, no entanto, também pode trazer à tona alguns problemas. O informante, a partir das relações estabelecidas com o pesquisador, pode se envolver com a pesquisa a tal ponto que assume uma postura, também, de pesquisador, confundindo-se nas relações de campo. O pesquisador, por outro lado, pode se identificar demais com seu informante, de modo a deixar de lado a perspectiva de pesquisa e “go native” (Gold, 1958, p. 221). Segundo o autor, ao “se tornar nativo” o pesquisador continua um trabalho de observação, mas não completamente, interpretando um “role” que já não lhe cabe mais.

Em casos como esse os problemas de manutenção da postura estabelecida também se fazem presentes. Ao ser considerado pelos sujeitos estudados enquanto um colega, o pesquisador vai buscar continuamente formas de se encaixar nesse papel, às vezes mais do que é capaz, tentando parecer natural e convincente para atender às expectativas impostas sobre ele. Se a situação se tornar um desafio muito grande o participante-observador precisará deixar o campo para redefinir sua postura (Gold, 1958).

Nesta pesquisa, cientes das posturas acima, assim como ao fato de que elas podem se entrecruzar em alguns momentos e não representarem (ao menos não obrigatoriamente) uma limitação para a ação do pesquisador em campo, utilizamos as formulações de Gold e Martins como um auxílio para a compreensão e maior aproveitamento de nossa presença durante os processos de recolhimento de dados.

Escolhemos essa postura por residirmos, também, em área periférica da cidade e já termos contatos com o tema de forma empírica, assim como com alguns dos movimentos e organizações citadas. De qualquer forma, concordamos que “a neutralidade não existe e a objetividade é relativa (...)” (Martins, 2004, p. 292). Isso não significa que não devemos tomar uma série de cuidados em nossa aproximação de campo, em um duplo sentido.

Em primeiro lugar, queremos que nossa relação com os sujeitos da investigação seja marcada pela sinceridade e transparência, informando nossos objetivos e o andamento da pesquisa em curso, visto que

Para o pesquisador, com muita frequência, o mais importante é a pesquisa a ser feita, e os outros são vistos como informantes, ou seja, devem estar a serviço dele para lhe fornecerem os dados que lhe são fundamentais —

“fundamentais”, na verdade, para a sua carreira e não para a vida daquele grupo ou para os indivíduos que dele fazem parte (Martins, 2004, p. 296).

Esse tipo de aproximação e postura, além de pôr em risco as relações estabelecidas entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, pode refletir negativamente no andamento de todo o projeto e dificultar a realização do trabalho e os dados levantados.

Em segundo lugar precisamos tomar cuidados quanto ao nosso envolvimento pessoal, principalmente com relação ao já citado campo ideológico. Não encaramos como um problema aproximação com núcleos que compartilhem nossas visões de mundo, mas há de se estar sempre

alertas, especialmente quando usamos metodologia qualitativa, para que, em vez de cientistas, não nos transformemos em militantes de uma causa ou de um movimento, que olham e procuram entender a realidade não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse (Martins, 2004, p. 296).

Nosso papel, enquanto cientista, será o de fornecer uma visão ampla e amparada em dados sobre nosso tema de estudo, contribuindo para o campo, como um todo, sem deixar de operar uma atividade de investigação autônoma.

A segunda dimensão sugerida por Bauer e Graskell (2002) é a coleta de dados, que pode se dar através de entrevistas, observações em campo e busca de documentos.

Sobre a coleta de dados, concordamos com a afirmação de que

Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.” (Martins, 2004, p. 292).

Isso significa que, apesar de uma formulação sólida e alinhada aos nossos objetivos, nossas escolhas foram moldadas pelas demandas do fazer científico, que culminarão em fazeres teórico e metodológicos baseados no fluxo da pesquisa.

Nossos procedimentos para recolhimento de dados foram divididos em dois momentos, não necessariamente independentes, mas complementares: levantamento bibliográfico e documental e acompanhamentos de campo.

No primeiro momento buscamos um aprofundamento de bibliografia relevante ao tema de modo a complementar e enriquecer o já proposto no projeto de pesquisa. Acreditamos que o contato com o campo demanda adequações posteriores da

literatura, assim como de matrizes interpretativas. Buscamos levantar, também, as fontes documentais relacionadas aos projetos de intervenção encabeçados pelo Estado em nosso recorte, tais como os números de violências nos bairros estudados, junto à SEGUP e do projeto Territórios pela Paz, junto a SEAC. Buscamos, também, os relatórios e diagnósticos construídos por: entidades governamentais, como as secretarias de segurança e articulação; organizações da sociedade civil, como a Rede de Observatórios de Segurança, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Fogo Cruzado e Instituto Mãe Crioula; órgãos do governo, como o Ministério Público do Pará, Ministério Público Estadual e Ordem dos Advogados do Pará; e movimentos sociais. Por fim, levantamos relatórios produzidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB - PA) sobre episódios violentos e o genocídio da juventude negra no Estado. Esse levantamento foi indispensável para a compreensão dos moldes de tais intervenções e assim analisar sua execução junto ao campo.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento em periódicos científicos, repositórios e bibliotecas, de trabalhos sobre os temas envolvidos no estudo proposto e de relatórios e diagnósticos sobre o tema, a partir da busca por palavras-chave, sendo elas: "movimentos culturais", "periferização", estado de exceção", "decolonialidade" "urbana" e "periferia de Belém", assim como outros trabalhos que possam advir das referências utilizadas nas pesquisas levantadas. O levantamento nos auxiliou a: a) identificar agentes que historicamente exercem violências em periferias urbanas; b) identificar formas de dominação e violência exercidas sobre o espaço periférico; c) estratégias e formas de resistência de grupos historicamente marginalizados.

No segundo momento fomos a campo com o intuito de aproximação dos espaços dos bairros citados de modo a reconhecermos de modo profundo as relações estabelecidas em si e os grupos que as constroem. Para tal acreditamos que a etnografia urbana, como método guia para observações em campo, pode nos oferecer potencial aproximação para que possamos realizar aquilo que Magnani (2002) chama de olhar "de perto e de dentro", enfoque capaz de identificar e compreender aspectos que normalmente são invisibilizados por perspectivas que o autor chama de "fora e de longe", distantes das realidades dos sujeitos, portanto, de suas objetividades imediatas.

Conforme o autor, o método etnográfico

Não se confunde nem se reduz à uma técnica; pode usar ou servir-se de vária, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (Magnani, 2002, p.17)

Vale ressaltar que não almejamos realizar uma etnografia, tal como o fazem os antropólogos, mas sim utilizar preceitos e orientações etnográficas para guiar nossa presença e formas de observação em campo. Se apropriar de seus princípios como um fio condutor de posturas e definição de objetivos em campo.

Gilberto Velho (1980) faz reflexões pertinentes sobre a atuação do antropólogo pesquisando em sua própria cidade. que podem ser úteis na reflexão sobre nossos desafios e potencialidades em campo.

Segundo o autor,

a possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas (Velho, 1980, p. 16).

Ao nos aproximarmos de grupos e sujeitos que compartilham vivências espaciais conosco, mesmo que desalinhadas e sobre outros lugares, precisamos tomar cuidados para não pensar que existe aí uma isonomia de sentidos, visto que “há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos” (Velho, 1980, p. 16).

Essa proximidade com os grupos que estudamos, tanto a nível urbano, enquanto moradores de uma mesma cidade, quanto a nível de interação direta, como frequentadores de mesmos espaços que partilham de objetivos ou demandas, não necessariamente representa um problema para a realização de uma pesquisa em moldes etnográficos, isso porque para que esse trabalho seja realizado é necessário “manter uma atitude de estranhamento diante do que se passa não só a sua volta como com ele mesmo” (Velho, 1980, p. 16). Isso tudo de acordo com a postura a ser assumida, descrita anteriormente.

José Guilherme Cantor Magnani (2002), define alguns parâmetros para as abordagens que até então vinham sido determinantes na questão urbana. O autor destaca que o lugar comum das análises dos processos urbanos tem como

característica a ausência de atores sociais, ou ao menos de certos atores sociais. Trata-se da invisibilidade de grupos que não fazem parte dos representantes do capital, ou agentes clássicos da produção do espaço em uma perspectiva macro que envolve os grandes processos que moldam a cidade (Magnani, 2002). A proposição do autor, de uma etnografia “de perto e de dentro”, tem como objetivo se aproximar de um urbanismo socialmente incluyente que consiga enxergar grupos e práticas que geralmente são ocultados.

Assim, o autor propõe “resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como “de fora e de longe” (Magnani, 2002). A antropologia, nesse sentido, e o método etnográfico que mais especificamente, oferece uma forma de apreensão desses fenômenos relativamente micro que se diferenciam em natureza daqueles considerados em escala macro.

A estratégia proposta por Magnani (2002) se baseia em um olhar que acompanhe os arranjos dos próprios sujeitos, de seus trajetos, relações e utilizações de equipamentos urbanos em dois polos: o primeiro sobre os sujeitos estudados, seus grupos e as práticas estudadas e o segundo sobre a paisagem em que essa prática se desenvolve.

Para que o estudo possa fazer uso de uma inteligibilidade é necessário que o pesquisador consiga perceber os aspectos que representam as regularidades e padrões das ações dos grupos estudados. Para isso Magnani (2002) diz que é necessária uma contrapartida no plano da teoria: a ideia de totalidade como pressuposto.

Essa totalidade pode ser compreendida a partir de duas características: a primeira é a visão clássica de comunidade, “em que os membros se conhecem, mantém relações face-a-face, estão ligados por padrões de troca interpessoal, etc.” (Magnani, 2002, p. 19); a segunda “diz respeito à dupla face que representa: de um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro lado, como é percebida e descrita pelo investigador” (Magnani, 2002, p. 19). Essa totalidade, portanto, é uma construção em dois planos: de um lado as experiências vividas e reconhecidas pelos atores sociais e por outro lado identificadas e compreendidas pelo pesquisador.

O método etnográfico, conforme Magnani,

não se confunde nem se reduz à uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo

de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (Magnani, 2002, p. 17).

Neste trabalho priorizamos procedimentos orientados pela etnografia urbana por entender que é a melhor forma de nos aproximarmos dos grupos objetivados e manter com eles relações complexas que nos permitam compreender suas objetividades. Dito isso, a orientação teórica em etnografia que escolhemos para a realização deste trabalho foi a do Interacionismo Simbólico.

Segundo Michael Angrosino os interacionistas “preferem ver as pessoas como agentes ativos e não como partes permutáveis de um grande organismo, sofrendo passivamente a ação de forças externas a elas mesmas” (Angrosino, 2009, p. 20). Trata-se de uma orientação em que se encara a sociedade enquanto um conjunto dinâmico de interações em constante mudança.

O autor apresenta alguns pressupostos gerais da orientação interacionista que nos ajudam a compreendê-la inicialmente. O primeiro é que as pessoas vivem em um mundo de significados que podem ser codificados como símbolos, compartilhados por meio de interações dentro de um grupo específico. O segundo é que estes símbolos motivam as pessoas a desempenharem atividades dentro desse sistema de sentidos. O terceiro é que a mente humana cresce e se transforma como respostas à qualidade e extensões das interações construídas em torno dos indivíduos. O quarto é que o eu (ou o self) é, também, uma construção social, pois a própria noção de quem somos é construída a partir e ao longo da relação com outros indivíduos (Angrosino, 2009).

Esses pressupostos resumem uma abordagem preocupada com as subjetividades que emanam das relações construídas a partir e dentre os sujeitos e seus grupos. A pesquisa de campo, a partir dessa orientação, busca compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas ações, levando o pesquisador a imergir no seu mundo e despir-se de uma condição neutra: “a chave para a etnografia interacionista é descobrir o sistema de símbolos que dá significado ao que as pessoas pensam e fazem” (Angrosino, 2009, p. 21). Acreditamos que essa possa ser uma chave para compreender os pontos de aproximação e afastamento dos movimentos e ativismos estudados. Um passo no sentido de entender suas diferenças e focos de ação.

Baseado na proposta de considerar os movimentos e grupos das comunidades que agem sobre os espaços públicos de forma a levar em conta as relações de poder

que constroem sobre os territórios, impondo-se enquanto sujeitos ativos no espaço, acreditamos que as escolhas metodológicas são adequadas para este projeto.

As observações em campo foram realizadas em encontros de articulação de grupos e movimentos, ações em espaços públicos e em espaços de encontro de sujeitos interiores ao movimento ou exteriores a ele. Neste momento focamos nos comportamentos e atividades realizadas pelos indivíduos que estavam presentes no local da pesquisa, com o intuito de compreender estratégias e opções existentes no horizonte das demandas. Optamos por utilizar uma ficha semiestruturada de observação, mas que permita a abertura a quaisquer manifestações que possam ocorrer em campo. Buscamos adotar o papel de pesquisador-participante, nos inserindo no campo de pesquisa não apenas enquanto observador. Tivemos a intenção de obter algumas informações nesta etapa da pesquisa: a) características dos grupos e movimentos que expliquem a coesão de pautas e objetivos; b) formas de violência que sofrem em seu cotidiano de ativismos; c) espaços potencializam suas demandas e são preferidos para ações dos grupos e movimentos; d) o perfil dos grupos e movimentos mais impactados pela violência e exercício de poderes hegemônicos nos territórios; e) a diversidade de estratégias de resistência dos grupos e movimentos; f) resultados e desafios encontrados pelos grupos em suas ações.

Além da observação em campo realizamos entrevistas de forma semiestruturada, em forma de diálogo com o objetivo de levantar os dados requeridos pelas questões de pesquisa. Optamos por não realizar entrevistas estruturadas por julgar que o contato menos formal seria o melhor caminho para estabelecer relações de confiança com os sujeitos estudados, assim como para não limitar a abrangência de informações que poderíamos conseguir nessas conversas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas tanto de forma individual quanto de forma grupal, com protagonistas do movimento, participantes assíduos, pessoas que não participam do movimento, mas que estavam presentes no local das atividades e moradores dos bairros estudados. Nossos objetivos com as entrevistas foram o de identificar a) motivações para a composição dos grupos e movimentos; b) quais os principais antagonismos percebidos pelos sujeitos nos territórios; c) quais os impactos dos projetos aplicados pelo Estado nos territórios a partir da percepção dos sujeitos; d) quais as principais formas de violência sofridas pelos sujeitos no cotidiano periférico; e) quais as estratégias de resistência e protagonismo exercidas pelos grupos e movimentos que os sujeitos compõem; f) quais os principais objetivos dos

grupos e movimentos que os sujeitos compõem; g) quais os resultados já alcançados pelas ações postas em prática de forma coletiva; h) quais os desafios ainda postos para o pleno exercício de direitos nos espaços públicos em seus territórios.

Esses procedimentos culminaram na construção de um *corpus* de pesquisa, como princípio orientador de coleta de dados. Essa decisão se baseia em nosso desejo de construir um trabalho compromissado com a prestação de contas pública, conforme defende Bauer e Graskell (2002). Ao delinear nossa seleção com base nos objetivos propostos é possível tipificar atributos conhecidos e desconhecidos. O *corpus* de pesquisa é, portanto, “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com o qual ele trabalhará (Barthes, 1967, p. 96 *apud* Bauer e Graskell, 2002, p. 44).

O *corpus* de pesquisa é um sistema que cresce continuamente, e sua seleção, na pesquisa qualitativa, deve obedecer a uma ordem cíclica, contínua, que nos ajudará a compreender a quantidade e variedade de dados necessária para realizar as análises necessárias. Por mais complexa que seja a construção de um *corpus* de pesquisa, seguiremos os passos propostos por Bauer e Graskell (2002): a seleção preliminar dos dados para se ter noções da variação deles, agrupando-os por tipos; a análise desses dados sob os fins do projeto; novas seleções de dados que possam oferecer avanços e enriquecimento do *corpus*; repetição deste processo até que a variação seja saturada e pouco de novo possa ser encontrado, ao menos sob a ótica dos objetivos propostos. Seguiremos os passos de seleção de material obtido, análise dos mesmos e re-seleção até que se atinja o ponto de saturação de acordo com os objetivos propostos.

A terceira dimensão definida por Bauer e Graskell é a do tratamento e análise dos dados. Esta etapa seguiu os seguintes passos: organização dos dados obtidos com base nas questões de pesquisa apresentadas, decodificação desses dados e de sua organização em categorias que possibilitem a análise posterior e exposição dos resultados, organizados conforme os objetivos propostos.

Considerando o caráter interdisciplinar desta pesquisa, nosso foco em expressões de resistência de movimentos ligados às diversas formas de manifestações culturais, a natureza central dos sujeitos em nossa proposta e raiz de nossa abordagem qualitativa sob orientação etnográfica, vamos utilizar a perspectiva pós-estruturalista nesta pesquisa, mais especificamente a teoria dos estudos culturais.

Stuart Hall nos oferece algumas noções sobre essa abordagem. A primeira delas é a de que não se trata de uma escola de pensamento, mas sim uma junção de diversas práticas que objetivam a leitura da sociedade como uma construção social subjetiva. No Pós-Estruturalismo há um rompimento com uma concepção humana universal em prol de uma perspectiva pluralizada, que admite sujeitos diferentes em contextos diversos (Hall, 1998).

Uma característica importante dessa perspectiva é, não apenas, o fato de se questionar o *status quo*, mas a forma como se faz isso. Se em outras escolas de pensamento é comum se concentrar em questões econômicas, vinculadas ao modo de reprodução capitalista, no pós-estruturalismo se admitem outros processos de dominação, não excludentes, mas relacionados, como é o caso da raça, etnia, gênero e sexualidade, principalmente.

A teoria dos Estudos Culturais, de forma mais específica, diz que a cultura abrange tanto produções culturais, ou os produtos derivados e corporificados da cultura, quanto as suas práticas. Aqui se entende cultura como algo entrelaçado às práticas sociais: uma forma de se fazer história (Hall, 1980). Essa outra forma de leitura das relações sociais nos ajudará a entender outras formas de dominação, que vão além da de classe e são lidas por meio de contextos singulares, segundo os recortes citados anteriormente e por meio de ações ligadas à cultura, no espaço público.

Em resumo, Hall (2010) acredita que, nas sociedades capitalistas, a cultura se apresenta como uma forma de resistência às desigualdades de gênero, raça, etnia e sexualidade. É justamente nos espaços sociais que os grupos subordinados buscam estratégias e frentes de resistência aos interesses hegemônicos. (Hall, 2010). Nesta perspectiva,

Com a extensão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas, considera-se em foco toda produção de sentido. O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como, o desprendimento do sentido de cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas (Escosteguy, 1998, p. 90).

Pretendemos, portanto, analisar os dados obtidos por meio da perspectiva de uma multiculturalidade expressa por meio da ação dos movimentos, ativismos, sujeitos e suas práticas. Acreditamos que será possível compreender suas particularidades, demandas e estratégias de resistência.

A quarta e última dimensão descrita por Bauer e Graskell é a definição dos interesses de pesquisa e sua comunicação à comunidade. No seio das pesquisas sociais, consideraremos que é a metodologia o meio retórico por meio do qual se pode exercer formas específicas de persuasão à sociedade. Nesse contexto, o de comunicar os resultados, não cairemos na ilusão de uma racionalidade livre do *páthos* ou do *ethos*. Por fim, consideramos que essa etapa é parte fundamental da responsabilidade pública da pesquisa e deve estar à altura da mesma (Bauer e Graskell, 2002).

Nesse contexto,

o ideal científico não é perdido, mas é preservado, a partir de uma motivação coletiva para se construir e conservar esta forma específica de persuasão científica - isto é, manter uma retórica em favor do *logos*, reduzindo o *ethos* e o *pathos* na comunicação." (Bauer e Graskell, 2002, p. 29).

Nosso objetivo, portanto, é o no sentido de comunicar uma pesquisa em prol de interesses emancipatórios dos grupos e indivíduos estudados. Para isso é essencial que haja direcionamento desta comunicação tanto à comunidade acadêmica como aos próprios sujeitos da pesquisa, já que

O potencial emancipatório do conhecimento é posto à prova - e na verdade pode ser concretizado - somente a partir do diálogo, quando os objetivos das afirmações teóricas se transformam em participantes ativos no processo incipiente de autenticação (Bauman, 1976, p. 106 *apud* Bauer e Graskell, p. 34).

Deve ser parte integrante do processo de pesquisa a aceitação desta pelo seu público-alvo, de modo que acreditemos que deva haver acompanhamento ativo das etapas pelos sujeitos envolvidos. Conscientes de que esta não é uma tarefa simples, acreditamos que a melhor alternativa é a consulta e apresentação de nossos procedimentos e resultados junto aos sujeitos da pesquisa.

A prontidão dos pesquisadores em questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subsequentes de acordo os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada." (Bauer e Graskell, 2002, p. 35).

Esses resultados estão expostos de forma narrativa, integralizando elementos teóricos e empíricos tanto da perspectiva do pesquisador quanto da perspectiva dos sujeitos estudados (Creswell, 2007).

3 Periferias urbanas e disputas na Região Metropolitana De Belém

Neste capítulo apresentaremos um panorama sobre o estado em que as periferias de Belém se encontram na atual configuração de agentes e poderes que agem em bairros da cidade. Pretendemos, com isso, demonstrar que nas últimas décadas novas forças se instalaram na cidade, dominando porções do território periférico e estabelecendo normas de conduta e exploração que se assentaram de forma paralela sobre as pessoas que ali vivem. Para isso exploramos a vasta literatura e densa documentação oferecida por pesquisadores, organizações da sociedade civil, órgãos estatais, imprensa e movimentos sociais. Somamos a isso nossas experiências em campo, conversas e entrevistas decorrentes da aproximação com sujeitos-chave desta pesquisa, mirando uma compreensão contextualizada dos impactos sobre a vida e o exercício de direitos básicos.

3.1 Novos e velhos problemas nas periferias de Belém

A cidade de Belém possui um histórico de concentração, expansão e desconcentração urbana fragmentado e, assim como em outras cidades do Brasil, marcado pela assimetria na distribuição de equipamentos, recursos e, portanto, caracterizada pela desigualdade.

A cidade é uma península margeada por rios e possui um terreno plano que se divide e foi transformado, ao longo dos seus mais de 400 anos de história, entre áreas de terra firme e áreas alagadas, cortadas por igarapés em boa parte dos 1.059,458 Km² sua extensão. A ocupação da cidade e o desenho urbano se alterou diversas vezes a partir de políticas de habitação e especulações imobiliárias que diferenciaram perfis demográficos entre os bairros da cidade. Essa distribuição desigual, configurou uma urbanização fragmentada que, como sistematicamente observado em diversos casos no Brasil, resulta em segregação socioespacial.

Essa diferenciação é caracterizada por diversos elementos que são comuns aos espaços periféricos de cidades da América Latina: assentamentos precários, autoconstruções, escassez de serviços do circuito superior da economia, saneamento

básico limitado ou inexistente, equipamentos urbanos de saúde, cidadania⁶ e educação menos concentrados e um intenso sentimento de insegurança motivado pela reprodução de violências diversas perpetradas por diferentes agentes (Zibechi, 2015).

Esse último item é discutido neste trabalho com mais profundidade, nos capítulos seguintes, mas é necessário frisar que todos os elementos acima estão correlacionados e conformam um sistema intrínseco de violências, em um sentido mais amplo, que vão além das ameaças diretas à vida da população destes bairros, mas que, de qualquer forma, atentam contra a segurança individual e comunitária em espaços periféricos da cidade.

Na sessão seguinte falaremos sobre o que acreditamos ser um estado de disputa territorial que caracteriza a situação em grande parte do espaço periférico da Região Metropolitana de Belém, com maior atenção aos bairros sobre incidência dos movimentos estudados, com o intuito de demonstrar, empiricamente, que a cidadania, em Belém, está diretamente ameaçada pela ação de agentes diversos, que por meio de ações de espectro amplo minam e limitam direitos básicos.

Antes disso vamos destacar os espaços em que focamos nossas análises, sob um critério que, curiosamente, visto principalmente o forte caráter territorial do problema aqui enfrentado, não parte dos bairros em si, mas sim das iniciativas de movimentos, ativismos e indivíduos que, motivados, mesmo que em parte, pela questão da insegurança urbana periférica, agem sobre esses territórios e produzem lutas que vão além da resistência.

Ao invés de pensar nosso recorte espacial em termos de zonas delimitadas pelos bairros ou de áreas seccionadas da malha urbana belenense, preferimos pensá-lo a partir da ação dos sujeitos mencionados acima e de seus movimentos na cidade, a partir de suas atuações e ativismos, principalmente. Outros elementos de diferenciação do recorte podem surgir pela ação de outros agentes, como o Estado ou organizações criminosas, mas isso será abordado de forma proporcional nos capítulos seguintes.

Os movimentos escolhidos para compor essa pesquisa refletem vontades e esforços ligados aos problemas enfrentados e às potencialidades das periferias de

⁶ Aqui nos referimos principalmente aos centros de emissão de documentos, oferta de atividades esportivas, centros culturais e afins.

Belém, de forma que cada um carrega objetividades que nascem da vivência e do cotidiano de seus lugares.

Nos aproximamos de forma direta de iniciativas que são fundadas em bairros periféricos de Belém e fazem suas manifestações em espaços diversos, principalmente, mas que mantém uma atuação ampla e ostensiva na ocupação de outras fronteiras, sejam elas de natureza comunitária, política e institucional.

Tomamos a decisão, ao longo do processo de pesquisa, de acompanhar os movimentos para além de suas sedes, imergindo em manifestações do cotidiano de sujeitos que constroem diversos ativismos e circulam espaços da cidade de forma ativa, formando circuitos diversos que englobam a periferia da cidade como uma unidade complexa e fragmentada.

Dessa forma, não conseguimos delimitar nosso recorte por bairros ou porções de bairros, visto que a ação desses sujeitos não se limita às ruas, comunidades ou bairros específicos, salvo algumas exceções. Sua atuação é multiescalar e flexível, se transformando e recriando à medida que as demandas mudam ou novas demandas surgem.

O Coletivo Tela Firme, como exceção, tem um foco de ação concentrado no bairro da Terra Firme, se propondo a uma metodologia consolidada com um recorte definido, mesmo que haja exceções. Sua sede está no bairro, a maioria das pessoas que constroem o coletivo estão no bairro e os objetos e sujeitos de suas produções são do bairro.

A iniciativa que teve início a partir da organização de jovens moradores do Bairro da Terra Firme (Montese), em Belém, que realiza projetos audiovisuais visando a popularização do cinema enquanto prática em espaços periféricos, mesmo que suas ações vão muito além disso. Ao longo dos anos várias produções que buscam representar o bairro para além das marginalizações impregnadas no senso comum pela mídia, principalmente programas policiais, foram exibidas em espaços estratégicos, para públicos variados, e puderam contribuir para uma mudança de paradigma quanto à percepção sobre a Terra Firme, tanto dos seus moradores, mas, principalmente, de pessoas de outros bairros.

O bairro da Terra Firme está localizado na zona sul da capital e compõe o que se costuma chamar de periferia de Belém, no Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), como é possível localizar no Mapa 1. A ocupação do bairro data de meados dos anos 1940, sempre marcada pela expansão forçada da cidade e pela repulsão de

camadas mais pobres da população das áreas centrais, em direção à terrenos alagados nos limites da primeira légua patrimonial do município. Esse processo, como aponta Lira (2018), foi amplamente marcado por desigualdades sociais, pobreza e conflitos diversos que se vinculam às formas de apropriação e ocupação do espaço, pouco adequado.

Com o nome oficial de Montese, desde 1996, o bairro possui uma população de cerca de 61,5 mil habitantes (IBGE, 2022). O nome oficial, que faz referência à Batalha de Montese, conhecida pela participação de tropas brasileiras na Segunda guerra Mundial, é pouco aceito e utilizado pelos moradores, que preferem 'Terra Firme' como denominação ao seu lugar de moradia.

Hoje o bairro é geralmente referenciado por conta de uma série de características que serão citadas aqui e que dão conta, em grande parte, dos outros bairros que trabalhamos: alta concentração de trabalhadores de baixa renda, pelas moradias autoconstruídas e em grande parte com algum grau de vulnerabilidade estrutural, pelas ruas sem pavimentação adequada, pelo sistema de saneamento deficiente, pela coleta irregular de lixo, pela escassez de áreas de lazer ou equipamentos de saúde pública e pelo transporte público que não dá conta da demanda (Lira, 2018).

Os problemas acima são ainda amplamente aprofundados pela estigmatização que a população sofre, de modo que elas são duplamente vitimizadas pela condição periférica e marginalizadas pela condição adicional a que são submetidas: a violência e a sensação de insegurança.

É nesse contexto que diversas iniciativas de resistência, denúncia e ressignificação surgem e se fortalecem, com o intuito de transformar os espaços da vida e do trabalho nesses bairros e de valorizar adjetivos que são comumente ignorados ou até mesmo ameaçados por agentes diversos, externos e internos ao território.

O Centro de Estudos e defesa do Negro no Pará (CEDENPA), por sua vez, é um dos movimentos mais antigos de Belém em plena atividade, datando do início dos anos 1980 e com diversas e profundas contribuições a nível local e regional em temas relacionados ao combate ao racismo, à discriminação racial e à violência institucional contra pessoas negras. A interseccionalidade de pautas como a proteção de crianças e adolescentes, defesa de vidas LGBTQIAP+, promoção de educação popular e acessibilidade. Suas ações são, portanto, menos concentradas. As pessoas que

compõem o corpo do movimento negro e fazem parte do CEDENPA moram em diversos bairros periféricos de Belém, realizam atividades em diversos temas transversais à questão negra e promovem ações amplamente distribuídas tanto espacialmente, quanto institucionalmente.

Suas estratégias concentram ações de conscientização popular, promoção de cultura popular com valorização de matrizes africanas e participação ativa institucional em conselhos deliberativos em níveis estadual e municipal, com o intuito de propor e cobrar por políticas públicas amplas e efetivas em saúde, educação, segurança e equidade racial.

Espaços como o Conselho Estadual de Segurança Pública, órgão deliberativo vinculado ao Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, a Coordenadoria Antirracista do Município de Belém, fundada a partir da iniciativa de diversos movimentos sociais da cidade, o Conselho Municipal de Segurança Pública, previsto pelo Plano Municipal de Segurança Pública e Seguridade Social, são alguns dos principais espaços ocupados pelo CEDENPA que discutem o tema da segurança pública e da defesa de pessoas negras periféricas em Belém.

A sede do movimento fica no bairro da Cremação, na Zona Sul de Belém, primeira légua patrimonial da cidade, e se encontra próximo não apenas do centro comercial e histórico da capital, mas também em uma área de contato tanto com bairros periféricos quanto com áreas nobres. Essa localização dota o bairro de zonas de transição perceptíveis e, em vários pontos, abruptas. Entre vielas pouco pavimentadas, canais a céu aberto, saneamento deficientes e vários dos problemas citados anteriormente, é possível encontrar segmentos de largas avenidas, em um centro estendido com diversos serviços, comércios, residências de classe média e acesso facilitado ao transporte público.

O prédio ocupado pelo CEDENPA é um símbolo de resistências, lutas, denúncias e conquistas para a população negra do Pará. Serve como um local de acolhimento para pessoas vulnerabilizadas, em especial jovens negros vítimas de violências diversas, mas também como um polarizador de estudos sobre as condições do negro no Pará, um centro de valorização da cultura africana em ritmos, produção de instrumentos, realização de ritos religiosos e, principalmente, um espaço aberto para outros movimentos. Existe um acolhimento histórico, a partir da atuação do CEDENPA, de iniciativas e ativismos populares de bairros periféricos de Belém.

Esse “*hub*” popular e incubador de lideranças periféricas é importante para a cena do bairro da Cremação, assim como de bairros próximos, como o Jurunas, o Guamá, a Terra Firme e Condor. Em nível municipal, e até metropolitano, recebendo pessoas de Ananindeua e Marituba, essa importância se multiplica para além do que conseguimos observar.

Outra iniciativa estudada é o Instituto Marcinho Megas Kamaradas (IMMK), que surge de um episódio violento vivido pela cidade de Belém em 2014, em que diversas famílias da cidade de Belém foram vitimadas pelo assassinato de adolescentes e jovens. Nos referimos à chacina de Belém, como ficou conhecida, evento que seguiu o assassinato do Cabo Pet, policial que supostamente mantinha ligações com o crime organizado e que mobilizou operações policiais que por dias estabeleceu toques de recolher e diversas vítimas por vários bairros da capital. Sobre esse capítulo de nossa história recente reservamos um espaço mais amplo a seguir.

Uma das pessoas que perdeu a vida nessa chacina foi Marcio de Souza Rodrigues, o Marcinho “Pitbull”, jovem de 22 anos morto com um tiro nas costas na rua em que morava, no bairro do Tapanã, em Belém. Marcinho foi uma das muitas vítimas desse evento, e a manutenção de suas memórias vivas tem sido o principal objetivo das famílias, quase sempre as mães ou avós.

Uma dessas mães é Suzana Amaral, que transformou a dor da perda do filho em compromisso amplo e fundou o IMMK com um triplo propósito: manter vivas as histórias dos jovens e adolescentes que tiveram suas vidas tomadas pela dinâmica da violência de Belém; acolher as mães e avós que perderam filhos e netos em uma rede de apoio mútuo e a busca por justiça, e ser um canal de defesa de crianças e adolescentes vulnerabilizados em periferias de Belém oferecendo apoio e criando ligações entre as famílias e os órgãos de proteção.

O IMMK hoje atua em diversos bairros de Belém, com maior concentração de ações com famílias do Tapanã, Maracangalha e Pratinha (Mapa 2), estabelecendo uma rede de ações que vão desde a realização de eventos com a comunidade científica, representantes políticos, outros movimentos sociais, mas também espaços de contação de histórias, formação com comunidades, acolhimento de mães, presença em audiências, atos e outros lugares em que a pauta seja necessária, seja na rua, em praças, sedes de organizações ou espaços institucionais.

Uma constante nessa ação é o movimento por vários territórios periféricos da cidade de Belém para atender as demandas postas e a necessidade de manter

vínculos com os espaços mais vulnerabilizados e marcados pela violência como uma constante, somada às características destacadas ao falarmos do Bairro da Terra Firme.

Por fim, tratamos de um espaço que agrupa vários sujeitos com vivências e objetivos comuns. Propusemos, inicialmente, o acompanhamento de um espaço situado na periferia de Belém, mais especificamente no bairro do Jurunas, que funciona como um *coworking*⁷ e centro cultural voltado para iniciativas periféricas. Se trata do Gueto Hub, fruto do desejo de um grupo de jovens periféricos de Belém de conceber um núcleo de incubação para projetos sociais e empreendimentos com incidências nos territórios mais vulnerabilizados da cidade.

Durante a aproximação com este espaço percebemos que havia uma movimentação em andamento, com o intuito de construir uma rede de articulações entre movimentos com foco em ações voltadas para o uso de espaços e equipamentos urbanos com foco na cidadania.

Essa articulação culminou, em 2023, na I Conferência das Baixadas, em que vários desses ativismos se reuniram para discutir a importância da centralização das periferias de Belém nos debates sobre clima e sociedade, dada a marginalização desses espaços e indivíduos nos grandes eventos sobre o tema.

Essa coalização ganhou força com a escolha de Belém como sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30), evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de debater temas ambientais e climáticos com impacto global, e, teoricamente, definir metas e agendas comuns às econômicas mundiais.

Em meio à atração da atenção mundial que envolveu a cidade, nasce a COP das baixadas. Se trata de um movimento com objetivo de provocar incidências em bairros periféricos da cidade, com foco em ações climáticas, atividades culturais, como o fomento ao esporte e ao lazer. A comissão organizadora indica que a principal missão é “fortalecer as narrativas em defesa da Amazônia, de justiça climática e social para o território e suas populações”. Não há como precisar, à altura da realização desta pesquisa, o impacto das ações desta iniciativa nos rumos da COP 30, mas tentamos compreender suas ações na construção do que chamam de *Yellow Zone*,

⁷ Espaço coletivo de trabalho em que vários indivíduos ou grupos podem usufruir de equipamento e recursos adequados para atividades de escritório, geralmente voltado para trabalhadores remotos ou para empresas que não possuem endereço fiscal.

zona para realização de eventos que ocorre de forma paralela à *Green Zone* e à *Blue Zone*, zonas oficiais do evento da ONU.

A criação da *Yellow Zone* demanda maior foco nos territórios periféricos de Belém, em um polígono estabelecido em torno do centro da cidade e envolve ao menos 16 movimentos, organizações, órgãos e ativismos que conformam a Coalização COP das baixadas. São eles: espaço educativo Seja Democracia, Comunidade Pedala Mana, Palmares Laboratório-ação, Coletivo Miri, Instituto Mapinguari, Coletivo Pará Ciclo, Coletivo Negritar, Produtora Na Cuia, Produtora Maré Cheia, Organização Mandí, Rede Jandyras, Coletivo Bike Anjo, Biblioteca solidária Barca Literária, CEDENPA e Espaço Cultural Chibé.

Se trata de um projeto em expansão e essa lista pode crescer até a realização do evento, mas ao momento que fechamos a redação desta pesquisa notamos que já se trata de uma densa e diversa rede, que aglutina diferentes abordagens, públicos e possibilidades compartilhando um dentre os vários objetivos que guiam suas ações.

Em resumo, esses movimentos trabalham com causas que são inerentes à periferia de Belém como um todo. Mesmo que se aproximem de demandas particulares, ou mais perceptíveis, em um bairro ou outro, podemos perceber atributos compartilhados por espaços que fazem parte de uma mesma dinâmica metropolitana. Acreditamos que tratar das ações do Instituto Marcinho pensando em suas ações concentradas no Tapanã ou na Maracangalha (onde tem sede), seria limitador para a compreensão da amplitude de seu impacto nas periferias de Belém e no seu público-alvo. Da mesma forma, sendo a sede do CEDENPA no bairro da Cremação, o alcance de suas ações vai até lugares distantes da cidade.

Além dos movimentos, a ação dos agentes da violência que tratamos aqui não se delimitam a ruas, praças ou bairros, mas criam seus próprios limites fronteiras na malha urbana, se espalhando por quase toda a extensão periférica de Belém, que não é pequena.

Segundo o censo do IBGE de 2022, Belém é uma das cidades brasileiras com maior concentração populacional em áreas de favelas, denominação que volta a ser utilizada em substituição à “aglomerados subnormais”, como no último censo, em 2010. O conceito anterior é definido como um

Conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia e estando

dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa (IBGE, 2024, p. 27).

Nessa conceitualização se enquadraram diversos bairros da periferia de Belém, que foram ocupados de forma espontânea e sem os recursos necessários para mitigar muitas das vulnerabilidades que se fazem presentes até hoje, mais presentes na definição atual, de “favelas e comunidades urbanas”, definida enquanto espaços com

Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse e, pelo menos, um do demais critérios abaixo: (...) ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; (...) predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; (...) localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística. (IBGE, 2024, p. 53, 54).

As características acima podem ser observadas em diversas cidades brasileiras, em diferentes graus, visto que os processos de produção do espaço estão sujeitos a processos semelhantes sob um mesmo sistema de produção capitalista e periférico. Em Belém, algumas particularidades se destacam e oferecem um perfil regional mais preciso.

O fato é que a cidade, junto a Ananindeua e Marituba, na região metropolitana, está dentre as 5 com maior porcentagem populacional vivendo nessas condições. 57% dos belenenses vivem em favelas e comunidades urbanas, proporção muita acima da média nacional, de 8% (IBGE, 2022). Isso significa que 745 mil pessoas ocupam espaços com algum grau de precarização urbana.

Segundo o censo (IBGE, 2022) existem cerca de 214 localidades consideradas favelas e comunidades urbanas, em Belém. As com o maior número de moradores se localizam na primeira légua patrimonial da cidade: Baixada da Estrada Nova Jurunas, no Jurunas (43 mil); Baixada da Condor, na Condor (31 mil), Baixada do Guamá. No Guamá (25 mil), Bacia do Una-Pedreira, na Pedreira (24 mil), Bacia do Una-Telégrafo, no Telégrafo (24 mil), Paar (23 mil), Bacia do Una-Barreiro, no Barreiro (22 mil), Montese Tucunduba, na Terra Firme (17 mil) e Bacia Tucunduba Guamá, no Guamá (16 mil). Estes bairros são identificados no Mapa 1.

Nesses lugares predomina o sexo feminino (51,7%) sobre o masculino (48,3%), mas em idades mais avançadas, principalmente 70+, a discrepância se intensifica, com 60% de mulheres e 39,6% de homens. Isso indica que a longevidade é maior entre as mulheres enquanto os homens possuem expectativa de vida menor nesses

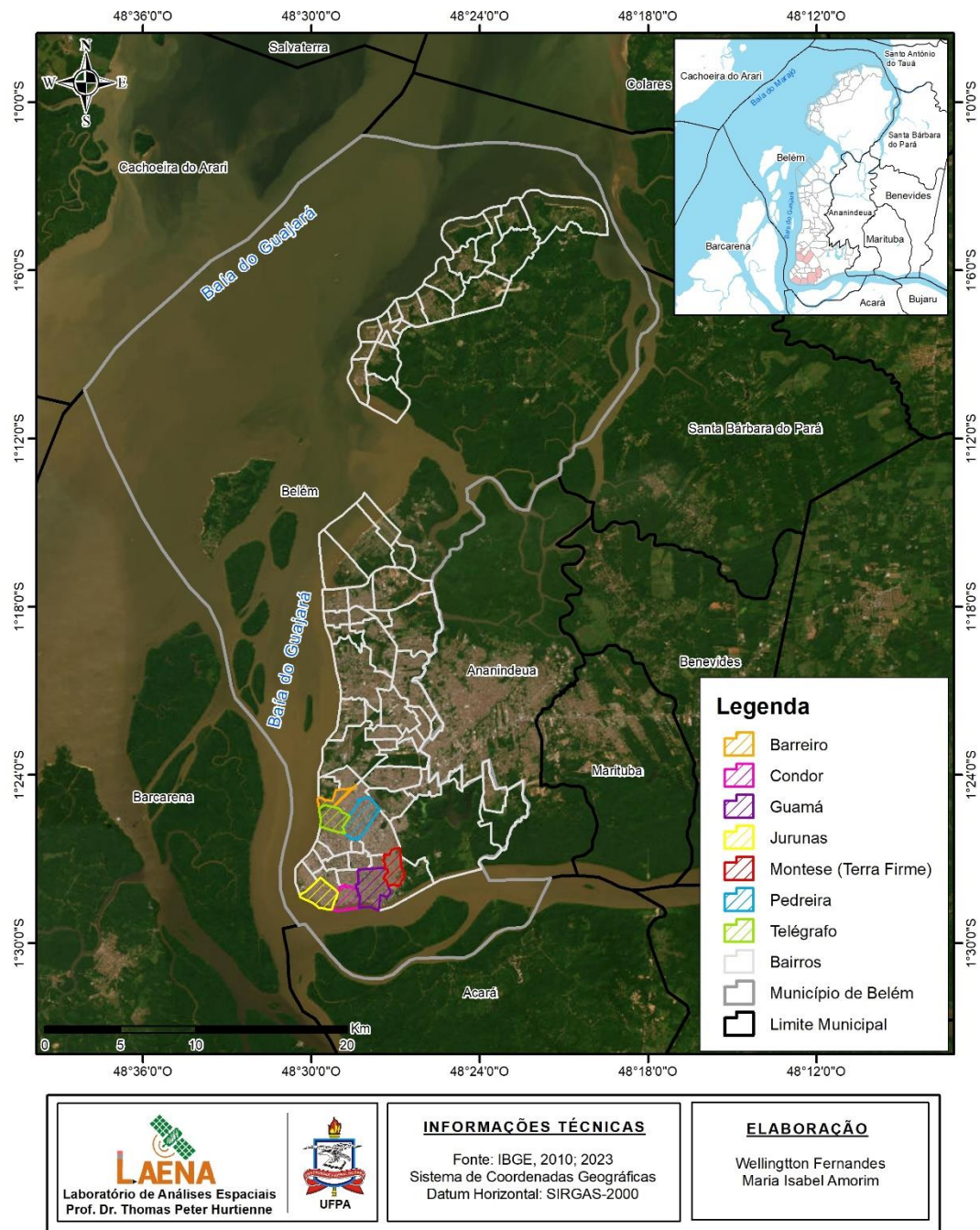
lugares. Pessoas negras, que englobam pretas e pardas, somam mais de 1.200.000 da população de Belém, cerca de 93% do total (IBGE, 2022).

A formação desses espaços está diretamente associada à evolução metropolitana de Belém a partir do século XX, em que processos de expansão e desconcentração urbanas passam a ocupar novas áreas. Trindade Junior (2016) afirma que, até a década de 1950, havia um padrão de ocupação bem definido que priorizava as porções mais altas da cidade, com um desenho urbano irregular muito influenciando pelos arranjos institucionais. Segundo o autor a falta de interesse na ocupação de outras áreas próximas ao centro histórico da cidade se devia, principalmente, pela baixa altimetria e à infraestrutura precária.

Essas áreas precarizadas, conhecidas como baixadas, passaram a ter um papel importante na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1970, como principal fronteira de expansão e ocupação urbana. Couto (2018) destaca que essas áreas também são espaços importantes de resistência e sobrevivência de uma parcela da população belenense que foi inserida de forma precária do mercado imobiliário formal e, dessa forma, desprovidos de serviços urbanos de qualidade.

Essa nova configuração define, segundo Trindade Junior (2016), uma mudança de uma forma metropolitana compacta para uma forma metropolitana dispersa. Esses novos espaços foram, e ainda são marcados pela expressão de uma desigualdade causada pela distribuição assimétrica dos resultados do recente desenvolvimento econômico decorrente da diversificação produtiva. Essas desigualdades operam em escala nacional, regional e local (Couto, 2018).

Mapa 1- Bairros com as maiores favelas da periferia de Belém.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2025.

Segundo Couto (2018), bairros populares com infraestruturas precárias se consolidavam nas áreas de baixadas mais afastadas do centro, principalmente nos eixos de expansão para além da primeira légua patrimonial como a BR 316 e a Avenida Augusto Montenegro, enquanto nas áreas de baixada mais próximas ao centro receberam políticas públicas de modernização urbana que pouco consideraram

as particularidades do relevo, entrecortado por igarapés que davam acesso ao rio Guamá. Isso contribuiu para que essas políticas fossem limitadas e resultassem na permanência de áreas em condições precarizadas, marcadas pela autoconstrução de alto risco, prevalência de palafitas e ampla falta de saneamento.

Apontamos, ainda, que o processo de afastamento de certos grupos do centro da cidade, em direção às baixadas de Belém, impactou diretamente camadas da população que historicamente são postos à margem dos avanços e da socialização de ganhos no sistema capitalista. Pessoas negras e indígenas foram as principais promotoras da ocupação de baixadas de Belém, tanto pela expulsão do centro pela especulação imobiliária quanto pelo êxodo rural com origem em comunidades tradicionais do nordeste paraense ou de ilhas próximas e cidades do interior do estado.

Longe de romantizar as várias violências sistemáticas e estruturais que marcam a vida das pessoas que vivem em ambientes periféricos de Belém, precisamos dizer que isso não as define. Em nossas conversas tivemos contado com pessoas de várias idades, com diferentes ancestralidades. Filhos e netos de pessoas que vieram de Igarapé-Miri, Moju, Mocajuba e Barcarena, Salvaterra, Breves, dentre vários outros municípios, falam sobre costumes herdados e ainda praticados na forma de cozinhar, de comer e de se comunicar, mantendo relações profundas com seus locais de origem. Dentre as pessoas mais velhas reconhecemos sotaques diferentes que evidenciam a diversidade das periferias de Belém.

Isso tem um peso importante nas práticas comunitárias, visto que existem formas de interação que dificilmente são vistas em bairros centrais ou em condomínios fechados de classe alta. A privatização da vida, marcada pela troca das calçadas pelos veículos, praças por *shoppings* e da vida do bairro pela privacidade e segurança de condomínios fechados, têm tido um impacto direto sobre o uso de espaços públicos e na relação entre grupos e indivíduos diferentes.

Nas ruas dos espaços estudados ainda vemos pessoas sentadas à frente das casas no fim do dia para conversar com seus vizinhos, crianças brincando nas ruas, jovens em praças e outros pontos de encontro conversando ou ouvindo músicas, pessoas de todas as idades jogando futebol, vôlei ou outros esportes de forma conjunta. Além disso, espaços públicos desses bairros são, ainda, muito importantes para a manifestação de identidades socioculturais em movimentos e diferentes tipos de ativismos, em diferentes graus.

Estamos falando sobre eventos de esporte e lazer, grafiteagem, ensaios de dança e música, apresentações teatrais, batalha de *rap*, competições de *break*, contação de histórias, dinâmicas educativas etc. São muitas as ações que têm as ruas e praças da periferia de Belém como principal palco. Isso, no entanto, tem sido cada vez ameaçado por novas formas de controle sobre alguns espaços, com o medo e a violência como principal instrumento.

Em trabalho anterior pudemos acompanhar um grupo específico de jovens que construíam o movimento *hip hop* em Belém do Pará, com especial atenção às batalhas de *rap* que tinham como palco espaços públicos da cidade de Belém (Batalha, 2019). Durante a realização daquela pesquisa nos perguntamos o que motivava o agrupamento dessas pessoas, quais os principais pontos de pauta abordados nesses encontros e quais os seus desafios/potencialidades frente o espaço urbano de uma cidade como Belém.

Nossas respostas foram diversas, riquíssimas em particularidades e sempre em elo com as condições dos lugares das pessoas que construíam os movimentos. No caso particular do movimento *hip hop*, as pautas e manifestações mesclavam estéticas e “modos de ser” globais, importados de uma cultura compartilhada que dá um rosto ao movimento, com questões locais e particularidades que lhe conferem conteúdo. Assim nenhuma cena é igual à outra, ao redor do mundo e localmente.

No contexto da cidade de Belém pudemos perceber a cena era fortemente influenciada pelo ímpeto de retratar o cotidiano periférico, com forte teor de denúncia e comunicação das demandas dos atores que compunham o movimento. Aqui falamos de condições de emprego, renda, locomoção, moradia e saúde, sim, mas há uma especial atenção à insegurança como elemento sempre presente.

As batalhas estudadas eram diretamente atravessadas pela pauta da violência: no momento da escolha dos locais de manifestação, na escolha do horário de encontro, duração do evento e dias de realização. É claro que outros fatores se entrelaçavam a este, como a disponibilidade dos participantes, o substrato físico dos espaços públicos, a movimentação do local no que diz respeito às outras pessoas e até mesmo a densidade de linhas de transporte público. É inegável, no entanto, que nos casos de interrupção, hiato, mudança ou incremento de esforço para dar continuidade, a insegurança era o motivo.

Para citar um exemplo e podermos seguir com as constatações que fazem parte do corpo atual desta pesquisa, precisamos resgatar a experiência da Batalha da

Benedito Monteiro, que ocorria no bairro do Guamá entre 2017 e 2019. Ela ilustra, de forma preliminar, nosso ponto. Na ocasião acompanhávamos a realização dos eventos semanalmente, ao início da noite, que compartilhavam o espaço com outras atividades, diversas. A referida batalha era composta por pessoas muito jovens, a maioria menor de idade, que tinham recursos limitados a uma “caixinha” de som para os *beats*. Eram moradores do bairro do Guamá e poucos que vinham de bairros próximos para construir o evento. A vida destes jovens estava alinhada à vida daquele lugar.

Em 20 de maio de 2019 12 pessoas foram baleadas em um bar localizado na Passagem Jambu, no bairro do Guamá (G1, 2019). 11 pessoas morreram e uma sobreviveu. Isso se deu no contexto da ocupação de 7 bairros da periferia da cidade por 200 agentes da Força Nacional como um primeiro esforço de pacificação para a implementação dos Territórios pela Paz. Essa foi mais uma das chacinas que marcaram essa década na cidade, reavivando um sentimento latente de medo e insegurança.

Não é difícil imaginar que o impacto desse acontecimento foi maior nos entornos do local do atentado, o que significa que o bairro do Guamá viveu dias de tensão, intensa ação de forças policiais, incertezas quanto às motivações e a autoria do crime e a crença de que qualquer pessoa poderia ser uma vítima em potencial.

A Batalha da Benedito Monteiro cessou temporariamente. Seus integrantes compartilhavam das sensações descritas acima, duplamente: ao mesmo tempo que temiam pela ação de grupos de extermínio que agiam na região, ao que tudo indicava discriminadamente e sem preocupação com vítimas colaterais, temiam também pela estigmatização que recaía sobre eles e, portanto, pela ação coercitiva das forças policiais.

Estar no espaço público, à noite, por lazer, sendo um grupo de jovens negros de estética relacionada a uma cultura essencialmente periférica: era o suficiente para que, justificadamente, os próprios se sentissem alvos fáceis de forma generalizada. A marginalização, nesse contexto, ganha materialidade em corpos pretos.

Demorou um pouco até que aqueles jovens pudessem retomar as atividades da Batalha de rimas, no Guamá, logo depois interrompida novamente pela crise sanitária causada pela pandemia da COVID19. As cicatrizes desse evento violento, no entanto, não sararam completamente. O bairro ficou marcado pelo acontecimento,

somado a tantos outros, reforçando imaginários sobre um lugar violento, inseguro e vulnerabilizado.

Não duvidamos que os problemas acima existam, caso contrário a realização desta pesquisa careceria de propósito, mas nos posicionamos no sentido de que eles não definem esses espaços. Uma série de acontecimentos como o narrado acima contribuiu para que algumas narrativas tivessem mais peso na formação da opinião pública do que outras, marginalizando bairros e pessoas em graus diferentes a partir da ação da mídia, de políticas públicas e da vigência de costumes, espontâneos ou mandatórios, que são particulares a esses lugares.

Belém ocupou, em 2018, uma posição entre as dez cidades mais violentas do mundo, segundo o Relatório do Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal da ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz* (2018). Essa pesquisa levou em consideração a relação proporcional entre o número de habitantes e os homicídios em cidades com mais de 300 mil habitantes, relacionando as taxas de crimes violento por 100 mil habitantes. Utilizando apenas dados governamentais, o estudo posicionou Belém na 10ª posição mundial.

Esse título se deve à diversos fatores, não duvidamos, mas alguns deles se destacam e são capazes de responder pelos altos números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na capital paraense. Os principais, que serão abordados como referência neste trabalho, são os atos de violência cometido por organizações criminosas, sejam elas ligadas ao narcotráfico ou às milícias, ou narcomilícias, segundo a definição de Couto (2018). Além disso, as ações e operações policiais são responsáveis por uma parcela muito grande dos casos de violência nas periferias da cidade, definindo o próprio Estado como um dos principais agentes de promoção da violência, principalmente a armada.

Casos emblemáticos marcaram os últimos anos, conferindo narrativas fortes que fortalecem a visão de uma cidade perigosa. O sentimento de insegurança cresceu na população belenense, de forma assimétrica, demonstrando que a segregação socioespacial que define as metrópoles brasileiras não é exceção aqui e tem um papel importante na ação de agentes da violência urbana.

As chacinas talvez sejam os eventos de maior impacto sobre as comunidades, grupos e indivíduos atingidos diretamente ou indiretamente pela violência. Afirmamos isso com a convicção de que outras formas de ataque direto à segurança e à vida

dessas pessoas, ainda que graves, não possuem o impacto que uma ação coordenada, direcionada e concentrada.

A inclusão precária de famílias, empurradas para espaços periféricos com baixo grau de saneamento, mobilidade e acesso a serviços, com subempregos e fragilidade educacional e alimentar são formas de violência que acompanham o cotidiano de várias comunidades em Belém, de forma contínua e agregada à própria marginalização e vulnerabilização dessas pessoas. Nesses casos, no entanto, o sentimento percebido em nossas entrevistas foi o de injustiça a ser superada, ora por esforços individuais, trabalho duro e ascensão social e econômica, ora por meio de lutas coletivas pela garantia dos direitos básicos alienados de grupos inteiros. O tempo de assimilação das transgressões à vida e à existência de sujeitos periféricos é maior e permite o engajamento em estratégias duradouras.

A ocorrência de chacinas, entendidas neste trabalho como um evento em que três ou mais pessoas são vitimadas em um mesmo local ou horário, em circunstâncias semelhantes pelos mesmos alvos, evidencia um tipo de ataque contundente e com muitas repercussões imediatas. Casos que possuem um sentido simbólico poderoso nos locais em que ocorre e possuem a função de “passar mensagens” sobre poder e força nas periferias.

Algumas dessas chacinas foram alvo das investigações da CPI das Milícias, realizada com foco na Chacina de Belém, em 2014, que tratou da existência de grupos de extermínio e milícias no Estado, com envolvimento direto de agentes da Polícia Militar. O relatório cita a chacina de Rondon do Pará, ocorrida em 12 de fevereiro de 2010, a Chacina de Abaetetuba, de 4 de junho de 2011, a Chacina de Santa Izabel, em 27 de agosto de 2011, além dos casos ocorridos em Belém: a Chacina do Tapanã, de 1994 e a Chacina de Icoaraci, de 2011 (Pará, 2015). Posterior a esse relatório ocorrem a Chacina do Guamá, em 2019, citada acima, em que 11 pessoas foram vitimadas em um bar. Segundo nossos critérios de identificação e conforme os dados do Instituto Fogo Cruzado, especializado em geração de dados de violência armada, houve, entre 2023 e 2024, 6 chacinas com 21 vítimas (Fogo Cruzado, 2025).

Esses eventos, portanto, não são raros e muito menos exceções na forma de atuação de grupos de extermínio, em Belém, mas uma ferramenta por meio da qual se exerce poder sobre a vida e a morte das pessoas, regulando o território conforme objetividades arbitrárias.

As chacinas, no entanto, não resumem os episódios violentos nas periferias de Belém, apenas exemplificam, em um extremo uso bruto da força, o poder desses agentes. Na verdade, os números indicam que o cotidiano de abusos à segurança individual e pública são constantes. A seguir resumiremos o que nos dizem os dados, principalmente os governamentais, sobre essa realidade, no período de realização desta pesquisa (2020-2024).

Os dados foram obtidos, majoritariamente, através da página de Consulta de Dados Estatísticos Criminais (CODEC) da SEGUP, aplicando os filtros de “Latrocínio”, “Homicídio” e “Lesão Corporal Seguida de Morte”, em casos não ocorridos em ações e operações policiais e, à parte, aqueles com envolvimento de agentes em serviço. Destacaremos, a seguir, o meio empregado, perfil de vítima, circunstâncias das ocorrências e local, quando possível e aplicável (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados de violência entre 2020 e 2024.

Ano	Ocorrências fora de ação policial	Ocorrências em ação policial
2020	208	76
2021	200	84
2022	182	66
762023	210	76
2024	198	64

Fonte: SEGUP (2025).

Em 2020, foram identificadas 208 ocorrências que não ocorrem em ações ou operações policiais. A maioria dessas ocorrências teve a arma de fogo como principal meio empregado e uso menos numeroso de objetos perfurocortantes. As vítimas mais atingidas por essa violência foram homens cisgênero, na faixa etária entre 18 e 34 anos e com identificação racial de maioria “parda”, mas com indicação de vítimas “brancas”, “pretas” e “indígenas” e “não identificadas”.

Neste ano houve um número expressivo de vítimas indicadas como “usuário de drogas”, indicando que, para o Estado, existe uma correlação clara entre esses fatores. Foram registrados, também, vítimas em situação de rua. Entre as circunstâncias dos episódios, se indica a existência expressiva de violência doméstica (com incidência maior de armas brancas), com indicações abundantes de feminicídio

e mortes com características de execução, sem sinais de confronto. Os casos desse ano ocorreram principalmente em vias e/ou espaços públicos, mas também em residências particulares. O bairro do Guamá foi onde ocorreu a maior parte dos casos, seguido do Tapanã e Jurunas.

Ainda em 2020, foram registradas 76 ocorrências em ações e operações policiais. A arma de fogo foi o único meio empregado pelos agentes nesses casos. As vítimas seguem o mesmo padrão racial, com maioria identificada como parda, com um perfil etário concentrado em jovens entre 18 e 24 anos, mas com incidência de pessoas até os 34 anos, em menor número, majoritariamente homens cis. Aqui se destaca também a baixa escolaridade das vítimas, com a maioria tendo cursado o ensino fundamental de forma incompleta. As circunstâncias indicam muitas intervenções policiais em episódios de assaltos, perseguições e atos relacionados ao uso ou venda de drogas. Vias públicas seguem sendo o principal local em que as ocorrências são registradas, com presença marcante de residências. Tapanã, Terra Firme e Guamá foram os bairros em que mais ocorreram casos.

Em 2021, foram registradas 200 ocorrências que não ocorreram em ações ou operações policiais. O meio empregado principal segue sendo a arma de fogo, em um ano marcado pelo alto índice de homicídios. As vítimas seguem sendo, em maioria, homens cis, jovens adultos entre 18 e 34 anos, de maioria identificada como parda ou preta, com poucas vítimas brancas. Predominam os homicídios, mas também identificamos a ocorrência numerosa de casos de violência doméstica, feminicídio e mortes com características de execução. A maioria dos crimes ocorreu em vias/espços públicos e residências, com mais casos registrados nos bairros do Guamá, Terra Firme e Coqueiro.

As ações e operações policiais registradas em 2021 somam 84 ocorrências com vítimas. Todos os casos ocorreram por meio do uso de arma de fogo. As vítimas são pessoas não brancas, principalmente, definidas como pardas ou pretas, com predominância de idades abaixo dos 24 anos e com o ensino fundamental incompleto e completo. Como no ano anterior, há a definição das vítimas como infratores, mas dessa vez com maior indicação de relação com grupos armados, utilizando indicadores como “traficante”, “usuário” ou “faccionado”. A maioria das ocorrências foi registrada nos bairros do Guamá, Terra Firme, Tapanã e Telégrafo, em vias/espços públicos.

Em 2022, foram registradas 182 ocorrências em Belém que não incluem ações e operações policiais. O principal meio empregado nesses crimes seguem sendo as armas de fogo, mas os registros apresentam também armas perfurocortantes, armas contundentes e outros meios, demonstrando um aumento na precisão da coleta e preenchimento de dados. As vítimas são de maioria não branca, Pardas ou pretas, com predominância de jovens adultos, mas com casos envolvendo adolescentes, entre 12 e 17 anos. Destacam-se, também, as mortes de agentes de segurança pública, em serviço e fora dele. Neste ano se destacaram os homicídios com características de execução, casos envolvendo pessoas em situação de rua e vítimas usuárias de drogas. Novamente, as vias/espços públicos surgem como os principais locais em que se cometem violências. Tapanã, Guamá e Pedreira foram os bairros mais impactados.

66 ocorrências de mortes ações e operações policiais foram registradas em 2022, em Belém. Como já pudemos perceber, o uso da arma de fogo é o único meio empregado quando falamos de letalidade policial, sendo esse o principal instrumento de agentes do estado. As vítimas são homens cis, com um número expressivo de adolescentes e jovens adultos, pretos ou pardos, em sua maioria. A baixa escolaridade segue sendo uma característica dessas vítimas. As mortes decorrentes de ações e operações policiais reúnem vítimas apontadas como envolvidas com atividades ilícitas. A qualificação como “assaltantes” “foragidos”, “traficantes”, “presidiários”, “ex-presidiários”, “faccionados”, e “menores infratores” é bem comum nos dados levantados. Novamente, as vias/espços públicos seguem como o principal local dessas ocorrências. Os bairros com maior incidência foram Terra Firme, Pedreira e Tapanã.

Em 2023, foram registradas 210 ocorrências em Belém, à parte daqueles em ações e operações policiais. O principal meio empregado são as armas de fogo, com pouco uso relativo de armas brancas, como objetos perfurocortantes e contundentes. As pessoas vitimadas em 2023 foram, majoritariamente, homens cis adultos, com pouca identificação de envolvimento com atividades ilícitas, ainda que tenham ocorrido casos envolvendo vítimas menores de idade, pessoas em situação de rua, pessoas usuárias de drogas e policiais militares. As vítimas foram identificadas como pardas, pretas e brancas, respectivamente com relação à incidência nos dados públicos para este período. A ocorrências de homicídios com características de execução seguem sendo registrados nesse ano, ao lado de casos de latrocínio, e

feminicídio em crimes domésticos. Em grande parte, é apontada a relação de vítimas com o mercado de drogas ilícitas. As ocorrências se localizaram, em grande parte, em vias/espços públicos, estabelecimentos comerciais e residências. Os bairros mais afetados com esse tipo de violência foram o Guamá, Terra Firme, Parque Guajará e Tapanã.

O cenário de intervenções de agente do estado que resultaram em vítimas somou 76 ocorrências em 2023. O meio empregado, em totalidade, foi a arma de fogo, principal instrumento dos agentes. As vítimas seguem sendo de maioria esmagadora homens cis, jovens e adultos, pretos e pardos, comumente apontados nos dados governamentais como “usuários de drogas”, “assaltantes” “traficantes” ou “menor infrator”, abordados em situações ilícitas em vias/espços públicos. Os bairros mais atingidos foram Guamá, Agulha, Tapanã e Terra Firme.

Em 2024, foram registradas 198 ocorrências de crimes violentos com vítimas em Belém. Há muitos casos de homicídio com características de execução, com uso predominante de armas de fogo. As vítimas são predominantemente jovens adultos e adultos, homens cis, pretos e pardos. Pessoas com alto grau de vulnerabilidade, como idosos, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas em situação de rua entre as vítimas registradas. Chama a atenção que alguns agentes de segurança figuram tanto quanto vítimas quanto como autores dessas violências. Como nos anos anteriores os espços/vias públicas seguem sendo os principais locais em que essa violência ocorre, seguidos de residências e estabelecimentos comerciais. Guamá, Pedreira, Marambaia e Terra Firme aparecem como os bairros de maior incidência.

Os casos que ocorreram em ações e operações policiais, apenas, somam 64, em 2024, com prevalência do uso de armas de fogo como principal meio empregado. As vítimas seguem com um perfil parecido com o dos últimos anos, com homens cis, jovens e adultos, com baixa escolaridade e em maioria pretos e pardos. Essas pessoas são apontadas como pertencentes a grupos criminosos, usuários de drogas ou assaltantes. Vias e espços públicos são os principais locais em que a letalidade policial se manifesta, concentrada em bairros da periferia de Belém, com maior reincidência do Guamá, Tapanã, Parque Guajará, Tenoné, Pratinha e Jurunas.

Em resumo, podemos destacar alguns padrões que caracterizaram o cenário da (in)segurança pública nos últimos 5 anos, o que nos ajuda a compreender um pouco do perfil da violência nas periferias de Belém. Esses dados, mesmo que frágeis pela falta de informações importantes e por classificações que julgamos inadequadas

para descrever alguns processos vividos na cidade, permitem que possamos nos aproximar de uma visão geral do panorama belenense.

O principal meio empregado em todos os atos de violência que contabilizamos foi a arma de fogo. A popularização do acesso e da manutenção desse instrumento nos últimos anos, reflexo de uma série de incentivos decorrentes do posicionamento do governo federal e do crescimento do movimento pró-armas no Brasil, com cada vez mais espaço no Congresso Nacional, nas redes sociais e na opinião pública. Além disso, os principais agentes perpetradores de violências sistemáticas em Belém, assim como em outras capitais do Brasil, possuem acesso à armamento de fogo de diversos calibres, com diversas capacidades destrutivas: organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e distribuição de drogas, milícias e agentes de segurança do Estado. A arma de fogo, portanto, se torna não apenas um meio, mas um símbolo de destruição rápida e eficaz da vida nas periferias.

As vítimas dessa violência também apresentam um perfil bem definido, que se repete ao longo dos anos que abordamos, conforme os dados acima. A prevalência de homens cis, em uma faixa etária que vai dos 18 aos 35 anos, majoritariamente, demonstra que pessoas que compõem a população economicamente ativa são as principais vítimas. Não há uma correlação direta ou determinante entre essa idade e a exposição à violência, além dos dados acima, mas pudemos perceber, em nossas conversas com pessoas das comunidades estudadas, que as necessidades econômicas, o maior tempo que se passa fora de casa podem ser a causa da vitimização colateral em casos de tiroteios. Além disso, a vulnerabilidade a que vários indivíduos são condicionados facilita o envolvimento com o narcotráfico, tanto como consumidor quanto como integrante de organizações criminosas.

Pessoas trans, mulheres cis, crianças, adolescentes e idosos também aparecem como vítimas, mas a discrepância estatística indica que as circunstâncias são mais específicas: crimes dolosos, homicídios culposos e ocorrências não intencionais resumem as vitimizações que não são decorrentes da ação de grupos criminosos ou de agentes do estado.

Este é outro ponto que merece atenção: não há como definir com precisão as autorias das ocorrências contabilizados nos filtros utilizados, com exceção daquelas que aconteceram durante ações e operações policiais. A qualificação desses dados só foi possível, dadas as proporções, objetivos e limitações deste trabalho, quando

conversamos com nossos sujeitos de pesquisa e tivemos acesso à relatórios como os produzidos por organizações da sociedade civil com atuação na cidade.

A verdade é que várias das ocorrências possuem características de execução como um dos indicadores presentes, mas mesmo que não seja possível associá-las diretamente à ação de grupos de extermínio ou de agentes ligados ao narcotráfico funcionam como símbolos do poder desses grupos nos territórios em que atuam. Um indício da força que ganharam nesses lugares e da potência com que se reproduzem no imaginário.

O instituto Fogo Cruzado, que produz dados sobre violência armada em Belém desde o final de 2023, possui alguns indicadores sobre violência armada, especificamente. Um desses indicadores é o de “ataques armados sobre rodas”, que define situações em que atiradores agem em veículos em movimento, sem parar ou descer de motocicletas ou carros, indicando que essas ações possuem o intuito de matar, apenas. São associados, principalmente, às disputas, acertos de contas ou mensagens de grupos de extermínios ou organizações ligadas ao narcotráfico. Em 2024 foram contabilizadas 96 ocorrências com 104 vítimas baleadas nessas situações.

O alto número de ações e operações policiais também chamam a atenção nesse contexto. Os dados governamentais mostram que, proporcionalmente, esse tipo de ocorrência corresponde por cerca de 27% do total, nos anos analisados. No ano de 2024, apenas, o IFC indica que essa proporção é de 41%, maior do que em regiões metropolitanas como a de Salvador e Rio de Janeiro, conhecidas pela alta letalidade policial. De qualquer modo, a participação ativa do Estado nos casos de violência, principalmente a armada, nesses bairros, demonstram uma inconsistência com o compromisso de proteger vidas. Diversos movimentos e ativistas indicam que essa realidade contradiz o próprio estado democrático de direito em que deveríamos desfrutar de direitos isonômicos, substituídos por “sentenças de morte dadas nas ruas de Belém, não por juízes, mas por agentes que também atuam como carrascos” (Entrevista, 2024). Se trata da normalização do uso de força letal como primeiro recurso, justificada pela indicação das vítimas como usuários de drogas, traficantes, assaltantes ou afins, cujas vidas valeriam menos por essas status.

A incidência quase constante de alguns bairros como os mais afetados por essa violência chama atenção e não pode ser ignorada. Guamá, Tapanã, Jurunas e Terra Firme são os que surgem com mais frequência nos 5 anos levantados, em que os

casos de violência foram mais numerosos, tanto em ações e operações policiais, quanto naqueles de autoria diversa ou não identificada. Superficialmente poderíamos atrelar isso às características demográficas, afinal falamos de bairros muito populosos, com densidade populacional elevada e ocupação relativamente antiga. Isso não explica a discrepância com outros bairros de características semelhantes, no entanto. Nos resta acreditar, portanto, em duas linhas de pensamento que se complementam.

De um lado a mídia, senso comum e opiniões objetivamente “marginalizantes” e externas aos territórios indicam que o maior número de casos de violência nesses bairros é motivado pelo índice mais alto de crimes e maior circulação de pessoas envolvidas com atividades ilícitas. São, efetivamente, espaços inseguros por definição, marcados pela pobreza, pela “vadiagem” e pela concentração de “má-fé” de parte da população residente.

Outra perspectiva, que parte de dentro desses territórios, dizem que se trata de um estado constante de marginalização que vulnerabiliza a população periférica, tornando mais aceitável a ocorrência de episódios violentos, com menos comoção ou indignação do que poderíamos observar em outros espaços da capital. Couto (2018) indica que nesses territórios são eleitas pessoas matáveis, alvos do exercício de uma necropolítica que desvaloriza a vida de jovens negros e instituem o direito de matar, naturalizado pela mídia e normalizado no cotidiano citadino.

Por fim, precisamos ressaltar que nos dados apresentados acima se destacaram dois lugares como os principais *lôcus* da violência na cidade: residências e vias/espços públicos. A primeira pode parecer uma surpresa, visto que geralmente associamos casas, condomínios, vilas e outras configurações residenciais à segurança de um lar. São os lugares em que a vida particular pode acontecer longe dos perigos da rua, é onde descansamos e nos preparamos para os perigos externos, diariamente.

Nessa realidade, no entanto, as ações de grupos de extermínio e ações policiais se unem à exemplos de violência doméstica e outras formas de atentados para mostrar que, nos bairros estudados, o sentimento de insegurança invade moradias e fragiliza a linha de separação entre a vida privada e a vida pública. Os efeitos disso são uma crescente desconfiança quanto aos aparatos de segurança do estado e uma maior aproximação de grupos e organizações ilegais que oferecem segurança em troca de taxas abusivas e sem nenhuma regulamentação.

Couto (2018) indica que a prática da extorsão ganha força à medida que esses grupos ganham força e passam a compor um território paralelo ao estado em periferias de Belém, assumindo funções antes públicas e mediando relações entre moradores, comerciantes e prestadores de serviço. Julgamos que essas novas relações são possíveis por meio de um triplo esforço, envolvendo agentes de segurança pública que seguem lógicas que vão além da legalidade e das regras de conduta esperadas, de sujeitos que compõem milícias e narcomilícias (Couto, 2018) e do narcotráfico, que comanda áreas de comercialização de entorpecentes e ditam regras que, se não seguidas, são punidas com que se costuma chamar de tribunal do crime.

Esses esforços criam uma outra forma de se movimentar, de ocupar espaços e de ser na cidade, o que nos leva ao outro lugar indicado como o principal *lócus* de violência nesses bairros: as vias e espaço públicos. Consideraremos, a partir de agora, as vias, ruas, passagens, avenidas e afins como espaços públicos por entender que possuem, nos bairros estudados, funções que vão além do movimentar-se, mas também assumem possibilidades de permanências e são atribuídas de sentidos por aqueles que delas fazem uso.

Dito isso, os espaços públicos: ruas, vilas, praças, feiras, canteiros, canais e outras formas que compõem a paisagem periférica em vários bairros de Belém, principalmente aqueles que destacamos como os mais atingidos pela violência armada, são o principal lugar em que a violência acontece na cidade. Isso pode não parecer uma surpresa, pois de fato não é. Nosso senso comum associa a “rua”, a vida pública, tudo que não é particular, como o terreno da insegurança. A maioria das matérias de jornais, conversas com vizinhos, histórias ficcionais e outros produtos narram casos violentos em espaços como esse. A própria discussão sobre o espaço público, sua natureza e recuo são associados ao medo (Souza, 2008; Gomes, 2000) como uma das causas de sua anomia em benefício aos espaços particulares.

A ação dos agentes que perpetram violências ocorre, principalmente, nesses lugares em que circulam pessoas, em que permanecem grupos em momentos de lazer, consumo e outras atividades feitas ao ar livre. O ato violento ganha ares de espetáculo frente ao público citadino, fortalecendo ideias de controle e demonstrações de poder. Mesmo quando não se mata, as violências são praticadas pelo assédio, pela ameaça ou mesmo pela sugestão. Desde a execução em horários de maior fluxo, em vias movimentadas, por parte de grupos de extermínio, a perseguição e confronto em ações e operações policiais até a extorsão de grupos milicianos, revistas e

ameaças arbitrárias de agentes do estado e pichações que demarcam o controle de narcotraficantes: tudo demonstra a presença constante e assimétrica de agentes em busca de determinação de poder no espaço.

Podemos compreender, portanto, que em Belém e, especialmente, nos bairros periféricos da cidade, as relações e trocas cotidianas são mediadas pela ação violenta de forças diferentes, que marcam o cotidiano com atos e acontecimentos que se reproduzem assimetricamente. Essa violência possui claros padrões em que podemos reconhecer perfis de vítimas, circunstâncias reincidentes, meios empregados e autorias principais, identificáveis e interpretáveis. Além disso, é nos bairros periféricos que ela ocorre, principalmente em espaços públicos. A seguir falaremos sobre os principais agentes identificados, promotores da violência e das suas implicações sobre o espaço.

3.2 Agentes da violência e conflitos nas periferias

Identificar um ponto de partida adequado para começar a falar sobre termos como “violência” “insegurança” ou “medo” nas periferias de Belém é um duplo desafio: delimitar onde terminam nossos conceitos, preconceitos, certezas e dúvidas e começa nossa capacidade de entender esses mesmos elementos no outro, com o intuito de correlacionar experiências e, ao menos, com o risco de cair em armadilhas da pretensão, tentar construir um quadro generalizante que sirva como ponto de partida para a compreensão de padrões de comportamentos e ações que cruzem pessoas e grupos nos bairros estudados.

É fato que seria impossível conciliarmos diferentes pontos de vista, lugares de origem, classes sociais e visões políticas sob um mesmo modelo de impactos. Consideramos que os efeitos da violência e o sentimento de insegurança possuem pesos diferentes sobre pessoas. Isso se torna ainda mais complexo quando pensamos nos corpos e em todo o sentido sociocultural vinculado aos seus movimentos e permanências no espaço periférico.

Pensando no alcance possível que temos sobre o tema e no foco deste trabalho sobre um público alvo delimitado a partir de suas ações em movimentos sociais atravessados pela violência, vamos definir nossa posição desta forma: falaremos sobre os agentes promotores de violência e fontes do sentimento de insegurança a partir do ponto de vista de grupos que são atingidos, diretamente ou indiretamente, a

partir de seus locais de residência, circulação cotidiana, permanências e atuações em movimentos como ativistas de pautas não necessariamente relacionadas ao tema, diretamente. Além disso, levamos em conta que tratamos de pessoas que foram marcadas por ações violentas que deixaram marcas nas formas de agir e ser que persistem até hoje. Pessoas que tiveram suas vidas transformadas pelos agentes descritos a seguir, de formas diferentes, mas que foram determinantes para escolhas que a levaram a compor os movimentos estudados.

Além disso, nos colocamos na posição de quem também é atingido por essas violências e vive os efeitos da insegurança promovida por esses agentes. Delimitar nossas impressões daquelas de nossos sujeitos de pesquisa foi um desafio ao longo da redação deste trabalho, mas nos inserir como sujeito, também, foi inevitável e metodologicamente enriquecedor, visto que pudemos cruzar impressões e nos posicionar como participantes nesta pesquisa. Nossas experiências serão destacadas, quando for o caso, para delimitar seu uso.

A seguir apresentaremos os principais agentes promotores de violências e insegurança desta pesquisa: grupos armados ligados ao mercado do narcotráfico com atuação direta na Região Metropolitana de Belém; grupos que atuam com a extorsão e atividade miliciana em bairros e comunidades vulnerabilizadas e com presença estatal condicionada e limitada; forças de segurança com ações ostensivas e violentas direcionadas a locais e corpos específicos dentro do tecido urbano de Belém; políticas públicas de segurança que não possuem a capacidade de compreender e agir sobre o problema de forma adequada às necessidades locais e específicas dos lugares atingidos, com pouco ou nenhum compromisso com a preservação de vidas ou à dignidade humana ou respeito aos direitos básicos garantidos ao cidadão.

Este último elemento pode parecer deslocado em uma sessão sobre agentes causadores da violência, visto que as políticas públicas de segurança partem de entidades públicas e personas que orientam a ação de agentes públicos nesse contexto. Aqui nos referimos justamente à materialização de objetividades que compõem o Estado e que tem impacto direto sobre a vida urbana.

“O crime mudou em Belém”. Essa é uma afirmação muito comum dita em conversas na esquina de bairros populares, entre amigos na rua, parentes ou conhecidos, passando por ambientes acadêmicos em que se propõe discutir problemas urbanos contemporâneos de capitais brasileiras, até cúpulas de

autoridades com o desafio de discutir e propor medidas para guiar políticas públicas de segurança para enfrentar os desafios recentes no país.

A verdade é que essa constatação, além de verdadeira, carrega uma complexidade adjacente que diz respeito a um cenário global que envolve redes complexas mobilizadas pela economia de drogas ilícitas, extração ilegal de recursos naturais, controle de comunidades e áreas urbanas e rurais e uma série de outras atividades que dão poder econômico, político e bélico às organizações criminosas que cresceram no Brasil nas últimas décadas, atingindo seu ápice nos últimos anos.

Mesmo não sendo nosso objetivo traçar os caminhos e explicar os processos que tornaram possível o fortalecimento dessas organizações na Amazônia, precisamos reconhecer seus perfis para compreender sua atuação em nosso recorte, assim como o que significam para os sujeitos desta pesquisa. Para isso tomaremos como principal referência a pesquisa de Aiala Couto (2018), que objetivou analisar a territorialização do narcotráfico em Belém do Pará e suas sobreposições em periferias da cidade. Além disso utilizamos vários relatórios e dados fornecidos por Organizações da Sociedade Civil, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Rede de Observatórios de Segurança (ROS), Instituto Fogo Cruzado (IFC) e Instituto Mãe Crioula (IMC) que apresentam informações atualizadas sobre o avanço de grupos armados sobre o território belenense, dados de vitimização por recortes de gênero, cor e faixa etária, assim como outras informações que enriqueceram esta pesquisa.

Algumas destas fontes serão importantes, de formas diferentes, para compreendermos as ações do Estado sobre as periferias de Belém, em um espaço mais adiante, neste trabalho. Lá os dados permitirão que observemos padrões de ação e vitimização que reforçarão nossas hipóteses, mas aqui nos interessamos mais sobre as formas de atuação e padrões de territorialização dos grupos armados.

Por fim, antes de narrarmos e caracterizarmos esses grupos, vale afirmar que os agentes que consideramos promotores de violência neste trabalho operam de formas particulares e suas ações não se confundem no espaço periférico. Ao contrário, suas ações se entrelaçam e compõem um quebra-cabeças complexo que caracterizam a insegurança a qual nos referimos. Ao final deste capítulo acreditamos que esse ponto esteja claro, para nossos fins.

3.2.1 Narcotráfico e facções criminosas em Belém

Para compreender a organização e configuração atual que caracteriza o domínio de grupos e organizações criminosas em bairros de Belém usaremos como principal fonte os levantamentos e relatórios produzidos por organizações da sociedade civil órgãos governamentais, mas, principalmente, o trabalho do professor Aiala Couto (2010, 2018), que dedicou anos para a sistematização das redes do narcotráfico na Amazônia, na territorialização do narcotráfico na capital, na expansão da presença de milícias e narcomilícias e nos efeitos dessas sobreposições territoriais.

O autor afirma que, em Belém, os bairros passaram por um processo de sobreposição territorial em que o poder estatal, aqui entendido a partir da ótica da segurança pública, grupos milicianos e o narcotráfico ocupam, simultaneamente esses espaços nas periferias (Couto, 2018). Esse fato, como destacado no trabalho, define, nas duas décadas, as dinâmicas da violência estudadas. Isso foi possível, principalmente, por um

(...) histórico de negligências das políticas urbanas em relação a estes espaços considerados periféricos, negligências por parte do Estado e seu planejamento que transformaram os espaços escassos, criando condições adversas que tornaram viável a construção de microrrelações, as quais manifestam interesses —obscuros diante do que seria definido pela governamentalidade do poder público como normalidades (Couto, 2018, p. 184).

Essa criação de padrões de relações “anormais” nas periferias se soma à padrões de ocupação de terrenos, práticas de autoconstruções, saneamento precário e improvisado, acesso à eletricidade e água deficiente, serviços públicos escassos e tantas outras características que podem ser usadas para definir tanto os problemas quanto certas identidades dos bairros periféricos de Belém.

Em um contexto de negligência do poder público em incumbências próprias a si, no cumprimento de tarefas para mitigar ou resolver problemas urbanos e demandas públicas, abre-se espaço para novas manifestações de poder com interesses divergentes. Isso torna possível a instalação e o controle de grupos ligados ao transporte, comercialização e distribuição de narcóticos ilícitos e outras atividades que a orbitam.

Não pretendemos nos aprofundar nos arranjos territoriais, na conformação das redes e no histórico de sobreposições, conflitos e alianças que configuram a complexa trajetória de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico na Amazônia. Alguns

pontos essenciais, no entanto, precisam ser destacados para compreendermos o impacto delas na periferia de Belém.

Hoje existe, não apenas em Belém ou na Amazônia, mas nas grandes metrópoles brasileiras, um monopólio no mercado de drogas, dividido em poucas organizações que controlam a produção, rotas de transporte, redes de distribuição e pontos de comercialização. Em Belém, esse processo ocorreu em fases distintas delimitadas por Couto (2020).

A primeira delas ocorreu na década de 1980 e início de 1990 e foi chamada de “fase embrionária do tráfico de drogas” e era baseada na existência de pontos comerciais, conhecidos como bocas de fumo, espalhadas por espaços periféricos da capital. Nesses locais era possível comprar e, em alguns casos, consumir os entorpecentes. Nesse período a maconha era majoritariamente comercializada (Couto, 2020).

A segunda fase é definida como “fase de expansão do tráfico de drogas” e ocorreu desde a metade dos anos 1990 até a metade dos anos 2000. Se caracterizou pela cooptação de gangues menores de Belém por traficantes com maior acúmulo de recursos e poderes, com operações mais complexas. Nesse período se ampliou a comercialização de pasta base de cocaína no mercado local, além desta misturada com maconha ou com tabaco, que era conhecido como “mesclado” ou “nóia”. Foi nesse momento, também, que jovens das periferias de Belém passaram a atuar nesse processo como “aviãozinho” ou “olheiros”. Couto (2020) acredita que nesse momento há o início da territorialização do narcotráfico tal como o conhecemos hoje.

A terceira fase, a partir da segunda metade dos anos 2000, é definida como “fase de consolidação do tráfico de drogas”, em que as pequenas gangues são substituídas quase que integralmente por facções de tráfico de drogas, que passam a comandar os territórios de comercialização. Essas facções popularizam a cocaína em pó no mercado de varejo da cidade, que logo se torna um expressivo foco de acúmulo de recursos pelo preço elevado e fácil distribuição (Couto, 2020).

De forma resumida conseguimos visualizar o crescimento do mercado ilícito de drogas em Belém por meio da cooptação e controle de pontos, circuitos e redes de distribuição locais que ampliaram a complexidade das operações embaixo de organizações cada vez menos fragmentadas. Devemos ressaltar que todo esse processo obedece a uma lógica de controle de zonas estratégicas do território, em

que o fluxo de consumo, acesso para reabastecimento e possibilidade de evasão ou defesa de ataques da polícia ou de grupos rivais seja facilitado (Couto, 2020).

Com o tempo, as rivalidades de grupos foram dissipadas pela inserção múltipla em relações codependentes dentro da lógica do narcotráfico. Isso, segundo Couto (2020), não excluiu por completo os conflitos, mas diminuiu consideravelmente suas ocorrências em grande parte dos bairros periféricos da cidade.

Considerando o aumento exponencial das operações de narcotráfico no mundo, potencializados pelos avanços em telecomunicações e transportes que caracterizam o momento contemporâneo da globalização, os pontos de produção, transporte e distribuição se arranjam em redes internacionais. Couto (2018) destaca alguns pontos que elucidam essa configuração: a região amazônica possui uma das maiores áreas de fronteiras do país, com ampla extensão territorial, que aliado à características como a floresta densa e a presença de uma rede hidrográfica complexa, facilita entradas e saídas de drogas; a proximidade de países produtores de coca, como Bolívia, Colômbia e Peru, torna essa uma rota privilegiada para o narcotráfico; a existência de rotas utilizadas pelo mercado ilegal de minério, de madeira, de animais, etc., são incorporadas pelas facções criminosas que se apropriam de circuitos já protegidos e fortalecidos na região.

Belém se insere nessa rede como um importante nó de passagem, distribuição e comercialização de drogas que seguem em direção às outras regiões do país e em rumo ao mercado internacional (Couto, 2018). Por esse ganho de importância geoestratégica e por ser uma área que até o fim do século passado ainda tinha um mercado de drogas ilícitas fragmentado, a cidade, assim como outras no Estado do Pará, passa a ser alvo de facções do sudeste, que se apropriam e passam a controlar territórios das periferias da cidade.

As duas maiores facções do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), originada em São Paulo - SP, e o Comando Vermelho (CV), originado no Rio de Janeiro – RJ. Chegaram na região e, por meio de articulações e parcerias com organizações locais, se estabeleceram em diversas localidades do Pará durante a terceira fase do narcotráfico na Amazônia.

Um artigo da Rede de Observatórios da Segurança indica que o PCC está estabelecido no Pará desde 2006, com ampla atuação no interior do Estado e forte presença no sistema prisional. Chegou ao norte e se fortaleceu por meio de alianças formadas com o Comando Classe A (CCA), facção originária de Altamira – PA. O

Comando Vermelho, por sua vez, passou a atuar na região a partir de 2009, com forte atuação em Belém e na região metropolitana a partir do envolvimento com facções como a Equipe Rex e a Equipe Real (Rede de observatórios, 2023; Couto, 2020). Atualmente a periferia da Região Metropolitana de Belém é amplamente controlada pelo Comando Vermelho, com pouca atuação do PCC.

As facções atuam nos bairros por meio de operações ligadas ao tráfico de drogas, impondo “leis” e costumes alternativos que mudaram o cotidiano de circulações e permanências nos bairros estudados. Nesse sentido,

o narcotráfico promove a criação de territórios urbanos desterritorializadores em relação às normas legais não reconhecidas e em relação também à própria figura do Estado. Não se pode esquecer que o Estado, enquanto instituição jurídico-política, também tenta, de todas as formas, regularizar o uso do território, impondo uma lógica de violência legítima que culmina nas políticas de combate ao narcotráfico que, muitas vezes, se confunde com as formas biopolíticas de controle do espaço. Nesse sentido, é importante reconhecer as tentativas de reterritorialização do Estado ou novas formas de territorialização (Couto, 2018, p. 2015).

É possível observar algumas práticas padronizadas em todos os lugares em que o CV se estabelece, em cidades do Brasil. Elas incluem a imposição de regras para os moradores próximos quanto a condutas coletivas, toques de recolher, lei do silêncio, proibições de roubos e furtos às pessoas e comércios sob seu comando e outras medidas que mantenham relativa calma, uma forma de evitar atrair a atenção da polícia. São medidas que contribuem para o fortalecimento de uma posição no conflito descrito na citação acima. Ao oferecer proteção por meio da proibição de roubos e crimes violentos, assistência por meio do fornecimento de itens básicos de alimentação, gás ou afins, e outras formas de “apadrinhamento” de uma comunidade, o CV ganha a confiança de moradores e dificulta o acesso e a reconquistas de territórios pelo Estado.

No caso de Belém, em nossas entrevistas, pudemos notar que ainda há certa resistência de moradores e pessoas que frequentam áreas comandadas por facções criminosas, motivadas pela aversão ao consumo de drogas e por se tratar de organizações criminosas, principalmente. Fomos surpreendidos, no entanto, com certa tranquilidade relacionada às ações dessas facções nos últimos anos, em Belém.

Passados os períodos de reestruturação das cadeias de comercialização de drogas na cidade, com a formação de monopólios comandados por facções, as disputas por áreas diminuíram consideravelmente. Com isso, o número de crimes

violentos relacionados às facções criminosas com impacto direto nos moradores próximos também diminuiu, dissipando a percepção de que todos ali eram vítimas em potencial de tiroteios ou outros tipos de abusos violentos. Essa é a realidade atual de outros lugares do Brasil, em que pessoas são diariamente vitimadas por confrontos entre facções, facções e forças policiais e com grupos milicianos: uma possível previsão do que pode ocorrer aqui no futuro. Por hora, a delimitação de áreas de comercialização dá a impressão de paz entre os grupos criminosos.

Não vivemos em um estado de paz absoluta, no entanto, em que há a ausência de crimes violentos, mas esses são restritos a situações e atores mais específicos, dando a entender que a violência no estado é mais direcionada quando se trata da agência de facções criminosas vinculadas ao tráfico de drogas. Em entrevistas ouvimos sobre horários, dias e locais em que poderíamos presenciar a comercialização de entorpecentes, sem maiores perigos ou consequências violentas, contanto que fôssemos acompanhados de moradores e nos mantivéssemos discretos. Atos como execuções, espancamentos, humilhações públicas e outras ações que são entendidas como “acertos de contas” não preocupam as pessoas com quem conversamos pois, para os moradores de bairros periféricos de Belém, principalmente aqueles que compõem os movimentos estudados, esse tipo de crime ocorre com usuários de drogas em débito, faccionados rivais ou outras pessoas que precisam “servir como exemplo” disciplinar, reforçando o poder e o domínio das facções sobre os territórios.

Isso não significa que há uma relação harmônica entre as facções criminosas e as pessoas que moram, trabalham e frequentam os espaços periféricos de Belém. Existe um reconhecimento dos malefícios do tamanho e alcance de poderes concentrados em organizações que existem à parte da lei, ditando suas próprias regras e aplicando suas próprias punições. Essas organizações criminosas são encaradas como uma bomba relógio que a qualquer momento pode alterar profundamente as relações nos bairros que controla.

Nossos entrevistados salientam que a vulnerabilidade destes espaços fortalece o poder de atração e cooptação de jovens, negros e pobres da periferia, com a promessa de retornos financeiros, *status* em suas comunidades e um futuro na organização que muitos tem como a única referência de poder real e efetivo sobre a vida. Esse é o principal ponto a ser enfrentado nos bairros de Belém. Ao menos é o que defendem as pessoas ligadas aos movimentos sobre cidadania, educação,

cultura e antirracismo com quem conversamos. A entrada de jovens no mundo do crime perpetua relações violentas nas periferias que contribuem para o extermínio nas periferias.

3.2.2 Milícias e Narcomilícias em Belém

Milícias são grupos que carregaram diversos sentidos e configurações ao longo da história. Há na literatura, científica ou ficcional, diversas referências a elas como grupos ou associações civis que se organizavam como paramilitares e adotavam técnicas de guerrilha contra invasões estrangeiras (Benjamin, 2019). No Brasil, no entanto, entendemos como milícias as associações feitas com o intuito de oferecer “proteção” em bairros e comunidades com ação de traficantes e outras organizações criminosas. Nesse contexto, as milícias brasileiras são compostas, principalmente em sua gênese, por “policiais aposentados ou em atividade, civis e militares (sobretudo os militares), alguns bombeiros e agentes penitenciários, sempre pertencentes, portanto, a instituições estatais e treinados militarmente” (Zaluar, Conceição, 2007).

O protagonismo de pessoas ligadas ao estado chama atenção pois, nesse contexto, podemos afirmar que a criação de milícias não seria possível sem a máquina estatal e sem o investimento público em capacitação, treinamento e equipamentos. Revela-se aqui o paradoxo da ação milicianista, que foi pensada e criada para suprir lacunas na segurança pública de localidades expostas à violência por meio de agentes públicos que seriam (ou deveriam ser) a linha de frente do enfrentamento ao crime organizado. Ao agir de forma paralela à própria lei, as milícias passam a compor mais um grupo armado organizado de forma ilegal nesses lugares, segundo o art. 288-A que enquadra o crime de Constituição de Milícia Privada no Código Penal por meio da lei nº 12.720/2012.

A ideia de que o Estado não consegue resolver as questões relacionadas ao crime por conta das amarras legais e aos diversos direitos previstos aos suspeitos abordados é um dos argumentos que funda a ideia de que há a necessidade de justiceiros que possam agir de forma incisiva e eficaz. Esses agentes então passam a estabelecer relações com comerciantes, moradores, prestadores de serviço e outras pessoas dos bairros, onde geralmente residem e geralmente já possuem vínculos de amizade, parentesco ou afinidade. Em outras ocasiões os agentes passam a atuar em áreas onde fazem rondas policiais e já possuem conhecimento sobre a dinâmica do

crime e dos agentes que o perpetram. Esse último exemplo se aplica principalmente a policiais militares.

Existem algumas características atribuídas às milícias, principalmente na experiência carioca, considerando que foi no Rio de Janeiro que esse tipo de organização foi primeiramente identificado. Cano e Ioot (2008) identificam cinco eixos que caracterizam a ação milicianiana. A primeira é que as milícias estabelecem controle territorial e sobre a população das áreas em que atuam, principalmente por meio de grupos armados. A segunda é que a coerção é a principal ferramenta de incitação ao medo utilizada para esse controle. A terceira é que o principal fundamento compartilhado pelos integrantes de uma milícia é a busca pelo lucro e por formas de potencializá-lo. A quarta é que o uso do argumento de proteção e estabelecimento da ordem é o principal alicerce que confere legitimidade ao grupo. A quinta é a participação declarada e orgulhosa de agentes de segurança pública, principalmente nos primeiros anos de ação das milícias.

É claro que algumas dessas características variam, a depender das localidades para as quais olhamos ou do recorte temporal. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve ampla mobilização pública para o combate às milícias a partir do estabelecimento de uma CPI para apurar sua existência e suas ações no estado. A partir daí a autodeclaração de agentes de segurança como milicianos diminuiu bastante, apesar de serem os principais componentes das organizações, ocupando lugares de destaque e comando com discrição (Cano, Duarte, 2012).

Em Belém, por outro lado, Couto (2018) utiliza o termo “narcomilícias” para falar sobre organizações que se adaptaram ao contexto amazônico e passaram a agir não como proteção da população à ação do tráfico de drogas, mas se integra ao circuito do narcotráfico por meio do compartilhamento de interesses e ganhos mútuos. Se aproveitam de suas posições como agentes em serviço ou aposentados para praticar extorsões, venda e distribuição de drogas, além de prestar serviços para traficantes, o que inclui o assassinato de inimigos ou desafetos.

Existe uma diferença importante, no contexto de Belém e da região metropolitana, entre a milícia (ou narcomilícia) e os narcotraficantes que atuam na cidade: a primeira exerce maior controle sobre a vida cotidiana em bairros periféricos, principalmente pelo excessivo uso da força, graças aos recursos e benefícios concedidos por suas posições de agentes, para a praticar violências e eleger quem

são os matáveis (Couto, 2018). Isso significa que o impacto direto sobre a vida das pessoas é contundente, gerando medo e, em muitos casos, obediência.

Essa atuação cria um clima generalizado de medo que alimenta verdadeiras lendas urbanas na cidade, como é o caso do “carro prata”, figura quase fantasmagórica na cidade que representa a ação de grupos de extermínio ou sequestro. Ganhou fama nos jornais em momentos em que os números de criminalidade estavam altos e os programas policiais que geralmente ocupam os almoços dos belenenses noticiavam execuções, tiroteios, chacinas e outros episódios violentos. O “carro prata” se refere à uma ação específica (chamada por algumas organizações como “ataque armado sobre rodas”), quando os atiradores passam em um veículo e disparam armas de fogo contra um ou mais alvos, sem sair do carro ou mesmo parar o veículo. Uma ação rápida, eficaz e pouco precisa, podendo criar vítimas colaterais nessas ocasiões.

Em Belém a ação de grupos milicianos, por mais que reconhecido e denunciado há algum tempo, só foi reconhecido pelo Estado por meio da realização da CPI das Milícias do Estado do Pará, realizada em 2014 e 2015 em Belém. Ali foi possível não apenas categorizar e enquadrar legalmente as ações de grupo de extermínio atuantes no estado, mas também adereçar acontecimentos tenebrosos da história recente do Pará a quem de fato possui responsabilidades.

A instauração dessa comissão parlamentar foi motivada pela Chacina de Belém, ocorrida entre os dias 4 e 5 de novembro de 2014 em vários bairros periféricos da cidade. O saldo de 11 corpos de jovens derivou da morte de Antônio Marco da Silva Figueiredo, o Cabo Pet, um policial que, à época, estava afastado de suas funções na Polícia Militar.

Figura 1 - Publicação da ROTAM – PA em homenagem ao Cabo Pet



Fonte: CPI das Milícias (2015).

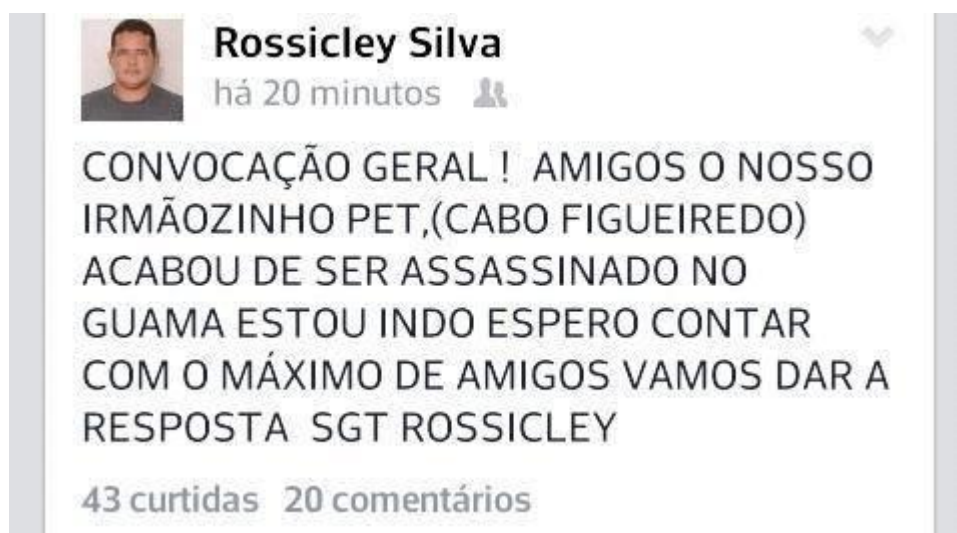
O que chamou a atenção das autoridades e da opinião pública, além da desproporcional e mal direcionada resposta letal pela morte do PM, foi a ampla mobilização nas redes sociais de agentes de segurança pública que se organizaram para reagir em vingança. Julgo importante lermos as palavras do então Deputado Bordalo, relator da CPI:

Belém viveu uma noite de execuções, terror e medo, na última terça-feira, 4, e madrugada da quarta-feira, 5. Tudo começou após a execução do cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, conhecido como Cabo Pety, da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar, quando diversos áudios, vídeos e páginas de pessoas apontadas como militares passaram a convocar a tropa para ir às ruas fazer "uma limpeza" na cidade e revidar a morte do colega de farda. O pânico tomou conta das redes sociais. Foram muitos os relatos de moradores dos bairros periféricos da Terra Firme, Guamá, Jurunas e Canudos, entre outros, sobre o barulho de tiros e o medo de saírem de suas casas. (PARÁ, 2015, p. 8).

O medo que tomou conta da cidade naquela noite reacendeu um sentimento latente de insegurança que não era desconhecida para a população paraense.

Notícias se misturavam a mentiras e vídeos, áudios e fotos da movimentação em andamento se misturavam a outras, anacrônicas e descontextualizadas. A intenção, ao que tudo indica, era criar confusão e incitar o desespero de pessoas nas periferias da cidade, com toques de recolher e promessas de matança, reafirmando seu poder e capacidade letal como um lembrete do controle exercido.

Figura 2 - Chamada pública para a chacina que iria ocorrer.



Fonte: CPI das Milícias (2015).

Na madrugada, foram mortos Eduardo Felipe Galúcio Chaves, de 16 anos; Bruno Barroso Gemaque, de 20 anos; Alex dos Santos Viana, de 20 anos; Jefferson Cabral dos Reis, de 27 anos; Márcio Santos Rodrigues, de 21 anos; César Augusto Santos da Silva (sem idade divulgada); Marcos Murilo Ferreira Barbosa, de 20 anos; Nadson da Costa Araújo, de 18 anos; e Jean Oscar Ferro dos Santos, de 33 anos. Os crimes ocorreram nos bairros da Terra Firme, Jurunas, Guamá, Marco, Tapanã e Conjunto Sideral. Na quinta-feira, 6, Arlesonvaldo Carvalho Mendes, de 37 anos.

As vítimas compartilham algumas características que permitem que relacionemos os padrões às estatísticas apresentadas anteriormente. Homens, adolescentes e jovens adultos, identificados como pretos e pardos e moradores de bairros periféricos de Belém. Aqui se reconhece um perfil cuja vida é amplamente desvalorizada e, portanto, para esses grupos de extermínio, são enquadrados como o que Couto (2018) chama de sujeitos matáveis. Para o autor Os jovens da periferia, nesse caso, tornam-se culpados antes mesmo de o crime ocorrer e esse “*apartheid social*” coloca-os em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte justificável,

portanto, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança (Couto, 2020, p. 104).

Se trata da reprodução de uma política classista e racista que impõe a essas pessoas as violências diferentes, sistemáticas e correlacionadas do narcotráfico, das narcomilícias e, como veremos, da ação policial. Essas violências, inclusive, não se encerram com a morte, mas se mantêm e se reproduzem nos espaços e nas pessoas, ao longo do tempo. Recebemos relatos sobre assédios, ameaças e atentados contra familiares de vítimas e ativistas que lutaram pela identificação de autoria de crimes cometidos por milicianos e a própria instauração da CPI das Milícias no estado. São formas de violência direta que se somam a manifestações simbólicas que também contribuem para a reafirmação de poderes. Ainda no documento da CPI se reconhece que

Após a chacina, veio a segunda fase da onda de violência que se abateu sobre Belém: a multiplicação de conteúdo audiovisual nas redes sobre ameaças de morte, de arrastões e de invasão de universidades, faculdades e escolas por supostos criminosos. (PARÁ, 2020, p. 9).

Uma das maiores forças desses grupos era justamente o anonimato de seus integrantes, que conferia um sentimento de constante perigo nos bairros que controlavam, principalmente havendo agentes de segurança ativos e em serviço que poderiam defender interesses milicianos quando fardados e em viaturas policiais. Nesse sentido, a abertura de uma CPI sobre o assunto ajudou a elucidar e desmistificar vários aspectos da organização e atuação de narcomilícias no Pará. A CPI das Milícias conceitua, desta forma, esse tipo de organização, como

uma forma de “segurança privada”. Em função da falha nas políticas de segurança pública, “os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (Pedrazzinni, p. 99 *apud* Pará, 2006, p. 55).

Quem em Belém

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais

atividades ilegais existentes no território (Silva; Fernandes; Braga, 2009, p. 19 *apud* Pará, 2015, p. 56).

A atualização desse conceito, considerando os novos movimentos estudados por Couto (2018) em Belém do Pará, é que esse cenário de disputas, embora ainda vigente, sofreu transformação com o controle de áreas de tráfico por narcomilícias.

A CPI, com base nas pesquisas de Aiala Couto, define uma estrutura organizacional com os principais atores que compõem uma milícia. No topo dessa cadeia está o Chefe da Milícia, responsável pelas articulações com comerciantes e moradores que utilizam os serviços oferecidos. Sob o comando desse chefe estão os soldados, braços-direitos que são responsáveis por execuções de pessoas decretadas de morte e pela extorsão de comerciantes e moradores das áreas sob controle. Policiais, aqui especificamente os fardados e em serviço, garantem que a ação milicianiana aconteça sem a interferência do estado, se afastando dos locais de execução e dificultando processos investigativos. Os comerciantes também compõem essa estrutura como os principais financiadores das ações, como contratantes de serviços de proteção e “eliminação” de assaltantes da área (Pará, 2015).

A CPI, criada a partir da Chacina de Belém, de 2014, identificou a ação de milicianos em alguns outros episódios violentos que marcaram a memória popular nos últimos anos. A partir do olhar para o passado foi possível enquadrar diversos grupos e acontecimentos na lei específica e, assim, tipificar os fatos legalmente.

A chacina do Tapanã, de 1994, é considerado um divisor de águas quanto à forma com que a polícia militar do estado lida com situações violentas, além de ser considerado o primeiro episódio dessa natureza enquadrado no artigo 288-A do código penal. Foi motivada após a morte do Cabo da PM Waldemir Paes e Nunes e mobilizou cerca de 80 agentes para buscar os responsáveis no bairro do Tapanã. Três jovens foram mortos, um deles sem qualquer ligação com o atentado ao agente. Foram identificados indícios de tortura e utilização de munições que não eram das forças policiais. Até hoje a autoria do crime não foi elucidada, por conta da forte imposição da lei do silêncio no bairro.

Outra foi a chacina de Icoaraci, em que 6 adolescentes foram mortos sob a liderança de um ex-policia militar e com a participação direta e indireta de ao menos 15 pessoas, civis e agentes. Foi motivada, ao que tudo indica, por uma afronta ao chefe da milícia por meio do assalto à sua esposa, ato que precisava ser retaliado para comprovar o poder sobre o distrito de Belém. Nesse episódio houve relatos que

a presença policial, após o crime, não ofereceu resistência ou medidas para impedir a ação dos milicianos. Esse caso ficou marcado pela falta de andamento das investigações, motivadas por ameaças a delegados, promotores, juízes e defensores dos direitos humanos, além de moradores da área.

Outras chacinas, como a de Santa Izabel do Pará e Marabá, são citadas com poucos detalhes quanto à autoria ou motivação, mas se somam a um histórico que mostra, com provas materiais, a existência de grupos milicianos no Estado do Pará, com ampla participação de agentes de segurança e uso intenso da força e da violência para garantir seu poder.

Após a CPI outros casos relacionados à ação de milícias ocorreram em Belém, demonstrando que mesmo com o reconhecimento legal de sua existência e da ação investigativa aprofundada em pouco foi afetada a garantia de sua reprodução e o seu poder sobre os espaços periféricos de Belém. Essas ocorrências são chamadas, por representantes da sociedade civil, como “operação vingança”, respostas desproporcionais e violentas que passaram a fazer parte do cotidiano da cidade com mais intensidade no período de 2015 a 2019.

Na chacina de Outeiro, ocorrida no distrito de mesmo nome, em 2015, quatro pessoas foram baleadas durante um churrasco. A autoria do Crime foi atribuída a um policial militar que apenas em 2022 recebeu condenação pelo crime (O Liberal, 2015). Em 2016 ocorreu a Chacina do Jurunas, que resultou em 5 vítimas. Nesse caso, pessoas em motocicletas dispararam contra um grupo de pessoas, uma delas suspeita de envolvimento com o atentado à vida de um policial militar (G1, 2022). A Chacina da Pedreira, ocorrida em 2017, deixou mais de 30 vítimas. Esse caso teve grande repercussão pela atribuição direta à Milícia da Pedreira e a motivação clara de resposta ao assassinato de um policial militar (G1, 2017). Ainda em 2017 aconteceu a Chacina do Guamá, em que 5 pessoas foram mortas e 14 foram feridas quando pessoas encapuzadas em carros atiraram a esmo.

Outras chacinas sem um nome específico que as caracterize aconteceram na cidade em 2018. Foi um período marcado pelas maiores ondas de violência dos últimos anos, com cerca de 50 vítimas. Nesse caso houve dois atentados à policiais militares que aconteceram com um espaço de tempo entre eles, mas que tiveram respostas letais. Em um dos casos foram registradas 32 vítimas e, no outro, 18 (UOL, 2018).

Em 2019 ocorreu a chacina do Guamá, em que 11 pessoas foram vitimadas em um bar do bairro, por pessoas encapuzadas, em veículos. 8 pessoas foram apontadas como responsáveis pelos tiros, 4 deles policiais militares. Em 2020, após a morte de um policial militar, 3 pessoas foram mortas no bairro da cabanagem. A autoria do crime ainda não foi descoberta.

Outros casos parecidos aconteceram com menor ou maior impacto na mídia e na população. O peso desses acontecimentos variou de ano a ano, principalmente à medida que esses episódios se tornaram mais frequentes. As vítimas passam constantemente, e com maior força nos últimos anos, a um processo de criminalização que marginaliza sem critérios, motivado pelo crescimento de pensamentos punitivistas, como o “bandido bom é bandido morto” ou “se estivesse em casa isso não aconteceria”. Apenas em 2024 o Instituto Fogo Cruzado, por exemplo, registrou 6 chacinas na Região Metropolitana de Belém e ao menos 4 tiveram envolvimento de policiais militares em serviço.

Dessa forma, acreditamos que as organizações milicianas representam, em Belém, um agente importante na dinâmica da violência, do medo e das violações de direitos da população, principalmente a de bairros periféricos que se veem reféns dessa situação cotidianamente. Seus conflitos internos e com outras organizações, inclusive com a polícia, enquanto instituição, desencadeiam cenas de uso da força e violência extremas que vitimizam não apenas os seus alvos, mas a população como um todo, de forma direta e indireta.

3.2.3 Forças policiais e a ação ostensiva do Estado nas periferias de Belém

De antemão é necessário reconhecer que há um consenso entre grande parte dos pesquisadores, ativistas, lideranças e entidades da sociedade civil sobre a ação das polícias no Brasil, principalmente a Polícia Militar. Não se trata de uma visão simplesmente crítica quando à sua existência ou `efetividade de seu funcionamento, mas sim às contradições que perpassam sua existência enquanto instituição e sua ação nas cidades, principalmente nas periferias.

Fernandes e Souza (2024), nos ajudam a compreender e tentar conceitualizar polícia enquanto objeto de estudo e agente ativo nas periferias de Belém. Os autores relembrar que, legalmente,

No art. 144 da CR/88 (Brasil, 1988), a definição da PM é de instituição responsável por garantir a segurança pública através do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (*caput* e § 5º), sendo segurança pública a preservação da ordem e da incolumidade (pessoal e patrimonial) (Fernandes e Souza, 2024, p. 319)

Essa definição denota que a ação policial deve ser, essencialmente a de defender o patrimônio e a vida. Esse chamado de dever não apenas se esvazia perante a abrangência de conceitos, mas também permite que o campo de atuação prático seja fértil em interpretações, subterfúgios e desvios de conduta. Isso ocorre, afinal, pois a atividade policial se insere em um contexto concreto de conflitos contantes, interesses divergentes e desproporcionalidade de poderes.

Um ponto de partida para compreendermos as contradições supracitadas, é o fato de que as corporações em pouco se diferenciam, em estrutura, organização e práticas, do que foi estabelecido em um período de recuo democrático, no Brasil

Um dos primeiros elementos que os estudos têm destacado é a ausência de um teor mais democrático, mesmo após o final da ditadura militar brasileira (1964-1985). Em que pese esse tenha sido o modelo de Estado adotado para as transformações de diversos institutos e instituições, a Polícia não foi uma delas. O modelo de organização e estruturação das polícias previsto na CR/88 pouco se diferenciou do modelo que já era adotado anteriormente (Fernandes e Souza, 2024).

Isso pode explicar a dureza com que algumas condutas são percebidas pela sociedade e os modos de ação padrão com que operações e ações policiais são feitas nas periferias das cidades brasileiras. A própria percepção do real trabalho das polícias segue divergindo entre o previsto em leis, regimentos e discursos e aquele praticado e percebido, tanto pela população, de forma geral, quanto pelos próprios agentes de segurança.

Consideramos que existe uma tensão de classes estabelecida na sociedade ocidental que se manifesta com maior força em espaços inseridos precariamente no sistema capitalista. Esses espaços são marcados por problemas sociais crônicos que são responsáveis pelo surgimento de insatisfações pelos ataques à própria cidadania e sua prática plena pelos cidadãos (Santos, 2002). As periferias são, portanto, os espaços em que se concentram massas populares insatisfeitas que podem, potencialmente, se levantar contra o *status quo* e provocar mudanças profundas na sociedade, motivo pelo qual precisam ser mantidas sob controle (Zibechi, 2015). Sob

essa perspectiva as polícias, em especial a Polícia Militar, são as principais ferramentas de controle e contenção nas grandes cidades.

As complexas relações e tensões que envolvem o campo público, principalmente em instituições públicas com forte peso em decisões que afetam a vida cotidiana, serão vistas mais de perto no capítulo seguinte, mas por hora é importante afirmar que interesses enviesados desequilibram a balança do interesse público, o que neste caso específico significa que a inegável influência colonial de elementos racistas e de classe na própria estrutura do país guia várias das condutas institucionais no Brasil.

A ação das polícias reflete intensões e interesses de uma parcela pequena da população, que detém poder político, monetário e midiático, utilizados para a manutenção e expansão de privilégios. Há aqui um conflito que quase se perde em lugar comum, entre necessidades reais da população, normas e leis que guiam a missão de polícias no Brasil e a conduta real de agentes nas cidades. Em nossas entrevistas percebemos, em graus diferentes, uma desconfiança e medo quanto às polícias em espaços periféricos, as vezes superior à aversão a grupos criminosos. As forças policiais, nesse sentido, configuram vontades políticas agindo de forma concreta nas ruas (Fernandes e Souza, 2024). A mão do Estado que pouco representa um espírito democrático, mas que reforça a segregação socioespacial e o racismo na sociedade brasileira.

A gravidade dessa contradição se aprofunda quando lembramos que as polícias, em especial a Militar, representam a primeira etapa de criminalização de pessoas que compõem o sistema criminal brasileiro (Fernandes e Souza, 2024). Isso contribui para a marginalização de jovens pretos e pobres da periferia, além de outras pessoas que compõem recortes de gênero, idade e sexualidade, também vítimas de violências direcionadas. Isso tudo por parte de agentes que muitas vezes são pessoas negras e criadas nos mesmos bairros em que atuam. O sistema jurídico e prisional é ocupado, recorrentemente, com perfis sociais específicos, configurando um ciclo vicioso de associação criminal dada a cabo por semelhantes.

A forma como se aplica esse projeto de marginalização é visível na conduta de alguns agentes, que é marcada pelo uso excessivo da força, abordagens violentas e invasivas, práticas abusivas baseadas em suas posições de poder e uso indevido de autoridade. As fardas, viaturas e armamentos, símbolos de poder do Estado, são utilizados como salvo conduto para o controle social.

Os números demonstram, igualmente, que em Belém, assim como em outras cidades da região metropolitana e do Pará, para além das violências aplicadas à população com os objetivos de criminalização de existências e encaminhamento para o sistema criminal, há uma forte prática letal que representa uma fatia considerável do total de CVLI na cidade. Abaixo podemos visualizar o impacto das forças policiais no contexto local.

O fato de uma força policial estatal ser responsável por uma porcentagem tão alta atesta a fragilidade do sistema democrático que parte justamente da instituição que deveria preservar vidas. No Brasil não existe sentença de morte, e mesmo se houvesse não seria imposto sem o devido processo legal. O uso desproporcional de força letal, que ocorre principalmente em bairros periféricos de maneira pouco criteriosa, é dotado de aceitação ampla e normalização pela criminalização precoce das vítimas, pela disseminação do medo na cidade e pela exaltação da atividade policial violenta como uma exposta adequada.

Agentes se tornam justiceiros e passam a divulgar atividades em perfis de redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, assim como em grupos de mensagens como o *Whatsapp* e *Telegram*. Nesses espaços são comuns as mensagens de apoio, admiração e gratidão por cada corpo exibido, com frases muito utilizadas para transmitir pensamentos brutalizados sobre a desvalorização de algumas vidas: “bandido bom é bandido morto”, “CPF cancelado” e “menos um vabagundo” são repetidos por pessoas que acompanham de perto a realização de ações e operações policiais.

Do outro lado existem as pessoas que são vítimas diretas e indiretas dessas condutas. Moradores de bairros periféricos que se sentem inseguros ao escutar o som de sirenes, ao ver uma viatura nas ruas ou com visão de agentes fardados. Alguns dos nossos entrevistados se sentem assim por já terem passado por experiências traumatizantes ou por terem testemunhado situações similares.

O fato de grande parte das pessoas que compõem movimentos e participam de ações em prol do combate ao racismo e à violência nas periferias serem negras diz muito sobre um sentimento latente de antagonismo com relação às forças policiais. Se o Estado, em parte cooptado por interesses hegemônicos de uma parcela pequena da população que goza de privilégios, atua para manter pessoas segregadas em espaços periféricos como forma de controle e desestabilização, isso ocorre por meio

de aparatos diversos. A polícia, nesse sentido, é vista como uma das principais ferramentas desse trabalho.

Dentre visões mais particulares sobre a atuação policial, destacamos alguns pontos que foram expostas por pessoas entrevistadas para esta pesquisa, em grande maioria preferiu que não fossem associadas às suas próprias falas, por medo de qualquer tipo de violência que possa partir da publicação deste trabalho, por isso manteremos o anonimato dos interlocutores.

O primeiro ponto é que as transgressões e violências praticadas por agentes policiais contam quase sempre com certeza da impunidade, visto que, conforme uma ativista de direitos humanos com atuação em diferentes movimentos, a cultura corporativista presente em corporações e até mesmo entre órgãos policiais, permite que informações se percam, dados sejam alterados e agentes sejam protegidos. Dessa forma, casos de violência policial com menor repercussão midiática não recebem os devidos processos legais.

Isso causa uma progressiva perda de confiança nas instituições, visto que a impressão de que estas não existem em prol do cidadão fica mais forte em espaços marginalizados e, principalmente, entre pessoas marginalizadas. O sentimento de desamparo cresce entre alguns grupos, que se sentem hostilizados pelo Estado. O número elevado de mortes e envolvimento de agentes fardados em chacinas em Belém eleva esse sentimento a novos patamares.

Os impactos das ações e operações policiais são associados, com muita frequência, a operações de extermínio, com objetivos claros de matar, não de prender. Perseguições policiais são frequentemente apontadas como as principais situações de tiroteio, junto com confrontos diretos em áreas residenciais.

Por fim, as pessoas entrevistadas, quando não associavam a ação policial à essas violências diretas aos corpos, associavam sua existência a uma sistemática ausência nas periferias. Diariamente as viaturas passam por rotas definidas estrategicamente, estacionam em pontos específicos dos bairros e promovem várias rondas. Isso, no entanto, em pouco impacta a ação de organizações criminosas, que estabelecem rotinas concretas.

(...) teve até um, acho que final do ano passado, teve uma questão lá no funeral. É que a polícia matou um cara que era ligado ao Comando Vermelho e tal, e a polícia fez o cerco no funeral todo procurando alguém e o Comando Vermelho só falou para fechar todos os comércios, assim, e o funeral parou. Eles fecharam todos os comércios. Então, assim, é

engraçado. A gente chegava, “tava” cheio de viatura, mas ninguém abriu o comércio, então a polícia não representa nenhum tipo de segurança, né? (Amaral, Suzana, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

Os pontos de comercialização de drogas são conhecidos pelos moradores, que sabem os principais pontos de ação de narcotraficantes menores e, muitas vezes, a própria organização de faccionados na cidade. Ao mesmo tempo, as áreas comerciais controladas por grupos milicianos seguem de conhecimento público de moradores e outros comerciantes submetidos às práticas de extorsão.

As pessoas com quem conversamos acreditam que dificilmente os agentes que estão nesses lugares todos os dias não saibam de detalhes que seriam importantes para a inteligência das polícias. Essa ausência, mesmo com a intensa presença policial, configura inconsistentes posturas: de um lado o estado propaga campanhas de combate e reconquista de territórios através, inclusive, de seus agentes nas ruas, ao mesmo tempo que a ação de vários desses agentes se desprende de interesses públicos para reforçar poderes e lógicas que operam à parte da lei e de interesses da população.

O principal problema, aqui, é saber que o Estado treina, equipa e dota de poderes os agentes que, em casos direcionados e específicos à uma camada da população e porções da cidade, utilizam de privilégios e autoridade para reproduzir violências sob o amparo das instituições que deveriam proteger a população.

3.3 Estado de exceção, racismo e necropoder na periferia de Belém

Julgamos essencial compreendermos a opressão periférica, a herança colonial e o papel do racismo nas relações observadas nos espaços estudados. Achille Mbembe produz um importante estudo sobre o sentido da soberania no mundo moderno e as implicações daquilo que chama de necropoder.

A necropolítica, para Mbembe, é a expressão máxima da soberania, que se traduz “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123). Como derivação do conceito de biopoder, de Michel Foucault, esta ideia pressupõe que em países periféricos a violência é um instrumento diretamente atrelado às estruturas que ditam as organizações sociais, as relações e o domínio, principalmente sobre a população negra.

Isso ocorre porque o próprio fundamento do mundo moderno ocorreu atrelado às práticas escravocratas que definiram grande parte da experiência colonial. Esse passado, mesmo que distante cronologicamente ainda possui raízes profundas em diversas sociedades, inclusive na sociedade brasileira.

Vale ressaltar o profundo impacto que isso teve, e ainda têm, em práticas cotidianas, visões de mundo e, portanto, em formulações de políticas públicas e repertórios culturais. Frantz Fanon, em seu *'Peles Negras, Máscaras Brancas'* nos fala sobre os povos colonizados e o peso da colonização de corpos e saberes. A eles se refere como “todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural” (Fanon, 2008, p. 34), sinal claro à concepção de que o processo colonial é responsável pelo furto de suas identidades e mesmo de suas existências.

O grande êxito colonial é o de criar um mundo ideal inalcançável ao colonizado, que deve ser almejar ser metrópole. Ainda, Fanon nos fala sobre a posse da linguagem (ou da cultura) como uma ferramenta de alienação ímpar, visto que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa” (Fanon, 2008, p. 34). Se trata da criação de uma ideia de desenvolvimento que afasta o negro colonizado de sua negritude, levando-o cada vez mais a buscar a condição branca, “civilizada”, a qual nunca terá.

O poder simbólico dessa premissa está no centro da discussão racial colonial. O racismo colonial, assim como todas as outras formas de racismo, retira do corpo suas referências culturais, condenando-o a uma existência incompleta, submissa ao outro. Falamos explicitamente da criação de um ideário humano que não contempla em plenitude todo um povo, ou povos, por conta de interesses moderno/coloniais pautados na figura do homem branco, hétero e cristão.

Para Mbembe (2016), no período colonial o estado de exceção era operado de forma a garantir o uso de violências a favor do “mundo civilizado. É lá que são suspendidas as condições humanas, “Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano” (Mbembe, 2016, p. 133). Esse sistema hierárquico e violento, que desumaniza para conquistar e opera na ilegalidade (ou ao menos fora da legalidade) é baseado principalmente na “negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo” (Mbembe, 2016, p. 133). Esse tipo de relação proporciona um descolamento entre as sociedades

metropolitanas e os povos conquistados, que destituídos de humanidade são tratados como seres subjugados sem remorso.

A violência racial, que definiu o mundo colonial, deu bases e construiu as estruturas da sociedade atual. A ideia de soberania defendida pelo por Mbembe, portanto, não pode se desvencilhar da ideia de violência racial e, mais especificamente, do racismo. Essa construção perpassa pelas formulações de Foucault:

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2016, 128).

Tomando o cuidado necessário para não confundir o uso da raça nas duas teorias, é interessante a formulação que Foucault dá ao racismo, enquanto tecnologia destinada a permitir o exercício de biopoder (Mbembe, 2016 *apud* FOUCAULT, 1997). Mesmo que as duas abordagens façam referências à experiência colonial, Mbembe dá diferenciada atenção à experiência de países periféricos.

O fenômeno colonial, portanto, dá o tom para as formas de projetar poder sobre o mundo da vida, principalmente na experiência do povo negro. É impossível pensar a formação dos estados nacionais, tal como o são, sem atrelar as desigualdades atuais aos projetos de dominação passados, assim “o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar em si” (Mbembe, 2016, p. 133).

Sobre esse assunto, Mbembe cita e dialoga com Giorgio Agamben e seu estado de exceção, para tratar sobre os modos de repressão e suspensão de direitos que se tornaram paradigmas no mundo ocidental. Uma forma de perpetuar a opressão de determinados grupos em nome da defesa da “normalidade” e segurança. Sobre esses assuntos tratamos anteriormente, então não nos estenderemos aqui, mas vale ressaltar um ponto-chave: o conceito de necropolítica está intimamente ligado às políticas racistas de Estado, que por meio da aplicação de letalidade direcionada dita quem deve viver ou morrer.

No Brasil, a ideia de democracia racial serviu, por muito tempo, para atenuar violências coloniais ainda vivas na sociedade. Obras da Época, como a de Gilberto

Freyre, seduzem o pensamento afirmando que não houve conflitos de raça no país, mas uma forma de colonização e escravidão branda, definida por relações harmoniosas. Sobre isso Abdias Nascimento nos diz que esse pensamento se

localiza na mistificação da sobrevivência cultural africana. Este fundamental argumento se reveste de grave perigo pois seu apelo tem sido sedutor, e capaz de captar amplo e entusiástico suporte. Postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e servos” (Nascimento, 1978. p.55).

O autor aponta que essa relação, na verdade, foi pautada em formas de violência que iam desde o transporte de pessoas escravizadas ao Brasil, passando pelas condições de moradia, alimentação e relações de trabalho, assim como abusos do corpo e da mente de diversas naturezas. O mito da democracia, racial, seria um artifício de apagamento e omissão, por parte de um Estado construído sobre estruturas racistas, sendo assim a

(...) metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” (Nascimento, 1978, p. 93).

Trata-se de uma série de dispositivos que se agrupam por um objetivo: dar continuidade às relações outrora vigentes, disfarçadas e negadas por poderes hegemônicos enraizados em instituições que perpetuam essas mesmas estruturas que lhes caracteriza.

Silvio Almeida fala sobre o racismo atuando em três dimensões na sociedade contemporânea: individual, institucional e estrutural (Almeida, 2018). O autor entende o racismo individual como uma patologia, ou anormalidade. “Um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma irracionalidade a ser combatida no campo jurídico, por meio da aplicação de sanções civis (...) ou penais” (Almeida, 2018). Essa concepção, portanto, admite a existência de preconceitos perpetrados por indivíduos ou grupos, de forma individual, mas não dá conta de uma discussão mais ampla, de uma sociedade racista.

A concepção de um racismo institucional, por sua vez, consiste em um importante avanço nos estudos sobre o tema. Aqui se admite que

não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégio com base na raça (Almeida, 2018, p. 29).

Dessa forma foi possível discutir como o funcionamento das instituições, suas disputas internas constantes, a ocupação dos espaços de poder no interior delas e os conflitos inerentes à sua existência não podem ser pensados se deixada de lado a discussão sobre o racismo, assim como o contrário também é verdadeiro. Além disso, tomar o conceito de poder como um elemento central nas relações raciais, principalmente de um grupo sobre outro, por meio do aparato institucional, confere uma potencialidade inédita à teoria.

Por fim, admite-se que as instituições funcionam como reprodutores de certas condições que permitem, e garantem, a manutenção de uma ordem social que reproduz racismos e se beneficia dele. Dessa forma,

como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura (Almeida, 2018, p. 36).

Se as instituições reproduzem racismo isso ocorre, portanto, pois a própria sociedade, e suas estruturas fundantes, são racistas. Ao considerar as ações institucionais, neste trabalho, principalmente no que diz respeito às forças policiais e programas de governo, não podemos perder de vista essa relação. A própria, instauração, repetimos, de um estado de exceção no Brasil e na Amazônia, se vincula à tal simetria de poderes e intencionalidades.

Nos termos de nosso trabalho, compreendemos que várias das violências vividas nos espaços estudados podem ser explicadas por uma necropolítica que desumaniza determinadas parcelas da população (não há por que não adereçar essas práticas principalmente à população negra, no Brasil), e justifica a letalidade espacialmente demarcada. Essa lógica articula a inscrição do necropoder como instrumento estatal e a instauração de um estado de exceção permanente.

Devemos frisar que Mbembe, em seu ensaio, fala sobre como a ampla implementação das armas de fogo servem ao desejo de potencializar a destruição de pessoas no que ele chama de “mundos de morte”, em que habitam como novas formas de existência social. Trata-se de populações inteiras submetidas a condições que fazem delas “mortos-vivos”(Mbembe, 2016, p. 146). Pessoas que vivem em um

estado incerto entre a vida e a morte, os próprios alvos, desnudos de humanidade e sujeitos à soberania moderna.

Por fim, nos resta o exercício de pensar os dispositivos propostos por Mbembe para explicar as formas de violência e opressão que (re)definem relações no espaço urbano e privam pessoas do direito à segurança e à vida. Dispositivos sofisticados, com alvos definidos e que são a base de estruturas firmes.

Estamos cientes de que o regime que configura um Estado de Exceção é política e juridicamente estabelecido para que se possam suspender o Estado Democrático de Direito frente a objetivos emergenciais do Estado (Agamben, 2003). Não nos furtamos, no entanto, diante do atual contexto político que o Brasil apresenta, de observar a possibilidade da instauração de um regime desta natureza em curso nos bairros de Belém citados na introdução deste trabalho. Diferente do caso do Rio de Janeiro, no entanto, em que o Estado de Exceção é explícito e concentrado, em Belém poderíamos observar a existência desse regime de forma dispersa e camuflada. De qualquer forma isso não pode deixar de fazer parte de nossas preocupações, na realização desta pesquisa, por conta do caráter totalitário que ameaçaria grupos da periferia, pois “Em comum, para além dos contextos e países, é que em todos os casos o estado de exceção é aplicado para conter os pobres das cidades: negros, imigrantes, desempregados” (Zibechi, 2015, p. 21).

Esforços de definição sobre o estado de exceção perpassam pelo desafio de encarar sua natureza sob o ponto de vista jurídico, político e social. Agamben (2004, p. 11) resgata, preliminarmente, duas noções complementares sobre o conceito, o que nos permitem vislumbrar o caráter paradoxal desse estatuto: a de que se trata de um “ponto de desequilíbrio entre o direito público e o fato político” (Saint-Bonnet, 2001, p. 28 *apud* Agamben, 2004), visto que se encontra em “uma franja ambígua e incerta, na intersecção entre o jurídico e o político” (Fontana, 1999, p. 16 *apud* Agamben, 2004).

Se o estado de exceção representa uma incerteza quanto à relação entre a dimensão jurídica e o fato político, resta admitir que ele assume a condição preliminar para a definição da relação que insere, ao mesmo tempo que exclui, o ser humano ao direito (Agamben, 2004). As implicações dessa afirmação nos permitem refletir sobre as condições da suspensão de direitos sem, no entanto, excluir o ser de direito da ordem jurídica. Mas porque e quando isso é necessário?

Um exemplo que o autor apresenta como forma de materializar esse estatuto é o da guerra civil. Neste caso, os conflitos internos demandam medidas imediatas do Estado, como forma de conter insurgências ou movimentos rebeldes de qualquer natureza, fazendo com que o estado normal seja substituído pela exceção.

Essa concepção, de ruptura da normalidade, incide sobre os casos concretos modernos de forma ambígua, pois se sua aplicabilidade demanda uma convergência de fatores para a instauração de uma ordem excepcional, quais seriam as condições, mesmo que extrajurídicas ou “ajurídicas”, que guiariam sua suspensão?

Trazendo esse debate para o cerne da preocupação sobre os Estados Modernos, principalmente sobre aqueles que assumem posturas ligadas ao totalitarismo, Agamben afirma que este se define pela “instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004, p. 13).

Isso pôde ser observado de maneira mais clara e objetiva em experiências totalitárias em nossa história recente, mas não se significa que se restringe a ela. Mesmo nos Estados considerados democráticos a criação de um estado de exceção, ou estado de emergência, se tornou uma prática essencial para a própria sustentação daquilo que conhecemos como Estado Moderno. Ao invés de caracterizar, de fato, uma exceção, condizendo ao caráter temporário de medidas emergenciais, o que observamos é a natureza permanente desse estatuto, enquanto paradigma de governo adotado:

a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (Agamben, 2004, p. 13).

Esse deslocamento, de uma medida provisória para uma técnica de governo estabelecida, pode alterar a própria estrutura e o sentido das constituições, principalmente por meio de sua suspensão (Agamben, 2004). Isso significa que a partir do momento que ele assume um caráter permanente, como técnica de governo propriamente dita, passa a constituir a própria ordem jurídica.

Reafirmando o caráter primariamente jurídico do termo empregado, o autor aponta uma incerteza que permeia a utilização da expressão. Essa escolha é o

resultado de um a série de escolhas quanto à natureza do(s) fenômeno(s) que se estuda e da lógica mais adequada para sua compreensão (Agamben, 2004).

Aqui utilizamos o termo, enquanto conceito, para definir não apenas uma série de rupturas de direitos básicos de populações delimitadas por recortes arbitrários, mas como um posicionamento acadêmico e político. Em nosso trabalho compreendemos que pessoas nas periferias são diariamente violentadas pelo Estado em nome de uma guerra, nomeadamente às drogas, mas que encontra pouca coesão prática:

Não há nenhuma salvaguarda constitucional capaz de garantir que os poderes de emergência sejam efetivamente usados com o objetivo que salvar a constituição. Só a determinação do próprio povo em verificar se são usados para tal fim é que pode assegurar isso (...). As disposições quase ditatoriais dos sistemas constitucionais modernos, sejam elas a lei marcial, o estado de sítio ou os poderes de emergência constitucionais, não podem exercer controle efetivo sobre a concentração dos poderes. Consequentemente, todos esses institutos correm o risco de serem transformados em sistemas totalitários, se condições favoráveis se apresentarem (Friedrich, 1941, p. 812 *apud* Agamben, 2004).

Talvez mais perigoso do que estabelecimentos formais e jurídicos que dispõem sobre as condições apresentadas acima, seja a possibilidade da prática de exceção, por meio principalmente da banalização da aplicação de poderes emergenciais, como se observa em alguns espaços segregados da cidade.

Consideramos, portanto, que estes indivíduos e grupos vivem em um estado de exceção fragmentado e localizado, institucionalizado, mas não estabelecido juridicamente ou mesmo admitido pelo Estado. À frente trataremos dos conceitos de biopoder, de Michel Foucault e, principalmente, de Necropoder, de Achille Mbembe, quando estas concepções se tornarem mais palpáveis, mas de antemão acreditamos que existem pressões sobre populações periféricas que seguem padrões estabelecidos estruturalmente e que se vinculam ao nosso passado colonial.

Os exemplos que preenchem a história de aplicação do conceito, ou mesmo a sua utilização incerta e flutuante, abrangem casos de suspensão da própria constituição ou mesmo das normas constitucionais que atuam na proteção de liberdades individuais. O que se pode afirmar é que os casos convergem para aquilo que chamamos de estado de exceção. Além de representar uma técnica de governo, é um paradigma da própria natureza da ordem jurídica.

Nosso intuito, aqui, não é discutir o estado de exceção em termos jurídicos, apenas, mas sim as suas implicações práticas e desiguais no espaço. É necessário

reafirmar a necessidade de atenção para as particularidades de sua aplicação, negando, assim, qualquer noção de uniformidade, afinal

Em todo caso, a compreensão do problema do estado de exceção pressupõe uma correta determinação de sua localização (ou de sua deslocalização). Como veremos, o conflito a respeito do estado de exceção apresenta-se essencialmente como uma disputa sobre o *locus* que lhe cabe (Agamben, 2004, p. 39)

Compreender o fenômeno, portanto, implica em localizá-lo, contextualizá-lo e se abster de noções universalizantes. Ao utilizar o conceito nesta pesquisa precisaremos tomar os cuidados necessários para descrever sua aplicação e impactos. Além disso, é importante destacar que sua aplicação pressupõe, ao menos à primeira vista, a prerrogativa da resistência, na qual devemos nos concentrar ao longo da realização desta pesquisa.

O problema do estado de exceção apresenta analogias evidentes com o do direito de resistência. Discutiu-se muito, em especial nas assembleias constituintes, sobre a oportunidade de se inserir o direito de resistência no texto da constituição (Agamben, 2004, p. 23).

Mesmo essa contraposição à exceção possui embargos em sua aplicação legal, ou ao menos em seu reconhecimento legal, visto que “De fato, tanto no direito de resistência quanto no estado de exceção, o que realmente está em jogo é o problema do significado jurídico de uma esfera de ação em si extrajurídica” (Agamben, 2004, p. 24). Afinal, como reconhecer juridicamente e institucionalmente o direito à resistência se àquilo a que se resiste foge a esse campo? Sobre esse dilema, vale ressaltar que

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam (Agamben, 2004, p. 39).

Talvez a principal lição que devemos manter conosco ao tentar compreender essas particularidades e, a partir delas, a configuração da aplicação de um estado de exceção na realidade estudada, seria a compreensão da necessidade, visto que “a teoria do estado de exceção se resolve integralmente na do *status necessitatis*, de modo que o juízo sobre a subsistência deste esgota o problema da legitimidade daquele” (Agamben, 2004, p.39).

Sua aplicabilidade, portanto, depende não de estruturas pré-definidas e de pouca flexibilidade, apenas, mas principalmente de consensos contextuais e localizados, direcionados pela necessidade:

A necessidade de que aqui nos ocupamos deve ser concebida como uma condição de coisas que, pelo menos como regra geral e de modo conclusivo e eficaz, não pode ser disciplinada por normas anteriormente estabelecidas. Mas, se não há lei, a necessidade faz a lei, como diz uma outra expressão corrente; o que significa que ela mesma constitui uma verdadeira fonte de direito (Agambem, 2004, p. 44).

O estado de exceção, portanto, vinculado à necessidade, se põe como uma forma e conjunto de medidas que são, em sua natureza, ilegais, mas ao mesmo tempo jurídicas e constitucionais, podendo levar à novas formas ou ordens jurídicas:

no estado de exceção, o fato se transforma em direito (“a urgência é um estado de fato, mas aqui se aplica bem o adágio *ex facto oritur ius* (Arangio-Ruiz, 1913, p. 582), o contrário é igualmente verdadeiro, ou seja, produz-se nele um movimento inverso, pelo qual o direito é suspenso e eliminado de fato. O essencial, em todo caso, é a produção de um patamar de indiscernibilidade em que *factum* e *ius* se atenuam um ao outro (Agambem, 2004, p. 46).

A direção que a afirmação acima aponta é, novamente, da impossibilidade de conceituação jurídica, visto que o estado de exceção é, em essência, interpretado como uma lacuna no direito público. “Um princípio que diz respeito ao poder judiciário estende-se, assim, ao poder executivo” (Agambem, 2004, p. 48). Que fique claro que o autor não se refere a uma falha no texto jurídico, mas sim uma suspensão consciente da ordem para que seja possível a aplicação do estado de exceção. Este não é uma resposta às lacunas da norma, mas uma forma de garantir a sua existência e aplicabilidade à “normalidade”.

É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor. (Agambem, 2004, p. 49).

Por fim, esses sistemas que passeiam entre a norma jurídica estabelecida, sua suspensão e garantia de continuidade se baseiam, novamente, na ideia da necessidade. Complementamos, ainda, que além do conceito jurídico de necessidade, que é o primeiro a ser invocado nestes termos, existem outras dimensões a serem observadas. Sem a intenção de revolucionar o campo ou ressignificar o conceito,

cremos que a definição jurídica deixa escapar necessidades originadas de desejos, estruturas e lógicas que se interligam, definem e superam. Talvez uma fronteira a ser transposta a partir de outros pontos de vista.

Bercovi (2006) indica que as leis de emergência, quando da aplicação da exceção, costumavam interferir principalmente nas liberdades políticas e econômicas, de forma particular no direito à propriedade, de modo a salvaguardar os interesses coletivos em detrimentos dos individuais. O que ocorre na contemporaneidade, segundo o autor, é o contrário: os poderes de emergência são utilizados para limitar direitos da população, coletivos, em prol da propriedade privada.

Em um contexto de cada vez maior presença de interesses privados nas mais variadas dimensões da vida pública, tanto em governos, instituições, atividades ilegais e criação de formas de coerção, o estado de exceção cumpre um propósito de autoridade na defesa da competitividade, produtividade e acumulação capitalista.

A defesa de direitos, as lutas sociais, as conquistas coletivas e tudo aquilo que, antes de interesses comuns, surge como pauta coletiva, é posto de lado pela lógica econômica capitalista e por interesses privados. A utilização de ferramentas e dispositivos de exceção, nesse sentido, representa um enfraquecimento do Estado Democrático de Direito.

Francisco de Oliveira nos lembra que, em um passado recente, ainda no séc. XX, as relações entre o Estado e o urbano, ou Estado e planejamento, poderiam ser caracterizadas como um

esforço de normatividade para estabelecer a relação capital-trabalho, promover as condições gerais para a produção para a industrialização, utilizando, para tanto, até o limite, a coerção estatal como substituto do mercado” (Oliveira, 2003, p.9)

Esse esforço, como o autor indica, seria para enquadrar a exceção e transformá-la em norma, esforço que não obteve sucesso, visto que as transformações vistas ao longo do século passado e os métodos utilizados não conseguiram enquadrar a exceção (Oliveira, 2003). O que vimos, no período foi uma transformação de desigualdades, aprofundando-a, quantitativamente, e transmutando a já conhecida ausência de liberdade à quase completa ausência de horizontes de transformação:

o que se chamou no passado de “informalidade” tornou-se a regra. Pede-se ao trabalhador formal os atributos do “informal”: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossas

idades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso (Oliveira, 2003, p. 11).

Nesse processo vemos mais um elemento que corrobora o visto anteriormente, e que alguns autores chamam de estado de exceção econômica, pois agora o Estado atua no fortalecimento da autonomização do mercado, um outro pilar da exceção, esta que, em uma reviravolta já reconhecida, enquadrada a norma. Segundo Francisco de Oliveira,

As cidades são os lugares por excelência dessas exceções, e o conjunto delas é a administração da exceção. Trata-se de um Estado de Exceção, na medida justa da teoria schmittiana, pois o soberano é o que decide a exceção: quem é o soberano? O mercado, não como abstração, mas precisamente o que coloca 41% abaixo da linha da pobreza (Oliveira, 2003, p. 11)

Isso nos ajuda a compreender o caráter palpável desses interesses e em que lugar os grandes centros urbanos se encontram no manejo dessa exceção, posta como norma, para garantir interesses assimétricos de forças externas aos espaços marginalizados das periferias das cidades. O caráter violento desse processo, como temos assinalado, age como garantia da manutenção do processo de acumulação e de controle sobre os mais pobres. Oliveira afirma que

Na tentativa de conter a avalanche, a policialização da sociedade, a segurança elevada ao valor maior, o pedido de transformar as Forças Armadas em polícia urbana, uma guerra civil mal disfarçada. A morte da pólis é a morte da política e a negação da negação: todo espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar panóptico, porque o perigo é o público. (...) Não há mais política: há técnicas e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a “realidade” e em nome dela, planejar a exceção (Oliveira, 2003, p. 13).

No escopo deste trabalho, não nos parece exagero indicar que está em curso, na periferia de Belém, um projeto de controle sobre o espaço que se justifica perante a opinião pública pela necessidade de combate ao crime organizado, principalmente o tráfico de drogas. Se trata de um aparato simbólico e concreto construído em volta da criação de inimigos que atuam nas sombras mais distantes do centro da cidade, em vilas e ruelas, canais e becos onde agem traficantes, assaltantes, assassinos e outros criminosos que ameaçam a segurança das cidades.

Por trás dessa primeira interpretação, no entanto, fica clara a forte pegada colonial nas estruturas que justificam e caracterizam a conformidade de um estado de exceção permanente nas periferias de Belém, assim como em várias periferias do mundo. O controle sobre a população das baixadas, a violência contra os corpos não

brancos e uma clara violação de direitos básicos direcionada às camadas mais vulnerabilizadas da população indica o forte caráter colonial que guia esse processo.

Sob esses discursos, as ações ostensivas das polícias agem de modo cada vez mais violento e abusivo sobre os corpos periféricos, principalmente o de jovens negros que vivem e circulam nesses espaços. Eles são criminalizados e, muitas vezes, mortos, sem qualquer direito ao devido processo legal. Seus algozes são, ao mesmo tempo, juízes e executores. Isso reduz a confiança dessas pessoas nas instituições públicas e ampliam o medo de permanecer em lugares públicos ou em vias do próprio bairro por receio de ser alvo de ações da polícia. Não é exagero dizer que, em muitos casos, as polícias, e de certa forma as milícias, representam mais perigo para a vida de jovens negros do que o próprio tráfico de drogas.

Esses e outros indícios de suspensão de direitos e do estabelecimento de um estado de exceção nas periferias de Belém compõem o próprio corpo desta pesquisa, que oferece exemplos concretos do furto de cidadania intencional sobre os espaços da periferia e as formas de resistência a isso oferecidas por movimentos. A seguir, falamos mais sobre o papel do Estado nesse panorama.

3.4 Políticas de intervenção do Estado e novas formas de controle

Neste tópico apresentaremos, com critérios alinhados aos nossos objetivos de pesquisa, o Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará, seus diagnósticos preliminares, suas metas e, principalmente, o duplo modelo de intervenção aplicado nas periferias da cidade de Belém. Esse recorte se justifica pelo período em que os dados desta pesquisa foram levantados, entre 2019 e 2024, em que o Territórios Pela Paz, programa piloto de atuação e presença do poder público em bairros considerados “áreas vermelhas”⁸, estava em fase de implementação e o modelo foi testado. Antes, no entanto, precisamos falar brevemente sobre o Estado e a construção de políticas públicas para compreendermos o papel das instituições.

3.4.2 Estado e políticas públicas

⁸ Designação estigmatizante sobre a distribuição desigual da violência na cidade.

Considerando as intenções de compreender o papel do Estado, enquanto promotor de políticas públicas que contribuem para a submissão de espaços periféricos ao *status* de exceção que acreditamos observar, não podemos nos furtar de refletir, mesmo que brevemente, sobre algumas de suas estruturas e sobre o que ele próprio representa no mundo moderno.

Uma reflexão importante, que precede um olhar direto sobre o Estado e as políticas públicas pensadas e aplicadas sob uma perspectiva estatal, é a realizada por Abramns, Gupta e Mitchel (2015) em seu livro, "*Antropologia del Estado*", onde indicam que, mesmo após décadas de pesquisas e tentativas de conceitualizações, a figura do estado permanece uma incógnita, enevoadada por diversos fatores.

Para tratar do tema os autores indicam duas áreas que representam vertentes distintas de estudos sobre o tema, a sociologia política e outra, de caráter marxista. Enquanto a primeira oferece uma explicação social do estado, como um agente político concreto e uma estrutura que é própria das agências sociais e das estruturas da sociedade, que opera em uma relação interdependente com elas, a segunda considera que uma análise política deva partir do fundamento de que o Estado e a sociedade civil, ou as classes sociais, possuem uma relação baseada em sua separação. Ambas as abordagens, no entanto, conferem ao Estado um grau de autonomia, visto como uma entidade substancial e autônoma a respeito da sociedade, dificultando sua apreensão (Abramns, Gupta, Mitchel, 2015).

Os autores acreditam que, no sentido exposto acima, é possível supor que o Estado de fato exista de forma independente e autônoma, que demonstra seu poder, ao menos de forma parcial, quando impede ou dificulta os estudos sobre si ao reter informações consideradas sigilosas acerca de seu funcionamento ou de suas intencionalidades. Essa suposição, no entanto, podem ser fruto de predisposições daqueles que se propõe a estudá-lo, que coisificam o Estado e criam barreiras para o estudo dele. (Abramns, Gupta, Mitchel, 2015).

Se as ideias criadas sobre o Estado, ao menos nas vertentes de estudo citadas pelos autores, remetem a algo irreal, fantasioso e que dificulta os estudos sobre temas importantes relacionados ao poder político, a própria ideia de Estado enquanto uma entidade concreta é posta à prova.

Nos interessa aqui compreender o Estado, portanto, enquanto uma estrutura dentro da prática política, que é construído a partir de posturas que se unificam de forma transitória, enquanto um poder ideológico que pode ser considerado um objeto

de análise. Não se trata de uma realidade por detrás de uma máscara, mas a máscara em si, que se coisifica através de uma construção da prática política (Abramns, Gupta, Mitchel, 2015).

Ao direcionar nosso olhar para as práticas políticas que definem o papel do Estado no escopo de nossa pesquisa esperamos ultrapassar esse véu e encarar o exercício do poder político de forma direta e minimizar as fantasias em torno de uma entidade que existiria a parte da sociedade, logo, enquanto algo dotado de objetividades, subjetividades e intencionalidades ligadas ao exercício do poder.

Ao trabalharmos com focos multipolares de poder, ao encaramos as dimensões supracitadas do exercício deste mesmo poder em áreas periféricas da cidade de Belém, é notória a existência de interesses divergentes que muitas vezes entram em conflito em arenas públicas e disputam influência nos processos de tomadas de decisão e na formulação de políticas públicas no campo institucional.

Para tal, o trabalho de Levi (1991) oferece reflexões interessantes sobre as estruturas que englobam elementos de coerção e barganha, que permitirão que certos atores sejam responsáveis pela delimitação de decisões de outros. A ideia de que existe uma assimetria de poderes guia toda a obra de Margaret Levi, de modo que a manutenção, o fortalecimento ou o enfraquecimento dos poderes de certos atores dependem dos processos de mudanças institucionais. A definição de instituição utilizada pela autora, vale citar, é aquela de Douglas North, que a compreende como algo que se caracteriza “pela capacidade de delimitar escolhas e por possuir mecanismos de implementações de decisões” (Levi, 1991, p.80).

Se normalmente o incentivo ou desincentivo para seguir determinadas normas são de natureza social e cognitiva, quando falamos das instituições percebemos a existência de um aspecto legal, de caráter incontestável, que a dota de uma capacidade coercitiva que não pode ser ignorada. As mudanças nestas instituições, ou seja, das regras e procedimentos de implementação, de encorajamento ou desencorajamento de comportamentos, se dão a partir de novos arranjos de distribuição de poder (Levi, 1991).

Essa redistribuição de poder depende do colapso de fatores ligados não apenas às formas de coerção direta, mas de outras formas de domínio, cultural e socialmente construídos e inseparáveis do tecido social. É o que Levi (1991) chama de consenso contingente, uma forma de normatização de uma estrutura que conta com uma capacidade enorme de obediência.

No contexto de nossa pesquisa, é interessante encarar essa ruptura a partir das possibilidades de grupos com menor poder de barganha ou de pressão junto às instituições, com notória limitação na promoção de mudanças que atendam suas necessidades, acusando assim uma assimetria de poder. A autora indica, no entanto, que a falta de recursos é substituída pelo poder de deixar de consentir, de desobedecer, tanto passivamente, por meio de abstenção, e ativamente por meio do protesto.

Pensar nas possibilidades que podem surgir da ação coletiva de base periférica, a partir de demandas comuns e objetivos concretos, pode ser um trunfo analítico a partir de uma análise de atuação institucional e de questionamentos do *status quo*, que podem promover mudanças nas formas de pensar e promover políticas públicas a partir de uma conjuntura Estatal junto à comunidade.

Essas mudanças podem ocorrer de forma incremental, como a maior parte das mudanças ocorrem, mas a possibilidade de perceber essas mudanças a partir da insatisfação de agentes menos poderosos no seio político, e principalmente, junto às lutas pelo acesso e permanência no espaço público, significariam um resultado nas várias associações feitas em torno de demandas comuns.

No escopo deste trabalho, analisamos uma ação promovida pelo governo do Estado do Pará denominada Territórios pela Paz (TerPaz), que tem como objetivo principal “Ocupar os Territórios das comunidades locais com a presença do Estado através de políticas públicas inclusivas que operem uma transformação social da qualidade de vida desses ambientes” (TerPaz, 2020).

É importante notar que, por meio do objetivo exposto acima, o TerPaz tem como uma de suas principais metas, mesmo que sub exposta no texto, recuperar ao Estado o poder que um dia julga ter possuído sobre os espaços focados, principalmente no que diz respeito ao antagonismo de outros poderes, como o de organizações criminosas. Parte dessa premissa é confirmada através do discurso de atuação do projeto, que utiliza o território como um dos principais conceitos norteadores.

Nos interessa compreender de que forma a aplicação geral do projeto TerPaz, alinhada aos objetivos do Governo do Estado, está embutida de intencionalidades e até que ponto isso se aproxima ou se afasta dos interesses das comunidades dos bairros em que o projeto atua, que são bairros periféricos.

Graça Rua nos diz que as sociedades modernas possuem como principal característica a diferenciação social, ou seja: os seus membros possuem atributos

diferentes, que passam pela idade, sexo, religião etc., até chegar nas ideias, valores, vontades e diversas outras particularidades. Daí advém diversos conflitos, ponto no qual a obra da autora pode nos ajudar a encarar as políticas públicas implementadas pelo Estado neste caso específico.

Por ser construída a partir de particularidades e diferenças, a vida social é uma vida de conflitos, que precisam ser administrados (Rua, 1998). Essa administração pode ser realizada de duas formas, segundo a autora: através da coerção, pura e simples, e por meio da política, que também engloba a coerção, mas não apenas ela. A política é considerada pela autora enquanto um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos” (Rua, 1998, p. 1).

As políticas públicas, nesse sentido, são resultadas da ação política (que é o conjunto de decisões e ações que dizem respeito à preferência e alocação de valores), são o resultado também do processamento, pelo sistema político, de demandas geradas no ambiente, ou seja, “externas” ao sistema político, e demandas internas a esse sistema.

Essas demandas podem ser de três tipos, basicamente. Demandas novas, demandas recorrentes e demandas reprimidas. Aqui nos interessa pensar nas demandas recorrentes e reprimidas. As primeiras são aquelas que expressam problemas não resolvidos, ou que foram resolvidas apenas em parte, retornando a pauta periodicamente. As segundas são aquelas que não conformam um problema político estabelecido, sendo inicialmente um “estado de coisas”, que não existem enquanto problema real, criando uma “não decisão” sobre elas (Rua, 1998).

A primeira forma de demandas nos interessa por representar algumas reivindicações básicas não atendidas nos espaços em que o projeto estudado atua, como é o caso do saneamento básico e do princípio básico da segurança e da oferta de serviços públicos de qualidade, como educação e lazer. A segunda se refere a dimensões da vida social que ainda não fazem parte de nenhum programa ou projeto público, que englobam questões de gênero, de cor e de expressão artística periférica.

Graça Rua ainda contribui para nosso trabalho quando fala sobre a implementação destas políticas, e sobre o que devemos atentar ao analisar essa fase. A autora diz que a implementação é tão complexa quanto forem os níveis e a quantidade de níveis de governo, setores, organizações e agências. Por esse motivo é necessário que o acompanhamento e o controle do processo leve em conta o tipo

de política e a arena política em que se insere, assim como o contexto inter e intraorganizacional no qual se opera e o mundo externo que sofrerá os impactos desta política (Rua, 1998).

Isso nos dá uma visão geral, por enquanto, da complexidade do trabalho a ser realizado, visto que são muitas as organizações e setores governamentais envolvidos neste processo, articulados por meio da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC) em sete eixos de atuação: a) capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura; b) emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária; c) habitação, regularização fundiária e urbanização; d) saúde, esporte/lazer, assistência social; e) tecnologia e inclusão digital; f) meio ambiente e sustentabilidade; g) mediação de conflitos e prevenção de violência.

Compreender essa constelação de interesses e a atuação de diferentes agentes externos e internos ao sistema político, suas formas de negociação e de pressão de demandas e formas de implementação, assim como a própria natureza dessa implementação é de grande importância para alcançar os objetivos propostos.

As leituras dos textos acima, dentre tantos, despertaram nosso interesse a um ponto da pesquisa em desenvolvimento que carecia de aprofundamento e compreensão. Pensar o Estado e as políticas públicas em um contexto periférico significa afiar o gume da análise para questões teóricas, para a análise de intencionalidades e da percepção de sujeitos afetados direta e indiretamente.

Os trabalhos de Abramns, Gupta e Mitchel (2015), Levi (1991) e Rua (1998) serão valiosos na análise da formulação e aplicação do projeto TerPaz, do Governo do Estado, visto que ele engloba várias dimensões da vida social nas comunidades trabalhadas.

Quanto ao controle do território por facções criminosas, milícias e afins, assim como a ação de forças policiais em bairros periféricos, julgo que o trabalho de Achille Mbembe, sobre necropolítica, pode nos ajudar a compreender a instrumentalização da existência humana e a destruição do corpo como forma de exercício de poder.

Por fim, acredito que uma compreensão sobre a noção de Estado, dos processos de construção de práticas políticas e das intencionalidades que emanam a partir e para elas, pode nos prevenir de realizar análises superficiais e fantasiosas sobre ações concretas que atingem espaços periféricos e seus sujeitos. Pode nos ajudar, também, a compreender os processos de formulação das políticas públicas

em curso, assim como os conflitos de interesses que permeiam suas implementações e as assimetrias de poder que configuram essa arena política.

3.4.3 Territórios pela Paz e as ações do Estado sobre as periferias de Belém

No dia 14 de abril de 2022 foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, com validade de 10 anos, que consiste no período entre 2022 e 2031. No Plano são estabelecidas metas de redução de letalidade em termos gerais, englobando taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI), letalidade policial, acidentes de trânsito e diversas outras formas de violência, algumas das quais tratadas em capítulo anterior.

Metas foram estabelecidas com indicadores estratégicos que foram responsáveis pela presença de cidades paraenses no *ranking* das mais perigosas do mundo, em 2017. Houve uma queda significativa de números totais de CVLI no Estado, que caíram de 4051 (2018) para 2335 (2021), cerca de 42% de redução total, segundo os dados do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (2025). O Plano prevê, de forma específica, a redução dos índices abaixo.

Homicídios para menos de 16 mortes por 100.000 habitantes, partindo de uma média de 20,17 em 2020-2021. Lesão Corporal seguida de morte para menos de 0,30 mortes por 100.000 habitantes, partindo de uma média de 0,40 em 2020-2021. Latrocínios devem reduzir para menos de 0,70 mortes por 100.000 habitantes, com uma média em 2020-2021 de 1,23. Feminicídios devem reduzir a menos de 2 mortes por 100.000 habitantes, que já partem de uma média de 1,51 mortes por 100.000 habitantes no biênio de 2020-2021.

Os índices que envolvem ações policiais ou agentes de segurança pública também são previstos no plano, que pretende reduzir em 30% o número total de mortes de agentes de segurança até 2030. No biênio 2020-2021 a média era de 23 mortes por ano. Quanto às mortes de civis por intervenções policiais, pretendeu-se reduzir, também, em 30% até 2024, partindo da média de 535 vítimas no biênio de 2020-2021. Registraram-se, no entanto, 596 vítimas nesse último indicador, em 2024. Esse, na verdade, é o único indicador distante das metas e que não indica redução.

Um dos marcos e pilares estratégicos desse plano foi a institucionalização do Territórios pela Paz (TerPaz) como uma política pública permanente no Estado do

Pará, permitindo sua ampliação para além da Região Metropolitana de Belém e a construção de Usinas da Paz em outros municípios. Este é um sinal da confiança do governo para com o programa, atestando uma eficácia que se reflete em números governamentais de acompanhamento de metas e que tem ganhado reconhecimento nacional. Essa eficácia, no entanto, pode ser questionada quanto ao impacto para além de dados brutos, visto que o sentimento de insegurança nos territórios em que foi operado teve pouca variação. Antes de tratarmos desses impactos, vamos dar um passo atrás e apresentar o TerPaz de forma apropriada.

Antes de continuarmos é necessário ressaltar que o termo “território”, utilizado aqui, não se baseia em nenhuma formulação crítica ou conceito científico, mas sim em uma ideia de espaços de controle superficial pela contraposição das ideias de zonas de violência e zonas de paz. Em contraponto, pensar as pessoas como produtoras de territórios pode ser benéfico para pensar suas agências.

Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 78) afirma, com forte influência no pensamento de Claude Raffestin (1980) que o território é “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Furtando-nos, neste momento, da discussão sobre o que é o poder, nos atemos à sua aplicação e exercício, com o intuito de contrapor a definição do programa TerPaz.

Mais importante do que entender, neste momento, o que é o poder, é se perguntar quem o exerce sobre o espaço. Quem estabelece relações de domínio ou influência sobre ele? Vale lembrar que

[...] a própria “dominação”, conquanto sempre tenha a ver com o poder heterônomo, não deve ser exclusivamente associada à violência e à força bruta ou bélica, mesmo que elas [...] nunca sejam ausentes como fatores de manutenção do poder heterônomo – seja na escala do Estado-nação, seja na escala, por exemplo, de um espaço segregado territorializado por traficantes de drogas de varejo ou uma “milícia” paramilitar. [...] há que se buscar o componente de consentimento no exercício do poder – e, por extensão, no exercício do controle sobre um espaço (SOUZA, 2013, p. 86-87).

As relações de poder referentes a um território, portanto, não se resumem à imposição de regras ou condutas, mas do estabelecimento de um sistema que possa sustentar esse domínio sobre o espaço.

Achamos interessante, no entanto, pensar o território a partir de uma abordagem mais específica, ligada à ação de agentes que atuam na construção de relações não hegemônicas, principalmente. Para isso focaremos nas contribuições de Rogério Haesbaert sobre o conceito.

Em uma primeira aproximação, o autor nos informa que o paradigma territorial hegemônico vê o espaço como

mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional, dentro de uma economia ainda fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador (HAESBAERT, 2014, pag. 53).

Essa noção se vincula a um conjunto de intencionalidades hegemônicas que pouco olha para àquelas outras, que se reproduzem no campo da vida cotidiana, dos grupos e das pessoas. O conceito de território que optamos utilizar, neste projeto, é aquele apresentado pelo autor a partir do que ele chama de paradigma territorial contra hegemônico, que

Ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade0"terra" (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo "bem viver" (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação (HAESBAERT, 2014, pag. 54)

Essa concepção é importante para reconhecermos que os sujeitos de nosso trabalho possuem intencionalidades e posturas ativas sobre seus espaços, encarados como mais do que o produto de objetividades alheias.

Haesbaert encara o território a partir de três enfoques principais: o enfoque jurídico-político (no qual entende território como um espaço delimitado e controlado pelo poder estatal, principalmente); pelo enfoque econômico (a partir do qual entende o território como um produto espacial da luta de classes e das relações entre classe e trabalho); e cultural (a partir do qual o território é posto como o resultado de apropriações pelo imaginário e de identidades sobre o espaço). Essas dimensões são inseparáveis, mas pretendemos dar maior atenção, nesta pesquisa, a partir das vertentes jurídico-política e cultural.

Nas palavras de Haesbaert,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2014, p. 57)

Logo

Podemos afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou mais ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96 *apud* HAESBAERT, 2014, p. 58)

O autor defende, apoiado em Henri Lefebvre, que a apropriação, nos termos acima, deve prevalecer sobre as formas de dominação do espaço, ou ao menos andarem juntas, mas por conta da lógica de mercado que define o mundo capitalista, esta última sufoca completamente a primeira. Reconhecemos aqui duas dimensões diferentes que operam em escalas distintas.

Pensando na lógica de um *continuum* que vai da dominação à apropriação, portanto,

O território e a territorialização devem ser trabalhados da multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitoado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência - , pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe (HAESBAERT, 2014, pag. 59).

Não é possível, portanto, pensar o território sem pensar seus sujeitos, seus conflitos e, principalmente, suas contradições. Essa relação entre as dimensões, apresentada na citação acima, não pode ser deixada de lado se pretendemos estudar o impacto das relações entre ações do Estado e de organizações criminosas e os grupos que constroem relações nos espaços da periferia de Belém

A territorialidade, nesse sentido, trata de uma dimensão mais específica,

Estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”

Não será possível, portanto, dissociar do espaço as suas funções ou seus significados. Não se trata necessariamente de algo abstrato ou uma parte virtual daquilo que faz do território um território, mas sim uma dimensão imaterial, um símbolo que corresponde ao território, mesmo que este não esteja devidamente manifestado.

Compreendemos a territorialidade, portanto, como uma espécie de espaço vivido, que reúne materialidade e imaterialidade, “domínio do “vivido” ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado” (HAESBAERT, 2014, pag. 66). Ela reúne elementos que permitem não apenas

exercer ou concretizar poder, mas criar relações no espaço que o dotam de sentidos e significados.

O projeto TerPaz, portanto, se furta de uma definição ampla e complexa sobre os territórios de sua atuação ou da importância de considerar as objetividades dos grupos diversos que vivem e constroem esses territórios. A segmentação urbana em “polos geradores de criminalidade” e “territórios pela paz” contribui, ainda mais, para a marginalização de setores inteiros da população, ao mesmo tempo que aplica modelos de intervenção de cima para baixo.

O programa surge da iniciativa da Secretaria de Articulação da Cidadania (SEAC) com o intuito de estabelecer uma política pública que seja capaz de integrar diversos setores do governo e da sociedade civil, assim como a iniciativa privada, ao objetivo de criar o que o governo do Estado chama de “cultura da paz”.

o desenvolvimento de uma cultura de paz, com foco na inclusão social e geração de oportunidades culturais, educacionais, econômicas e de exercício de direitos, particularmente em espaços territoriais caracterizados por fenômenos de descoesão, violência e criminalidade, que representem ameaças a vida e a liberdade de populações trabalhadoras, criativas e carentes de apoio e investimentos. (TERPAZ)

Isso ocorre no contexto de perda de espaço institucional em bairros marcados com altos índices de homicídios e de ocorrências violentas, geralmente associados a ação de organizações criminosas e, principalmente, o narcotráfico.

Além da violência, objetivou-se demarcar a presença do poder público em espaços marcados por desafios sociais diversos, ligados à cidadania e os obstáculos ao seu pleno exercício, como o saneamento débil, mobilidade urbana dificultada pela escassez de modais públicos, habitação precarizada e falta de espaços públicos voltados ao lazer, principalmente. Isso seria feito a partir da articulação ampla de entidades que pudessem oferecer serviços voltados à saúde, cultura, educação, esporte e lazer.

Há o esforço de entender os problemas vividos nestes territórios de forma complexa, integrando ações nos sete eixos centrais apontados anteriormente (SEAC, 2019). Esses eixos englobam ações únicas, mas também articulam ações que os atravessam, permitindo que o princípio da intersetorialidade e complementaridade das ações das secretarias, dos órgãos e fundações se agrupem em eixos transversais que as agrupam: a) objetivos de desenvolvimento sustentável; b) desenvolvimento territorial; c) cidadania participativa e mediação de conflitos; d) cultura de paz (SEAC,

2019). Na tabela abaixo estão alguns exemplos de ações realizadas pelo programa, com regularidade e eficácia assimétricas.

Quadro 1 – Programas que compõem o TerPaz.

Programa	Eixo	Eixo transversal
Atendimentos a saúde básica, fortalecimento do PSE nos Territórios, encaminhamentos às unidades de saúde, testes, vacinas e ampliação da assistência odontológica;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Capacitação técnica e oferta de cursos profissionalizantes e tecnólogos, gratuitos, em parceria com Universidades;	capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura	cidadania participativa e mediação de conflitos
Subsídios para a aquisição e/ou reforma habitacional. Urbanização e saneamento básico;	Habitação, regularização fundiária e urbanização	desenvolvimento territorial
Educação ambiental; compostagem institucional e doméstica; coleta seletiva do lixo;	Meio ambiente e sustentabilidade	objetivos de desenvolvimento sustentável
Disponibilização de crédito para empreendedorismo, fomento aos arranjos econômicos locais, economia solidaria, capacitação para microempreendedores e qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social;	Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária	desenvolvimento territorial
Rede de direitos humanos & protagonismo juvenil; prevenção ao uso de álcool, drogas à exploração sexual e tráficos de pessoas;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Acolhimento a jovens egressos do sistema penitenciário e as suas famílias disponibilizando emissão de documentos, empréstimos para empreendedorismo, educação básica e qualificação profissional;	capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura	cidadania participativa e mediação de conflitos

Suporte institucional aos produtores da cultura local, capacitação técnica em artes cênicas e artes visuais, produção artística e tecnológica de figurino e cenografia; empreendedorismo criativo considerando as manifestações artísticas regionais;	capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura	cidadania participativa e mediação de conflitos
Oficinas de criação de projetos audiovisuais, idealização de roteiros; cursos de web influencer para jovens;	capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura	cidadania participativa e mediação de conflitos
Projeto escola aberta – abertura de 48 escolas dos Territórios para a execução dos projetos das demais secretarias aos fins de semana; disponibilização dos espaços das escolas para promover comunidades inclusivas e pacíficas para o desenvolvimento sustentável;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Disponibilização gratuita de sinal de internet (hot zone) para acesso de estudantes, profissionais e comunidades dos Territórios;	Tecnologia e inclusão digital	desenvolvimento territorial
Mapas digitais dos Territórios com dados e informações detalhados;	Tecnologia e inclusão digital	cidadania participativa e mediação de conflitos
Regularização fundiária para prevenir conflitos de vizinhança;	Habitação, regularização fundiária e urbanização	desenvolvimento territorial
Inclusão digital de adolescentes e jovens;	Tecnologia e inclusão digital	cidadania participativa e mediação de conflitos
Atendimento a mulheres grávidas mediando o acesso à rede pública de atenção básica de saúde das gestantes e dos lactantes;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos

Promover espaços de reflexão sobre formas de enfrentamento às questões de gênero, homofobia e racismo;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Hortas sociais para a produção de alimentos em terrenos disponíveis; emissão de certidão de nascimento e de óbito e contribuir com a erradicação do sub-registro, incluindo quilombolas urbanos e indígenas desaldeados;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Financiamento a microempreendimentos geridos por mulheres para fomentar a geração de emprego e renda (EMPODERA) com orientação de funcionários do Banpará na gestão de negócios;	Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária	desenvolvimento territorial
Concessão de bolsas a alunos e professores para pesquisa de projetos de inovação e desenvolvimento de produtos que contribuam com melhoria da realidade local dos Territórios;	capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura	desenvolvimento territorial
Consolidação dos conselhos comunitários de segurança;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz
Protocolos de abordagens policiais às crianças e adolescentes em situação de risco, mulheres em situação de vulnerabilidade, população negra, e grupos LGBT;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz
Formação de professores e lideranças comunitárias multiplicadores de educação no trânsito; oficinas para adolescentes e jovens sobre comportamento seguro no trânsito;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz
Programa de resistência às drogas e à violência para crianças e adolescentes das escolas públicas e privadas dos Territórios;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz

Visitas às residências para verificação e orientação sobre instalações elétricas e a adequação da manutenção dos insumos dos fogões a gás;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Oficinas sobre combate a incêndios, acidentes domésticos e primeiros socorros;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Delegacias para o atendimento e encaminhamentos pertinentes à garantia de direitos grupos vulneráveis;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz
Sala lilás para atendimento especializado a mulheres vítimas de violência;	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cultura de paz
Aumentar a emissão de identificação civil, gratuita, nos Territórios;	Saúde, esporte/lazer, assistência social	cidadania participativa e mediação de conflitos
Melhorias na prestação de serviços de serviços periciais prestados pelo Núcleo de Crimes Contra a Vida.	Mediação de conflitos e prevenção de violência	cidadania participativa e mediação de conflitos

Fonte: SEAC (2019).

O objetivo dessa integração, segundo o então governador Helder Barbalho, seria “Ocupar os territórios das comunidades locais com a presença do Estado, através de políticas públicas de inclusão social que operem uma transformação na qualidade de vida desses ambientes” (SEAC, 2019).

Note que termos como “qualidade de vida”, “cultura de paz” e “desenvolvimento territorial” surgem como sinônimos em vários momentos da apresentação do projeto. Há, de fato, o intuito de apresentar o TerPaz como uma solução aos problemas de segurança vividos nos territórios, com o potencial de acabar com uma “cultura de violência” e estabelecer uma “cultura da paz” por meio da presença do Estado.

Isso dá a impressão de que os problemas que o TerPaz nasce para combater serão resolvidos de dentro para fora, oferecendo serviços que poderão mudar a vida

das pessoas que permitir que a violência seja abdicada do cotidiano desses lugares. Ficam dúvidas quanto a eficácia de um projeto que olha para o território de forma isolada, sem pensá-lo em redes amplas que o integram.

Vale lembrar que o programa está articulado e é parte importante do Plano de Segurança Pública, o que pode dar indícios de outras pontes que não aparecem no projeto de forma explícita, principalmente no que diz respeito ao combate e desarticulação de grupos armados. No que diz respeito à ação de formas de segurança, no entanto, o projeto do TerPaz é incisivo, principalmente quanto à ação das polícias no território.

As ações integradas descritas acima contam com a coordenação de duas secretarias do Estado com maior margem de gestão direta: o Gabinete de gestão Operacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e a Câmara Técnica Intersetorial da SEAC. Ambas são instancias institucionais que fizeram análises prévias e são responsáveis pela avaliação da execução do programa. Grande parte do trabalho desses órgãos é garantir a eficiência, identificar impactos e mapear entraves.

Aqui devemos concentrar nosso olhar nas ações propostas e encabeçadas pela Segup nesses territórios, visto que são um indicador interessante para compreender parte das críticas tecidas à atuação do estado na pauta da segurança pública e, principalmente, no estabelecimento de uma “cultura de paz”. As ações foram pensadas em duas etapas distintas: o Choque operacional e a Atuação integral.

A primeira etapa foi dividida em 4 fases. A primeira fase consistiu no levantamento de inteligência e de ações da polícia judiciária. Nesse momento foram mobilizados setores de inteligência para identificar indivíduos envolvidos com grupos criminosos ou com atividades ilegais com fins violentos nos territórios de implementação do TerPaz com o intuito de subsidiar as ações seguintes. Na Fase 2 se objetivou a ocupações dos territórios com ações ostensivas das polícias e de forças especiais, com aviso prévio a e ampla comunicação. Segundo a SEAC, esta última medida consiste em

O anúncio prévio do início das operações é feito com finalidade dissuasória da criminalidade, na área a ser ocupada, objetivando mitigar a possibilidade de ocorrência de confrontos armados em locais densamente povoados, o que constituiria um elevado fator de risco de pessoas não envolvidas com a criminalidade serem alvejadas. Justamente no início da deflagração desta

fase, é priorizado o cumprimento das ordens de prisão obtidas e catalogadas na fase anterior (SEAC, 2019).

Esta fase, que depende inteiramente da anterior, objetivou a desestabilização de organizações por meio de presença ostensiva e em maior grau do Estado nos territórios por meio dos agentes de segurança pública, como um pico de ações e operações policiais que antecederia a próxima fase.

A terceira fase se caracteriza pela estabilização da atuação policial, do estabelecimento de policiamento preventivo e repressivo. Neste momento se espera que haja um abrandamento da presença policial vista na fase anterior, com um momento de transição para o policiamento regular a cada área, em cada território, conforme se voltaria a uma “normalidade” esperada, com base nos números totais de CVLI.

Na quarta fase, e última, da primeira etapa, há a implementação de uma modalidade de policiamento baseada no estreitamento da relação entre a população e as forças de segurança, com a esperança de que essa interação seja o suficiente para planejar ações e avaliar de forma horizontalizada a eficácia desta política pública. Aqui o objetivo definido foi a prevenção à criminalidade como principal recurso de combate à violência.

Mais à frente poderemos discutir brevemente os resultados dessas fases nos bairros que primeiro receberam o TerPaz, tanto por meio das estatísticas governamentais quanto a partir da leitura feita pelos sujeitos dessa pesquisa e associando-a aos rumos que a segurança pública tem assumido na Região metropolitana de Belém. De antemão, no entanto, precisamos afirmar que poucos resultados acompanharam as expectativas descritas acima, principalmente no que diz respeito à aproximação com a população de bairros periféricos. Podemos dizer, inclusive, que os efeitos do policiamento extensivo e da ideia de um policiamento preventivo aprofundou alguns dos problemas existentes na periferia de Belém.

A segunda etapa, chamada de atuação integral, é o momento em que todas as secretarias, fundações, órgãos e afins que compõem o eixo de políticas públicas e inclusão social, nos termos do TerPaz, ingressam no projeto sob coordenação da SEAC. Nessa fase a estratégia da “polícia de proximidade”, descrita acima, é base para as ações nos territórios. Se esperava que a aproximação com organizações comunitárias, coletivos, movimentos sociais, lideranças comunitárias e afins

pudessem contribuir de forma contínua com os diagnósticos, assumindo protagonismos importantes nesse processo. A expectativa seria que as ações policiais, aliadas às ações de inclusão social, solucionassem os problemas vividos nesses lugares.

Novamente, o alcance desses objetivos é algo ainda incerto, principalmente a depender da fonte. Enquanto a comunicação oficial do estado segue liberando números promissores de redução de taxas de homicídio, acidentes, de trânsito, agressões por arma de fogo e outros indicadores importantes de CVLI, o sentimento dos sujeitos com quem conversamos contrasta com esse otimismo, com discursos marcados pela manutenção de relações conflituosas com as forças policiais, o aumento do sentimento de insegurança e o aprofundamento de perfis atingidos pela violência.

Por fim, antes de nos aprofundarmos sobre os efeitos sentidos por nossos sujeitos com relação aos últimos 5 anos de implementação e manutenção desta política pública, devemos apresentar alguns conceitos e objetivos que guiaram o Territórios pela Paz até aqui.

Inicialmente, salta aos olhos, no próprio nome da política, o território. Aqui não há aprofundamento, pelo projeto, nas referências ou conceitualizações adotadas ao assumi-lo como principal categoria de análise do espaço e como estratégia de incidência. Diz-se a afirmar que, neste caso, que

A delimitação de tramados urbanos, que formam os contornos territoriais das comunidades locais escolhidas, constituem-se no TERRITÓRIO como campo de ação estratégico das políticas públicas de inclusão social para fomentar o desenvolvimento local, promover o exercício da cidadania e a formação de redes produtivas dos arranjos econômicos locais, bem como a associatividade. Essas políticas configuram-se em fatores que contribuem com a redução da criminalidade. (SEAC, 2019).

Entende-se, portanto, se tratar de um entendimento sobre os limites intramunicipais que separam os bairros, mas, além disso, como um campo, delimitado por esses desenhos, em que é possível compreender relações estabelecidas, propor ações estratégicas e desarticular, assim como articular, novas tramas de relações, sob interesses do governo em associação com a população local.

Foram definidos, prioritariamente, 7 “territórios” na região metropolitana de Belém para compor os projetos piloto do TerPaz. São eles os bairros da Cabanagem, Benguí, Terra Firme, Guamá e Jurunas, em Belém; Icuí, em Ananindeua; Nova

União/São Francisco, em Marituba. Os mapas sediados no município de Belém podem ser identificados no Mapa 2.

Mapa 2 - Usinas da Paz em Belém



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2025.

A escolha desses “territórios” foi baseada em critérios pré-estabelecidos, sendo eles: os indicadores de criminalidade e violência elevados em comparação à média metropolitana; a existência de polos geradores de criminalidade; a predisposição do local para a execução do projeto e; a existência de uma organização comunitária que, minimamente, pudesse dar suporte ao projeto.

Não é difícil compreender a importância de utilizar os indicadores de violência como critério para a aplicação de um projeto como esse, o que dá à escolha desses bairros legitimidade baseada em dados concretos, produzidos pela secretaria de segurança ao longo de décadas, mas isso passa a se tornar problemático quando observamos o segundo critério.

Polos Geradores de Criminalidade são um conceito amplo, imaginativo e com muito espaço para conjecturas, o que torna ainda mais grave a falta de uma definição

hermética por parte dos divulgadores do projeto. Conseguimos unir informações que são pistas do significado disso, principalmente quando se fala em desarticulação de grupos criminosos, de forma geral, mas essa definição também abre espaço para pensar esses territórios como produtores da própria violência que os aflige. Se penso em polos geradores de criminalidade como propriedades intrínsecas aos territórios, perco a linha divisória entre vítimas e agentes dessas violências.

Há aqui o reforço de uma imagem, ou uma série de imagens, que marginalizam. A recriação da imagem de um bairro perigoso como a origem do perigo citadino deturpa a complexidade da origem do problema, que como já apontado por Couto (2018) surge de pontos distantes do globo e insere o bairro ou a comunidade em uma rede muito mais ampla. Segundo esse ponto de vista, os polos geradores de criminalidade são dispersos e, com certeza, não se resumem aos bairros sob tutela do TerPaz. É claro que reduzir essa questão ao território potencializa a ideia de uma solução orquestrada por ações locais e pontuais, com o governo do estado como o grande salvador, mesmo que seja, de fato, um placebo.

Outro problema que surge dessa escolha é o aprofundamento da marginalização das pessoas que ali vivem, vistas como parte do problema, o que só aumenta as tensões entre população e poder público que o TerPaz tanto visa eliminar. Essa marginalização, como vimos anteriormente, possui cor, gênero e idade, transformando jovens negros em vítimas potenciais de todas as violências que se busca combater.

Além da ocupação direta do território pelo Estado, existem outros objetivos que precisam ser citados aqui: a) Regular pacificamente os conflitos no interior dos territórios atendidos, por meio de padrões não-violentos de sociabilidade, do exercício crescente da cidadania para construir e estabelecer uma cidadania sem tutela nos diversos espaços de sociabilidade; b) Ampliar e garantir espaços intermediários de participação das comunidades nos Territórios Pela Paz, especialmente na Rede Local de Cidadania. c) Diminuir a vulnerabilidade social das juventudes e das mulheres vítimas de violência e da vigência de mecanismos de exclusão. d) Extinguir o domínio territorial exercido por grupos armados de criminalidade organizada, eliminar as formas de coação, regulação e de exploração de práticas ilícitas sobre os moradores; e) Reduzir os índices de violência, criminalidade, em especial os Crimes Violentos Letais Intencionais/CVLI. f) Recuperar a confiança e a credibilidade nas relações entre

comunidades e Estado enquanto instituição organizadora das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Perceba, algumas palavras-chave saltam aos olhos, como “cidadania”, “sociabilidade”, “participação das comunidades”, “domínio territorial”, “confiança” e “credibilidade”. Há, de fato, o interesse e a convicção de que a aproximação do Estado em direção a pessoas e comunidades pode ser a solução para estabelecer relações em que as pessoas possam exercer cidadania de forma plena, voltar a se relacionar de forma harmônica no espaço periférico ao mesmo tempo em que se sentem mais seguras por, em colaboração com o estado, permitir que políticas de segurança desarticulem grupos armados e o domínio do território volte ao governo do Estado. A realidade dos últimos anos, no entanto, foi diferente. Sobre isso falaremos a seguir.

Não temos a intenção de tecer, arbitrariamente, apenas comentários negativos acerca da concepção, planejamento e aplicação do TerPaz na Região Metropolitana de Belém. A desconfiança que acompanhou a escrita do projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho, causada principalmente pela crença de que o governo do estado compunha parte importante do problema debatido, foi substituída, em parte, por gratas surpresas. Começarei por esses pontos que considero positivos e importantes para a população que consegue ter acesso ao programa.

Cremos que é válida qualquer iniciativa que se proponha a pensar a série de problemas relacionados à segurança pública que vá além da repressão e do uso da força. Criar estratégias que visem uma aproximação da população para escutar propostas, reclamações e conseguir, de forma horizontalizada, propor métodos de prevenção à violência, são vistas com esperança pelas pessoas com quem conversamos.

Uma de nossas entrevistadas, inclusive, fala sobre sua experiência como estagiária em uma usina da Paz com muito entusiasmo, narrando a diversidade de ações sociais oferecidas, como a regularização de documentações em campanhas do município, mutirões de vacinação, consultas médicas, assistência social, e serviços afins. Além disso, cultura, esporte e lazer têm tido um espaço de destaque, com aulas de futebol, vôlei, natação, oficinas de dança, teatro e pintura, etc.

Ações de movimentos que acompanhamos, como a Tela Firme, utilizam o espaço das Usinas com alguma frequência, reunindo jovens e adultos do bairro e fazendo uso da estrutura de fácil acesso e localização privilegiada. Estar nesses espaços, além de oferecer maior rotatividade das ações, contribui para a atração de

novos públicos, além de mostrar resultados para a comunidade próxima e participar de um processo em duas vias de ver e ser visto. Assim são exaltadas diferenças, mesmo com as ressalvas de um ambiente fechado e com acesso condicional.

Existem, no entanto, algumas críticas direcionadas ao modelo de intervenção efetivado pelas Usinas da Paz, desde seu desenho inicial até o seu funcionamento atual. Destacamos críticas feitas por pessoas entrevistadas que moram nos bairros em que a Usina do Guamá, Terra Firme e Cabanagem foram instaladas.

Uma dessas críticas trata do processo de consulta feito previamente por agentes do governo do Estado. Foram reunidas lideranças comunitárias e representantes de movimentos das comunidades para que pudessem participar da fase de definição de prioridades e da formulação do projeto que guiaria o programa piloto. Essa escolha, no entanto, deixou de fora pessoas importantes com ampla atuação da comunidade, excluindo lideranças, perfis e organizações.

Eu acho que a usina da paz ela é muito para isso também, né? Para essa captação dessas lideranças e às vezes até para desarticulação de alguns centros como, centros comunitários, porque às vezes é alguns serviços e algumas questões assim de reuniões [que] eram feitas em centros comunitários, mas agora tem a Usina da Paz assim, então não precisa de centro comunitário. Como assim, né? Porque aí já tem o Estado, já tá dando uma estrutura assim. Então acho que ele é bem ambíguo, né? Havia resultados, né? Resultados concretos com relação à política pública, assim, mas eu não sei, eu acho que a gente compartilha disso. Eu fico com o pé muito atrás também, entendeu? Porque houve muita desarticulação (Lobato, Gabryela, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

Não há como afirmar com toda a certeza se isso foi uma escolha intencional ou o fruto de limitações, mas a verdade é que um espaço pensado para atender necessidades locais, nomeado com o bairro em que foi construído e que, se acredita, pretende manter relações íntimas com o seu entorno, pode ter falhado em refletir intenções da população com todo o potencial existente.

Por outro lado, algumas críticas se referem ao próprio funcionamento das usinas, que mantém um código de uso patrimonial que não abre espaço para manifestações populares mais específicas. Pessoas que constroem culturas periféricas, como o *hip hop*, explicitam a falta de incentivo para a realização de eventos espontâneos, criação de painéis de expressão gráficas ou mesmo a intervenção estética. Existem camadas de burocracias em torno do acesso que acaba por afastar alguns grupos, enquanto outros são atraídos.

Em nossa perspectiva, as usinas da paz surgem em pontos estratégicos dos bairros periféricos da cidade como monumentos contundentes da presença estatal nas comunidades. Aqui vale lembrar do que nos fala Zibechi (2015): o uso da força não mais garante a vitória em um conflito, mas é preciso ganhar legitimidade e adesão perante os mais atingidos “colateralmente”. O oferecimento de serviços como os descritos acima, além de cumprir o papel já esperado do Estado, de suprir necessidades imediatas e investir de forma incisiva na prevenção de problemas urbanos, inclusive o da segurança, tem o papel de ser mais uma frente na luta pelo reestabelecimento de poder nas periferias.

Para além de interesses públicos, no entanto, surge a impressão de que esse projeto tem fortes intenções pessoais por parte do então governador do Estado, que o utiliza para concentrar capital político e futuro material de campanha. Segundo uma de nossas entrevistadas,

Por exemplo, a cabanagem, ela não tinha asfalto quando chegou a Usina da Paz, pelo menos na rua principal foi asfaltada, né? E teve alguns serviços que ficaram mais acessíveis, né, a essa população. Eu acho que é um uma nova roupagem assim do que eles já faziam, porque acho que eles tinham, principalmente os Barbalhos, né, eles têm uma coisa assim bem populista mesmo, né? E eu acho que escutando a história dos meus avós assim, né, que que a minha avó ela na época que o Jaderlândia já era uma ocupação, ela era presidente do clube de mães de lá, né? Então ela tinha uma relação, assim, com os movimentos. Ela falava que os o Barbalho ele incentivava muito esses clubes de mães, centros comunitários, assim, que no Jaderlândia ele, no aniversário dele (não à toa Jaderlândia, né?) chegava, descia churrasco pra galera. Assim, querendo ou não, isso é uma forma de assistência, não é assistência social, um assistencialismo que ele fazia, fazia com que a população sentisse uma segurança nele, né? (Lobato, Gabryela, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

Essas práticas contribuem para um aumento na popularidade do governo do Estado, que passa a vender o projeto como um sucesso para outros estados e expande o TerPaz no Estado, agora como programa permanente, construindo as Usinas em outras cidades e interiorizando a iniciativa. Hoje outros estados e municípios estudam a implementação em seus próprios territórios.

Inclusive, o alcance das metas definidas no plano estadual de segurança pública e defesa social dependem integralmente das ações conjuntas entre setores de governança pública. A impressão é que a direção tomada é harmônica e integralmente complementar, não fossem as inconsistências e contradições. Uma agenda de combate ao crime, em defesa da vida, em espaços periféricos, mas que

produz números preocupantes de letalidade instrumentalizada pelo estado e com pouca efetividade de construir políticas universais de cidadania plena.

Pensar iniciativas que atuam nestes espaços e tem compromissos profundos com as questões e problemáticas periféricas significa olhar para construções descentralizadas de algo novo. A proposição de modelos de existência que surgem de dentro das periferias e emanam na direção da transformação efetiva não disputa espaço com iniciativas governamentais como essa, mas pouco são potencializadas por recursos e amparos de todas as naturezas. Não há como conhecer demandas e práticas que as atendam sem se aproximar dessas pessoas e grupos, distribuídos de forma descentralizada.

4 Movimentos de resistência: contra-poderes dos de baixo

Neste capítulo apresentaremos os principais movimentos sociais com os quais trabalhamos durante a realização deste estudo, com ênfase no Movimento Marcinho Megas Kamaradas e no Coletivo Tela Firme. Objetivamos, aqui, apresentar as frentes de atuação que compõem, assim como os objetivos primários, êxitos, conquistas e desafios.

Inicialmente, devemos destacar o fato de que esses movimentos são, essencialmente, marcados profundamente, e de forma diferenciada, por muitos dos problemas citados no capítulo anterior deste trabalho. Sistemáticamente, as pessoas que compõem os movimentos a seguir, principalmente o Instituto Marcinho Megas Kamaradas e o Coletivo Tela Firme, com os quais tivemos maior contato, demonstraram diversos tipos de violências.

Ao longo deste e do próximo capítulo, falaremos sobre os processos de extermínio da juventude negra, sobre violência policial e abusos de poder, sobre a ação de organizações criminosas, sobre a estigmatização social e a criminalização dos corpos e dos territórios, sobre segregação socioespacial e a limitação e criação de barreiras de acesso aos espaços públicos. Esses elementos são apreendidos de forma diferente, sob perspectivas próprias pelos componentes dos movimentos estudados, de forma que a construção das análises sobre suas ações e possibilidades de novas existências se baseiam, principalmente, nessa diferença.

A seguir apresentaremos a diversidade observada de movimentos e ativismos identificados que existem na periferia de Belém, além do esforço pela compreensão da ação desses movimentos segundo suas próprias abordagens, com o auxílio das teorias sobre movimentos sociais.

4.1 Alternativas multipolares de ação na periferia

Ao longo de um período relativamente longo tivemos a chance de acompanhar manifestações diferentes, em vários sentidos, em espaços centrais e periféricos de Belém. A cidade oferece uma miríade ampla de alternativas culturais e políticas, tão complexas quanto as demandas, desejos e violências que as pessoas vivem todos os dias.

Nossa história junto aos movimentos populares se inicia com uma aproximação não acadêmica com manifestações da cultura *hip hop* em bairros centrais da cidade, em que a maior visibilidade e facilidade de acesso por conta da malha rodoviária municipal garantia concentração de pessoas em dias e horários específicos da semana, nos quais participantes se encontravam para batalhas de rima, trocas de experiências relacionadas ao movimento e, em meio a tudo isso, o fortalecimento da cena do *rap* em Belém do Pará.

Posteriormente realizamos uma pesquisa sobre essas manifestações e sua relação íntima com o espaço público, em que transitavam e permaneciam em defesa de direitos profundamente afetados por problemas urbanos relacionados ao racismo, discriminação e segregação socioespacial. Naqueles momentos pudemos perceber como as pessoas que construíam o *hip hop* em Belém estavam criando formas de utilizar o espaço e, dessa forma, ressignificavam o que era a cidadania para si, por meio tanto da exaltação de identidade muito bem estabelecidas, mas também por meio da manifestação das diferenças no espaço público (Batalha, 2019).

A partir dessa experiência voltamos nosso olhar para outras manifestações, em diferentes modelos de atuação, organização e natureza, ampliando a visão para um panorama mais complexo das diferentes formas de mobilização popular que surgem e se enraízam em espaços vulnerabilizados e marginalizados de Belém.

É importante frisar que mesmo as manifestações de movimentos sociais que podem ser vistas acontecendo e tomando como “palco” da ação os espaços centrais e privilegiados da cidade tem raízes em questões nascidas nas periferias. As pessoas que compõem esses movimentos, como lideranças, integrantes ou apoiadores, moram, frequentam ou possuem uma história com os bairros periféricos.

Para além disso, pudemos perceber que a grande maioria dos movimentos com os quais tivemos contato possuem relações diretas ou indiretas com fatores comuns à própria vida nesses bairros, que se interrelacionam e se cruzam no cotidiano da vida e no fazer político: saneamento, mobilidade, saúde, oferta de serviços, esporte e lazer, e, principalmente, segurança.

Nos aproximamos de movimentos que tratavam de lutas relacionadas à moradia, alimentação, mobilidade, raça, classe, gênero, cultura, música, audiovisual, dentre outras ramificações e intercruzamentos. Todos eles eram atravessados pela violência. Em alguns casos por seus integrantes, que moram em locais considerados inseguros e são alvos de violências diárias. Em outros casos pelos temas que

abordam e pelos agentes que antagonizam, coletivamente. Em casos mais específicos pessoas importantes para alguns movimentos se tornam alvos, personificações de valores que confrontam interesses de agentes poderosos nesses espaços.

Percorremos eventos, reuniões, manifestações e atividades diversas de cerca de dez movimentos, organizações e ativismos diferentes em Belém, com os quais tivemos contatos menos ou mais duradouros. Mesmo com estes, nosso tempo de acompanhamento, grau de aproximação e estabelecimento de relações com integrantes foi diferenciado por vários motivos, como agendas, locais de ação e mesmo a receptividade conosco, enquanto pesquisadores que não fazem, efetivamente, parte do grupo.

De antemão precisamos afirmar que não fomos alvo de nenhuma hostilidade ou afastamento, apenas fomos tratados conforme nossa posição permitia, em lugares diferentes. A importância da pesquisa acadêmica não foi diminuída de sua importância, mas entendemos que alguns espaços de discussão e de luta efetiva não possuem espaços para “turistas” ou curiosos. Nos reservamos, também, de dar passos maiores do que genuinamente poderiam nossas pernas, visto que nossa agenda de pesquisa necessitava maior rotatividade e engajamento limitado com as pautas estudadas.

Descreveremos, brevemente, alguns dos movimentos que acompanhamos, com intuito de reservar mais atenção e densidade para outros, com os quais passamos mais tempos e reunimos um acervo maior de informações e materiais. Isso não denota uma hierarquização de importâncias de lutas ou de pautas, mas, ao contrário, respeita as diferentes manifestações e particularidades a pontos de não lhes reservar atenções genéricas. Nosso critério foi, portanto, definido pelas pautas relacionadas ao tema da violência nas periferias, à relação com os agentes que salientamos em capítulo anterior e com a manifestação de objetividades por intermédio de expressões de cultura popular e contato com espaços dos bairros em que atuam.

Tivemos a oportunidade, neste período, de estarmos juntos do Instituto Marcinho Megas Kamaradas (IMMK), do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Casa Preta Amazônia, Coletivo Tela Firme, Observatório das Baixadas e Iniciativa COP das Baixadas. Estas últimas duas iniciativas foram acompanhadas por nós como expectadores, em eventos, e através do

acompanhamento de publicações de artigos e chamados públicas para a construção de agendas. Nossa aproximação enquanto participantes se deu ao fim do período de campo e, portanto, focaremos aqui na natureza do movimento de um ponto de vista mais afastado do que nos propomos nesta pesquisa.

Para os fins deste trabalho reservamos maior profundidade no IMMK e do Coletivo Tela Firme, que serão aprofundados em maiores detalhes a seguir. Antes disso iremos descrever os outros movimentos com os quais tivemos contato, por acreditar que serão importantes para uma compreensão mais ampla do contexto de atuação política popular na cidade. Nossa presença, acompanhamento e interação aconteceu de formas diferentes e com frequências assimétricas. Isso ocorreu por conta de decisões tomadas durante os campos com relação ao aprofundamento do nosso olhar e pela frequência de ações desenvolvidas no período desta pesquisa.

A Casa Preta é um quilombo urbano e ponto de cultura paraense que nasceu na periferia de Belém em meados de 2008. À época quatro jovens de outros estados chegaram à cidade com projetos e objetivos diferentes, mas a confluência de identidades ligadas ao *hip hop*, militância preta e periférica convergiu na criação dessa iniciativa (Casa Preta Amazônia, 2024).

Don Perna chega ao Pará por intermédio de um programa do Ministério da Cultura para trabalhar com projetos de inclusão digital, já com uma experiência de quase 10 anos na Casa de Cultura Tainã, quilombo urbano de Campinas, SP, que propõe engajar o acesso à informação, arte e tecnologia como uma forma de fortalecimento de cidadanias pretas. Negro Guine, um professor de dança afro do Maranhão, passa a atuar em territórios quilombolas e une o uso de tecnologia com o ensino de dança no Estado. Negro Lamar vem do Maranhão, também, com mais de 15 anos junto ao Movimento *hip hop* como cantor e articulador social em vários estados do Brasil. Rafael Gomes vem de Campinas e assume um papel importante na articulação dos projetos que viabilizariam a Casa Preta, mas assume outros caminhos ainda no início do Projeto (Casa Preta Amazônia, 2024).

A ações desses jovens se entrelaçaram nas periferias de Belém, entre o *hip hop*, movimento negro e Ministério da Cultural, em que os três passaram a atuar em algum momento. Don Perna convidou os outros dois para dividir o aluguel de uma casa e, com isso, abrir um espaço cultural que oferecesse ações sociais para a comunidade próxima, a “Casa dos Pretos”, como ficou conhecida. Os objetivos de criar um lugar de acolhimento e potencialização de sonhos de pessoas pretas deu

origem ao Coletivo Casa Preta Amazônia, que passou a agregar projetos e oferecer oficinas, cursos e outras formações para a juventude negra das comunidades periféricas da cidade, ganhando o respeito e estabelecendo uma relação harmoniosa com o seu entorno.

A partir de 2011 a Casa Preta realiza um evento de confecção de tambores para ritmos de matrizes africanas, o que trouxe mais pessoas para a iniciativa e densificou sua formação e ampliou as áreas de atuação, contando agora com grafiteiras, trançadeiras, musicistas e arte-educadores. A partir de 2012 se torna uma entidade jurídica e segue ampliando e ganhando espaço no campo cultural da cidade. A essa altura Don Perna finca raízes na região e Negro Lamar e Negro Guinê seguem para outras regiões para continuar seu trabalho e iniciar outros projetos.

Fotografia 1 – Oficina realizada por Don Perna na Casa Preta Amazônia



Fonte: Casa Preta Amazônia (2023).

Nos últimos anos a Casa Preta cresceu, mudou-se para a Ilha de Caratateua, no distrito de Outeiro, e segue oferecendo formações, realizando eventos e construindo uma nova geração de jovens negros e periféricos engajados. O principal foco do espaço segue sendo o fomento e a preservação cultural ambiental, demandando políticas públicas e comunitárias que tenham um caráter étnico racial fincado na Amazônia, sempre em articulação com outros territórios a nível nacional.

O CEDENPA é hoje um dos principais quilombos urbanos do Pará, um marco na história do povo negro e na luta contra a invisibilização desse povo no estado. Diante na riquíssima contribuição cultural dos povos oriundos de África no Brasil, a Amazônia se sobressai com uma série de ritmos, danças, comidas e outras expressões que são geralmente atribuídas a um povo mestiço, se perdendo as participações diretas de povos originários, europeus e pessoas pretas (Navegantes, 2019). É justamente para ressaltar a contribuição do negro que o CEDENPA é criado.

Sua fundação ocorre em 1980 e envolve a aglutinação de pesquisadores e militantes da causa negra que se organizaram para lutar pelos direitos das populações negras do norte do país, mais especificamente no Pará. Esse processo ocorre durante um período de reabertura política e retorno gradual à democracia, no país (Deus, 1987), ocasião em que as lutas antirracistas ganhavam espaço no Brasil. As articulações feitas nesse período com outras organizações e nomes importantes a nível nacional, como Abdias Nascimento, fortaleceram também algumas movimentações locais que contribuíram para o crescimento do CEDENPA em números totais de participantes, mas, também, na criação de entidades importantes como a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos - SDDH e no estabelecimento de uma estratégia sólida que visava a ocupação de espaços importantes na sociedade paraense (Navegantes, 2019).

Fotografia 2 – Professora Zélia Amador de Deus, fundadora do CEDENPA, em atividade de militância.



Fonte: Arquivo pessoal de Zélia Amador de Deus, via Rede Pará, (2021).

Bentes (2010) indica que o movimento é guiado principalmente por três campos de ação: a) o estímulo e resgate de uma autoestima individual e coletiva dos negros, historicamente tratados como inferiores e submetidos a diversas discriminações; b) a luta por uma cidadania plena para o povo negro do Pará, afetada pelo racismo estrutural que limita a sua representatividade em classes sociais diversas e, portanto, limite seu acesso à serviços básicos e a espaços de poder na sociedade; c) lutar contra as estratificações sociais, sendo estas as principais fontes de desigualdades sociais na sociedade brasileira e paraense, mais especificamente.

É possível perceber, portanto, que o trabalho do movimento é focado na eliminação de dispositivos que criam e reproduzem mecanismos racistas e discriminatórios. Isso decorre de trabalhos e esforços em diferentes áreas, desde a atuação institucional na criação de leis e regulamentos voltados à proteção do povo negro do Pará, passando pela produção de estudos e pesquisas que possam embasar ações concretas em prol da população negra, ocupação de cargos em conselhos e secretarias municipais e estaduais e, também, a promoção de práticas culturais e religiosas de valorização de matrizes africanas, com destaque ao bloco carnavalesco Afro Axé Dudu, que percorre as ruas das periferias da cidade há décadas.

Fotografia 3 – Banda do Bloco Afro Axé Dudu, do CEDENPA, em festival de música de Belém.



Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

A COP das Baixadas e o Observatório das Baixadas são iniciativas entrelaçadas e interdependentes que surgem da preocupação com a mudanças

climáticas e os seus impactos diretos nas áreas de baixada mais vulnerabilizadas de Belém e outros municípios do estado. Tudo nasce do interesse de uma série de lideranças e movimentos da periferia da cidade no tema, que culminou na 1ª Conferência das Baixadas, que aconteceu em Belém, em 2023.

Nesse evento foram discutidas agendas para ação concreta em três eixos diferentes: clima e sociedade, direito à cidade e comunicação e ativismo. Mais de 15 organizações participaram e formaram uma coalização ampla para levar oficinas, manifestações culturais, palestras e debates para espaços que geralmente ficam de fora dos circuitos em que decisões importantes são tomadas.

Em 2025, Belém é a cidade que receberá a 30ª edição da Conferência das Partes, evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para falar sobre medidas de enfrentamento às mudanças climáticas. O evento reúne líderes de vários países do mundo, com delegações de diversas naturezas, desde grupos governamentais até ativistas da questão climática.

O evento ocorre em duas zonas principais: a Zona Azul (*blue zone*) e a Zona Verde (*green zone*). Na Zona Azul acontecem negociações oficiais, reuniões de grupos de trabalho permanentes e as plenárias. Esse espaço é gerido pela ONU e só é acessado por pessoas credenciadas. A Zona Verde, por sua vez, é gerenciada pelo país que sedia o evento, abrigando agendas paralelas abertas ao público e geralmente ocupado pelo setor privado, sociedade civil, público acadêmico e afins. Seria o espaço para que se trabalhasse conscientização sobre o clima e se pensassem ações de base para o combate às mudanças climáticas.

Nesse período a ideia da COP das Baixadas é levar essa discussão para os locais em que os impactos são sentidos com mais intensidade, ou seja: os bairros periféricos da cidade de Belém. Pensando nisso a coalização da COP das Baixadas propõe uma terceira zona, a *Yellow Zone*, ou Zona Amarela, que descentraliza os eventos e realiza mesas de debate, espaços culturais, oficinas e outras atividades em pontos de encontro da juventude de Belém. Na figura 3 conseguimos visualizar alguns dos pontos deste circuito.

Figura 3 – Polígono da COP das Baixadas, em Belém



Fonte: COP das Baixadas (2024).

Bairros como o Jurunas, Guamá, Terra Firme, Curió-Utinga e Distritos como Icoaraci e Outeiro entram nesse circuito e são postos no centro do debate, ao invés de serem apenas citados em espaços oficiais do evento principal. A COP das Baixadas, portanto, é uma rede de afirmação de protagonismos locais no cruzamento entre a discussão sobre o clima e as diversas pautas sociais envolvidas desde o impacto direto das mudanças climáticas, vulnerabilização desigual causadas por elas e as medidas comunitárias e territorialmente embasadas de combate.

Sua missão principal é “fortalecer narrativas de defesa da Amazônia, de justiça climática e social para os territórios e suas populações” (COP das Baixadas, 2024). Por meio de educação, esporte, lazer e cultura há o interesse em construir uma conferência sob moldes locais e com demandas imediatas à região.

É nesse contexto que o Observatório das Baixadas é idealizado. Em parceria com a COP das Baixadas e com o Perifa Connection (uma rede nacional de conexão entre lideranças de periferias) a plataforma é idealizada como um instrumento de conscientização e engajamento local sobre práticas de adaptação climática e redução de riscos em eventos climáticos extremos. É formada por cientistas jovens, moradores de bairros periféricos e engajados na pauta.

Cientes dos riscos maiores que a população que ocupa áreas de baixada em Belém vivem, as ações da iniciativa são voltadas para esses espaços, por meio da

criação de uma plataforma digital que conta com um Atlas Interativo sobre os riscos em potencial das áreas afetadas, alertas em tempo real sobre eventos extremos, divulgação de pesquisas socioambientais, biblioteca sobre a questão do clima e um espaço voltado para contribuições da população e divulgação de eventos ou demandas.

Essa é, hoje, a principal plataforma de acompanhamento de riscos climáticos, curadoria de informação sobre o tema e engajamento popular, com mapas interativos, geração de dados em tempo real e exposições didáticas em tabelas e gráficos de fácil acesso e compreensão.

4.1.1 Instituto Marcinho Megas Kamaradas

Diferente de outros movimentos abordados neste trabalho, o Instituto Marcinho Megas Kamaradas (IMMK) surge de um acontecimento que marcou a história recente de Belém como um dos episódios mais violentos da cidade. Para compreendermos as motivações que levaram à fundadora, Suzana Amaral, a construir as bases do que é, hoje, umas das principais organizações da sociedade civil paraense atuante da pauta de violência contra crianças e adolescentes, precisamos compreender o que houve em 2014.

No dia 4 de novembro de 2014 o Cabo da Polícia Militar, Antônio Figueiredo, conhecido pelos colegas de batalhão e nos locais em que fazia ronda como Cabo Pet⁹, foi alvo de um atentado ao chegar em casa, na rua Augusto Correa, no bairro do Guamá, Em Belém, onde três pessoas realizaram disparos de arma de fogo. O agente de segurança público não resistiu aos ferimentos de bala e faleceu no local.

⁹ Em algumas fontes e notícias ele é referenciado como Cabo Pety, mas na maioria dos documentos que encontramos a denominação correta é a utilizada no texto.

Figura 4 – Manchete sobre o assassinato do Cabo Pet, em 2014.

PM é assassinado no bairro do Guamá, em Belém

Antônio Marcos Figueiredo foi morto a tiros quando chegava em casa. Veículo usado por atiradores foi encontrado no bairro do Curió Utinga.

Do G1 PA



O policial militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo, de 43 anos, foi assassinado a tiros na noite desta terça-feira (4) na Rua Augusto Corrêa, no bairro do Guamá, em **Belém**. De acordo com o Sargento Silva Dias, da Polícia Militar, o PM mora próximo ao local e chegava em casa quando foi abordado por três homens que dispararam vários tiros contra Figueiredo.

Fonte: G1 Pará, 2014.

O homicídio deu início a uma série de operações policiais que buscavam os responsáveis nos bairros próximos, com maior intensidade, mas também em outros bairros da cidade de Belém. O resultado foi uma noite de tensão e pânico, com avisos de toques de recolher espalhados em grupos de mensagens e redes sociais, rumores e ameaças. Entre os dias 4 e 5 de novembro de 2014 ao menos 10 pessoas foram mortas pelas mãos de gentes de segurança a serviço do Estado.

A ação é hoje comumente enquadrada por organizações que trabalham com violência como “operação vingança”, uma resposta imediata, desproporcional e extremamente violenta a qualquer atentado contra um agente de segurança. Isso indica um forte corporativismo que envolve o cotidiano das polícias, delimitando claramente quem são os “eles” e os nós” dessa relação. Duas pessoas foram responsáveis pelo assassinato do Cabo Pet, mas ao menos dez pessoas perderam a vida por conta disso.

Esse número diverge a partir das fontes. Os registros policiais, materiais de jornais impressos e telejornais informaram, à época, que 10 pessoas foram mortas, informação que se repete na Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuração da Atuação de Grupos de Extermínios e Milícias no Estado do Pará, a CPI das milícias, como ficou conhecida. É considerado o número oficial de vítimas desse episódio.

Diversos grupos de ativistas, movimentos sociais e organizações que trabalham com o combate à violência discordam. Uma de nossas entrevistadas, que teve a oportunidade de acompanhar de perto a movimentação para a pressão e

acompanhamento da apuração, indicou que o número de vítimas pode ter sido muito maior. Segundo ela, que terá o nome mantido em sigilo, a cultura corporativista que engloba não apenas a polícia militar, mas também a polícia civil, a polícia científica e o corpo de bombeiros, contribuiu para a manipulação e adulteração de boletins de ocorrência e atestados de óbito, com alteração de datas para dias posteriores e anteriores à chacina.

Essas informações, ela diz, parte de uma série de denúncias feitas à época a organizações de defesa da criança e do adolescente, como é o caso do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), que funciona atrelado ao Movimento República de Emaús, assim como de relatos posteriores à criação do Instituto Marcinho. Segundo essa linha, o número real de vítimas decorrentes da morte do Cabo Pet ultrapassa a marca de 60 pessoas.

No contexto da Chacina de Belém, as violências contra os corpos de jovens das periferias desencadearam outras, que se multiplicaram em direção aos seus bairros, ruas, amigos e família. A própria imagem das vítimas foi fortemente vinculada ao mundo do crime ou da vadiagem, mesmo sem comprovação de que aquelas pessoas possuíam qualquer envolvimento com a ilegalidade.

Marcio dos Santos Rodrigues, o Marcinho, como era conhecido na comunidade em que morava, família e amigos, foi descrito para nós como uma pessoa alegre. A impressão que tivemos, nos eventos, espaços de debate, entrevistas e conversas informais é que Marcinho possuía o perfil agregador de alguém com o carisma e a energia para provocar mudanças e criar coisas. Sua determinação era alimentada pela energia da juventude, com planos e projetos que pretendiam beneficiar muitos além de si.

Marcinho gostava de música, de festas, de roupas, de conversas e tantas outras coisas que caracterizam uma juventude nos anos 2010. Nasceu em 17 de setembro de 1992, filho biológico de Suzana dos Anjos Amaral, criado pelos avós paternos e cresceu com um forte vínculo familiar com os três. Cresceu no bairro do Tapanã, estudou em escola pública, participou do programa Menor Aprendiz do Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (SENAC), em Belém, onde começou sua vida profissional, aos 17 anos. Na Figura 5 é possível observar uma arte de divulgação do grupo que Marcinho liderava.

Figura 5 – Equipe Mega Kamaradas do Tapanã.



Fonte: Instituto Marcinho Megas Kamaradas (2024).

Marcinho alimentou sua paixão por Tecnobrega e festas de aparelhagem a partir da organização de grupos de jovens que se reuniam para frequentar esses eventos e fortalecer essa cultura nas periferias de Belém e de outros municípios do Pará, o grupo Megas Kamaradas do Tapanã. Esse nome surge como homenagem à aparelhagem Mega Príncipe Negro, ganhando o plural em “megas” após o crescimento do número de participantes e a expansão da organização. O grupo, liderado por Marcinho, cresceu e ganhou notoriedade em Belém, com o reconhecimento ilustrado na música abaixo, do grupo Gang do Eletro, de muito sucesso regional e nacional.

Pra lembrar...

Bora beber, bora beber até o amanhecer?

Bora beber, bora beber...

Eu vou falar dessa equipe que é sucesso:

Na comunidade executa os projetos!

Fica ligado, essa moçada é moral os Megas Kamaradas fazem ação social!

Agora está fechado com a evolução: ajudando a criança e também o cidadão.

Marcinho Pitibull está no meu coração.

Eterno Kamarada, valeu meu irmão!

Dessa equipe eu sou fã!

Eles são do Tapanã.

Trazem alegria para muita gente.

Uma equipe diferente.

Estamos fechados com o Badala som

Megas Kamaradas fazendo o que é bom!

Estamos fechados com a evolução

O nosso objetivo é ajudar o cidadão.

(Mega Camaradas – Gang do Eletro)

O trecho acima pode ajudar a compreender a importância do trabalho social de Marcinho na comunidade em que morava. Além da paixão pela cultura do Tecnobrega, o Megas Kamaradas, entre 2009 e 2014, executou uma série de ações culturais, esportivas e sociais. A ampliação do grupo era visível, reunindo mais de 500 integrantes nesse período e sendo patrocinados a participar em festas dentro e fora do Estado do Pará. Marcinho foi patrocinado pela marca de roupas Pit Bull, o que lhe rendeu o título de Marcinho Pit Bull.

Marcio dos Santos Rodrigues, o Marcinho Pit Bull, foi morto na rua de sua casa, aos 22 anos, com tiros nas costas. Foi uma das vítimas oficiais da chacina de 2014, morto por policiais sem chance de defesa e sem justificativa alguma. Neste dia vários sonhos, projetos, compromissos e potencial foram interrompidos abruptamente, assim como ocorre em vários outros casos.

Segundo a polícia, Marcinho estava no lugar errado, na hora errada, mas foi morto na rua de sua casa. Foi taxado por “vagabundagem”, mesmo estando empregado e engajado em diversas ações sociais e culturais. Se tornou uma vítima colateral de uma ação coordenada de vingança.

A morte de Marcinho nos leva a pensar sobre os alvos dessa operação. Se um jovem, sem nenhum envolvimento com a morte do Cabo Pet, morador de um bairro

distante do local onde o atentado ocorreu, sem histórico de passagens pela polícia ou qualquer indício de envolvimento com atividades ilícitas foi julgado e condenado em frações de segundo por agentes de segurança do Estado, então as ações deflagradas naquela noite não buscavam justiça, apenas vingança. Retaliação contra um perfil bem definido: jovens da periferia eram os alvos.

Como dito anteriormente, essa violência não termina no momento do disparo, ou do reconhecimento do corpo, muito menos no velório, enterro ou luto. A memória dessas vítimas é sistematicamente atacada pela marginalização midiática, pela falta de medidas efetivas de investigação e punição dos responsáveis, pela negação de justiça e, muitas vezes, pelas ameaças à família para que não busquem por elucidações. Dia após dia as mães, pais, avós, amigos, companheiros e companheiras são envoltos em um ciclo de angústia, indignação e medo.

A mãe de Marcinho, Suzana Amaral, é uma dessas pessoas, vitimada pela morte de seu filho e impactada pela recorrência da perda na comunidade, bairro e mesmo cidade em que mora. Suzana não se conformou com a versão da história oferecida pelas autoridades, principalmente pelo esvaziamento de sentido que permeou o momento da morte. Em busca de justiça ela, junto a outras mães que também perderam seus filhos, foi acolhida por entidades que trabalham a defesa de crianças e adolescentes e dos direitos humanos, com destaque à Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA – EMAÚS) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Nesses espaços nasceu o Instituto Marcinho Megas Kamaradas.

O IMMK surge com o intuito de ser uma força contra o extermínio de jovens nas periferias da Amazônia, atuando pela descriminalização e desmarginalização de mulheres, crianças e adolescentes. A sua missão, segundo o documento de fundação e do que foi dito em conversas e entrevistas, é a luta por uma profunda e perene transformação social em periferias, pelo fortalecimento dos direitos humanos e por uma política pública de segurança que proteja vidas nos territórios.

A logomarca do instituto, mostrada na figura 6, referência uma fotografia de uma das mães das vítimas, um adolescente de 16 anos morto da chacina de 2014. A foto original mostra a mãe segurando o corpo do filho enquanto erguia, com as mãos, a massa encefálica que estava espalhada pelo chão. A fotografia representa um clamor pela injustiça e representa a dor extrema sentida pela mãe. Através do trabalho de Santa Fé, arte educador que criou essa logo, um cravo foi posto na mão erguida,

símbolo de esperança, justiça e paz. Segundo lideranças do instituto, as vítimas da chacina ficaram conhecidas como Cravos de Novembro.

Figura 6 – Logomarca do Instituto Marcinho Megas Kamaradas



Fonte: Instituto Marcinho Megas Kamaradas, 2024.

Ao longo desses anos o instituto se tornou uma referência para famílias de bairros periféricos de Belém que foram vítimas de violências, que começou com as mães impactadas diretamente com a perda dos filhos, mas que se estendeu a outras pessoas atingidas por essas mesmas violências e a ativistas, pesquisadores e políticos com interesse na pauta.

O voluntariado deu a possibilidade de crescimento ao escopo de trabalho do IMMK, alcançando outras comunidade e pessoas que precisavam do acolhimento necessário. A aproximação de coletivos, como o JUNTOS, possibilitou maior capilaridade entre a juventude engajada politicamente, expandindo suas ações e reconhecimento em outros espaços. Além disso, com essa ampliação, foi possível inserir o IMMK nos projetos de extensão da UFPA, com eventos, recepção de bolsistas de diversos materiais informativos produzidos.

Atualmente o Instituto se concentra na “prevenção e a proteção contra o extermínio de Jovens nas Periferias e violências por meio da educação popular, descriminalização da cultura das periferias, amparo socioemocional e jurídico para a garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias expostas a ameaça ou vítimas confirmadas da violência letal” (IMMK, 2024). Essas frentes de trabalho são amplas e se desenvolvem em ações diversas.

O propósito de oferecer amparo e assistência às famílias afetadas pela violência segue sendo uma das prioridades do instituto, mesmo anos depois do ato violento que motivou sua criação. A insegurança a que são expostos crianças e adolescentes nas periferias não diminuiu, indicando que a demanda ainda existe.

Há um núcleo jurídico popular com o intuito de oferecer formações para mulheres, crianças, adolescentes e jovens adultos acerca dos direitos dos cidadãos, objetivando o reconhecimento de abusos legais, intimidação jurídica e, também, pela possibilidade de buscar ajuda adequada quando necessário.

Os eventos realizados foram muitos, e tiveram o principal intuito de corroborar com o objetivo de conscientização e informação acerca do problema tratado: rodas de conversa para discutir estratégias de proteção e apoio mútuo entre mulheres vulnerabilizadas em seus territórios se unem a formações para falar sobre direitos humanos de forma continuada com mães, jovens e representantes de outros movimentos com o objetivo maior de oferecer dados, experiências e informações que podem fazer toda a diferença para reconhecer e reagir a uma situação de insegurança, em vários níveis. Além disso, compreender os direitos e disseminá-los contribui para que se propague uma consciência coletiva de proteção multilateral, em que sujeitos defendem não apenas os seus direitos, mas os de seus vizinhos, familiares e amigos.

O Instituto realiza visitas domiciliares a pessoas vítimas de violência ou vulnerabilizadas de forma ampla, reconhecendo que a importância de estar presente nos territórios e realizar uma busca ativa por famílias expostas à ação de grupos de extermínio. Isso contribui para o acesso de pessoas ameaçadas que possuem medo de buscar ajuda, mediando esse contato com o Estado ou com outras organizações que fazem parte de redes de proteção.

Por fim, o Instituto realiza o projeto comunitário “Leituras embaixo da Árvore” em que ocupa espaços públicos arborizados para realizar atividades de leitura, teatro, pintura, desenho e contação de histórias com crianças das comunidades. Nesses espaços são discutidos temas como práticas antirracistas e formas de autoproteção.

4.1.2 Coletivo Tela Firme

O bairro da Terra Firme é um dos mais marginalizados na cidade de Belém, principalmente quando tratamos sobre programas policiais, redes sociais e a construção coletiva de imagens feita a partir da ação midiática que consideramos hegemônica e externa ao bairro. A construção de narrativas por grandes jornais em Belém, nesse sentido, assume um caráter assimétrico pelo peso e alcance, oferecendo uma imagem satirizada de alguns espaços e acontecimentos (Ferreira Júnior, 2019). Esse é um problema que atinge boa parte da periferia da cidade, que costuma aparecer na televisão, em jornais impressos e notícias de portais com referências aos seus problemas, apenas.

Não temos a intensão de apontar a inexistência ou falta de importância desses problemas, que existem, são sérios e precisam ser discutidos. Nos preocupamos aqui com a espetacularização da precarização que alguns territórios que contribuem profundamente para a marginalização de seus moradores.

É nesse sentido que, em 2011, José Francisco dos Santos Batista, conhecido como Zeca da TF, começa a idealizar e, junto com outras pessoas, criou o Coletivo Tela Firme. Zeca é geógrafo, comunicador popular e militante dos direitos humanos. Morador do bairro da Terra Firme, ele sempre se incomodou com essa visão deturpada do cotidiano do bairro, que ignora aspectos importantes da identidade do bairro. Para ele existe muito mais do que pobreza e violência para se mostrar, como as diversas manifestações culturais, talentos e iniciativas diversas que surgiam da comunidade (Lira, 2018).

Zeca compartilhou suas ideias e a visão que pretendia aplicar no projeto com alguns companheiros de luta, como Mailson Souza, e o coletivo foi estruturado com a definição de objetivos, estratégias e identidade, tanto a visual quanto de movimento. Em 2013 ele começa a atuar como o conhecemos hoje.

O nome, Tela Firme, reflete a intenção dos participantes de comunicar a força e a potência do bairro da Terra Firme e de seus moradores por meio da linguagem audiovisual. Nesse sentido há uma especial atenção aos símbolos que representam a história e o cotidiano deste que é um dos bairros com maior acúmulo de ativismos e organização popular da cidade, de onde surgiram diversos coletivos teatrais, musicais e de comunicação popular. A fotografia 4 apresenta alguns dos membros que fundaram o coletivo.

Fotografia 4 – Membros fundadores do coletivo Tela Firme



Fonte: Acervo do Tela Firme, 2024.

A própria escolha da logo (figura 7) reflete uma característica do bairro que têm sido, segundo nossas entrevistas, cada vez menos comuns em espaços públicos de Belém: o lazer infantil. Em várias de nossas conversas e entrevistas pudemos perceber que o sentimento de insegurança que se espalhou pela periferia de Belém contribuiu fortemente para que as ruas e praças fossem cada vez menos utilizadas como locais de brincadeiras, conversas e jogos. Os portões das casas passaram a definir limites de permanências e as ruas passaram a assumir o papel de passagem, apenas. A escolha de crianças brincando e empinando pipas, na logo do coletivo, demonstra a valorização desse elemento, mostrando uma prática ainda presente e muito marcante em alguns pontos da periferia belenense.

Figura 7 – Logo do Coletivo Tela Firme

Fonte: Acervo do Coletivo Tela Firme (2024)

Um marco na ação do Coletivo foi a produção, em 2014, do vídeo “Carnaval”. O projeto trata das diferentes e ricas formas de celebração e folia no bairro, demonstrando um clima coletivo de muita alegria e expressão criativa (Lira, 2018). O vídeo expressa um sentimento de comunidade único e muito positivo, se afastando de visões negativas sobre a Terra Firme e seus moradores.

O projeto foi fortemente impactado pela Chacina de Belém, que ocorreu em 2014. À época vários jovens das periferias da cidade, incluindo na Terra Firme, foram vitimados em operações policiais e deixaram marcas profundas de dor em familiares amigos e pessoas próximas, além de um sentimento que se enraizou nas comunidades: insegurança e medo.

Nesse contexto o Coletivo articulou a produção de um filme sobre o acontecimento, em que apresentava os nomes e as histórias das 11 vítimas dos dias 4 e 5 de novembro de 2014 e de várias outras que marcaram o histórico de violências da região desde 1996. O filme se chama “Poderia ter sido você” e foi o resultado do esforço da juventude do bairro, vítimas em potencial da mesma violência.

Para nós, esse é um marco de levante e enfrentamento da violência por meio da arte e da cultura, visto que esses episódios de violência já não representam casos

isolados, mas padrões que seguem no cotidiano destas comunidades. Evidenciar isso de uma forma não violenta, mas com arte, é uma dupla resposta que não se limita à resistência, mas acena a novas formas de existências na periferia.

Nesse ensejo, várias outras produções nasceram com o intuito de mostrar uma Terra Firme cheia de vida, alegrias e conquistas, sem romantizações e sem esquecer de problemas sérios que ensejam lutas populares e organização política de base em associações comunitárias e na figura de lideranças populares. Lira (2018) e Castro e Oliveira (2018) indicam as principais produções do coletivo, disponíveis, em sua grande maioria em páginas do *Facebook* e *Youtube*. Os filmes seguem um formato de telejornal e acompanham o cotidiano e as histórias do bairro. São exibidos notícias e avisos sobre eventos e acontecimentos locais. Abaixo alguns destaques , além dos já citados.

Terra Firme (2014) apresenta o bairro por meio dos valores ditos acima. Conseguimos perceber que a história das pessoas que moram ali é tão rica quanto a longa e densa história de ocupação e produção de vida ali, com uma identidade fortíssima e uma produção cultural ampla.

Apitação Contra o Tráfico Humano (2014) documentou em vídeo uma manifestação contra o tráfico humano que reuniu diversos ativistas e defensores pelos direitos humanos, inclusive próprios integrantes do coletivo engajados em questões relacionadas à cidadania.

Gente Firme (2015) se aproxima das pessoas de forma mais íntima, contando histórias de moradores que se destacam, como a apresentação de um estudante de medicina que também é um palhaço, levando alegria para pacientes. O vídeo destaca a superação de diversas dificuldades até alcançar uma das melhores faculdades públicas do estado do Pará.

A Bola da vez (2015) destaca os impactos de um projeto de duplicação feitos na avenida Perimetral, que circunda o bairro externamente e é um dos principais meios de acesso à Terra Firme, mas também de saída da cidade em direção ao nordeste do estado. Aqui é denunciada a extinção de um dos poucos campos de futebol para que as obras fossem feitas, retirando mais um espaço de lazer do bairro.

Ocupação da Escola Brigadeira Fontenelle (2016) documentou uma das principais mobilizações do bairro, protagonizada pelos secundaristas da Terra Firme que ocuparam a referida escola em protesto pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que limita os gastos públicos em áreas básicas, como a saúde e a

educação. À época os estudantes denunciaram condições inadequadas de infraestrutura básica nos prédios de escolas do bairro.

Desde 2018 o Tela Firme acompanha estudantes do bairro que são aprovados no vestibular e realizam as tradicionais festas de aprovação nas ruas da Terra Firme. É comum que sejam realizados churrascos regados a bebidas alcoólicas, prendas e trotes com o aprovado, ovos quebrados, trigo nos cabelos e uma placa com o nome do curso seguida da palavra “burro” ou “burra”. É um dia de festa para a família e os amigos que ocorrem com muita frequência das periferias da cidade. Mostrar essas festas e acompanhar, casa a casa, essas conquistas. São uma forma de demonstrar que cada vez mais jovens tem tido acesso ao curso superior e, em alguns casos, mudando o rumo da família inteira.

Outras produções mais elaboradas e vídeos curtos seguem sendo feitos até hoje, com relação aos temas quentes que dizem respeito ao dia a dia das comunidades, mas também trata de temas importâncias, como os crescentes ataques às pessoas trans, à violência em espaços periféricos, infraestrutura e afins.

Entre março de 2018 a maio de 2020 foi realizado o projeto de pesquisa e extensão “Nós na Tela”, por meio da incubadora de Linguagens Digitais da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (FAV/UFGPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU). Foram desenvolvidos nove curta metragens que contaram histórias do bairro, de espaços de cultura e lazer e uma série de entrevistas com pessoas fizeram parte do processo de ocupação e construção da Terra Firme nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período também foi produzida a II Cartografia Social da Terra Firme, projeto que fez o mapeamento de espaços religiosos, associações e entidades comunitárias, cooperativas, escolas comércios, lazer e serviços (Portal UFGPA, 2022). O projeto “Nós na Tela” foi premiado pelo *International Society for Third-Section Research* (ISTR), na categoria Políticas de impacto na Sociedade Civil, por lançar um olhar original e contra hegemônico sobre a retratação de periferias de Belém, em especial Terra Firme.

O campo de maior impacto e alcance do coletivo, no entanto, são as redes sociais. Plataformas como o *Facebook* e o *YouTube* se mostraram ferramentas importantes para ampliar o público das produções audiovisuais e engajar cada vez mais moradores do bairro e outros expectadores. Para além disso, nesses espaços são divulgadas pesquisas, notícias e informações que são relevantes para a

comunidade, se tornando um importante meio de comunicação e convergência da Terra Firme.

O retorno desse engajamento é benéfico para a comunidade pois intensifica o fluxo de informações e permite que haja *feedback* sobre a produção desse material, que se torna parte da história do bairro e será uma importante fonte documental no futuro. A participação de moradores em transmissões ao vivo facilita a realização de debates que, segundo Lira (2018), incentiva o engajamento popular em discussões sobre problemas e caminhos na periferia, potencializando barreiras geográficas e alcançando pessoas de outras localidades, aumento o impacto das ações do coletivo e fortalecendo a luta coletiva por uma cidadania plena.

Para além das atividades *online*, várias outras são desenvolvidas presencialmente, com o intuito semelhante de promover debates e mobilizações. Palestras e oficinas em escolas do bairro, para falar com os alunos sobre direitos básicos, pensamento crítico e engajamento comunitário; eventos culturais, manifestações políticas e sociais e ações sociais de outras organizações e movimentos para densificar a capilaridade do coletivo e suas conexões na comunidade; apoio a iniciativas do bairro que tenham o objetivo de demandar melhores condições de vida para os moradores, de forma ampla, inclusive àquelas protagonizadas por outras organizações da sociedade civil, associações comunitárias e afins que possuem um projeto de transformação baseada no território.

De modo geral, o Coletivo Tela Firme configura um agregador de objetividades e demandas sobre melhores condições para a periferia, mas também muito orgulho, traduzido em arte e engajamento coletivo por meio de instrumentos tecnológicos para criação de memória de forma descentralizada e horizontal, sempre alinhado aos preceitos da democracia e dos direitos humanos.

4.2 (Novos) Movimentos Sociais na Periferia de Belém

Desde a formulação desta pesquisa buscamos estabelecer um olhar sobre movimentos e ativismos sociais que possuem objetivos ligados ao exercício de uma existência ativa e autônoma nos espaços em que desenvolvem suas atividades, considerando, também, sua relação com as dinâmicas da violência e os impactos dela no cotidiano e na sua própria condição enquanto sujeitos, cidadãos e lideranças comunitárias.

A própria escolha dos movimentos que acompanhamos e os sujeitos com quem mantivemos proximidade e diálogo ao longo da realização deste estudo refletem tanto as nossas objetividades, definidas pelo problema de pesquisa, quanto uma série de fatores relacionados à abertura, possibilidade de acompanhamento, agenda e, adicionalmente, um sentimento de que suas ações eram influenciadas, ou interferidas, de forma contundente, pelo estado de disputa territorial que acreditamos estar em curso na periferia de Belém.

Nesse sentido nos aproximamos da Casa Preta Amazônia, CEDENPA, COP das Baixadas e Observatório das baixadas, iniciativas que movimentam um corpo amplo de pessoas compromissadas com a construção de novas formas de viver na cidade, com pautas bem estabelecidas e um agenda bem definida que envolve discussões sobre as condições periféricas, a cultura popular, a luta antirracista e o oferecimento de formas de viver compromissadas com os preceitos da cidadania e do bem-estar de forma horizontalizada.

Estes movimentos representam frentes de lutas periféricas que polarizam temas, ativistas e pautas muito importantes, formando uma constelação de mobilizações que definem, em grande parte, um projeto maior, compartilhado, de construção de algo novo.

Compreendemos que não existe, dentro os movimentos que levantamos, nenhum que não esteja, mesmo que de forma indireta, tratando de assuntos basilares ao espaço em que atuam, principalmente a segregação socioespacial, o racismo estrutural e o extermínio de minorias, com destaque à juventude negra. Atividades do CEDENPA, por exemplo, tem um foco direto na defesa de direitos da comunidade preta do Pará, integrando espaços institucionalizados, mas também populares, com diversas estratégias. Da mesma forma a Casa Preta, outro quilombo urbano, realiza formações e atividades de cultura e arte para tratar de temas semelhantes e multiplicar a defesa da identidade afro amazônica.

Atividades como a da COP das Baixadas e do Observatório das Baixadas possuem, talvez, um direcionamento menos óbvio nesse sentido, com atividades que promovem debates sobre o clima e sobre a insegurança climática. O olhar sobre esses temas não segue padrões desconectados com a realidade socioeconômica imediata dos povos amazônicos, principalmente os das periferias urbanas, que são o foco desses movimentos. Ao levar a discussão sobre mudanças climáticas para as pessoas mais impactadas, nos territórios mais vulneráveis aos eventos extremos, há

um processo de incremento da discussão climática com elementos raciais, sociais e econômicos, que precisam estar à mesa.

Nossa escolha de acompanhar mais de perto o Instituto Marcinho Megas Kamaradas e o Coletivo Tela Firme não se dão, portanto, por uma escassez de iniciativas compromissadas com a questão periférica e nem com as questões associadas com a violência na periferia. Poderíamos ter acompanhado cada uma delas, ao invés, e teríamos uma gama de informações e dados interessantíssimos para compreender nossa problemática de outro ângulo e sob outras perspectivas.

Essa escolha se deu por compreendemos que a ação dessas organizações, nos espaços em que atuam, representam um importante polo de denúncias sociais, principalmente sobre a violência e o estado de vulnerabilidade que a condição de exceção aplica aos bairros periféricos de Belém. Fazem isso de forma direta e, mesmo que tenham existido transformações ao longo de sua trajetória, seguem como pautas centrais. Além disso, essas organizações atuam como movimentos sociais que almejam transformações contundentes nesse sentido, com ações assertivas quanto às áreas que precisam ser descontinuadas para que, finalmente, uma existência nova e livre de marginalizações e violências seja possível.

Compreendemos, dessa forma, que tanto o IMMK quanto o Coletivo Tela Firme representam dois polos de ação independentes, mas articulados sob objetivos comuns, mesmo que possuam estratégias e estruturas diferentes. Suas identidades são importantes para compreender essas diferenças e, portanto, suas formas de agir e transformar o espaço. Consideraremos ambas enquanto movimentos sociais, utilizando a literatura sobre o tema para compreendemos suas particularidades.

Partindo de uma análise geral sobre os movimentos sociais, apresentada por autores que se preocuparam em estudá-los sob uma ótica de base espacial e territorial, nos aprofundaremos no paradigma que julgamos mais adequado para compreendermos os movimentos aqui apresentados, com forte cunho sociocultural: o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Temos o objetivo de construir um panorama geral que definirá a ótica que guiará nosso entendimento a partir daqui.

Em uma aproximação inicial, Marcelo Lopes de Souza, propõe designar

[...] como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos que seus protagonistas encarnam, a despeito da não-explicação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo* (Souza, 1988, p. 114).

Tal definição apresenta uma base conceitual que nos permite diferenciar os movimentos sociais de outras formas de ativismos, destacando uma característica essencial ao mesmo: seus esforços por mudanças profundas e uma agenda bem definida em direção a um horizonte ideológico. Ainda segundo Souza, um movimento social

(...) possuiria um elevado senso crítico em relação ao status quo (revelando capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero, etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. E os ativismos, em seu conjunto (incluindo, aí, os “verdadeiros” movimentos) se diferenciariam de outras formas de ação coletiva, como quebra-quebras, saques e lobbies, por serem relativamente duradouros e organizados (em contraste com quebra-quebras e saques) e por possuírem um caráter público (o que exclui os lobbies, pois eles possuem um caráter em grande parte não público) (Souza, 2009, p. 10)

Um olhar atento não somente sobre a atuação imediata, mas também sobre a história de um ativismo, é necessária para que se possa definir até que ponto ele é, de fato, um movimento social. Não podemos confundir os requisitos apresentados acima com uma análise que considere o “tamanho” ou “relevância” desses ativismos, visto que o número de pessoas que os compõem, o alcance de suas ações e mesmo o seu horizonte ideológico são mutáveis e, mesmo partindo de uma base forte, acompanham um existir sócio-político que não é cristalizado.

Renato Emerson Nascimento dos Santos (2011), através de uma abordagem geográfica sobre os movimentos sociais, nos oferece algumas categorias que poderão ser utilizadas para a compreensão das ações a serem estudadas neste trabalho. Destacam-se, segundo Santos (2011): (1) motivo/objeto do conflito (entendido pelo autor enquanto toda forma de contato de interesses divergentes de grupos diferentes), (2) protagonistas, (3) antagonistas, (4) tipos de organização e (5) formas de manifestação.

A análise combinada destes elementos nos ajudará a compreender a natureza sociogeográfica dos movimentos sociais estudados. Devemos estar sensíveis às particularidades e pontos de flexibilidade que esses movimentos possuem em seus

horizontes ideológicos e nos seus respectivos *modus operandi*¹⁰. Sobre eles o autor nos oferece algumas explicações, sobre as quais tomamos a liberdade de interpretar.

Os *motivos* estão relacionados com aquilo que, em determinado momento, moveu ou move as ações do movimento. Podem ser questões relacionadas à vivência dos envolvidos, sendo “fundamental para a identificação da natureza sóciogeográfica do movimento social” (Santos, 2011, p. 72). Eles podem ser um acontecimento, um processo ou um estabelecimento hegemônico que já não pode, ao olhar dos protagonistas do movimento, se perpetuar.

Os *protagonistas* podem ser considerados como o princípio da ação, sujeitos não passivos que existem intimamente ligados ao seu espaço e que portam consigo um potencial transformador inerente à sua experiência socioespacial. Podem tanto negar quanto propor novas ordens espaciais, e pensá-los dissociados do seu meio é, antes de tudo, limitador. Podem compor grupos heterogêneos que vão agir em conjunto a favor de uma ideologia e/ou objetivo transformador do *status quo* que lhes seja comum.

Os *antagonistas* possuem relação direta com motivos de conflitualidade e/ou outras razões que impulsionem o movimento sendo “crucial para a definição das “formas de mediação que se estabelecem entre os protagonistas sociais e a estrutura social” (Santos, 2011, p. 74), o autor complementa:

Este elo analítico entre o antagonismo e a definição do campo de conflitualidade numa estrutura social coloca uma complexidade na definição do antagonista, pois, nos diferentes conflitos que emergem muitas vezes, o interlocutor de um ato (de protesto, por exemplo) não é propriamente o ator social antagonico do movimento. Muitos atos dos movimentos engendram na verdade tramas de interlocução aonde se buscam aliados, ou, despertar aliados através da revelação de relações entre atores que constroem “campos de antagonismo”, ou mesmo, chamar a atenção de toda a sociedade para uma determinada questão. (Santos, 2011, p. 74)

Isso significa que o antagonista não é o único foco de ação direta do movimento, visto que a partir de uma agenda própria esse último vai realizar atos que visem outros objetivos inerentes à organização, atração e manutenção dele. No entanto, mesmo em ações que não visem um ato direto em direção ao antagonista, entendemos que o mesmo, diretamente ligado com o fator de motivação, figura enquanto causa (implícita e/ou estrutural) da ação do movimento.

¹⁰Modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades.

Os *tipos/formas de organização* surgem como uma proposta de identificação da geofricidade dessas práticas sociais do movimento. É na organização do movimento que vamos perceber as relações que se estabelecem entre os indivíduos envolvidos, assim como estes se organizam para agirem e estabelecerem “estratégias de luta, prioridades, objetivos, prazos, normas, funções, hierarquias, responsabilidades, etc” (Santos, 2011, p. 75). Tratamos aqui da perspectiva de possíveis novas relações, que podem trazer novas organizações, presentes e futuras, e uma maneira de perceber o compromisso dos envolvidos com o movimento. É também a

capacidade de articulação e mediação políticas que os movimentos sociais vão constituir junto aos outros atores sociais, que vai definir, em última análise, o próprio alcance dos protagonistas na (re)construção da sociedade (Santos, 2011, Pág. 75).

Isso significa dizer que ao analisar a ação de um movimento social não podemos vê-lo de maneira isolada, mas buscar perceber como ele se relaciona em um campo mais amplo de relações que criam ligações dentro e fora dele próprio, a fim de se fortalecer.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, sobre as articulações enquanto indicadoras de geofricidades¹¹ dos movimentos sociais, nos diz que

Elas são fundamentais para definir política e analiticamente a escala política dos protagonistas, lembrando que escala política é a escala utilizada para apreender a capacidade de articulação, organização, magnitude e inserção social de um conflito e dos movimentos sociais. Em outras palavras, a escala política nos informa quais níveis de poder (local, regional, nacional, continental, global) os protagonistas conseguem acessar e utilizar em seu favor. (Porto-Gonçalves, 2005, p. 47)

A escala política aqui se delineia de forma mais definida, já que esse alcance sobre o qual o autor fala não é, necessariamente, físico. A *internet* vem ganhando espaço em todos os campos da vida nos últimos anos e, apesar de não termos a intenção de nos aprofundar nessa questão julgamos interessante frisar que as redes sociais são, hoje, parte indissociável do fazer e existir de movimentos sociais.

Adiciona-se aí o papel que a organização possui nas estratégias adotadas pelos movimentos. “A estratégia emerge como um dado informado pelo espaço,

¹¹ Compreendemos, com base em MOREIRA (2004) e DARDEL (2011), a geofricidade enquanto uma forma de relação consciente do homem com o meio, a partir de objetividades pautadas na condição de ser-estar no mundo, inerente à sua existência, seus significados e significações.

evidenciado pelo tipo de organização, de que se definem as interlocuções de acordo com as capacidades dos movimentos” (Santos, 2011, p. 76). Essa inter-relação entre o espaço, o movimento e sua organização vão, portanto, nos oferecer não somente respostas referentes à sua natureza estratégica, mas também ao seu alcance.

Os *tipos/formas de manifestação* são formas mais objetivas quanto ao uso político do espaço, que pode se manifestar tanto quanto intermediário de ações que possuem objetivos de visibilidade, ocupações, reivindicações ou mesmo o próprio controle do espaço, de sua organização e dos seus usos. A maneira com que o movimento age sobre o espaço vai definir este aspecto.

Os tipos de manifestações são as formas pelas quais os conflitos efetivamente se concretizam. Uma manifestação é a concretização da ação desencadeada por um protagonista, é o conflito enquanto ato. A manifestação é o conflito *stricto sensu*. Sem a manifestação não é possível a existência de conflitos sociais (Porto-Gonçalves, 2005, p. 47).

Essa manifestação é o ápice do potencial transformador do movimento, que a partir de uma matriz comum aos protagonistas acontecerá levando em consideração todas as categorias apresentadas acima. Ela é a base cíclica da existência do movimento, pois vai criar conflitos socioespaciais que serão o princípio da mudança. Percebemos que a maneira como o movimento organiza suas manifestações é um dado essencial para que possamos analisar sua natureza, implicações e possibilidades. Quanto aos movimentos sociais no século XXI, Maria da Glória Gohn (2015) destaca quatro pontos que os caracterizam:

O primeiro é que os movimentos atuais atuam em defesa de culturas locais, lutando pela construção de padrões civilizatórios no sentido do ser humano, e não para o mercado. Ela destaca que esses movimentos têm um papel importante no resgate do caráter e sentido das coisas públicas, como espaço, instituições e políticas.

O segundo ponto é que, ao reivindicarem ética na política, exercendo vigilância sobre a atuação estatal, os movimentos orientam a atenção pública para a cobrança de direitos furtados por decisões unilaterais do governo.

O terceiro ponto diz que os movimentos têm atuado em áreas do cotidiano em que instituições e entidades como a igreja, partidos políticos e sindicatos tem pouca penetração. Isso permite que subjetividades sejam consideradas por conta do alto grau de tolerância da maioria desses movimentos.

O quarto ponto é que os movimentos atuais possuem uma concepção de autonomia que se baseia em ter projetos e pensar os interesses do grupo de modo a

promover qualificação de representantes para alcançar os objetivos comuns, tornados universais para além de localismos e priorizando a cidadania.

Os pontos acima abrangem formas de associação organizativas em moldes formais mais ou menos flexíveis, como ONG's, associações e movimentos de reforma com agendas definidas e seguidas minuciosamente no campo institucional, mas também organizações culturais, *crews* de *hip hop*, coletivos audiovisuais, teatrais, musicais e outras iniciativas de natureza semelhante. Adicionamos, também, à lista, organizações que, apesar de possuírem objetivos e estruturas bem definidas, criam agendas e estratégias fluidas e atentas às necessidades do seu meio.

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surge da necessidade de criação de esquemas interpretativos que abordassem “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (Gohn, 1997, p. 121). Vale ressaltar, no entanto, que o paradigma dos NMS é antes uma nova abordagem sobre ações sociais, com intuito de dar conta de particularidades consideradas importantes para entender suas demandas e formas de ação, do que uma teoria propriamente dita sobre movimentos sociais. Algumas características gerais dos NMS são apresentadas por Gohn (1997), de modo que possamos estabelecer um panorama sobre as abordagens desse paradigma, assim como seu alcance conceitual.

A primeira diz respeito à construção de um modelo teórico baseado na cultura. A autora nos lembra que “os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado” (Gohn, 1997, p. 121). Trabalham o conceito de cultura em suas bases marxistas, onde está intimamente ligado com e de ideologia (ligado ao conceito de consciência de classe), sem, no entanto, encarar esta como uma falsa representação do real.

Como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS. Ao longo dos anos, tal paradigma será influenciado ainda pela interpretação pós-estruturalista e pós-modernista de cultura, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais (Gohn, 1997, p. 122).

O avanço dos teóricos dos NMS no que diz respeito aos paradigmas marxistas se baseiam na necessidade de entender as ações que se desenvolvem em outros

campos que não aqueles priorizados pelo marxismo clássico ou ortodoxo, que tratava “da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação de classes, trabalhando em um universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade” (Gohn, 1997, p. 122).

O fato de o marxismo não dar conta de explicar ações advindas de outros campos, como o campo cultural, subjugando-os ao campo econômico, limita a apreensão das inovações que possam surgir das ações do indivíduo, não condicionadas às macroestruturas. Essa é a segunda característica, “a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre” (Gohn, 1997, p. 122).

A terceira característica dos NMS diz respeito ao sujeito da ação. Segundo a autora, “o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária” (Gohn, 1997, p. 122). O sujeito que surge é, pelo contrário, difuso, luta contra as discriminações que dificultam o pleno acesso aos bens da modernidade ao mesmo tempo que é crítico aos seus males. “Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das coletivas como atores sociais” (Gohn, 1997, p. 123).

A quarta característica dos NMS apresentada por Gohn, é que a política assume centralidade nas análises. Aqui ela não é mais vista como um nível de uma escala hierárquica, mas sim como uma dimensão da vida social, que abarca as práticas sociais (Gohn, 1997). A dimensão política é utilizada não somente no nível macro das instituições, mas também nas relações microssociais e culturais. Isso abriu espaço para pensarmos o poder na esfera pública da sociedade civil (Gohn, 1997).

A quinta característica é que os atores sociais são analisados, nos NMS, sob dois aspectos, majoritariamente: pelas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo (Gohn, 1997). A identidade coletiva indicada aqui é aquela criada a partir dos diversos grupos, e não pelas estruturas sociais que seriam responsáveis por características pré-definidas nos indivíduos. Trata-se de um processo não hierárquico, não linear, de interação constante. Nos NMS a identidade é um elemento intrínseco à formação do movimento, que existe de modo a defender essa mesma

identidade, que definirá os membros, as fronteiras e as ações de determinado grupo (Gohn, 1997).

É importante destacarmos que os NMS se preocupam em garantir que os direitos sociais referentes aos indivíduos que representam sejam assegurados ou conquistados, sem necessariamente recorrer a organizações do Estado ou outras quaisquer que tenham vínculo institucional formal. A sua luta está ligada às suas bases, principalmente. Isso não significa, no entanto, que essas organizações não serão alvo de pressões por parte dos NMS. Pelo contrário, a utilização de recursos midiáticos, atividades culturais, manifestações, protestos etc., serão formas estratégicas para “promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (Gohn, 1997, p. 125).

As formas de organização dos NMS também serão profundamente influenciadas pelo seu caráter pautado em reivindicações de natureza cultural. Esta organização será descentralizada,

(...) sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise das correntes de opiniões. Não há lugar nesta estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que destacavam-se por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. Disto resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas (Gohn, 1997, p. 126).

Essa fluidez pode ser considerada uma das responsáveis por dois aspectos observáveis nos NMS. O primeiro é reflexo da crescente fragmentação e pluralidade da realidade social, que fará com que os grupos busquem fortalecer seus vínculos identitários a fim de manter uma coesão, baseada em suas demandas em comum (Taylor, Wittier, 1992). O segundo, decorrente do anterior, é o fato de que, por conta desse fortalecimento identitário interno, conflitos com outros grupos ou movimentos, ou mesmo dentro do próprio movimento, são inevitáveis e ao mesmo tempo indispensáveis para a construção dessa mesma identidade (Gohn, 1997).

Por fim, a autora ressalta que

O NMS caracteriza-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, mulheres, gays, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais culturais etc. A novidade está na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias

utilizadas para explicar estas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas, mas seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima (Gohn, 1997, p. 128).

Com relação ao dito na citação acima, Melucci, autor expoente da abordagem italiana sobre os Novos Movimentos Sociais, cuja obra também é analisada por Gohn, afirma que esses movimentos são mais construções analíticas do que formas organizacionais, isso porque alguns grupos, que sustentavam movimentos já não existem enquanto instituições, apesar de se fazerem presentes de forma representativa enquanto códigos culturais (Melucci, 1994 apud Gohn, 1997). Por códigos culturais, a autora entende os produtos, extensões do fenômeno que é o movimento social (GOHN, 1997).

Se esses códigos culturais seriam capazes de se reproduzir sem uma manifestação empírica dos grupos que o deram origem é a dúvida que faz com que a autora defenda a ideia de que a teoria dos NMS está, ainda, incompleta. Isso se deve ao fato de que o que se tem, até então, são categorias que dizem respeito aos resultados alcançados pelos movimentos, mas não aos processos inerentes ao fenômeno em si. Caráter a ser superado e complementado.

Por fim, no escopo desta pesquisa, julgamos necessário associar a ação dos Novos Movimentos Sociais às características identitárias que definem a junção de sujeitos sob agendas e objetivos comuns. Neste caso, optamos por utilizar a definição de identidades culturais, de Stuart Hall, como meio para compreensão desses adensamentos.

Entendemos a identidade enquanto algo responsável por localizar os sujeitos em um sistema social, em um processo que, ao mesmo tempo que inclui, exclui, distinguindo-os em grupos sociais que partilham semelhanças e se diferenciam dos outros através de suas diferenças (Cuche, 2002).

Tal diferenciação está diretamente relacionada à emergência de demandas particulares de grupos que partilham, internamente, características que os unem, possibilitando maior coesão da ação em prol de objetivos comuns.

Dubar (1997), entende a identidade enquanto resultado dos processos de socialização, do cruzamento dos processos relacionais e biográficos. No primeiro, o sujeito é analisado pelo outro através do sistema de ação em que estão inseridos. No segundo a história pessoal do sujeito, suas habilidades e projetos são levados em

conta. Para o autor, a identidade para si não se separa da identidade para o outro, essas duas dimensões se complementam.

O processo de formação identitária, para Dubar (1997), se baseia em um processo constante de tensões entre as impressões do outro e as identificações do próprio sujeito, a partir daquilo que é recebido da dimensão externa. Se trata de uma construção com base nas relações, principalmente.

Concordamos com Hall (2001) quando este defende a ideia de que as identidades estão cada vez mais fragmentadas, visto que nas sociedades modernas também fragmentam-se “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade, que no passado nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall, 2001, p. 9).

Segundo Stuart Hall a identidade é desenvolvida de duas formas: a primeira no sentido de uma cultura compartilhada, em que os indivíduos compõem quadros de referência, como no caso de movimentos sociais, por exemplo, em que uma identidade é criada a partir de práticas de representação (Hall, 1996); a segunda forma identificada pelo autor diz respeito ao fato de as identidades serem decorrentes de histórias e experiências diversas, dinâmicas, logo sofrem constantes modificações (Hall, 1996).

O autor destaca três concepções de identidade: a identidade do sujeito iluminista, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno. A primeira caracteriza um indivíduo que possui uma identidade adquirida em seu nascimento e imutável ao longo da vida. A segunda caracteriza um indivíduo que não constitui uma identidade de forma isolada, mas a partir da relação com outras pessoas, outros valores, mediados pela interação sujeito-sociedade. A terceira caracteriza um sujeito sem uma identidade fixa, de modo que vive em constante transformação com base na cultura que permeia este mesmo sujeito (Hall, 2003).

Hall define as identidades culturais enquanto pontos instáveis de identificação, feitos no interior dos discursos da história e da cultura. Aspectos de um pertencimento que não se encerra em si. Não se trata de algo fixo e imutável, mas sim de um posicionamento momentâneo que não possui nenhuma garantia com base em leis absolutas ou transcendentais (Hall, 1996).

Para compreendermos as identidades culturais de Hall, julgamos necessário apresentar, sem, no entanto, nos aprofundarmos, o conceito de cultura que nos guiará no caminho interpretativo que pretendemos seguir. Tal conceito não é uno, visto que

as interpretações sobre cultura são tão amplas quanto as utilizações que o termo possui, no entanto, para os fins aqui propostos, tomaremos como base conceitual a definição que Geertz (2008) nos apresenta.

O conceito de cultura que o autor defende

[...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 2008, p. 4).

Podemos compreender a cultura, portanto, enquanto uma teia de significados advindos nas práticas humanas, suas relações e costumes. Stuart Hall fala sobre a importância de encarar a cultura não como “uma variável, secundária e dependente em relação ao que faz o mundo mover-se” (Hall, 1997, p. 6). Ela precisa ser encarada enquanto parte constitutiva desse processo, determinando a forma e a o caráter deste movimento. Trata-se, portanto, da “[...] manifestação de qualquer formação social ou histórica. Não pode ser algo homogêneo ou passivo, mas um campo de grandes intervenções expressas por meio do discurso e de representações” (Moresco; Ribeiro, 2015, p. 171).

A identidade cultural, portanto, não é autorreferencial, mas relacional. As afirmações advindas de grupos identitários são possíveis apenas por meio do contato com o outro, que se diferencia e evidencia a alteridade¹². Identidade e diferenças são indissociáveis.

Tais relações podem contribuir para a formação identitária de sujeitos e grupos de maneiras diferentes, como veremos no caso *do hip hop*. Para nós, nesta pesquisa, interessa compreender que este processo de formação identitária é fluido e constante, não cristaliza relações sociais e, por esse motivo, transforma-se à medida que tais relações mudam e adquirem novos sentidos.

Os NMS estão intimamente relacionados com a questão identitária, visto que as particularidades dos grupos que representam estão pautadas em processos de construção de uma identidade compartilhada entre si, ligada a uma realidade comum, costumes e necessidades comuns.

É importante destacarmos que os NMS se preocupam em garantir que os direitos sociais referentes aos indivíduos que representam sejam assegurados ou

¹² Capacidade de colocar-se no lugar do outro; reconhecer sua identidade e diferenças.

conquistados, sem necessariamente recorrer a organizações do Estado ou outras quaisquer que tenham vínculo institucional formal. A sua luta está ligada às suas bases, principalmente. Isso não significa, no entanto, que essas organizações não serão alvo de pressões por parte dos NMS. Pelo contrário, a utilização de recursos midiáticos, atividades culturais, manifestações, protestos, etc., serão formas estratégicas para “promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (Gohn, 1997, p. 125).

4.3 Frentes de luta e horizontes possíveis

Como pudemos perceber até aqui, os movimentos e ativismos acompanhados se destacam por características particulares, áreas de atuação independentes, públicos-alvo diferentes e identidades próprias. Isso é percebido pelo estabelecimento de agendas próprias, com objetivos, estratégias e limitações que traduzem trajetórias e horizontes ideológicos a serem alcançados. Não ignoramos que existem alguns pontos em comum, que podem ser explicados pela base territorial em que atuam, pelo compartilhamento de pautas transversais, pela frequência em circuitos e espaços em comum e tantos outros cruzamentos que fazem parte do cotidiano de ativismos.

Aqui organizaremos as frentes de luta dos movimentos estudados articulando os elementos acima com o intuito de construir um panorama que permita entender as suas principais pautas, contextualizadas em relação ao estado de disputa territorial a que são submetidos os sujeitos desta pesquisa. Ao compreender seus objetivos principais e a particularidade dos sujeitos que os compõem, conseguimos entender as potências transformadoras que permeiam essas iniciativas.

Os dados obtidos a partir de trabalhos de campo, documentos e entrevistas foram organizados conforme categorias sugeridas por Santos (2011) para permitir uma inteligibilidade ampla e que ofereça uma visão integrada e panorâmica sobre seus pontos de aproximação e afastamentos.

Identificar os motivos que engajam as manifestações populares ou o objeto do conflito alvo de um movimento nos ajuda a compreender os eixos temáticos que abordam, tanto os principais quanto os transversais e secundários. A identificação de características comuns aos protagonistas e participantes dos movimentos nos ajuda a compreender as camadas sociais afetadas pelas questões trabalhadas pelos

movimentos e os perfis mais impactados pelas violências em espaços periféricos. Da mesma forma, a identificação de antagonismos, seja por parte de agentes bem delineados ou de forças estruturais, faz parte do cenário de vulnerabilização e marginalização a que os sujeitos desta pesquisa são expostos e submetidos, sendo, portanto, parte do processo de construção de cidadanias novas. As formas de organização e de manifestação vão conferir a cada movimento uma identidade de luta própria, sendo o reflexo dos objetivos, das possibilidades, de escolhas alinhadas ao perfil de integrantes e às limitações encontradas.

4.3.1 IMMK

O Instituto Marcinho, como é usualmente chamado por integrantes no dia a dia, possui uma trajetória marcada por dois momentos que se sucedem e coexistem de forma interdependente. Ao mesmo tempo que a organização surge com o intuito de buscar por justiça no caso dos jovens vitimados na Chacina de 2014 e lutar contra a impunidade dos responsáveis, a expansão do projeto vislumbrou oportunidades de ser um lugar de acolhimento tanto para os familiares de pessoas vitimadas pela letalidade urbana quanto de apoio para pessoas vulnerabilizadas. A criação de projetos para acompanhamento de famílias em situação de risco, oferecimento de consultoria jurídica e social e a formação de um trabalho de base sólido, principalmente com crianças, nos ajuda a compreender que se trata de um trabalho ainda em andamento, mas que visa diminuir a vulnerabilização e a violência contra jovens pretos nas periferias de Belém.

Essa é uma missão difícil, com um terreno de ação amplo a ser posto em prática e que depende de mobilizações profundas para ser bem-sucedida, visto que as condições que permitem e determinam que o corpo preto seja um alvo nas periferias do Brasil estão associadas a questões profundamente estruturantes na sociedade (Almeida, 2018). Novos arranjos de poder e a ação de novos agentes violentos nas periferias podem mudar as formas e estratégias de dominação, mas os perfis das vítimas seguem parecidos, principalmente as letais.

Segundo Suzana Amaral, idealizadora e diretora do Instituto Marcinho, o assassinato do seu filho foi um acontecimento que a fez querer buscar conhecimentos e repertórios para não ser uma mãe engolida pelos processos e burocracias envolvidas na investigação do crime. Em tribunais, reuniões e eventos, ela sentia que

havia interesses de calar a sua busca e interromper as investigações, deixando a memória de Márcio associada a atividades criminosas que nunca aconteceram.

O que me faz começar a repensar na Suzana que era empregada doméstica, que tinha segunda série, [são] as falas. Eu ia para dentro do Ministério Público, tinha falas que eu não entendia e aí eu ficava olhando, (...) eu não entendia, tinha coisa que acontecia, eu não entendia, ia pra delegacia de homicídio, reunião com a delegacia geral e aí, tipo, muita coisa. Eu não consegui entender, entendeu? As falas técnicas, né, jurídicas do processo. E aí um amigo meu disse assim: "Suzana, tu só podes melhorar isso se tu voltar pra escola". (Amaral, Suzana, entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

A partir dessa provocação, Suzana volta a estudar e passa a se descobrir uma liderança com mais potência do que imaginava, superando várias das dificuldades que encontrara no início.

E no início de 2017 eu volto pra escola. E dentro da escola eu comecei a ver coisas, tipo, a escola colocava de uma forma e eu tinha uma vivência de fora, que aquilo na escola não é o que tá aqui fora, tá entendendo? Como que a escola coloca, né, e como que a gente vive. Ou seja, eu não tinha um estudo técnico, né, digamos, mas eu já tinha vivência na pele e eu já sabia como que funciona. E na minha escola, o professor, acho que foi de filosofia, ele me chamou e disse assim: "A senhora vai longe e a senhora ainda vai levar esse povo que tá aqui." Era os adolescentes que chegavam drogados, que rasgavam a prova na cara do professor, sabe? E eu era a única mais velha no meio deles. (Amaral, Suzana, entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

Essa experiência, na escola, é importantíssima para a trajetória posterior de Suzana, que absorve alguns dos princípios do ativismo e da luta coletiva em sala de aula, junto com amigos, colegas e professores. Nesse espaço ela aprende a organização e postura que permitirão, junto com aprendizados do próprio movimento social e da sua atuação como defensora dos direitos humanos. Ao que pese a extensão, julgamos importante inserir em totalidade o relato dado por ela.

Os meninos de 17 anos, 18 anos, eu com 45, entendeu? Aí eu comecei a ser meio que mãe deles, comecei a "esculhambar" com eles: "O que que tu veio fazer para cá? Drogado, não sei o quê, chega na hora da prova, você quer colar, não sei." Comecei a fazer isso, sabe? Quando chegou nossa primeira prova, nossa primeira avaliação, aí, tipo assim, fizemos de boa e tal. Quando eles vieram dar o resultado, eles entraram todos os professores em cada sala com as notas. Quando chegou justamente na minha nota, ele disse: "A senhora não fez a prova". Falei: "Como é que é?" Ele disse: "É porque vocês ficam...". Quando ele generalizou, ele não sabe o que ele fez comigo, entendeu? Aí eu falei: "Pera aí, eu fiz a prova, eu tenho prova, eu quero a minha prova, eu não tô aqui à toa". Aí eu relatei porque eu estava lá e todo mundo ficou me olhando assim, sabe? Meu Deus, o professor de religião, então ficou passado, assim, de ver como eu me posicionei, porque automaticamente eles entendiam que por ser jovens não tem

responsabilidade. “É senhora. Já é uma senhora de 45 anos, mas tá aqui, não sei nem por quê.” É esse valor que eu comecei a ver, tu tá entendendo? Dos professores e da própria escola. E aí que tá, né? Quando eu vi, o pessoal começou a chamar pra aula. “Tia, vai pra aula! Vai pra aula!” - “Vou! vou!” Aí ia todo mundo, sabe? Aí eu comecei a ver aquele povo atrás de mim, entendeu? Tipo assim: eu ajudava nos trabalhos, eu ajudava na prova, dava cola mesmo, eles queriam sentar perto de mim, começaram a fazer até diferente, trocar as cores das provas, sabe? Justamente por isso. Mas o meu objetivo não era deixá-los, justamente porque eu já entendia o que acontecia, entendeu? E aí quando eu sentei com a coordenadora da escola, eu disse para ela assim: “Quando a senhora me der a transferência no final de 2017 eu queria que a senhora desse a transferência de todos pra mesma escola. Ela: “Ai, mas não pode, não pode ser.” Eu digo, “Pode, pode, a senhora pode fazer isso, botar nós todos na mesma sala na escola”. Aí ela fez e mandou pra diretora, né? E mandou toda a turma e a gente foi para cá. Aí a gente já começa a entrar no ensino médio, né? Aí já começa, quando eu vejo, eu já começo ver eles mais maduro, eu já começo a ver eles não faltando mais a escola. Eu já começo a ver fazendo a prova, sem me pedir, tendo mais atenção, tá entendendo? Nossa, foi a primeira conquista. (Amaral, Suzana, entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

Essa trajetória fez dela uma liderança em vários aspectos de sua vida pessoal e, posteriormente, na trajetória como defensora dos direitos humanos. Suzana viu que ninguém lutaria por justiça ou por direitos dela com a mesma força e dedicação que ela mesma. Aos poucos foi ganhando autonomia de atuação e fortalecendo seu nome, junto ao de outras mães e lideranças dos movimentos sociais.

Essa trajetória reflete os principais objetivos do Instituto, contra o extermínio da juventude negra na periferia de Belém. Esse objetivo envolve um processo de descriminalização da juventude em espaços periféricos, assim como de mulheres e crianças que são destituídas de uma existência cidadã com direitos plenos. Além disso, percebeu-se que é necessário operar uma transformação profunda nos bairros periféricos, guiado pelo respeito aos direitos humanos, com políticas públicas de segurança que existam para proteger essas pessoas ao invés de ameaçar suas existências.

Essa transformação só será possível a partir da multiplicação de empoderamento de pessoas nas periferias. Isso é pensado, nas ações do instituto, de duas maneiras diferentes. A primeira diz respeito ao trabalho direto com mães e outros familiares de pessoas vitimadas pela violência nas periferias e que também sofrem violências e revitimizações posteriores aos assassinatos ou ameaças. Compreender os meios legais de reinvidicações, os limites de uso da autoridade e os direitos individuais podem prevenir que diversos abusos ocorram. Percebemos que o conhecimento acumulado ao longo de exaustivos e extensos processos legais,

estudos e formação poderiam ter impedido que diversas violências fossem aplicadas às mães dos jovens assassinados, no passado. Muitas transgressões legais, ofertas ilícitas e ameaças diretas e indiretas não teriam acontecido se houvesse um acompanhamento legal comprometido com a causa em questão.

Para além dessas pessoas, que já sofreram violências de formas reiteradas, há uma preocupação genuína em criar redes de proteção e prevenção de violência para pessoas vulnerabilizadas. Isso abrange principalmente famílias que sofreram ameaças de organizações criminosas ou que estão sendo pressionadas a manter silêncio sobre algum evento criminoso que testemunharam. A lei do silêncio, segundo Couto (2018), ainda é uma das principais ferramentas de controle nas periferias da cidade, em que vários crimes não são solucionados pelo medo da população em revelar o que sabem para as autoridades, muitas vezes pela incerteza de que estas se interessariam em manter sua segurança.

Nesse sentido existe um trabalho menos concentrado no próprio instituto e muito mais colaborativo com outras organizações, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) na República de Emaús, em que funciona o Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Nesse sentido o acompanhamento das famílias é feito em cotutela entre as instituições e com uma proximidade mais preocupada com essas pessoas de forma humanizada. A ação do Instituto Marcinho permitiu, inclusive, que a busca ativa por pessoas em situação de vulnerabilidade alcançasse diversas famílias que sequer tinham conhecimento sobre esse serviço e se viam desamparadas pelo Estado e pelas suas instituições.

Nesse ponto peço licença, novamente, para um relato que exemplifica a necessidade de instituições que trabalhem sobre esses problemas, e tantos outros, com pessoas em extrema vulnerabilidade.

O distrito da Bem é muito grande, muito grande e tem muita mazela do você vê o asfalto aqui, até aqui você não vê bonito, mas daqui para cá já é o igarapé. Tem muita criança que mora lá. Ei, Eric, a gente foi fazer uma visita numa família que era na beira do igarapé. O filho da mulher menor tinha morrido, sabe de quê? De ataque de verme. Mas tem uma noção, dentro da cidade a criança teve um ataque de verme. Ela disse que o irmão dela tinha morrido, meu Deus, eu olhei para aquela mãe assim, a mãe era extremamente viciada em drogas. O pai trabalhava ali na rodovia ali, naquele negócio daquelas olarias ali de tijolo, o pai trabalhava ali e tinha dois adolescentes. Aí eu disse: "Cadê o documento de vocês?" Não tinham nenhum documento. Ela tinha parido eles tudo lá. O Instituto Marcinho foi, pegou o pai. Fui, busquei esse homem lá, levei pra Defensoria, a Sêrgia

conseguiu comigo pra gente tirar a certidão dele. Depois de tirar a certidão dele, levei ele [lá onde] tira reservista, né? Falei lá com o capitão, expliquei tudo para ele, ele tirou o título dele porque já tava com a idade, 50 e poucos anos. Viemos na estação de cidadã, tirei o CPF dele, tiramos a identidade dele para ele tirar o documento do filho dele. (...) E aí a gente entra num processo na defensoria. Aí a defensoria me entrega 10 cartórios para mim ir mapear, 10 para mim ir deixar e depois ir buscar negativo para poder o pai tirar os documentos para ver se os meninos realmente nunca tinham sido registrados. E tudo isso eu o instituto fez. Entendeu? fizemos e hoje eles estão lá. As políticas públicas de saneamento não entram, mas a equatorial entrou. E aí ele usava um gato, era um barraco, amigo, um barraco de lona na beira do rio assim, sabe? E a Equatorial entrou e aí não tinha luz pras meninas. Como era mato, a é um pedaço que a polícia entra para de fato executar e tira depois, entendeu? Então eles viam muito esse tipo de coisa e hoje ele tá lá barraquinho dele, com documentozinho dele, a menina na escola, o rapazinho na escola. (...) Tudo isso a gente fez, porque eu entendo que o trabalho de uma instituição social é ir na base. Não, eu posso formar aqui, eu posso levantar 30 andares, mas eu preciso descer aqui na baixada, entendeu? (Amaral, Suzana, entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

Esse relato ilustra bem a situação precarizada a que várias pessoas são submetidas em Belém, sem nenhum tipo de apoio social e sem ter acesso aos mais básicos dos direitos civis. O Conceito de cidadania pouco significa quando o direito à vida é negado. Órgãos e instituições públicas que deveriam ter esse acompanhamento não alcançam esses espaços, mas ao mesmo tempo percebemos que a oferta de serviços privados alcança. Onde os CRAS, a defensoria e o SUS não puderam chegar, a concessionária de energia chegou. Aqui a condição de consumidor é mais importante que a condição de cidadão ou mesmo de ser humano. O trabalho do Instituto Marcinho, nesse sentido, demonstra um comprometimento com as bases, o que vai marcar boa parte de sua atuação a partir daí.

A ação com crianças realizada pelo Instituto Marcinho é uma das que mais chama a atenção por evidenciar a sobriedade com que os objetivos aqui descritos são tratados internamente e como elas chegam aos seus diferentes públicos com estratégias diferentes e adequadas.

Essa parte do trabalho do instituto envolve um olhar atento para o futuro e a certeza de que não basta agir reduzindo os danos causados pela violência, mas pavimentar possíveis caminhos para que novas gerações cresçam cientes dos problemas enfrentados nas periferias e estejam preparados para lidar com situações-limite, caso ocorram. Além disso, formar pessoas conscientes contribui para o aumento de iniciativas que combatam a violência, multiplicando essas formas de luta.

As ações do Instituto Marcinho são protagonizadas por pessoas diferentes que passam a atuar em momentos diferentes. Possuem, portanto, interesses,

motivações e trabalhos diversos na organização. A própria criação do instituto se relaciona à ação direta de mães e familiares de vítimas da violência armada na RMB, que se organizaram para cobrar por justiça e, neste sentido, tiveram êxito em formar uma frente de pressão que resultou não apenas no julgamento dos responsáveis pela chacina de 2014 mas também pelo reconhecimento, pela ALEPA, da existência de grupos milicianos no Pará.

Essas mães são participantes fundadoras e muito importante até hoje na articulação das ações do movimento e na multiplicação de nós de protagonismos nos territórios em que vivem. Identificar famílias que precisam de apoio e proteção, em situações de moradia vulnerabilizada, insegurança alimentar e ameaças diretas à vida, é possível apenas a partir de uma rede ampla que consiga chegar a espaços distantes, não apenas espacialmente, dos órgãos governamentais responsáveis.

O processo doloroso que começou a partir do assassinato de seus filhos, netos, irmãos e amigos foi marcado por muita resistência a pressões externas, ameaças diretas à vida e tentativas de estigmatizações que partiam desde autoridades do governo do Estado até agentes de segurança que não tinham interesse no prosseguimento das investigações. Assim como aconteceu com Suzana, em diferentes graus, essas mães empoderaram-se e passaram a ser lideranças em seus bairros e comunidades, resistindo e trabalhando em prol da missão do movimento até hoje. Esse processo, no entanto, demandou muito trabalho e esforço psicológico e físico.

Quando eu cheguei em cada ponto de sangue do jornal, eu fui vendo o que aquelas mães tinham presenciado, né? O Eduardo leva sete tiros na cabeça, o Nadso leva 15 tiros na costa, o Alex levou 20 tiros na coxa. E mano, assim, aí eu fiquei assim... já pensou tu fazer um parâmetro, assim, de uma coisa assim, tipo, a minha dor é menor, é uma dor, mas é menor. Eu também perdi um filho, mas eu não vi. E eu falei: "Então eu vou puxar essas mães, eu vou puxar essas mães". Infelizmente nem todas de fato, né, hoje ainda estão vivas. Também foram mortas, tendo consciência disso, de que foi pela nossa luta, né, por não nos calarmos, mas tudo nós sabíamos que já tínhamos um preço pagar e que eu não me ia parar, independente de tudo. (Amaral, Suzana, entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

Esse trecho chama a atenção para a dor sentida pela perda dos filhos e pelo fato de ela não ser transitória, mas permanente e ainda acompanhada de outras condições próprias à luta. No capítulo seguinte falaremos com maior profundidade sobre essa perseguição feita às mães e sobre os riscos, ameaças e um atento em

específico que sofreram, mas por hora podemos afirmar que era desinteressante para vários grupos que esse grupo continuasse falando e buscando por justiça.

Para além das mães e outros familiares que atuam no movimento até hoje, o Instituto conta com apoiadores que trabalham diretamente com o corpo gestor. Se tratando de uma organização da sociedade civil organizada legalmente, existem questões orçamentárias, administrativas e articuladoras que precisam ser feitas para garantir sua existência. Além de Suzana, que coordena e preside o Instituto e guia as decisões estratégicas de ações e articulações, existe um programa de voluntariado e colaboração que inclui um núcleo jurídico forte que coordena as questões legais e capitaneia o centro de apoio jurídico popular, sobre o qual falaremos a seguir.

As ações com o público, realização de eventos, como as oficinas e contações de histórias com as crianças, são feitas por jovens, moradores de bairros periféricos da cidade, que estão engajados com as pautas tratadas pelo Instituto. Muitos desses jovens trabalham e faziam ações parecidas com Márcio, desde 2009, e agora seguem o trabalho dos Megas Kamaradas. O oferecimento de uma bolsa de extensão em 2023 trouxe pessoas da UFPA para contribuir com o Instituto e fortaleceu ainda mais essas ações, adensando as bases teóricas e sociais pelas quais são guiados. Esse contato com pesquisadores e pessoas de outras organizações contribuiu para a definição de conceitos chave já existentes no trabalho, mas em linguagens diferentes.

eu já acompanhava a luta da Susana assim, há algum tempo, né, eu fazia parte do movimento estudantil do JUNTOS, que é o movimento estudantil daqui da UFPA. Alguns participantes, como a Adriana, Vivi, o coletivo assim, na época de 2014 estava muito envolvido pela luta da CPI das Chacinhas, né? Então isso veio de anos desde lá, assim, eu não era dos juntos lá, mas essa luta veio acompanhando o JUNTOS até eu entrar, né? E eu fui conhecendo, também, pelo movimento de mulheres. Aí fui e participava de algumas atividades, representando o Juntos às vezes e, assim, por ter interesse mesmo no movimento. E teve um período que o instituto conseguiu uma bolsa de extensão aqui na UFPA, através de uma emenda da Vivi, quando ela foi deputada federal. E aí me convidaram para ser uma [bolsista]. Estava começando Serviço Social e me convidaram para ser bolsista no instituto, né? E eu fiquei, tipo, muito feliz porque já era algo que acompanhava. Eu também estava sem bolsa numa situação assim muito complicada e tal. E então foi muito bom. Eu passei um ano como bolsista, assim, a bolsa acabou, mas eu fiquei, né, assim, porque era só a porta que eu queria para continuar, assim, eu já acompanhava muito a Suzana, o projeto e tal, aí fiquei. Tô aí até agora. (Lobato, Gabryela, Entrevista concedida à Eryck Batalha, 2024).

Os trabalhos do instituto são direcionados, principalmente, à defesa de pessoas vulnerabilizadas e vítimas de violências nas periferias da cidade. Isso significa, portanto, que existem grupos ou pessoas que as vulnerabilizam, de forma

direta, por meio de ameaças à vida e a outras violações à existência, e indiretas, por meio de oferecimento precário de serviços e de garantia de direitos básicos.

Os agentes diretos das violências perpetradas contra os grupos atendidos pelo Instituto Marcinho foram descritos no primeiro capítulo deste trabalho, sendo estes os grupos e organizações que praticam domínios de forma violenta e paralela com a construção de multiterritorialidades, como indica Couto (2018), existem nas periferias em períodos que variam entre conflitos e interdependências.

Os jovens mortos na chacina de 2014 foram vítimas de uma operação policial de vingança por um atentado apenas compreendido dentro de um contexto de disputa entre milicianos e narcotraficantes. A ação de organizações criminosas na periferia de Belém foi, e segue sendo, um dos principais vetores dessas violências. Nesse sentido, o Instituto Marcinho inicia seus trabalhos em confronto direto com agentes de segurança que atuam em milícias e, portanto, representam uma dupla ameaça às lideranças do movimento, visto que compõem forças de segurança com acessos e autoridades que lhe garantem impunidade.

Esse panorama não mudou muito desde a realização da CPI das milícias, visto que nos últimos anos há uma integração dos processos de transporte e comercialização de drogas com as milícias atuantes e o surgimento do que Couto (2018) denomina narcomilícias. Hoje a vida de jovens negros na periferia ainda é amplamente ameaçada pela ação desses grupos e isso se confirma nos dados de letalidade, em que o perfil das vítimas é, majoritariamente, de jovens adultos negros.

A vulnerabilização dessas pessoas escancara o racismo que permeia a sociedade, contribuindo para a concentração maior de pessoas não brancas em espaços periféricos pela oferta de renda menor e pela segregação socioespacial que marcou a formação das cidades brasileiras, de forma geral. No caso aqui estudado isso se estende às instituições que também reproduzem formas de racismo nestes espaços, principalmente pela criminalização de corpos pretos e pela adoção de práticas ostensivas e violentas de policiamento. Dito isso, as forças policiais representam, também, alvo de críticas pelo Instituto Marcinho, visto que estiveram envolvidos em vários casos de violência contra jovens negros nos bairros periféricos de Belém.

Para lideranças do Instituto, a insegurança quanto às forças policiais decorre das experiências negativas envolvendo agentes de segurança e da incerteza quanto às intenções e objetividades destes. Chega a um ponto em que ouvimos diversas

vezes que o som de sirenes e a visão de viaturas policiais causavam aflição ao invés do sentimento de amparo segurança que, teoricamente, deveriam representar.

Em um panorama em que o público-alvo do Instituto Marcinho é, objetivamente, deixado de lado do oferecimento de serviços públicos básicos, inserido no cotidiano prático de segurança pública de forma precária e marginalizante, o próprio instituto passa a ser um alvo por antagonizar práticas já estabelecidas de poder.

Consideramos, portanto, a partir das informações levantadas, trabalhos em campo, documentos e entrevistas, que o instituto Marcinho luta contra expressões de poder e agentes da violência que agem no extermínio da juventude negra nas periferias de Belém e das famílias destas pessoas.

Para isso, o instituto se constitui enquanto uma Organização da Sociedade Civil (OSC), tipo de entidade que se configuram por não possuir fins lucrativos e que objetivam agir em conjunto com o Estado no atendimento de interesses públicos, causando transformações sociais e garantia de direitos (Brasil, 2014). No caso do IMMK se trata do atendimento a grupos vulnerabilizados.

Esses tipos de organizações têm duas principais fontes de financiamento: emendas parlamentares e doações de pessoas físicas ou jurídicas. No Brasil existe uma ampla gama de organizações desse tipo que recebem financiamento de fundações nacionais e internacionais com fundos destinados à projetos sociais, como a Ford Foundation, Rockefeller Foundation, Open Society, Fundo Baobá ¹³e diversas outras que garantem o funcionamento de ONG de diferentes vertentes e áreas de atuação. O Instituto Marcinho é financiado principalmente por doações e projetos de extensão que receberam emendas parlamentares nos anos de 2023 e 2024.

As ações e manifestações feitas pelo IMMK não são apenas voltadas aos objetivos descritos acima, como seria óbvio afirmar, mas também se adequam a públicos diferentes e a graus diferentes de imediatismo, demonstrando que há um amplo espectro de serviços ofertados e eventos realizados.

Nossa primeira aproximação com o Instituto Marcinho aconteceu em 2023, na ocasião da realização do I Seminário do Instituto Marcinho Megas Kamaradas Contra os Extermínio de Jovens das Periferias, que ocorreu na sede da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e reuniu várias entidades da sociedade civil, ativistas

¹³ Organizações filantrópicas da sociedade civil que financiam projetos do terceiro setor por meio de fundos próprios.

parceiros, professores, representantes da academia belenense uma parlamentar e diversos familiares e amigos de vítimas da chacina de 2014 e de outros jovens que foram vitimados em situações similares.

Além de discussões sobre o tema do extermínio do jovem negro em Belém, tanto do ponto de vista acadêmico, com debates acerca das práticas de racismo e violência, necropoder e violências estruturais, o evento foi uma prática de memória, com falas tocantes e profundas sobre sentimentos que acompanham os familiares ali presentes. Naquele espaço, assim como em outros, subsequentes, pudemos perceber que a dor, a revolta e a saudade não diminuem ou são substituídas, mas a resiliência que fortalece essas pessoas e lhes confere o ímpeto à luta surge justamente por conhecer esses sentimentos e por não querer que ele continue se multiplicando.

Nesse sentido o IMMK atua em quatro frentes diferentes e cerca de 12 projetos. Estivemos presentes em apenas alguns destes espaços e concentramos nossa atenção naqueles com maior impacto comunitário e que fizeram uso de espaços públicos diversos. Isso, segundo nossa percepção, foi o suficiente para compreendermos a importância dessa organização para a criação de novas formas de viver nas periferias da cidade.

O projeto de Extensão Universitária ‘Marcinho Megas Kamaradas Contra o Extermínio de Jovens nas Periferias’ aconteceu entre 2023 e 2024 e envolveu uma série de atividades junto à comunidade com o intuito de falar sobre violência, racismo e direitos humanos. Foram realizadas rodas de conversas com mulheres de diferentes comunidades que se encontram em situações diversas de risco para falar sobre a realidade perversa de viver na iminência de serem vítimas de violências letais.

Nesses espaços foram discutidas estratégias de proteção e indicados caminhos para denúncia e solicitação de proteção junto às autoridades cabíveis. Os ventos aconteceram com a presença de representantes de outras organizações, como o Movimento República de Emaús, mais especificamente componentes do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), que orientaram os participantes sobre direitos a serviços públicos que poderiam salvar vidas. Nesse sentido também foram realizadas formações sobre direitos humanos para públicos específicos, de forma continuada e com o intuito de aprofundar informações sobre os direitos e para que fosse possível identificar transgressões contra e as formas de denunciá-las.

Além disso, o instituto realiza diversas visitas aos domicílios de pessoas em situações de vulnerabilidade ou de vítimas diretas da violência urbana perpetrada pelos agentes salientados aqui, em capítulo anterior. Essas visitas são importantes para oferecer apoio fundamental em um contexto em que a própria ideia de ajuda parece distantes a algumas pessoas, segregadas socioespacialmente em lugares de isolamento proposital.

O trabalho do IMMK com incidência político-institucional é um dos mais contundentes do ponto de vista de estabelecimento formal do movimento no cenário estadual, muitas vezes disputado por narrativas conflituosas. Nesse aspecto existem alguns exemplos que devemos citar brevemente antes de chegar às manifestações nas quais temos maior interesse, por se tratar de um atestado da concretude do projeto em curso.

O IMMK faz parte do conselho da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos desde 2018, com ampla atuação junto à sociedade civil e pela defesa de direitos da população das periferias de Belém, da Região Metropolitana e de cidades no Marajó. Na ilha do Marajó o IMMK compõe o Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, lugar que faz parte da história pessoal e de luta de integrantes do instituto. Lá realizam ações voltadas às comunidades mais afastadas dos centros urbanos e que vivem em condições vulnerabilizadas pela miséria e pela insegurança. Além disso o IMMK tem cadeiras no Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém, fundado em 2024, enquanto representantes civis junto à SDDH.

Mesas redondas, rodas de conversa, lançamento de pesquisas institucional e espaços afins que tratam sobre violência urbana, letalidade periférica e racismo tem solicitado a presença do instituto com maior frequência, visto que o reconhecimento da luta não apenas de Suzana, como liderança, mas do IMMK como projeto, se expande muito nos últimos anos. Ainda em 2024, por exemplo, houve o lançamento da publicação “Chacinas e Policiamento: os Casos de Belém e do Complexo do Salgueiro”, da Fundação Perseu Abramo. Se trata de uma peça de pesquisa do projeto Reconexão Periferias que trata da vitimização de jovens negros pelas mãos da polícia no Brasil. Nesse espaço o relato do IMMK deu corpo e voz à pesquisa realizada, causando grande impacto.

Trataremos agora de projetos realizados pelos IMMK com incidência direta na relação com o espaço públicos das periferias de Belém, em que realizam a maior parte

das ações públicas e de repercussão municipal. Consideramos que serão importantes para compreendermos o fazer político do movimento de uma perspectiva de retorno às ruas e maior visibilidade de sua identidade.

O projeto comunitário “Leitura embaixo da Árvore” cria espaços voltados à recepção de crianças, principalmente, em que são feitas atividades de incentivo à leitura, pintura e contação de histórias na Pracinha do CDP, no bairro da Maracangalha, em Belém (Mapa 2). O interessante aqui é que não se trata apenas um espaço que, por si só, já garante um tempo de lazer seguro e estimulante para as crianças do bairro da Maracangalha, em que se encontra a sede do instituto, além de receber famílias que moram em outros pontos e que são atendidas pelo IMMK. Se trata, também, de um momento de educação preparada para as futuras gerações.

Fotografia 5 – Crianças participando do projeto Leituras Embaixo da Árvore



Fonte: Acervo do IMMK, 2024.

Mapa 3 – Mapa de localização da Pracinha do CDP – Maracangalha.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2025.

Um dos princípios do IMMK, que percebemos ser transversal a todas as ações, mas que se mostra de forma mais implícita em umas do que em outras, é que alcançar um modelo de vida diferentes nos espaços periféricos depende da transformação profunda da sociedade. Conversar com as crianças, por meio de atividades lúdicas, sobre o tema da violência e da vulnerabilidade, da raça e da cor, assim como sobre classe, parece ser um caminho promissor para que no futuro tenhamos uma juventude nas periferias que seja engajada e dê continuidade a essa missão.

A seleção das leituras, das histórias contadas e das atividades desenvolvidas é feita a partir desse conjunto de objetividades, sempre atentando a linguagem utilizada e tomando os devidos cuidados para não causar traumas ou afastar as crianças do tema, tarefa difícil e que exige enorme sensibilidade. Esse trabalho é feito, geralmente, em conjunto com outras organizações, educadoras e ativistas que possuem experiência com a faixa etária alvo.

Gostaríamos de destacar duas atividades que aconteceram no IMMK voltadas especificamente às crianças, com participação de organizações parceiras que fazem parte de uma rede não oficial de trabalho junto às crianças. Me refiro a essa rede como não oficial pois não existem acordos interinstitucionais firmados ou contratos de trabalho definidos, apenas objetivos e missões em comum que aglutinam suas metodologias. As atividades são a “Sessão do Cine Itinerante Emancipa” e a “Oficina de Grafiteagem” que faz parte do projeto “Território de Memória, Justiça e Resistência”.

A primeira atividade consistiu em uma noite de exibição de dois filmes produzidos de forma independente no Brasil, que tratam de temas relacionados à identidade territorial e à valorização de símbolos próprios às comunidades, como seu modo de falar, seu vocabulário, seus hábitos e histórias.

Fotografia 6 – Exibição de curtas com crianças da comunidade



Fonte: Acervo do Pesquisador, 2024.

O primeiro curta metragem, denominado “Disque Quilombola” mostrava crianças de várias comunidades ocupadas predominantemente por pessoas negras no Brasil, em favelas de cidades como o Rio de Janeiro e quilombos de outras partes do Brasil. Por meio de um telefone de brinquedo essas crianças compartilhavam

histórias sobre suas brincadeiras, seu cotidiano e seu modo de viver, com a mensagem de que não importa o lugar, crianças são crianças e precisam brincar e se divertir com a garantia de que seus direitos básicos sejam atendidos e sua diversidade e diferenças respeitadas.

O segundo filme, “Açaí” mostra um jovem de uma comunidade da cidade de Macapá, no Amapá, que parte em uma jornada cotidiana apresentada como épica em busca de açaí para seu almoço. Em uma narrativa bem-humorada o protagonista passar por situações típicas da região norte do país, como pontos de venda de açaí lotados, conversas com expressões regionais, a fadiga do sol quente, etc.

Ambas as produções demonstram perspectivas regionais e expressam as particularidades entre as pessoas, com o intuito de mostrar que as identidades são tão importantes quanto as características que as diferenciam, fechando o momento com uma fala sobre respeito e acolhimento.

Após a exibição houve uma intervenção artística de uma poeta autointitulada periférica, cientista social e mulher preta chamada Negrabi, que realizou uma *performance* forte e comovente sobre afetividades e dores que permeia a existência dos corpos pretos. O dia foi encerrado com uma atividade artística para expressão das crianças sobre o que foi visto e discutido, mantendo memórias sobre todo aquele momento. No fim da noite, é claro, lanches e brincadeiras.

Fotografia 7 – Intervenção poética de Negrabi



Fonte: Acervo do pesquisador, 2024.

A afetividade daquelas crianças com as pessoas do instituto chamou a atenção. Abraços, conversas, perguntas e outras formas de contato direto demonstraram que uma relação de proximidade foi criada, possível graças às várias agendas voltadas para esse público e à atenção dos voluntários, realmente sensíveis ao tratamento adequado para uma criança.

Foi realizado outro evento voltado a este mesmo público, em parceria com a ONG FASE¹⁴, em que o objetivo era o de construir memórias e transformar o espaço físico do instituto junto com as crianças. O projeto “Território de Memória, Justiça e Resistência” parte do princípio de que lembrar é, também, parte integrante do processo de lutas e, portanto, um ato político. O espaço se insere nessa lógica como o lugar, ou uma série de lugares, que marcam esses processos de violações e resistências.

A atividade, portanto, é parte de um esforço maior de imprimir nos espaços a memória ressignificada pela luta das vítimas, de forma coletiva, para denunciar as tentativas de minimizar o problema e apagar essas históricas. Por meio da ação das crianças nos espaços se pretende imprimir essas objetividades diretamente no espaço.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas foi uma oficina de grafite voltada justamente às crianças, com princípios teóricos de intervenção urbana e técnicas de grafiteagem, que culminou na transformação da fachada da sede do IMMK pelas facilitadoras. Segundo relato da diretora do instituto em redes sociais, o evento foi marcado pela possibilidade de as crianças expressarem suas próprias histórias por meio da construção de pequenos painéis em papel, com os princípios aprendidos no dia.

Antes de finalizarmos essa sessão precisamos lembrar que o Instituto também promove e realiza diversas intervenções, atos e protestos em espaços públicos junto com outras organizações, estreitando laços com outras lideranças e segmentos da sociedade civil em prol de objetivos comuns. Essas agendas geralmente acontecem em praças, largos ou vias com muita mobilidade, impulsionando o caráter da visibilidade e do impacto.

¹⁴ Organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. É comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo.

Figura 8 – Flyer de divulgação da oficina de Grafitagem



Fonte: Instituto Marcinho Megas Kamaradas (2025).

O ato “Luzes pela Paz”, por exemplo, foi realizado no dia 20 de novembro de 2024, Dia da Consciência Negra, enquanto uma manifestação de memória, denúncia e reivindicação. Houve falas e exposição de cartazes e faixas que relembaram os jovens que foram vitimados pelo extermínio nas periferias da cidade, incluindo Kevin, um jovem da Terra Firme morto em circunstâncias que seguem obscuras. Foram acesas velas, uma para cada jovem morto, que simbolizaram a luta que se segue para manter acesas essas memórias e a busca incessante por justiça.

Além dele, existe um trabalho do IMMK junto às comunidades precarizadas de ocupações habitacionais da cidade, que se vêem em situação de risco contante, inclusive sendo ameaçadas pelo Estado. Cerca de 768 famílias ocuparam, em 2021, um espaço que em 2014 foi destinado às construções de moradias por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal. As casas nunca foram entregues e essa ocupação foi um ato de reivindicação legítimo frente às inconsistências da política habitacional brasileira. Nascia assim o “Viver Pratinha”.

Fotografia 8 – Ato Luzes pela Paz

Fonte: Acervo de Suzana Amaral (2024).

Em junho de 2024 essas famílias foram despejadas sem plano de realocação e ficaram sem destino por vários meses. O IMMK acompanhou de perto esse processo por conta das várias violações de direitos cometidas por autoridades policiais e pelas ameaças diversas que os moradores receberam até o dia do despejo. Nesse período tomamos conhecimentos de operações policiais violentas, disparos a esmo no local e pessoas vitimadas que nunca conseguimos confirmar pelo medo dos moradores de falar sobre o assunto.

Fotografia 9 – Articulação em prol das famílias desalojadas do Viver Pratinha

Fonte: Instituto Marcinho Megas Kamaradas (2024).

Depois de muita luta em uma frente ampla de manifestações de rua, pressão popular e representações legislativas e institucionais, um terreno foi doado pelo então prefeito Edmilson Rodrigues para a comunidade. Há de se destacar o trabalho do IMMK, junto ao Instituto Tapanã, que “compraram” a luta e deram densidade à luta coletiva de forma integrada.

4.3.2 Tela Firme

O Coletivo Tela Firme tem um conjunto de objetivos estabelecido de forma muito concreta, desde sua fundação, que guiam as ações e estratégias (assim como novos objetivos suplementares e mais específicos) no sentido da construção de um corpo de trabalho coeso, mas, ainda assim, abrangente e aberto.

Se trata, em termos gerais, da luta pelo reconhecimento do bairro como um espaço criativo com uma longa história ligada à música, ao teatro, à dança, à pintura, à religião, e à política. A Terra Firme é um dos maiores e mais fervorosos bairros da cidade quanto à organização popular e manifestações político-culturais de Belém.

Em um artigo interessante sobre essas manifestações, Barbosa (*et al*, 2021) ressaltam que o corpo de organizações e atos políticos focam principalmente nas reivindicações ligadas à educação, à saúde, à segurança, ao saneamento e à moradia, demandas que mobilizam muitas pessoas e que ocorrem de forma continuada ao longo dos anos.

Os autores indicam que atividades culturais fazem parte do dia a dia do bairro e muitas delas seguem agendas bem definidas ao longo do ano, mas não compõem o corpo de reivindicações observadas nas manifestações de cunho político. Aqui observamos que a própria forma de fazer arte é uma ferramenta política que pode, ou não, ser o centro de demandas junto às autoridades quando os direitos básicos dos cidadãos foram atendidos. Isso não significa que falta importância e atenção à cultura, mas que hoje ela é mais uma ferramenta ou um meio de luta que o objeto da luta em si.

Em trabalho anterior (Batalha, 2019) pudemos acompanhar a manifestação da Batalha do Triângulo, evento semanal que reunia MCs da Terra Firme e de bairros próximos para uma batalha de rimas em que eram expressos temas do cotidiano das periferias e se expressavam discursos políticos ligados a questões de gênero, raça e etarismos. Se tratava de um vetor de expressão de demandas que não tinha apenas

funções educativas, mas que por meio do lazer se tornam meios de engajamento político. Hoje, muitos dos jovens que frequentavam o evento seguiram carreiras musicais, passaram a trabalhar na cena do *hip hop* ou optaram pela educação formal em áreas diversas, mas sempre marcados pelas experiências vividas ali.

Além do *hip hop*, o bairro da Terra Firme possui muitas dessas manifestações, ligadas ao teatro popular e religioso, à prática e ao ensino da capoeira em escolas e centros comunitários, ao carnaval popular, principalmente por meio de blocos populares que nascem junto com o bairro, à grupos de dança ligadas a aparelhagens de *tecnomelody* e tantas outras formas de produzir e consumir arte e cultura.

É nesse contexto que a Tela Firme desenvolve suas ações, com objetivos que funcionam em duas frentes distintas, mas relacionadas. Ao mesmo tempo que as atividades do coletivo tem o intuito de estimular e promover engajamento político e social dentre os moradores do bairro, como um esforço no sentido de regate e promoção de cidadania, ele também pretende oferecer uma visão sobre o bairro de dentro para fora, dando visibilidade à periferia e trabalhando diretamente o cotidiano, suas características, peculiaridades e valores não estereotipados.

Essas duas frentes trabalham no sentido de promover empoderamento para a população do bairro, utilizando conceitos como o pertencimento, conscientização e o fortalecimento social como meios de construir uma imagem livre de estereótipos que marginalizam, segregam e constroem barreiras contra o pleno exercício de direitos e da cidadania.

Um dos vetores mais importantes para alcançar esses objetivos é a democratização da informação no bairro. Nesse sentido o coletivo Tela Firme realiza um serviço de divulgação de informações e notícias sobre acontecimentos, serviços e oportunidades na Terra Firme, disseminando essas peças de conhecimento pelas redes sociais, principalmente.

Além disso, é perceptível a tentativa, por meio dos conteúdos e linguagens utilizadas nas produções audiovisuais, de resgatar ou delinear uma identidade com referência aos lugares da Terra Firme e a seus moradores. Lira (2018) resume bem esse esforço quando afirma que esse resgate visa, principalmente, fortalecer o sentimento de comunidade que é fundamental para a quebra de estigmas e estereótipos, que só será possível pela sua afirmação como sujeito e, principalmente, como cidadão.

A utilização da comunicação como base principal de ação é a principal plataforma de ação do coletivo, sendo o audiovisual a forma que escolheu como principal caminho, mas não o único. Isso parte de um objetivo bem definido de construir conscientização e transformações profundas de uma perspectiva horizontal e de dentro da comunidade. Importante ressaltar que esse tipo de ação é muito voltado para dentro da Terra Firme, tendo seus moradores como os principais destinatários.

Tendo em mente o objetivo de reservar um espaço importante do trabalho para dar continuidade e fortalecer as iniciativas populares já existentes na periferia, o Tela Firme possui um papel importante de criar e manter redes de comunicação e interconexão dentro do bairro da Terra Firme. Isso fortalece o trabalho de movimentos e iniciativas dentro da comunidade e entre comunidades das periferias de Belém.

Todos esses objetivos orbitam o principal horizonte ideológico do coletivo, que é o de conscientizar e politizar os sujeitos da comunidade, pautando e trazendo para o debate os temas que são caros para a ruptura com essa existência segregada das principais benesses citadinas às quais tem pleno direito. Construir uma visão de bairro condizente com a realidade de seus moradores significa, portanto, romper a marginalização e demandar com mais força e impacto.

O protagonismo do movimento pode ser explicado por meio de duas perspectivas. Ao mesmo tempo que, atualmente, muitas das atividades são concentradas em algumas poucas pessoas com funções definidas e que são os rostos e os nomes que representam o coletivo, como Zeca da TF e Mailson Silva, que idealizaram, escreveram, dirigiram e editaram grande parte das produções e seguem realizando as atividades para além do audiovisual. Mas, além deles, o caráter coletivo do projeto, como o próprio nome já aponta, envolve a participação, direta e indireta, de várias outras pessoas.

Desde a produção, com a definição de cenário, manuseio de equipamentos, definição de detalhes técnicos e conceituais dos vídeos, até a atuação em vídeos e realização de entrevistas, são várias etapas a serem cumpridas até que uma produção seja lançada. Após isso, a circulação, divulgação e distribuição desses vídeos digitalmente envolve outro circuito de trabalho que necessita de uma ampla rede.

A realização de projetos sociais com as crianças e outras pessoas que são beneficiados com os eventos e ações sociais reúne um grupo eclético de pessoas que podem ou não fazer parte do coletivo de forma constante, mas que têm em comum os

objetivos descritos acima e o fato de se conectarem com a missão do Tela Firme a nível identitário.

Esse caráter fluido de ações, ao invés de prejudicar a organização e o alcance dos projetos, potencializa a capilaridade do coletivo e promove maior interação e envolvimento de pessoas da comunidade e de outras organizações parceiras. O resultado é um histórico e um portfólio rico em engajamentos e com uma série de produtos oferecidos para a população, tendo ela mesma no centro de todo o trabalho.

Pelo caráter do trabalho realizado pelo coletivo Tela Firme, voltado à produção de peças audiovisuais, além de outros produtos com foco no bairro da Terra Firme, com natureza explicitamente ligada à arte e cultura, pode-se pensar que não há, de fato, algo ou alguém que represente um antagonismo explícito ou evidente à existência ou aos objetivos do coletivo.

A verdade é que estamos tratando aqui de um projeto muito contextualizado pelo cotidiano do bairro que referencia e, ao mesmo tempo é alimentado não apenas pelas contribuições riquíssimas que a Terra Firme tem a oferecer em nível de aprendizado em lutas, reivindicações, manifestações culturais, etc. Tem-se que considerar, também, os diversos problemas que ainda hoje fazem parte do dia a dia dos moradores do bairro e que compõem o quadro geral dos espaços estudados.

A presença do Estado na Terra Firme configura uma série de ausências que se traduzem em vários dos problemas citados anteriormente neste capítulo, como o saneamento precário, deficiência em programas de habitação, manutenção praticamente inexistente de espaços públicos e vias no bairro. Soma-se a isso a ação ostensiva de forças policiais que protagonizam episódios de abordagens violentas, vitimização de jovens negros e oferecem pouca proteção efetiva.

A ação de grupos criminosos, como milícias e facções ligadas ao tráfico de drogas, agem em espaços do bairro sem resistência institucional e comandam boa parte do território, com lógicas, regras e ações específicas que potencializam a vulnerabilidade dos moradores. Somado a isso, a mídia hegemônica reforça estereótipos sobre essas situações, o que aprofunda ainda mais essa marginalização.

Nesse sentido, podemos considerar que não apenas as violências sofridas pelas pessoas, de forma direta ou indireta, são os alvos de combate pelo coletivo Tela Firme, mas também os agentes dessas violências. Para deixar claro, nos referimos às políticas de segurança ineficientes e violentas e às organizações criminosas atuantes na região.

É claro que, pela natureza do movimento aqui tratado, essa posição antagônica não prevê ações diretas ou contundentes contra indivíduos ou grupos específicos. As estratégias do coletivo buscam mostrar essa realidade e demandar ações de autoridades competentes, pela via da denúncia pública, da exibição articulada de situações específicas com provas e relatos e por meio da presença em espaços de troca e debate com outros movimentos sociais.

O coletivo assume uma estrutura flexível que lhe permite trabalhar com os objetivos que possui de forma descentralizada, mas coesa e alinhada com a missão proposta. Isso significa que mesmo com um corpo de participantes horizontalizada e que envolve, inclusive, o engajamento de pessoas diversas na comunidade, há uma estrutura clara que permite a participação em editais públicos, a recepção de projetos de extensão universitária e o seu reconhecimento como um dos principais pontos de cultura não apenas do bairro, mas também da cidade.

Sua sede está localizada no bairro da Terra Firme em uma casa chamada de Chalé da Paz, local que representa um espaço de acolhimento, arte, cultura e política. Lá são desenvolvidas atividades junto às crianças do bairro, reuniões de articulação com representações comunitárias e preparações para a realização de gravações, narrações e é onde ficam guardados os materiais utilizados, assim como alguns resultados de projetos passados. Tanto a fachada do espaço quanto o seu interior foram modificados por intervenções artísticas e receberam grafitagens com temas ligados à realidade amazônica e da Terra Firme, especificamente, em mutirões que aconteceram em atividades com a juventude do bairro.

O Coletivo realiza parte de suas atividades em parceria com outras organizações, oferecendo oficinas de cinema e audiovisual para a juventude do bairro, com o intuito de multiplicar os *lócus* de criação sobre o espaço e que as visões e pontos de vista sobre os temas tratados sejam cada vez mais próximos das pessoas. Dessa forma, a prática de criação de memórias por meio dessa mídia se complexifica e adensa ainda mais o conhecimento sobre o bairro e outras formas de existir nele.

Fotografia 10 – Chalé da Paz, sede do coletivo Tela Firme



Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

A maior parte das manifestações realizadas pelo coletivo, nesse sentido, são feitas com vistas a potencializar o caráter informativo e engajador das ações sociais que, em sua maioria, já existem de outras formas. O foco oferecido aos meios digitais como principal forma de expansão do coletivo e de exibição dos produtos feitos também potencializa a divulgação de ações próprias dos territórios protagonizadas por outros movimentos, organizações ou indivíduos. Isso constitui um avanço na superação de barreiras espacial e abrange pontos distantes do bairro, transbordando discursos, denúncias e manifestações identitárias para além da Terra Firme (Lira, 2018).

Zeca da TF, principal liderança do coletivo, tem realizado um interessante trabalho de acompanhamento de jovens vestibulandos que prestam processo seletivo para ingressar no ensino superior em universidades públicas e particulares da cidade. Todos os anos, nos últimos e primeiros meses dos calendários, Zeca percorre os bairros em transmissões ao vivo pelo celular mostrando as festas tradicionais de aprovação, realizadas nas calçadas das ruas, quase que de forma pública, como uma cerimônia de agradecimento pela conquista. Nessas ocasiões, Zeca registrou em fotografias e vídeos muita alegria e esperança no semblante não apenas dos aprovados, mas das famílias também.

O coletivo realizou, nos últimos anos, diversas visitas às escolas do bairro, ocasiões em que ministrou palestras e ofereceu oficinas sobre produção audiovisual,

direitos humanos, conscientização sobre as questões referentes ao bairro e às demandas políticas e sociais que permeiam os movimentos sociais locais. Nesse sentido houve um trabalho em específico, junto aos secundaristas, que resultou no documentário “Ocupação da Escola Brigadeiro Fontenelle”, de 2016, que acompanhou a luta dos estudantes contra as reformas no ensino médio e aos cortes orçamentários de serviços públicos essenciais no Brasil.

A presença do coletivo em manifestações e eventos de organizações parceiras, como a SDDH, o Movimento de Emaús e Telas em movimento, entre outros, além das conexões com a comunidade acadêmica, representam uma abertura ampla de diálogos e participações na formulação de atos em frentes amplas de pressão popular. Essas conexões não se limitam pelas temáticas dos movimentos, mas abrangem de forma ampla suas naturezas comunitárias.

Isso confirma ainda mais o compromisso do Tela Firme em apoiar demandas e iniciativas de base comunitária, principalmente as que visam construir novos padrões de existência no bairro. Isso envolve iniciativas culturais que promovem artes, esporte e lazer, mas também as que tratam de precarizações da vida, violências diversas e ineficiência de políticas públicas básicas.

Para exemplificar, podemos falar do recente caso da história de Belém, em mais uma vida de um jovem tirada na periferia da cidade. No dia 02 de novembro de 2024, o jovem Kevin Souza, militar de 19 anos, foi vítima de um atentado a tiros no bairro da Terra Firme, com mais de 10 disparos que tiraram sua vida. Na mesma ocasião sua companheira, Estefane Beatriz, que estava grávida, também foi atingida por seis disparos e ficou em estado grave.

As motivações do crime, assim como sua autoria, não foram descobertas e motivaram uma ampla mobilização pela família, amigos e vizinhos do rapaz, que exigiam justiça por meio da elucidação do caso. Se cogitou a ação de grupos milicianos, à época, e algumas pessoas iam às redes sociais dizer que as autoridades não tinham interesse em solucionar o caso para proteger colegas de farda. Nesse contexto o grau de insegurança apenas cresceu no bairro, que já é marcado e estigmatizado pela violência contra jovens negros.

Toda a mobilização familiar se tornou uma questão comunitária, que simbolizou a luta da Terra Firme contra a violência e contra a impunidade. Nesse momento, o Coletivo Tela Firme, sensível a essa movimentação, abraçou a causa, assim como fez anteriormente com várias outras, e disponibilizou suas redes sociais,

suas redes de contatos institucionais e suas entradas em outras organizações e movimentos para que a luta que passou a ser conhecida como “Justiça por Kevin” se tornasse uma pauta ampla e pudesse, assim, chamar a atenção necessária.

Nesse período foram realizadas transmissões ao vivo, e publicações em redes sociais para contar a história de Kevin, relatos familiares e de pessoas próximas para combater narrativas que criminalizavam a figura do jovem e diversos outros vídeos para falar sobre o fato de Kevin não ter sido um caso isolado, mas uma vítima a mais em uma corrente de violência que atinge as periferias de Belém.

Dentre os atos mais emblemáticos que ocorreram nesse período, destacamos a organização do “Luzes pela Paz”, manifestação em espaço público, na praça Olavo Bilac (Mapa 3), na Terra Firme, em que várias famílias de jovens vítimas da violência se reuniram para exigir justiça e manter vivas as memórias dessas pessoas, como podemos ver nas Fotografias 11 e 12.

O ato foi organizado pelo Tela Firme e contou com o apoio do Instituto Marcinho Megas Kamaradas e SDDH, que ajudaram a mobilizar as pessoas e construir o evento, de alta relevância em um cenário de crescimento de casos como esse.

Fotografia 11 - Ação conjunta do Ato Luzes pela Paz



Fonte: Diário Online (2024).

O fato de o evento ter sido realizado no Dia da Consciência Negra não foi coincidência, visto que é inegável, e provado pelos números, que em Belém esse tipo de crime está diretamente associado à questão racial, com uma desproporcionalidade

imensa entre vítimas brancas e não brancas na periferia de Belém. Esse ato demonstra, junto a vários outros casos, que o Tela Firme é um dos principais vetores de denúncias do extermínio da juventude negra na Terra Firme.

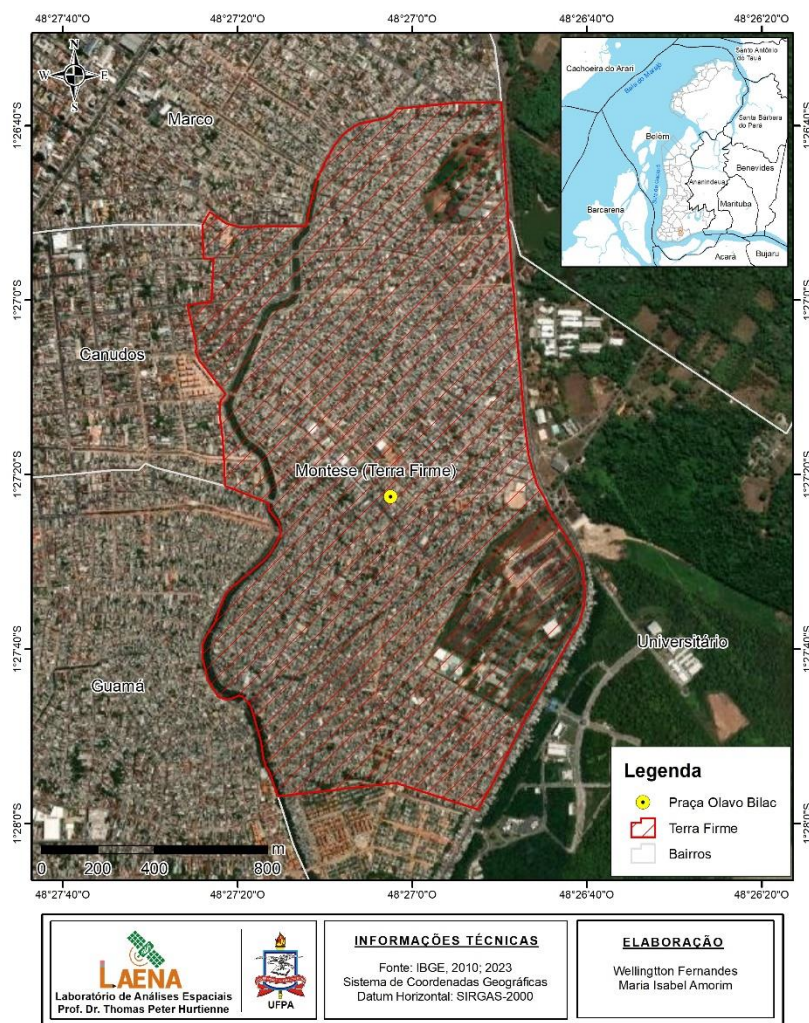
Fotografia 12 – Velas acesas no ato para simbolizar as vidas perdidas na periferia



Fonte: Diário Online (2024).

Mesmo que o princípio da organização possa parecer mais vinculado à criação de peças audiovisuais, disseminação do cinema e do vídeo e realização de exposições comunitárias no bairro da Terra Firme, existe um fator identitário muito forte que mantém o coletivo fincado em raízes profundas às questões sociais da comunidade. Isso não se manifesta apenas nos temas das produções, como poderíamos supor, mas vai além do próprio coletivo, que reconhece assim seu papel e importância frente às necessidades coletivas.

Mapa 4 – Mapa de localização da Praça Olavo Bilac



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPa), 2025.

O Coletivo Terra Firme, portanto, funciona como um centro de mobilização política, conscientização social e produção de arte e cultura por meio do audiovisual e das redes sociais. Age como um importante vetor de mobilizações e como um articulador de redes amplas de movimentos sociais e outras organizações. Transborda sua missão inicial de mostrar a Terra Firme para além da estigmatização e passa, também, a atuar na transformação desse espaço.

5. Mundos possíveis: novas lógicas e a potência dos espaços públicos na periferia

Neste capítulo apresentaremos possibilidades de novas epistemologias, a partir da ação dos movimentos estudados, em um estado de disputas nas periferias de Belém. Nosso intuito é demonstrar a existência e a potência de novos protagonismos no espaço. Para isso discutiremos o conceito de espaço público, relacionando-o com a ação dos movimentos sociais como símbolo do encontro de diferenças.

Falaremos sobre as diferenças de objetivos, estratégias e ações dos movimentos, de forma articulada, para explicitar aproximações e afastamentos, possibilidades de construção de um mundo novo e o potencial transformador a partir novos protagonismos.

5.1 Espaços públicos, Espaços da política

Neste trabalho o conceito de espaço público é essencial para apreendermos particularidades, identidades, diferenças e, principalmente, as formas de autonomia e exercício de plena cidadania como atos políticos diretos de existências. Tanto nas ações do Instituto Marcinho Megas Kamaradas como no Coletivo Tela Firme, vemos exemplos não apenas da presença deles em espaços públicos, em atos e programações específicas, mas também da potência que esses espaços oferecem para os movimentos, de forma individual, mas principalmente, de forma coletiva.

Afirmamos isso por acreditar que o uso dos espaços públicos vai além do funcional, mas assumem um caráter político diferente para cada manifestação, mas igualmente importante. Pode ser que a aproximação de espaços e sua utilização seja motivada, inicialmente, por características relacionadas ao extrato físico deles, como extensões amplas, fácil acesso e pontos de referência fáceis de indicar. A permanência nestes, ou mesmo sua retratação, age de forma mais profunda, como um ponto de conexão, uma espécie de nó na malha urbana, que reúne pessoas com identidades e objetividades diferentes. Esse contato, que exalta as diferenças, também será o responsável por articular pautas em comum, demonstrando que essas mesmas diferenças serão essenciais para o fortalecimento de lutas.

O Espaço Público será considerado aqui, portanto, enquanto o espaço das diferenças, conforme Serpa (2007). Ele vai oferecer as condições necessárias para

que indivíduos ou grupos possam exercer suas diferenças, entre si, se pondo diante do “outro” e, a partir dessa relação, explicitando as particularidades uns dos outros (Leite, 2004, pag. 313).

Esse conceito, no entanto, é complexo e abrangente. Quando falamos de Espaço Público, a que nos referimos, especificamente? Paulo Cesar da Costa Gomes nos diz que para uma primeira aproximação do conceito devemos abandonar algumas noções comuns enraizadas no pensamento. A primeira delas é de que o sentido de público se esgotaria naquilo que é, somente, o oposto ao privado. Segundo o autor existem outros estatutos para o espaço que superam uma separação simplista de fronteiras delimitadas dessa forma, tal como o espaço comum, espaço coletivo, etc. (Gomes, 2014).

A segunda é aquela que considera o espaço público com base em delimitações jurídicas. Para Gomes isso é uma inversão de posições, pois nesse caso a lei que regulamenta tal existência define o objeto, que existe anteriormente à lei, sem contar que o espaço público manifesta uma série de atributos que não aplicaria ao interesse jurídico descrever (Gomes, 2014, p. 159 – 160).

A terceira diz respeito à ideia de que o espaço público é definido pela garantia de livre acesso, de forma indiscriminada, às suas dependências. Para o autor “essa concepção peca pelo fato de não distinguir o público de coletivo ou comum, ou seja, a simples característica de ter um acesso livre não configura um estatuto público ao espaço.” (Gomes, 2014, p. 160). Locais como hospitais e escolas, por exemplo, são considerados por Gomes enquanto espaços públicos que apresentam restrições ao seu acesso.

Considerando as definições de Gomes, portanto, decidimos considerar como espaços públicos não apenas as praças, ruas, feiras, canais e afins, mas também escolas públicas, quadras de esporte comunitárias e as Usinas da Paz, que se propõem a ser espaços destinados às práticas comunitárias dos bairros, voltados ao uso da população, ao menos no projeto apresentado.

Voltando ao autor, superar as noções acima é imprescindível caso se busque problematizar o papel do espaço público no debate sobre cidadania, resistência e existência na cidade. Tal problematização, no entanto, possui um entrave com base na dicotomia incorporada por planejadores e estudiosos, ainda segundo Gomes,

Na base desse problema está fundamentalmente um uso que separa dois tipos de compreensão desse tipo de espaço: no primeiro, há uma referência

concreta a uma área física (praças, ruas, jardins, equipamentos etc.) e uma preocupação prática de planejamento urbano; já no segundo tipo, a referência é a um espaço abstrato, teórico, fundamento da vida política e democracia, objeto de análise da ciência política (Gomes, 2014, p. 19-20).

Essa fragmentação conceitual não pode ser vista de forma completamente negativa, visto que, dependendo dos objetivos apresentados nos diferentes estudos, as necessidades específicas vão informar quais as apreensões necessárias. Aqui pretendemos alcançar uma compreensão do espaço público que contemple o físico e o simbólico. Para a realização desta pesquisa acreditamos que essas duas dimensões do espaço não devem ser consideradas separadamente.

Ângelo Serpa define o espaço público enquanto “o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (Serpa, 2007, p. 9). Essa ação política será a ação das diferenças, que se encontram, dialogam, e, em suas tensões, promovem a igualdade. Se trata, também, de um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2007, p. 9).

Serpa (2007), por meio da leitura de Cosgrove (1998), ressalta que uma das barreiras para que essas relações ocorram de forma plena nos espaços das cidades é o fato de que existem culturas dominantes e subdominantes que expressam poder através de sua autorreprodução. Seria necessário, portanto, uma “construção de processos identitários que não procedam à reificação da cultura popular nem da cultura dominante, para a construção de algo realmente novo” (Serpa, 2007, pag. 143). Para o autor, inclusive, a diferença seria o elemento fundante da igualdade, ao invés da identidade, visto que

Quando a diferença é o elemento fundante, a realidade é constituída por processos identitários decorrentes da precipitação dos acontecimentos; mas se é a identidade o elemento fundante, a diferença é apenas um “dado da realidade”, precipitando acontecimentos sem gerar processos identitários dinâmicos e (sempre) instáveis (Serpa, 2007, p. 144).

Defende-se aqui a ideia de que todos os pontos de vista são importantes para a construção de “entre-lugares”, locais para a expressão dos conflitos e contradições que compõem as diferenças de diversos grupos na cidade (Serpa, 2007).

O espaço público, portanto, é esse espaço em que as diferenças que compõem a cidade podem se expressar de forma igualitária, não necessariamente solidária, mas

sempre de forma complementar, em uma relação que envolve o contato de subjetividades e objetividades sempre em movimento, que dependem de uma relação de visibilidade para se afirmarem perante umas às outras. Para que tal relação ocorra de forma plena é necessário que não haja hierarquização de um grupo sobre o outro, de forma hegemônica, possibilitando que as diferentes expressões não precisem disputar espaços, mas que o diálogo entre elas possa ocorrer sem embargos.

Nas palavras de Gomes

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (Gomes, 2014, p. 163)

Gomes, assim como Serpa (2007) e Leite (2004), entende que a diferença é de suma importância ao tratar desse conceito, primeiramente porque é no espaço público que se exercita a “arte da convivência”, o espaço da vida pública. Para Gomes, o substrato físico orienta os comportamentos e práticas nesses espaços, que por sua vez reafirmam o caráter público do mesmo, em uma relação interdependente que dá origem a uma forma-conteúdo responsável pela mediação dessas diferenças, o lugar do conflito (compreendido enquanto o contato não harmônico destas diferenças) e das problematizações referentes às questões ligadas ao cotidiano, assim como às demandas relacionadas ao mesmo (Gomes, 2014).

Justamente por conta das atribuições apresentadas acima, o espaço público pode ser apreendido enquanto um conceito importante para as discussões sobre resistências e existências, a partir de um ponto de vista espacial sobre o tema.

A cultura pública, ao contrário do que muitas vezes é dito, não exige que renunciemos ao estatuto da diferença individual. Esta cultura é fruto direto de uma sociedade civil que nada tem de uma comunidade coesa pela identidade, mas traduz a ideia de uma *societas*, uma associação contratada por aliados; ela é civil, ou seja, política; é um contrato e, por isso, firma-se entre partes, entre diferentes (Gomes, 2014, p. 166).

Essa associação contratual parte de indivíduos e grupos que vivem na cidade, partilhando interesses comuns e mediados pelas suas diferenças, grupos diversos que têm como objetivo o estabelecimento de uma vida pública que seja comum no que diz respeito aos seus direitos básicos. Encontramos no espaço público uma manifestação espacial dos princípios de convivência entre as diferenças que

compõem a cidade, que pode ser ameaçada, no entanto, por práticas que busquem subverter o referido estatuto do espaço. Isso pode resultar em um recuo da própria cidadania, por meio dos seus fundamentos contratuais e, portanto, do espaço público. Quanto a este último, se trata de um recuo tanto das práticas sociais quanto do arranjo material que o compõe (Gomes, 2014, p. 174).

Gomes identifica quatro processos principais que contribuem para o recuo dos espaços públicos nas grandes cidades: a crescente apropriação privada dos espaços comuns, a progressão das identidades territoriais, o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas (Gomes, 2014). Falaremos brevemente sobre esses processos para que, a partir de um vislumbre de tais fatores, possamos compreender seus impactos na configuração social e espacial da cidade.

A apropriação privada dos espaços comuns pode ocorrer desde a ocupação de uma calçada até a apropriação de um bairro inteiro, tanto através de recursos físicos quanto de recursos simbólicos. Gomes salienta duas formas pelas quais o processo se manifesta.

O primeiro diz respeito ao crescimento do setor informal da economia nas cidades. Camelôs, transportadores, prestadores de pequenos serviços, guardadores de carro, etc., desenvolvem suas atividades em locais onde a circulação é grande, locais públicos que possuem algum tipo de valorização, explorada por esses sujeitos por meio de uma apropriação que nem sempre atende interesses comuns (Gomes, 2014).

Esses espaços viram alvo de disputa, para serem utilizados de forma a atender demandas particulares a indivíduos ou grupos específicos, como motoristas que estacionam em calçadas ou camelôs que dispõem barracas ao longo das ruas, praças ou passeios: exemplos em que determinadas atividades ocupam o espaço e impossibilitam que outras atividades sejam realizadas de forma plena, “a dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor” (Gomes, 2014, p. 178).

Para além do setor informal da economia, nota-se, também, um esforço por parte de estabelecimentos residenciais em avançar sobre as calçadas, ruas e outros espaços que são, em teoria, destinados para o uso público. Diante de um discurso sobre a insegurança, muitas barreiras, físicas e simbólicas, são estabelecidas a fim de frear o contato com as diferenças, como o fechamento de ruas com grades e o

posicionamento de guaritas para garantir o isolamento de vias de acesso, praças e parques, indo de encontro com os interesses de algo público.

Um segundo processo que contribui para o recuo do espaço público nas cidades é a progressão das identidades territoriais. Diante de um fenômeno (também conhecido como tribalização) em que identidades territoriais buscam se afirmar perante outras, no espaço, há sempre uma tendência a disputas sobre esse mesmo espaço, levando a uma fragmentação da cidade (Gomes, 2014). Isso fará com que um dos princípios da existência do espaço público seja deixado de lado, impossibilitando que os diálogos ocorram de forma igualitária.

Vale lembrar que em seus lugares, as identidades, ou as regras referentes a elas, possuem indiscutível validade, representando algo nocivo ao público apenas quando se sobrepõem à valorização das diferenças, objetivando expandir-se sobre a cidade. Isso pode ocorrer tanto sobre o substrato físico do espaço quanto de forma simbólica, por meio da delimitação de comportamentos, costumes, etc.

O terceiro processo apontado por Gomes é o do crescente emuralhamento da vida social. O autor aponta, como já mencionado neste projeto, que com um medo cada vez mais presente na vida urbana, alguns grupos buscam estabelecer barreiras que os separem da vida pública, garantindo que, enclausurados em condomínios fechados, clubes restritos, *shopping centers* e restaurantes, eles estejam seguros do contato com o outro, o diferente. Essas utilizações dos espaços públicos os transformam, nesse processo, apenas em lugares de passagem, de circulação, de pouca ou nenhuma permanência (Gomes, 2014).

Os espaços públicos são ocupados, então, por aqueles que não podem desenvolver suas sociabilidades de modo privado, geralmente camadas mais pobres da população. Isso contribui para que essa separação de classes seja mais evidente e se aprofunde cada vez mais, visto que os espaços públicos são confundidos com algo de baixa qualidade, utilizado somente por aqueles que não possuem opções devido às suas limitações, limitando ainda mais as possibilidades de encontro dessas camadas diferentes da sociedade.

O quarto processo apontado por Gomes tem muito a ver com os outros três apresentados anteriormente. O crescimento daquilo que ele chama de ilhas utópicas tem sido sintomático no que diz respeito à busca de ambientes homogêneos, livres do contato com as diferenças da vida urbana, isolados do resto da cidade. Espaços em que a comodidade do contato com os seus iguais leva a uma isonomia quase

completa. São o que Gomes chama de “arremedo de cidade”, onde as noções de cidadão e consumidor se confundem (Gomes, 2014, p. 187).

Essas cidades dentro da cidade são responsáveis por fragmentar a cidade como um todo, simulando condições de cidadania que são baseadas em valores monetários, principalmente, garantido que os serviços e estruturas necessárias para a vida estejam presentes, sem, no entanto, conviver em uma sociedade plural ou alcançar uma vida urbana de fato.

Os quatro processos apresentados acima têm em comum um movimento em direção à negação de uma vida pública em que os diferentes segmentos sociais, grupos e lugares exerçam suas diferenças de forma direta sobre o espaço urbano, sem se distanciarem uns dos outros ou negarem suas existências.

Acrescentaria, com base na experiência do Estado do Pará com a gestão de espaços públicos, principalmente àqueles com alto potencial turístico, a formulação de parcerias público-privadas, acordo feitos entre o poder públicos e iniciativas privadas para o controle e gerenciamento de parques, reservas e complexos gastronômicos e de artesanato. Em casos da cidade de Belém, como a sessão de gestão de espaços como a Estação das Docas, o Mangal das Garças, o Centro de Convenções (Hangar) e o Parque do Utinga, à Organização Social Pará 2000, se perde o caráter essencialmente público desses espaços, que passam a apresentar diversas barreiras de acesso, nos moldes aqui descritos.

O resultado desse desaparecimento do terreno da vida comum é o desaparecimento das formas de interação que unem os diferentes segmentos sociais (Gomes, 2014). A fragmentação da cidade decorrente desses processos resulta em espaços que não são a soma de partes, mas um todo, multiplicando o número de espaços comuns e diminuindo o número de espaços públicos. “Trata-se, assim do recuo do projeto social e espacial que está em ‘encolhimento’, muito embora ele ainda subsista como imagem mental em diversos segmentos pensantes da sociedade” (Gomes, 2014, p. 174).

É justamente sobre esses “segmentos pensantes da sociedade” que concentramos nossos esforços analíticos, visto que existem grupos que agem no espaço público de tal forma que representam um esforço contrário àquele do seu recuo, sob diversas demandas e objetivos.

Isso se traduz no combate aos processos de recuo do espaço e, necessariamente, do enfraquecimento de agentes desse processo. No caso estudado

aqui podemos afirmar que a ação de organizações criminosas e de algumas condutas do Estado contribuem para incrementar o sentimento de insegurança na cidade, fazendo do medo um elemento importante de limitação de circulação e de permanências em espaços. Souza (2008) fala sobre o impacto desse sentimento no recuo dos espaços públicos e no processo de privatização e afastamentos da vida pública.

As chacinas foram eventos violentos que tiveram uma importância intensa nesse processo em períodos específicos da história recente da cidade, como citamos anteriormente, mas que se somam a ocorrências com menor visibilidade e com algum afastamento temporal para reforçar gradativamente a ideia de que os espaços, principalmente os periféricos, não devem ser ocupados.

A ação do “Movimento Marcinho Megas Kamaradas” em praças e ruas, principalmente, vai de encontro a esse processo, somando esforços a vários outros movimentos e manifestações que utilizam o espaço público apesar, ou por conta, desse sentimento de insegurança. Não falamos apenas de manifestações de denúncia e atos isolados motivados por razões específicas, mas também de agendas fixas de uso da praça e das ruas.

O projeto de grafiteagem “Territórios de Memórias, Justiça e Resistência” pretende, justamente, ser um meio de expressão das pautas e dos objetivos dos movimentos no substrato físico do espaço público, imprimindo memórias com o intuito de não permitir que a violência seja esquecida ou normalizada como parte do cotidiano da cidade. Essa visibilidade tem a capacidade de criar identificação com quem está de passagem pela praça ou pelas ruas que serão alvo de intervenção. Mesmo em suas particularidades, essas pessoas serão impactadas por essa troca.

A Tela Firme possui uma abordagem menos concentrada por realizar trabalhos audiovisuais e menos intervenções diretas no espaço, mesmo que estas existam e componham o portfólio do coletivo. O próprio processo de produção dos vídeos escolher ter como plano de fundo o bairro da Terra Firme. Dessa forma as filmagens procuram chegar até as pessoas no seu cotidiano, em feiras, praças, ruas, beiras de canal e tantos outros. As mobilizações que não fazem parte do setor audiovisual do coletivo também seguem essa mesma lógica, utilizando a sede do movimento como um ponto de referencial e acolhimento, mas não de concentração das ações.

A realização de programações com crianças na Usina da Paz da Terra Firme representa esse esforço de ocupar e dar sentido aos espaços do bairro, configurando-

os como espaços comunitários, de uso público e diverso. Isso é importante para demarcar o prédio, pensado e vendido para a população como um espaço de todos, como parte integrante do seu entorno, ao invés de uma ilha isolada no bairro.

O Ato Luzes pela Paz, no entanto, pode ser o evento que melhor exemplifica nosso ponto de vista sobre o tema e justifica nossa esperança de que serão nos espaços públicos que se manifestarão frentes amplas de ação de diferenças das periferias urbanas.

Nesse ato, organizado pelo Tela Firme, se denunciou o assassinato de um jovem do bairro da Terra Firme e o ferimento de sua companheira, que estava grávida. A hashtag #justiçaporkevin já havia ganhado força nas redes sociais por meio de um esforço conjunto entre a família da vítima, o coletivo e outras entidades de defesa dos direitos humanos. Mas é no espaço público que esse clamor por justiça ganha corpo e se expõe para transeuntes, moradores e qualquer outro tipo de frequentador.

Além disso, foram mobilizados outros movimentos que também lutam pela defesa da vida e pelo fim do extermínio de jovens nas periferias. Dentre esses, o Instituto Marcinho possibilitou a presença de outras famílias que também tinham perdido seus jovens para a violência urbana e que se uniram em ato para demonstrar que esse é um problema crônico, não casos isolados, como um padrão estabelecido nos bairros periféricos da cidade.

Dois movimentos, com estruturas, perfis de participantes, lideranças, objetivos e estratégias diferentes, se encontram no espaço público para debater um problema transversal à sua existência e tratam-no de modo diferente, mas alinhamos à luta pela sua resolução. Para nós, esse é o potencial que os espaços públicos podem oferecer, tanto para os protagonistas da ação, quanto para a cidade, de forma geral, que é inserida nesse fazer político.

5.2 Multipolaridades como alternativa periférica

No último capítulo pudemos nos aproximar das manifestações sociais, movimentos e ativismos que atuam em territórios periféricos de Belém, com múltiplas pautas, estratégias, objetivos e limitações. Conseguimos perceber que, mesmo compartilhando uma série de elementos originados dos bairros e comunidades a que

pertencem, na periferia de Belém, suas abordagens sobre as violências que sofrem diferem a partir de particularidades que lhe conferem identidades diferenciadas.

Cada um desses movimentos assume um posicionamento específico que atende demandas particulares de grupos, mas, ao fazê-lo se inserem em um panorama geral de luta pela transformação dos seus espaços e da criação de novas formas de ser e existir nas periferias. Me refiro a modos de agir compõem uma verdadeira constelação de ativismos e movimentos que se aproximam e se afastam de modo permanente sob uma mesma realidade e, portanto, sob uma quantidade finita de fatores que são ressignificados de forma infinita.

Nosso objetivo neste tópico é compreender esses pontos de contato e, assim, descrever as principais categorias que definem pautas importantes para os movimentos estudados, com maior atenção ao Instituto Marcinho Megas Kamaradas e ao Coletivo Tela Firme. Dessa forma acreditamos ser possível identificar quais os caminhos possíveis, de forma coletiva, para o alcance de transformações necessárias. Para além da identificação dessas categorias, achamos que é interessante descrever as abordagens diferentes sobre elas a fim de demonstrar a potencialidade das diferenças nesse campo de ações.

Mesmo que tenhamos um foco declarado nesses dois movimentos, não deixaremos que citar, quando necessário, outros exemplos que sejam pertinentes ao nosso argumento, de modo a deixar claro que se trata de um complexo e denso panorama. De fato, uma constelação. Falaremos sobre as seguintes categorias, divididas em dois grupos. No primeiro grupo identificamos: segregação socioespacial, estigmatização social, organizações criminosas, violência policial, racismo e extermínio da juventude negra. No segundo grupo identificamos: trabalho de base, arte e cultura, multiplicação de lideranças e cidadania.

5.2.1 Segregação socioespacial

A primeira das categorias que ficaram claras para nós, mesmo no momento de aproximação com esses movimentos, foi a segregação socioespacial. Compreendemos que esse é um conceito muito complexo adotado pela geografia, sociologia, urbanismo e outras ciências que se propõem a estudar a organização e

desenvolvimento de centros urbanos sob uma lógica capitalista de produção, aprofundada por lógicas racistas no contexto brasileiro.

No caso dos movimentos com os quais tivemos contato, esse tema é trabalhado como uma condição a ser superada de forma sistêmica, mas através de demandas muito particulares aos bairros e comunidades. Não se ignora o fato de que a segregação é o produto de processos amplos e descentralizados, mas as “dores da existência periférica”, como nós vimos chamando essa série de problemas, violações de direitos e violências, são atreladas à existência imediata e possui intrínseca relação com os espaços que ocupam.

O trabalho da Tela Firme, por exemplo, visa a construção de imagens, no sentido de construções narrativas, sobre o bairro da Terra Firme que sejam fiéis ao modo como seus moradores vivenciam e interpretam sua realidade. Não ignoram, no entanto, a existência de vários problemas do bairro que surgem do próprio processo de ocupação da área, marcada pela remoção e repulsão da população pobre e negra das áreas centrais e mais altas da cidade para a região de baixadas.

O movimento encara esses problemas por duas lentes distintas e complementares. Nas telas, as produções do coletivo indicam as muitas formas de superação de limitações impostas pela condição de vulnerabilidade e precariedade com que alguns serviços públicos são oferecidos. Falam sobre grupos de mães que se unem para realizar atividades econômicas que complementam a renda, sobre centros de esporte e lazer oferecidos pela própria comunidade para crianças e adolescentes, sobre ações comunitárias de apoio a famílias ou grupos e mutirões diversos. Por meio dessas produções ficamos sabendo sobre conquistas, necessidades e movimentações que interessam ao bairro.

Além disso, há a atuação do coletivo fora das telas, em que participa como idealizador, organizador ou apoiador, de diversos atos, protestos, e mobilizações em prol da superação desses mesmos problemas. Falamos sobre as várias articulações com outros grupos, organizações e movimentos que culminaram em mesas redondas sobre a questão da mobilidade, ações comunitárias em prol da preservação ambiental e melhor utilização dos corpos d'água do bairro, cobranças do poder público quanto à gestão de espaços abertos e públicos, como praças, feiras e afins ou mesmo o ato, já citado, que cobra justiça pela juventude exterminada na periferia da cidade. São situações em que o coletivo se mostra atento às necessidades imediatas que a

comunidade possui e, consciente do capital político e do engajamento que possui, integra esses esforços.

De maneira semelhante, o Instituto Marcinho Megas Kamaradas tem um trabalho focado e muito interessante com famílias espalhadas pela Região Metropolitana de Belém e pelo arquipélago do Marajó que se encontram em situação de vulnerabilidade. Mesmo tendo como principal foco de trabalho as situações de violação de direitos humanos por agentes da violência contra essas pessoas, parte do processo de vulnerabilidade que torna essas violências possíveis e essas pessoas suscetíveis é associado à segregação.

Em um artigo sobre a ação da polícia militar na cidade de Belém, os pesquisadores Luanna Tomaz de Souza e Antônio José Martins Fernandes (2024) demonstram uma assimetria escancarada entre o número total e a abordagem de ações e operações policiais em dois bairros. No estudo eles comparam o comportamento da polícia no Bairro da Batista Campos, considerado um bairro nobre da cidade, e no Bairro do Guamá, maior área de baixada ocupada da cidade e o mais populoso da região metropolitana.

A conclusão de Fernandes e Souza (2024) é de que não só as rondas são mais frequentes e a presença das polícias são maiores no bairro do Guamá, como as abordagens são mais violentas ali. Essa assimetria poderia ser explicada pela concentração demográfica diferente, mas a natureza das ações indica que o comportamento e a necessidade de vigilância pode ser um ponto de partida para começar a entender essas diferenças.

No primeiro capítulo desta tese apresentamos dados sobre violência na cidade de Belém que corroboram o fato de que são nos bairros periféricos e os casos de violência, principalmente a violência armada, são os mais numerosos. O instituto Marcinho trabalha com a mesma certeza, originada de seu trabalho junto à base e das experiências que seus participantes possuem sobre o tema.

O fato de grande parte da atuação do instituto ser em bairros periféricos da cidade e em áreas afastadas da capital, como no arquipélago do Marajó, atestam que é impossível desvencilhar o problema da segurança das questões relacionadas à segregação, principalmente quando essas famílias são postas nessas situações de forma intencional e mantidas assim com o propósito de controle, seja por organizações ligadas ao crime seja pelo próprio Estado.

Atos que parecem simples, como o acompanhamento de mães, ajuda em registros civis, mutirões de entrega de alimentos e roupas e o auxílio jurídico em questões específicas fazem toda a diferença. Além disso, é oportuno lembrar o trabalho realizado junto às famílias do “Viver Pratinha”, que estão em situação de insegurança habitacional, cujo compromisso junto da prefeitura só foi possível graças ao esforço coletivo que envolveu diversas organizações, dentre elas o Instituto Marcinho.

Nesse sentido também devemos indicar o amplo trabalho do CEDENPA junto às instituições pela melhoria da condição de vida de comunidades negras da periferia de Belém, integrando conselhos com o intuito de garantir representatividade desses espaços na tomada de decisões importantes para a cidade. Do mesmo modo o tema está no centro do trabalho do “Observatório das Baixadas”, que remetem à condição segregada dos bairros periféricos o principal motivo da existência de insegurança climática de forma assimétrica.

5.2.2 Estigmatização social

Outra categoria tem especial atenção dos movimentos estudados, em graus e instâncias diferentes. A segregação, como forma de marginalização de corpos, está diretamente associada à estigmatização. O trabalho do Coletivo Tela Firme, nesse sentido, foi pensado, criado e se desenvolveu em torno desse tema.

Nos telejornais policiais, manchetes de portais online, perfis de muitos comunicadores de grande alcance em redes sociais e outros meios de propagação de notícias da cidade geralmente vemos o bairro da Terra Firme ser retratado em casos de roubos, assassinatos, tráfico de drogas, operações policiais e outros temas relacionados, principalmente, ao mundo do crime.

Existe, nesse sentido, uma ampla literatura sobre o tema com foco nas periferias de Belém. Brabo (2020), Reyer (2020) e Ferreira Junior (2019) oferecem estudos focados sobre os impactos das narrativas jornalísticas e da opinião pública sobre as percepções dos moradores e do cotidiano nesses bairros. A criminalização de corpos pretos, atribuição de culpa sem provas e disseminação do medo em bairros periféricos fazem parte da agenda desses meios de comunicação, por ser atrativo e garantir audiência.

Nesse sentido, o impacto sobre a vida de moradores desses bairros é, quase sempre, negativo, confinando-os a espaços de violência aos olhos dos de fora e, em certo ponto, fazendo com que a própria visão sobre suas existências seja impactada por objetividades externas. O resultado é a marginalização de pessoas definidas por seu CEP, como se o endereço fosse determinante para sua inclinação ao crime. Cria-se, portanto, condições para a manutenção da pobreza nas periferias e, através dela, criminaliza-se as pessoas nesta condição.

Assim se justificam atos de violência do Estado, a ausência de serviços públicos essenciais, modais de transporte limitados, subcentros com menos supermercados, agências bancárias, clínicas de saúde e escolas do que os espaços centrais da cidade. Determina-se, por meio desse sistema de atribuição de sentidos, um dos pilares de negação à cidadania.

A criação de vídeos sobre lazer, arte, esporte, mobilizações populares e tantos outros citados anteriormente representam justamente uma linha de resistência a esse movimento hegemônico, mas não apenas isso. Trata-se de criar uma outra linha de comunicação, paralela àquela de fora e de longe, por uma de dentro e de perto, com alusão metafórica ao conceito de Magnani. Não se trata apenas de uma resposta à grande mídia, mas do fortalecimento de uma corrente que já existe através de comunicadores populares, rádios de bairro, páginas populares em redes sociais e grupos de telemensagens.

Reduzir essas comunidades à violência é um processo de apagamento de toda a riqueza cultural e social de gerações de pessoas que trabalharam para construir suas comunidades, criaram grupos de teatro, música e dança, lutaram lado a lado para conquistar o atendimento de direitos e todos os anos ocupam lugares nas universidades, instituições e outros lugares de poder na sociedade da cidade. Existe uma história verdadeiramente bonita e inspiradora que é diariamente ignorada pela grande parte da população da cidade que reside fora desses espaços.

O Instituto Marcinho Megas Kamaradas não é alheio a esse tema, também. Parte do trabalho de lutar contra o extermínio de jovens da periferia envolve combater a criminalização desses corpos. Em entrevista, Suzana Amaral citou diversas vezes as ocasiões em que a morte de seu filho foi justificada por narrativas que o envolviam com o crime organizado. “Ora, se foi morto isso ocorreu por algum motivo, afinal”. Isso sem nenhum tipo de prova ou indício. O ônus da prova é invertido e é a inocência que precisa ser provada.

Tanto essas pessoas são despidas de qualquer manto cidadão ou característica de um sistema de justiça democrático, quanto suas existências são subvertidas e a presunção de inocência se torna presunção de culpa automaticamente. Isso torna os corpos negros matáveis e essa morte é justificada por um conjunto de dispositivos. O Exercício da necropolítica (Mbembe, 2016) na periferia de Belém fica escancarado e o domínio sobre os corpos caracteriza essa dinâmica de extermínio (Couto, 2016).

Para além da ação incisiva do Instituto Marcinho no empoderamento dessa juventude, por meio de formação sobre direitos humanos, princípios jurídicos e ações centradas no combate à violência, assim como do trabalho incisivo do Tela Firme na afirmação de existências periféricas reais, com a divulgação e o fortalecimento de identidades e diferenças que complexificam o bairro em que atuam, podemos citar o trabalho feito pela Casa Preta Amazônia.

O quilombo urbano atua nas periferias de Belém, tanto quando situado na primeira légua patrimonial quanto quando se mudou para a ilha de Caratateua, no distrito de Outeiro. Suas ações sempre foram voltadas para o fortalecimento de culturas afroamazônicas, potencializando tradições que caracterizam muitos dos espaços das periferias de Belém mantidos vivos por indivíduos, famílias ou grupos que carregam o carimbó, a capoeira, o Boi Bumbá e outras manifestações típicas da região de forma praticamente hereditária. Os bairros periféricos, dessa forma, despontam como lugares de cultura, não como de violência.

5.2.3 Racismo e extermínio da juventude negra

O extermínio da juventude negra está diretamente associado ao racismo, duas categorias que tentamos tratar de forma interdependente aqui. Existe uma série de diagnósticos embasados pelos dados públicos oferecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, assim como por movimentos sociais e organizações da sociedade civil que demonstram o alto grau de letalidade de jovens, negros, na faixa etária entre 16 e 30 anos, que são as principais vítimas da violência armada em Belém. Focamos nesse meio empregado por ser o principal utilizado tanto por forças policiais quanto por organizações criminosas (milícias e facções criminosas).

O Instituto Marcinho é uma das organizações mais incisivas no que diz respeito ao combate da letalidade juvenil na cidade, com programas, projetos e ações voltadas a este fim de forma direta e indireta. Todas as atividades descritas no capítulo anterior demonstram a prioridade dada ao tema, em diferentes estágios.

O trabalho de busca por justiça foca na elucidação de crimes, julgamento de culpados e desmistificação em torno dos acontecimentos violentos, contribuindo para que haja materialidade e precedentes cada vez mais robustos para tratar esse tipo de crime. A reparação para familiares surge como um objetivo alinhado completamente à garantia de sua própria segurança e da continuidade de sua luta junto a outras famílias.

O trabalho de remediação de vulnerabilidades atinge a população de lugares da periferia de Belém que estão em situação de risco em diversas esferas. Insegurança habitacional, alimentar, e diversas outras formas de incrementos de vulnerabilidade expõem a juventude à ação de grupos criminosos, que, sob a sombra de ausências estatais, são cooptados e integram operações em que são o elo mais fraco, oferecidos como sacrifício para a opinião pública e para as estatísticas estatais.

É justamente nesses lugares, com essas pessoas, que as ações de fortalecimento da cidadania por meio de pontes para serviços de proteção, acesso à serviços civis, centros de apoio e afins cumpre um importante papel de impedir a vitimização fatal. Se trata de um trabalho de recuperação e integração que, de fato, visa a proteção de vidas. Nesse sentido o trabalho integrado com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e com o CEDECA, mais especificamente com o PPCAAM, segue importantíssimo para a defesa de crianças, adolescentes, jovens adultos e suas famílias.

No que diz respeito às ações preventivas, não podemos esquecer de mencionar o trabalho do instituto junto às crianças. Desde as leituras de textos sobre o tema em espaços públicos da cidade até as sessões de cinema, brincadeiras e conversas na sede do instituto, esse tipo de aproximação e acolhimento contribui para o estabelecimento de diálogos e confiança que quebram tabus sobre os riscos de existir nas periferias e possibilitam um crescimento alinhado às estratégias de defesa contra esses agentes. Além disso, o trabalho de memórias junto ao espaço urbano que começa com a oficina de grafite, também junto às crianças, será importante para expressar suas visões de mundo e comunicar essa mensagem à toda a comunidade, de modo público.

Da mesma forma, o Tela Firme tem um olhar atento e próximo dos casos que acontecem no bairro em que atua, com maior profundidade. Isso não significa que os participantes do coletivo ignorem o panorama geral da cidade, mas o sentimento de comunidade é forte e possui um impacto diferente. Dito isso, as redes sociais, as redes de ativismos e as parcerias que cresceram e se firmaram com a contribuição do Tela Firme são acionadas sempre que um caso desses acontece no bairro.

O tipo de comunicação e de denúncia realizadas pelo Tela Firme nos lembra de uma dimensão do ato violento que geralmente não figura nos noticiários, nas postagens sensacionalistas de perfis de extrema direita das redes sociais ou nos discursos genéricos sobre segurança pública que o senso comum evoca: as vítimas são jovens que possuem família, amigos e colegas na comunidade, que estudaram em escolas da comunidade, que frequentavam festas na comunidade, brincavam, jogavam bola, iam à igreja e viviam tantas outras experiências que os faziam pertencentes dali.

A morte de um jovem como esse abala não apenas sua família, mas também toda uma rede de pessoas que são impactadas diretamente. Não falamos apenas da dor da perda, mas da angústia da violência e a alimentação do sentimento de insegurança. Situações que envolvem execuções, confrontos e tiroteios diversos expõem todos à violência tanto durante a ocorrência quanto depois dela.

Casos como o de Kevin, que lança um movimento de buscar por justiça que se expande e agrega um grupo amplo de pessoas que anseios pela elucidação das mortes de seus filhos e netos, são abraçados pela Tela Firme, que utiliza os meios que tem à mão, como suas redes sociais e os contatos com outras organizações, para “fazer barulho” e impedir que esses casos caiam no esquecimento ou sejam tratados como casos isolados, quando na verdade representam uma expressão sistêmica e violenta do extermínio em curso nas periferias.

Além disso, a proximidade com as famílias, fruto de mais de uma década de trabalho comunitário e da divulgação de inúmeros eventos e acontecimentos, circulando as ruas do bairro e construindo um ponto importante de referência, que o Chalé da Paz, fez com que relações de confiança fossem criadas. Por isso, lideranças do coletivo são procuradas com alguma frequência para contribuir com processos de denúncia, enquanto intermediários que ajudam a proteger vítimas de ameaça ou familiares de vítimas forçadas a manter silêncio. Atos como o Luzes da Paz, citado no capítulo anterior, exemplificam esse compromisso e indicam toda a potência

mobilizadora e todo o capital político acumulado pelo Tela Firme e pelos seus idealizadores e ativistas.

Todo o trabalho para combater o extermínio da juventude negra em Belém perpassa necessariamente pelo combate ao racismo, elemento estrutural que não apenas explica, como caracteriza os processos de violência e de desumanização de corpos no Brasil. Consideramos aqui o racismo enquanto toda ação sistemática baseada na ideia de raça que culmine em discriminação de qualquer tipo. Para aprofundar esse pensamento recorreremos à noção de Taussing (1999) de preconceito, que implica o estabelecimento, *à priori*, de uma ideia do outro carregada de ideais estéticos, morais, culturais, sexuais etc. e que, necessariamente, possui uma distinção de valores com clara separação entre bem e mal, portanto, uma

atitude interior (no sentido interno) de um sujeito que viola os atributos e os qualificativos em relação ao outro sujeito, estabelecendo o funcionamento cognitivos e os contactos perceptivos de forma equivocada, cindida e traumática; portanto, pondo sempre à prova (ou derrotando) as capacidades e os recursos simbólicos do outro (Taussing, 1999, p. 159)

Quando a prática do preconceito, tal como posto acima, internamente ou externamente denota ou imprime distinções entre outros sujeitos ou sobre eles configura-se a discriminação, visto que se estabelece o tratamento diferencial (Bandeira e Batista, 2002). Compreendemos que essas formas de discriminação, ou seja, de tratamentos diferenciais motivados por preconceito, tendem a privilegiar certos grupos sociais em detrimentos de outros, com base em sistemas de cor.

Essa discriminação está entranhada na ação dos agentes da violência que destacamos neste trabalho, mas existe uma gritante saliência sistemática na ação de forças policiais que é constantemente destacado pelas organizações que acompanhamos.

5.2.4 Violência policial e abusos de poder

A violência policial, que também é uma categoria muito importante para este trabalho, é um problema amplamente destacado no Brasil por diversas vertentes de ativismos e setores da sociedade. O fato de essa violência ser guiada por fatores discriminatórios e racistas é refletido nos dados, também, mas principalmente no sentimento de revolta e injustiça quanto ao real papel das polícias na periferia.

O Instituto Marcinho possui um amplo e reconhecido trabalho contra o uso da autoridade policial como fonte de poder abusivo nas periferias. A organização reconhece, inclusive, que essa normalização da figura do agente de segurança como autoridade inquestionável contribuiu para a formação e o fortalecimento de grupos criminosos envolvendo policiais, principalmente agentes da polícia militar. O acesso às armas de fogo, treinamento especializado e o amplo corporativismo que permeia as instituições de segurança são alguns dos fatores que dão a impressão da garantia de impunidade.

Ainda no que diz respeito ao Instituto Marcinho, devemos lembrar sobre a chacina que marcou a criação da organização e das ações de proteção de crianças e adolescentes que protagonizam desde sua fundação. Todas foram marcadas por operações policiais que miram o corpo negro como alvo fácil, previamente culpado por qualquer que seja o crime e repetidamente discriminado por sua cor.

É inegável que existe um viés racista que guia a formação e a ação desses agentes, que praticam e reproduzem racismo em sua forma mais evidente, remetendo à práticas coloniais de segregação e à prática de necropoderes em espaços periféricos. Novamente, não conseguimos deixar de reconhecer um campo de exceção nesses espaços, visto que mesmo o direito mais básico, o da existência, é mitigado em nome de uma pretensa guerra contra o crime, as drogas, a marginalidade e tantas outras palavras que perdem cada vez mais o sentido com a fragmentação e fortalecimento de organizações criminosas.

Além disso tudo, essa política de extermínio, que mata e encarcera a juventude negra do Brasil, tem trazido com resultado apenas o aprofundamento da criminalização de corpos, o aumento do sentimento de insegurança, o reforço de cooptações pelo crime organizado e o enfraquecimento do Estado em espaços periféricos.

Em entrevista, uma participante de um dos movimentos que acompanhamos, que preferiu manter sua identidade oculta, indicou que o som de sirenes causa mais medo do que alívio no bairro em que mora. A visão de uma viatura da polícia militar a faz repensar sua rota ou sentir ansiedade com a aproximação de policiais. O papel de protetores, propagados pelo Estado, se perde, ou mesmo nunca existiu de fato. À população não resta, portanto, agentes que realmente garantam sua segurança, além de si mesmos.

Isso ocorre de forma assimétrica, precisamos repetir. A partir da perspectiva defendida por Zibechi (2014) as periferias do mundo são locais de insatisfação e, portanto, o principal ponto de ruptura com o status quo. O controle nesses espaços é, portanto, uma preocupação para as elites. Em um mundo em que o Estado e as instituições são fruto de disputas desequilibradas pelo controle e acesso ao capital não é de se estranhar que as forças coercitivas estejam à disposição de elites. Segundo essa perspectiva a violência policial exerce um estratégico e proposital papel para a contenção de comunidades periféricas.

A Tela Firme expõe em suas produções essas contradições (que não parecem tão contraditórias assim) e contam histórias reais e fincadas no chão do território, demonstrando que os discursos não estão afastados da realidade, mas fazem parte do cotidiano desses lugares, no sentido mais amplo do termo. O curta “Poderia ter sido você” é um forte exemplo do sentimento que permeia a vida das pessoas da Terra Firme, principalmente a juventude. O título faz referência ao estado de vulnerabilidade a que crianças e adolescentes são expostos, vítimas em potencial da manifestação dessa violência e do racismo inerente.

5.2.5 Organizações criminosas nas periferias de Belém

O curta “Poderia ter sido você” não trata apenas da ação de forças policiais, mas também da ação de grupos criminosos, tanto as facções criminosas quanto os grupos milicianos, também representam uma ameaça à existência das pessoas que compõem e são atendidas ou alcançadas pelo trabalho dos movimentos. Quando grupos ligados ao tráfico de drogas passam a se estabelecer e exercer controle sobre os bairros periféricos da cidade, o fazem em um processo violento de disputas que culminam na absorção de grupos menores e gangues locais que atuavam em pontos específicos (Couto, 2018). Atualmente não existem disputas entre esses grupos, visto que a Região Metropolitana de Belém está sob monopólio do Comando Vermelho, originado no Rio de Janeiro, e não há espaço para operações menores e com menos capacidade operacional.

Os grupos milicianos, por sua vez, seguem com grande poder e influência local, com o controle de negócios, serviços e uma ampla rede de extorsões. No caso da capital paraense, passam a se integrar ao narcotráfico e oferecer proteção para as operações e supostamente facilitam o abastecimento e a distribuição de drogas por

meio de sua influência. Essa configuração é chamada por Couto (2018) de Narcomilícias e refletem a atual configuração e distribuição de poderes paralelos nas periferias de Belém.

Na gênese do instituto Marcinho Megas Kamaradas como o conhecemos hoje está a luta para o reconhecimento da existência de milícias no Estado do Pará. A CPI descrita anteriormente foi um marco importante para que se investigassem as ações de agentes ligados a esses grupos e a participação deles em casos de chacinas da cidade.

Ao Narcotráfico e às Narcomilícias são atribuídos os casos de ataques armados sobre rodas, modo de operação que configura grande parte das execuções nas estatísticas públicas. Essa forma de operação indica que os alvos são definidos e baleados a partir de veículos. A “lenda” do carro prata até hoje é citada em jornais para classificar esse tipo de ocorrência, como uma entidade mística que incorpora atos violentos e misteriosos. As vítimas, como em outros recortes, são majoritariamente pessoas negras e jovens adultos.

No que tange as milícias, foram relatadas ameaças e perseguições às mães e familiares das vítimas da Chacina de 2014, exigindo silêncio sob as custas das vidas de familiares ou delas próprias. Em um desses relatos os milicianos envolvidos realizavam intimidações com viaturas da polícia e chegaram até a invadir a casa de uma liderança com capuzes, mas de fardas militares. Essa incerteza de quem é quem, possível pelo anonimato e pela dupla identidade de alguns agentes, é um fator que passa a impressão de um eterno perigo.

Assim esses agentes da violência se entrelaçam de forma quase indissociável. Milícia e Narcotráfico agem em conjunto, ora de forma conflituosa e ora de forma harmoniosa, representando uma força paralela ao Estado que antagoniza interesses de controle, mas que, invariavelmente, produz vítimas com perfis muito bem desenhados, como demonstramos aqui diversas vezes. No fim das contas as pessoas desses espaços ficam mais vulneráveis e se veem em meio a políticas de segurança que não contribuem para sua segurança, mas surtem efeitos literalmente contrários.

Todas as categorias expostas até aqui refletem ações articuladas nos movimentos com os quais tivemos contato, pois fazem parte da realidade deles e compõem um quadro parcial dos bairros periféricos de Belém. A segregação socioespacial caracteriza a ocupação dos espaços periféricos da cidade a partir da repulsão de famílias pobres e não brancas do centro da cidade em direção às

baixadas ao mesmo tempo que esses espaços e as pessoas que os constroem passam a ser estigmatizados sob discursos e narrativas que criminalizam corpos e criam perfis de pessoas matáveis. Esse processo é todo guiado por objetividades com alto teor racista que está entranhado nas instituições, principalmente nos órgãos de segurança pública que guiam as políticas públicas de segurança e culminam no extermínio da juventude negra.

Esse direcionamento para alvos jovens, negros e moradores das periferias é resultado em um longo processo de discriminação racial que envolve todas as camadas de violações à vida e mesmo da desumanização do negro, com raízes coloniais que permanecem basilares. A violência policial é um dos vetores de ataque a esses corpos e age de forma assimétrica e desproporcional em ambientes segregados e de baixa renda, mantendo esses grupos contidos espacial e simbolicamente, com o auxílio da mídia hegemônica que marginaliza esses espaços.

Um dos principais argumentos que justificam os discursos governamentais, jornalísticos e das mídias sensacionalistas é aquele que indica a existência de uma guerra às drogas em prol da segurança da população. Essa narrativa indica que as perdas de vidas são justificadas por algum bem maior intangível e alheio à própria realidade, visto que o resultado é justamente um aumento no sentimento de insegurança e cada vez mais vítimas diretas ou colaterais. Uma política pública de segurança que visa a proteção das pessoas não pode justificar a morte na escala e nos moldes aqui descritos.

Essa situação reforça ainda mais o poder de organizações criminosas. Milícias oferecem proteção a moradores e comerciantes ao custo de extorsões, serviço que o Estado entrega de forma precária, e se colocam como verdadeiros heróis ao molde de justiceiros que praticam justiça sem as amarras do sistema judiciário. Ao mesmo tempo facções criminosas proíbem pequenos crimes, como roubos e furtos, e oferecem punições capitais para quem pratica atos como abuso sexual, feminicídio outras formas de violência. São formas de controlar os espaços por meio da força e do amparo, mesmo que forma distorcida.

Mesmo sendo parte substancial do material de trabalho das organizações, esse panorama violento, desigual e discriminatório não encerra ou esgota sua atuação ou suas pautas. São, sim, bases importantes de mobilização, que funcionam como catalisadores de engajamentos e de legitimidade de pautas e demandas. São, também, traços de um mundo a ser superado, mas não apenas isso.

Tanto o Instituto Marcinho Megas Kamaradas quanto o Coletivo Tela Firme não se limitam a reagir a esses estímulos negativos externos, mas promovem mudanças pautadas em visões de mundo das pessoas que constroem os movimentos. Se trata não apenas de operar rupturas com o estado das coisas posto, mas também de propor um modelo e criar novos mundos, conforme objetividades concretas e seguindo os princípios da diferença.

Nesse sentido identificamos categorias importantes que guiam ações e intervenções diretas desses movimentos, com atividades que se aproximam tematicamente, mas que se afastam em estratégias e meios empregados. Todas dizem respeito ao trabalho de construção de utopias possíveis, com alto teor comunitário e sensibilidade quanto às demandas populares.

5.2.6 Trabalho de base e multiplicação de lideranças comunitárias

O trabalho com as bases, por exemplo, representa um dos mais importantes pilares do Instituto Marcinho. Podemos citar o trabalho com mães em territórios afetados pela violência urbana, o oferecimento de assessoria jurídica popular para pessoas em situação de vulnerabilidade, oficinas de direitos humanos com a juventude e os projetos sociais associados à itens básicos.

O trabalho com as crianças, no entanto, chama a atenção por traduzir de forma clara essa construção. É por meio dos diversos projetos lúdicos e educativos que se busca entender as esperanças e visões de mundo da geração que dará continuidade aos objetivos propostos, dando longevidade à missão do instituto e agregando outras dimensões a esse caminho, dotando essa luta de renovações e, portanto, frescor.

Falamos em luta, mas na verdade a intenção não é que se lute para sempre. Educar as crianças sobre os problemas enfrentados hoje é importante para que os ativismos permaneçam vivos e se transformem, mas não é este o fim almejado. Se espera que haja êxito nesse processo e que a luta seja substituída por construção, ou ao menos que essa relação não seja tão assimétrica como é hoje.

Sempre haverá antagonismos e conflitos de interesse no campo político, mas a garantia de direitos básicos deve, ao menos, equilibrar poderes e permitir que existências na cidade sejam democráticas, no sentido do alcance de uma cidadania verdadeira. Isso só será possível, no entanto, com as lutas hoje protagonizadas por lideranças periféricas e com a valorização de diferenças.

As leituras, contações de histórias, sessões de cinema e oficina de grafite que citamos anteriormente são maneiras adaptadas e adequadas à faixa etária para que a violência, a injustiça e a desigualdade não sejam assimiladas apenas por meio da experiência empírica, mas que possam ser compreendidas de forma gradual, embasada e em um processo que fale sobre suas causas, consequências e modos de combatê-las de forma conjunta.

A ação da Casa Preta com jovens e adolescentes em formação deve ser salientado pela objetivação explícita do movimento de criar lideranças nas periferias da cidade. Não se foca especificamente na reprodução da ação da Casa ou de pautas semelhantes, mas se mira em um campo amplo de atuações. Oficinas de comunicação popular, confecção de instrumentos musicais, laboratórios de dados e programação, dentre outras oportunidades, compõem o portfólio atual e os projetos vindouros. O desejo de ver essa juventude ocupando espaços de poder, empregos promissores e rompendo barreiras territoriais em busca de oportunidades melhores é o que motiva o trabalho de Don Perna e dos outros membros do movimento.

Do mesmo modo, a Tela Firme tem um trabalho valoroso sobre as bases comunitárias da Terra Firme. A proximidade com os moradores do bairro e as várias ações culturais com crianças e adolescentes caracterizam um refúgio no bairro, elevando a sede do coletivo, o Chalé da Paz, a um *status* de ponto cultural e espaço de referência no que diz respeito à valorização de identidades comunitárias.

O envolvimento da população nas produções representa um ponto alto de visibilidade e potencialização de identidades e diferenças. Não falamos exatamente da participação na escrita, produção, ou edição desses vídeos, mas da retratação de ruas específicas, feiras, canais e outras referências da paisagem que são capazes de criar identificação. Essa é uma estratégia importante de aproximação e comunicação, facilitando diálogos e trocas de experiência sobre os temas caros à comunidade.

Na verdade, é difícil pensar no trabalho realizado pelo coletivo sem referências horizontalizadas dos seus objetivos. Isso significa que os vetores dessa ação são sempre em direção das pessoas do bairro, assim como as de outros bairros, que são, ao mesmo, tempo, produtores e público-alvo. Esse processo de trocas é mediado, no que tange o trabalho do Tela Firme, por reiterados esforços de visibilização do cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo que essas pessoas também são os consumidores desse conteúdo.

A realização de oficinas de produção audiovisual, as ações educativas em parceria com universidades da cidade e o trabalho ativo de apoio, organização ou mediação de atos políticos e organizados comunitariamente também integram esse rol de aproximações. Para além disso, o acompanhamento de festas populares, em períodos como o carnaval, festas juninas e aprovações de vestibular, fortalece seu compromisso com o bairro e com as pessoas que vivem nele, de forma completamente integrada.

O trabalho do coletivo Tela Firme com famílias que sofreram violências, principalmente as decorrentes do extermínio da juventude negra, resulta não apenas nas mobilizações para denúncias e demandas por justiça, mas contribui para que se quebre o silêncio que muitas vezes domina esses espaços. Cria-se, portanto, uma frente de ruptura de um dos principais instrumentos de controle dos espaços periféricos por grupos criminosos: o medo. A ânsia por justiça enfrenta os temores, que não deixam de existir, mas se atenuam com a luta comunitária.

Nesse sentido, os processos que envolvem o contato com as bases, a mobilização comunitária e a ação coordenada e descentralizada contribuem para a multiplicação de lideranças nas periferias da cidade. Me refiro, não estritamente, aos sujeitos que se engajam em ações sociais diversas, relacionadas às demandas populares e relacionadas tanto às suas existências enquanto indivíduos quanto às suas experiências em comunidade.

O trabalho da COP das Baixadas e do Observatório das Baixadas é essencialmente de base, visto que buscam, justamente, trazer as discussões para os territórios ao invés de tentar levar essas pessoas para espaços oficiais. Não se limitam, portanto, a apresentar dados e informar os rumos das políticas públicas, mas adequam a linguagem, contextualizam conceitos e, assim, facilitam a reprodução de fontes de discussão e polos de mudanças localizados nesses espaços. Seu propósito, que é o de engajar pessoas das periferias de Belém nos debates e ações em prol da defesa do meio ambiente e da diminuição da vulnerabilidade climática socioespacial, é, essencialmente, um trabalho de base.

5.2.7 Arte e cultura como vetores de mobilização e engajamento

Uma categoria que perpassa todos os movimentos estudados, diretamente, é a arte e a cultura como formas de expressão e, em alguns casos, principal instrumento de mobilização. Esses são termos que carregam uma ampla e complexa gama de significados, com expressões e práticas que variam de acordo com suas tipologias. No caso dos movimentos estudados, elas têm funções e importâncias variadas.

No caso do Tela Firme, por exemplo, a produção audiovisual, no formato de curtas, entrevistas, minidocumentários e transmissões ao vivo, é fundamental para a identidade do movimento e para o alcance de seus objetivos. Não esgotam todo o rol de possibilidades de ações que são realizadas no dia a dia, mas estão entranhadas na fundação do coletivo e são uma linha guia para manter a coesão em uma estrutura fluida.

A escolha de cenários, desenho de iluminação, figurinos, ângulos, roteirização e montagem são processos que envolvem diversos conhecimentos de fotografia, moda, teoria das cores, edição e outros que são particulares à linguagem do cinema. O processo de produção e pós-produção precisam de habilidades que são repassados aos envolvidos por meio de oficinas teóricas e práticas. A ação do Tela Firme, portanto, parte do princípio de que a arte é uma forma eficaz e com grande capacidade de divulgação de falar sobre questões comunitárias e próprias aos seus lugares.

Tínhamos a impressão de que, para falar sobre temas desta realidade, difíceis, desconfortáveis e complexos, seria necessário o uso de ferramentas narrativas como metáforas, metonímias e hipérboles, com a criação de símbolos que representassem o real. A verdade, no entanto, é que a própria existência desses espaços, de forma “crua”, carrega consigo uma série de elementos que já caracterizam a arte e a cultura em seu âmago. Práticas como o “empinar pipa”, o “jogar bola”, o “dançar quadrilha” e o “pular carnaval”, por exemplo, são elementos do cotidiano que, por si só, podem compor os materiais audiovisual que representam essa realidade sem, necessariamente, precisarem ser convertidos em outra coisa para a assimilação.

Isso é possível por duas razões: a primeira é que o público-alvo dessas produções são, muitas vezes, as mesmas pessoas que produzem essas manifestações no bairro ou em outros bairros periféricos de Belém ou de cidades da Amazônia. Eles não só conhecem essa realidade como as constroem, também. A segunda razão é que o trabalho de produção dos vídeos tem o intuito de adaptar essas

manifestações de arte e cultura para as telas, mas com um compromisso muito íntimo de não deturpar ou alterar seus significados, oferecendo uma experiência mediada pela tela, mas não concentrada nela. As produções têm, portanto, a difícil tarefa de serem uma janela para o dia a dia da Terra Firme.

O Instituto Marcinho Megas Kamaradas também desenvolve uma série de atividades ligadas a essa categoria de trabalho, principalmente os que envolvem crianças e adolescentes que frequentam sua sede e os projetos em espaços públicos da cidade. Já falamos sobre a maioria desses projetos aqui, mas vale destacar alguns aspectos particulares.

A oficina de grafite, por exemplo, é uma expressão fortemente ligada à cultura *hip hop* que representa um esforço de imprimir na cidade, enquanto estrato urbano da reprodução social, objetividades e manifestações de demandas periféricas. Se trata de um processo incisivo de se mostrar ao mundo e de afirmar sua existência, com o sem permissões, como um grito silencioso. Das *tags*, pixações e grafitagens nasce uma forma de arte gráfica ligada à cultura *hip hop* que assume feições localizadas e intimamente relacionadas às questões específicas nas periferias amazônicas (Batalha, 2019).

As questões trabalhadas pelo instituto, como o extermínio da juventude negra, a marginalização de corpos, o racismo, a violência policial e a ação de grupos criminosos são alvo de denúncias diretas aos órgãos responsáveis do governo, mas também são combustível de trabalhos de base muito importantes. A impressão de memórias em grafites pela cidade contribuirá para manter viva a luta na consciência comunitária, não permitindo que o esquecimento abra caminho para a impunidade e para a continuidade dessas práticas violentas.

O uso de espaços públicos para a realização de leituras e contações de histórias com crianças, usando materiais selecionados sobre os temas do instituto, tem dupla importância: a primeira é a de conversar sobre violência e marginalização com crianças que estão crescendo em ambientes marcados por esses problemas, oferecendo um acompanhamento próximo e atento do desenvolvimento individual e alertando para perigos e armadilhas que podem estar em seus caminhos. Adicionalmente, o próprio ato de ler, escutar histórias, conversar sobre temas complexos como esse expressar suas compreensões e experiências por meio de desenhos, principalmente, compõem uma prática educadora que combate a

normalização de violências e ensina a denúncia como um dos meios possíveis de revelar padrões de extermínio.

Esse esforço está intimamente relacionado ao, talvez, primeiro êxito do Instituto, que foi o de pressionar as autoridades, por meio de denúncias articuladas, para a implementação da CPI das Milícias na ALEPA. Isso só foi possível por meio do combate ao silenciamento e da coragem de diversas mães e lideranças comunitárias que desafiaram a lei do silêncio.

Esse trabalho com as crianças representa uma importante garantia da construção de um mundo melhor, trabalho de base que só é possível por meio de uma linguagem acessível e interessante para o público-alvo. Desde esses momentos nos espaços públicos, até as sessões de cinema, as intervenções poéticas e tantas outras programações lúdicas, o IMMK segue fiel às suas próprias origens, com Marcinho, que começou seus trabalhos sociais com a música das aparelhagens, um dos maiores representantes da cultura popular paraense.

5.2.8 Frentes amplas, diferentes e complementares de ação

Demonstramos, ao longo deste trabalho, que os movimentos que acompanhamos e estudamos em periferias de Belém possuem características próprias, criadas ao longo do tempo e a partir de temporalidades, vivências, objetivos, limitações e rupturas próprias e não reproduzíveis.

Isso não deve ser motivo para discussões profundas, visto que são processos particulares que criam militâncias, ativismos e movimentos, voltados para temas e demandas próprias a um grupo de pessoas e que guiam suas escolhas ao longo do tempo e da construção de suas particularidades. Nosso intuito foi partir desse preceito para entender de que forma os movimentos e ativismos se relacionam em um campo de luta comum e qual a natureza dessa relação.

Ao analisar o repertório de ações do Instituto Marcinho Megas Kamaradas e do coletivo Tela Firme, por exemplo, identificamos uma série de diferenças quanto ao seu objeto de ação, às suas construções de protagonismos, de antagonismos, seus padrões de organização e conflitos. Essas categorias resumem e condensam informações complexas, mas que nos permitem analisar essas duas entidades, e outras em menor grau de detalhes, em um mesmo plano de sentidos, que nesse caso é a periferia de Belém.

Esse é um ponto que precisamos estabelecer logo, principalmente se quisermos evitar confusões mais a frente: nossa análise se dá segundo o pressuposto que só é possível comparar, diferenciar, aproximar ou afastar a ação desses movimentos pois eles integram uma realidade em comum que é a periferia de Belém.

Não tratamos desses espaços sem considerar suas particularidades e importâncias próprias no que diz respeito à ação dos movimentos, mas fizemos um recorte temático do cotidiano desses lugares para pensar a ação dos movimentos. Esse recorte foi o estado de exceção a que as periferias de Belém estão submetidas, como demonstrado anteriormente. Nesse contexto, a existência das pessoas nesses bairros está constantemente ameaçada pela violência e sistemática negação de direitos básicos, como o de ir e vir, de acesso à justiça e à proteção do Estado.

Essas violações acontecem de forma seletiva e assimétrica, tanto à escala da cidade quanto à do bairro e das comunidades. Na cidade, quando sabemos que são nos bairros mais pobres da periferia de Belém que se concentram a maior parte das práticas violentas que tornam regra esse estado de exceção permanente. Nos bairros e comunidades quando percebemos que são as pessoas negras, jovens e em estado de vulnerabilidade social as que mais são vitimadas por agentes da violência, tanto os ligados às organizações criminosas quanto os que compõem forças de segurança do Estado.

Esse panorama, a que indica a literatura e nossos meses em campo, junto com vários sujeitos desta pesquisa, é proposital. Para Raúl Zibechi, existe um esforço hegemônico de reação à expansão das populações pobres em cidades do planeta, pois “O controle sobre os pobres urbanos é o objetivo mais importante definido tanto pelos governos quanto pelos organismos financeiros globais e as forças armadas dos países mais importantes” (Zibechi, 2015, p. 18). Esse desejo de controle, segundo o autor, tem origem no medo que advém do crescimento populacional concentrado em periferias do mundo, visto que “estima-se que um bilhão de pessoas vivam nos bairros periféricos das cidades do terceiro mundo, e que os pobres das grandes cidades do planeta cheguem a dois bilhões, um terço da humanidade” (Zibechi, 2015, p.18).

A potência desses grupos subalternizados é complexa e diversa, visto que o seu grau de dependência não necessariamente é igual ao seu grau de conexão com o sistema a que estão inseridos. A urbanização desigual nestes espaços tende a desconexão entre habitantes da cidade e a economia formal.

O temor dos poderosos parece apontar para uma dupla direção: postergar ou tornar inviável a convulsão social ou a insurreição e, por outro lado, evitar que se consolidem esses “buracos negros” fora do controle estatal, onde os de baixo “ensaiam seus desafios, que logo se convertem nas rebeliões (Zibechi, 2015, p. 18).

Esta não é uma ideia nova, mas já aparece em outros estudos sobre o tema. Aqui destacamos os textos de Milton Santos sobre cidadania em seu Espaço do Cidadão (2002), onde o autor afirma que, em um sistema-mundo em que a cidadania é medida pela capacidade de acesso aos bens do mercado, o cidadão é substituído pelo consumidor: quanto maior for a capacidade de consumo de um indivíduo, maior será o grau de alienação exercido sobre ele, pois se há a possibilidade de adquirir aquele bem desejado, mais facilmente se entrelaça em uma teia de comodidades: “o consumo escraviza as classes médias (de um modo geral, mas felizmente não absoluto) e suprime os *élans* de rebeldia, a vontade de se ser outro, amesquinhando a personalidade” (Santos, 2002, p. 85).

Cabe, portanto, às classes menos favorecidas pelo sistema capitalista a insatisfação:

Os que vivem em nossas casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia a dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não tem um amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever (Santos, 2002, p. 85).

São estes, portanto, os que melhor visualizam as contradições a que são submetidos, abandonando a inércia e gradativamente se unindo em prol de objetivos comuns, guiados pelo desejo de uma existência plena.

Aqui encontramos um ponto chave para validarmos a necessidade de encarar a periferia pelo ângulo que propomos: as formas de dominação empreendidas pelo Estado em um contexto de disputa territorial têm bases em um modelo estratégico que busca exercer domínio sobre as periferias através do que o autor chama de “guerra assimétrica” ou “guerra de quarta geração”, modelo que surge de conflitos internacionais contemporâneos, mas que ganham espaço em ações intranacionais.

Os estrategistas veem com clareza o surgimento de um tipo de guerra diferente, em que a superioridade militar não cumpre mais um papel decisivo. Desse ponto de vista, os planos sociais e a militarização das periferias pobres são duas faces da mesma política, pois procuram controlar as populações que estão fora do alcance dos Estados (Zibechi, 2015, p. 19).

A ação conjunta de forças militares, como a Polícia Militar e a Força Nacional, e ações de projetos como o TerPaz nos dão algumas pistas da política em implementação nas periferias de Belém, que acreditamos caracterizar um estado de exceção. Segundo a teoria defendida pelo autor, a articulação dessas duas frentes de ação, como estratégia observada em nosso recorte, se justifica, pois, “A segurança é o objetivo a logo prazo, porém, não se consegue obtê-la com ações militares” (Zibechi, 2015, p. 20). Significa, então, que sob o objetivo de reconquistar e reafirmar o controle do Estado nestes espaços, muda-se de estratégia, mesmo que se mantenham os intensões. E, ao contrário do que se poderia imaginar, isso não caracteriza os países totalitários, mas principalmente as nações consideradas democráticas.

Zibechi afirma que, em casos como esse, estrategicamente “a democracia fica reduzida à emissão do voto, fato que não é contraditório, sendo antes funcional a um estado de exceção permanente” (Zibechi, 2015, p. 20), visto que “a expansão dos serviços e a economia de mercado são mecanismos que se prestam ao objetivo essencial: fortalecer o poder e a dominação.” (Zibechi, 2015, p. 21).

Ao falar sobre o estabelecimento de um Estado de Exceção, devemos compreender que a lógica segue alguns pontos importantes aos quais devemos nos atentar. Primeiramente, o estado de exceção é compreendido aqui segundo as formulações de Giorgio Agamben (2004), enquanto uma suspensão do estado de direito ou da própria condição do direito, externo, mas não alheio a ele. Essa condição é aplicada em emergência, em que o Estado precisa aplicar forças inconstitucionais, ou ao menos não previstas na constituição, como resposta imediata e efetiva para garantir o retorno à normalidade. Em casos observados em nações democráticas ocidentais, o estado de exceção se torna, no entanto, paradigma de governo, abandonando seu caráter temporário. Para justificar essa postura é necessário, como se faz em casos de guerras civis ou conflitos de mesma natureza, apontar inimigos e situações atípicas. Sobre este último ponto, concordamos com Zibechi quando ele afirma que

Em face das condições apresentadas por países com Estados débeis e altas concentrações de pobres urbanos, os mecanismos biopolíticos se configuram como parte do processo de militarização da sociedade.(...) Em comum, para além dos contextos e países, é que em todos os casos o estado de exceção é aplicado para conter os pobres das cidades: negros, imigrantes, desempregados” (Zibechi, 2015, p. 21).

São, portanto, essas camadas menos favorecidas da sociedade aquelas perseguidas e apontadas como um problema a ser resolvido pelo Estado. São estas as pessoas que vivem em espaços dominados por uma ordem de exceção. Para compreender a realidade dessa população, numerosa e segregada, devemos admitir um conceito de história em que essa exceção se torna regra.

São os copos negros os mais atingidos por essa guerra, culpados sem julgamento e executados em um país que não possui pena capital. Nesses espaços as regras são outras e as leis pouco valem senão para proteger agentes da violência. O acesso à processos legais, investigações minuciosas e elucidações de crimes contra a vida se tornam bens negados às camadas mais pobres da população, que se veem reféns.

Em uma suposta guerra contra as drogas, forças de segurança justificam a realização de operações policiais com fins letais que ocupam uma fatia consideráveis do total de mortes por arma de fogo em Belém, sempre concentradas em áreas de baixada, estigmatizadas como focos de crime e perversão, *lócus* da comercialização e do uso de drogas.

Jovens são parados em abordagens violentas que se multiplicam com o aumento de policiamento ostensivo no que o plano de segurança chama sarcasticamente de Territórios pela Paz, isso quando não são mortos em situações reportadas como confrontos, mas que as próprias comunidades desmentem chamando de execuções.

Corpos negros compõem o elo mais fraco na cadeia de comercialização de drogas e, por isso, são oferecidos como verdadeiros sacrifícios para a opinião pública, pretensas provas de que o Estado está agindo para resolver o problema e que esse conflito tem um saldo positivo para a população, em geral. A verdade, no entanto, é que as pessoas não param de morrer e o sentimento de insegurança só cresce, escalando cada vez mais o problema.

Mesmo quando não há comprovação de que a vítima tem algum tipo de envolvimento com o crime, a criminalização é instantânea e passa a atingir a família, também, que sofre violências posteriores e precisa escolher entre o silêncio para manter a própria segurança ou o enfrentamento para cuidar da memória de filhos ou netos. Trata-se de um verdadeiro “furto de cidadanias”.

Morais (2013, p. 6) nos diz que a cidadania “é uma prática social e ao mesmo tempo um conceito com um tom acentuado de resposta política a questões

notadamente políticas”. Daí a sua relação intrínseca com as questões relacionadas aos conflitos, mobilizações e demais questões relacionadas ao fazer político.

Falamos de uma prática que emerge em um campo de disputas no que concerne às políticas e aos direitos a serem conquistados e mantidos frente ao Estado, criando uma concepção de cidadania que abrange a relação de grupos e indivíduos com o Estado, e, contemporaneamente, o sentimento de pertencimento a determinada nação (Morais, 2013).

Ser cidadão significa buscar o atendimento de direitos básicos que possibilitarão a existência ativa dos indivíduos. Trata-se da garantia de demandas sem as quais a sobrevivência seria insustentável. Tais demandas deveriam ser atendidas pelo Estado, figura de convergência nesse contexto.

Tal acesso a esses direitos, no entanto, ainda é um desafio no Brasil, como nos diz Moraes,

O acesso às premissas básicas da cidadania ainda é um desafio a ser enfrentado, sobretudo em um país no qual um imenso contingente de sua população ainda sobrevive à margem do ideário da justiça e da dignidade. Logo, a própria percepção do que é ser cidadão perfaz-se em construção cotidiana, permeada por mudanças, avanços, recuos, pequenos atos de criatividade, enfim, por um projeto inacabado, um sem-fim que marca a própria vida social (Morais, 2013, p. 209).

Se durante quase toda a trajetória moderna do termo, no entanto, a cidadania estava vinculada à edificação do Estado-nação, sendo assim encarada enquanto algo universal, definido a partir de experiências e pensamentos de matrizes europeias, foi a partir da década de 1970 que tal modelo de cidadania passou a ser contestado.

A emergência de movimentos sociais nesse período foi importantíssima para que se questionasse essa ideia centrada no Estado e à política partidária, permitindo que novos paradigmas emergissem para dar visibilidade às particularidades que passam a desnaturalizar uma visão universal da cidadania. Outros pontos de vista, como o movimento negro, feminista, LGBT, etc., passa a lutar pela garantia de direitos a partir de seus posicionamentos.

No Brasil, a ideia de cidadania ainda possui um grande percurso pela frente. Tomando como exemplo a escravidão no país, sabemos que, mesmo após sua extinção, vários direitos continuaram sendo negados nos campos da liberdade e da igualdade, o que limita, até os dias de hoje, o alcance de uma plena cidadania, freada

por um legado de discriminação e exclusão (Morais, 2013, p. 209). Sobre isso, João Murilo de Carvalho nos diz que

Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos (Carvalho, 2002, p. 7-8).

Mesmo após a Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, vários obstáculos históricos relacionados a assimetrias de poder e desigualdades sociais ainda precisam ser superados para que se alcance uma cidadania contemplativa a todos, luta marcada pela ação de movimentos sociais e grupos de ativistas que trabalham para este fim.

Milton Santos, em seu “O Espaço do Cidadão”, tece algumas reflexões acerca da prática dessa cidadania no Brasil. O autor nos diz que “nos países subdesenvolvidos, de forma geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda os são” (Santos, 2002, p. 24). Isso se dá por reconhecermos que os processos pelos quais a cidadania se funda são diferentes em países com maior ou menor grau de desenvolvimento ou dependência, onde os caminhos trilhados indicarão as particularidades do exercício cidadão.

Sob essa perspectiva o autor nos diz que

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (Santos, 2002, p. 25).

Através da transformação do indivíduo em consumidor, por meio de processos baseados na produção de uma cultura de massas que enquadra as expressões populares, limitando-as como forma de alienação da sociedade, se estabelece um mercado que nunca atenderá totalmente a população. As desigualdades ditam o alcance do poder aquisitivo de diferentes classes sociais, enraizando um sentimento de descontentamento e constante busca por mais. “Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor” (Santos, 2002, p. 29).

Se o cidadão é substituído pelo consumidor então podemos compreender o papel crucial das mudanças sofridas nas cidades com base nos modelos de consumo que guiam a gestão delas. O conceito de serviço público, também segundo Milton Santos, foi “abastardo a um tal ponto que as entidades fornecedoras trabalham na base do lucro, que buscam aumentar gulosamente. Os clientes, isto é, toda a população, ganham o apelido de usuários” (Santos, 2002, p. 36).

Dentre todas as implicações destes processos podemos apontar aquele que talvez seja o mais evidente: a ameaça à cidadania brasileira decorre da alienação do indivíduo, levado a acreditar que sua função é o consumo, por meio do qual ele pode alcançar o *status* de cidadão e fazer parte de uma comunidade. Ao adotar a capacidade de consumo como forma de medir o grau de cidadania alcançada por um indivíduo, por meio da possibilidade de adquirir bens materiais e imateriais que teoricamente seriam de alcance universal, as diferenças de classe se transformam, também, em indícios de que alguns são mais cidadãos que outros, logo, detém mais direitos (ou mesmo a possibilidade de execução desses direitos) do que outros.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é que quanto maior for a capacidade de consumo de um indivíduo maior será o grau de alienação exercido sobre ele. Se há a possibilidade de adquirir o bem desejado, o indivíduo se entrelaça em uma teia de comodidades, de modo que “o consumo escraviza as classes médias (de um modo geral, mas felizmente não absoluto) e suprime os *élans* de rebeldia, a vontade de se ser outro, amesquinhando a personalidade” (Santos, 2002, p. 85).

A insatisfação decorrente desse sistema fica sob tutela de outras classes, menos favorecidas, inclusas de forma precária no sistema de consumo, como nos diz Santos,

Os que vivem em nossas casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não tem um amanhã programado, são, afinal, os que

têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever (Santos, 2002, p. 85).

Segundo o autor é por meio da impossibilidade de acesso a esse mínimo essencial para uma vida digna que as classes desfavorecidas por esse sistema descobrem seu lugar na cidade e no mundo (Santos, 2002).

Acreditamos que é através dessa indignação que alguns indivíduos ou grupos passam a tomar consciência da sua importância em ações que se posicionam de forma contrária a esse movimento. Nos termos deste trabalho, podemos entender que por meio de um acesso precário à cidadania, esses grupos e indivíduos vão tomar consciência das contradições que permeiam sua existência e abandonar a inércia alienante a que forma sujeitos para ir em busca de uma existência cidadã plena.

Afinal, o que entendemos por cidadania? Concordamos com Pinsky quando este compreende que

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (Pinsky, 2013, p. 9).

O conceito de cidadania abordado neste trabalho é aquele que compreende os indivíduos em uma existência social ativa, comprometida com as questões referentes ao atendimento das demandas básicas, relacionadas aos seus direitos sociais, como moradia, saúde e educação, que garantem a participação dos sujeitos na vida coletiva, nas decisões políticas e no exercício de sua liberdade.

Espaços periféricos urbanos ao redor do mundo possuem alguns pontos em comum. Além da pobreza, da marginalização e da segregação, são neles que se concentram setores inteiros da sociedade que, ao se conectarem de forma precarizada à economia mundial, se convertem em territórios com pouco ou nenhum controle externo. São justamente esses espaços que preocupam poderes hegemônicos que se traduzem em ações do Estado. As elites tentam resolver esta “anomalia” por meio de uma crescente militarização destes espaços e, de maneira simultânea, aplicam modos biopolíticos de governar para obter segurança a longo prazo” (Zibechi, 2015, p. 25). A diferença desse padrão, no caso da América Latina, é que

as técnicas biopolíticas estão sendo implementadas pelos governos progressistas através de programas sociais, mas também desembarcam à ponta dos fuzis das forças militares, que atuam como exércitos de ocupação, ainda que em seus próprios países. (Zibechi, 2015, p. 25).

Talvez os trabalhos de Michel Foucault e Achille Mbembe possam oferecer elucidações mais diretas sobre o tema, mas é necessário considerar que na experiência latino-americana as ameaças apontadas pelos governos e alas de amplo espectro político, dificilmente vem de fora, mas se concentram no interior das próprias nações. Apenas para citar a que mais tem impacto sobre as políticas públicas de segurança nas periferias brasileiras, a guerra às drogas é um exemplo enfático sobre essa forma de atuação do Estado.

Nesse contexto nós vemos surgir levantes “silenciosos” que fazem menção a um despertar político de diversas frentes de ação nas periferias, ao longo de vários momentos de nossa história. Enquanto as intenções hegemônicas sobre as periferias buscam condicionar as pessoas a meros espectadores dos processos de dominação e, quando necessário, em perdas colaterais de um conflito duvidoso, nós testemunhamos a negação dessa passividade e o empoderamento de grupos em prol de sua condição de sujeito.

Isso ocorre de maneiras diferentes, por provocações diferentes e sob práxis diferentes. Se trata de uma verdadeira constelação de movimentos sociais e ativismos urbanos que compõem, de forma fragmentada, o quadro de mudanças em curso na cidade. Quando falamos de fragmentação, nos referimos às descontinuidades entre identidades e particularidades que compõem as diferenças no espaço. Cada olhar, um mundo.

Isso não significa, e é muito importante afirmar, que se fragilizem ou enfraqueçam os movimentos. Muitas vezes costumamos associar conceitos como força ou poder à união e cooperação, com a junção de forças em prol de um objetivo sob uma mesma estratégia e um mesmo fim. Mas, ao que indica nossa experiência junto aos movimentos sociais com atuações na periferia de Belém, a força pode surgir justamente dessa fragmentação.

Devido à complexidade das numerosas formas de violações de direitos, de violências contra a vida e de esforços para a marginalização das pessoas nos espaços estudados, frentes diversas de luta surgem, primeiro como respostas a essas

violências e, então, como fontes de objetividades para a criação de novas formas de existência.

Esses movimentos polarizam temas e categorias de ação de forma individual, mas que se conectam a outras iniciativas que também polarizam as mesmas categorias, outras categorias ou movimentam-se entre elas. O resultado é um quadro complexo de multipolaridades de ação periféricas, que se aproximam e se afastam conforme demandas do espaço.

Essa configuração de ações multipolares se manifesta no contexto de violências como uma ampla frente de denúncias, mobilizações e pressão popular. Mas não se limita à reação e resistência aos processos que ameaçam a existência das pessoas nesses bairros, mas também realizam um intenso trabalho de base para discutir as causas da violência, os dispositivos de poder aplicados aos seus corpos e, a partir daí, mobilizam pessoas para criar um mundo diferente, livre dessa lógica aprisionadora e marginalizadora. Considerando a diversidade de fontes de violências, essa frente ampla ganha força a partir de suas diferenças.

Não podemos deixar de citar aqui algumas reflexões sobre a própria condição dos marginalizados na América Latina. Enquanto alguns pensadores do marxismo podem afirmar que é o completo despojo o fator primordial para as revoluções, Zibechi aponta que “as lutas sociais latino-americanas provam justamente o contrário. Foi precisamente a preservação ou recriação de espaços sob seu controle e posse o que permitiu aos setores populares resistir às agressões do sistema.” (Zibechi, 2015, p. 27). Isso porque há um fator-chave para pensar o potencial dessas camadas da população, da resistência até a revolução: o direito à autonomia.

Sobre esse tema, o autor é categórico: “os de baixo são capazes de criar seus próprios espaços e convertê-los em territórios.” (Zibechi, 2015, p. 29). Se trata daquilo que Harvey (2003) afirma em *Espaços de Esperança*, quando nos diz que a classe operária deve aprender a se contrapor à sofisticada capacidade da burguesia de se apropriar do espaço e produzi-lo, criando assim uma geografia da produção que impregna as relações sociais. Somente assim se assumirá uma posição não subalterna, mas de força. Se trata de definir as “regras do próprio jogo”.

Se considerarmos o Estado enquanto um campo de disputas e intenções, onde as objetividades dos mais fortes sempre possuem mais espaço, concordamos com Castells (1986), que o próprio mundo da marginalização é uma construção do Estado,

que cria processos de integração social e mobilizações políticas em troca de bens e serviços que ele próprio monopoliza, como forma de perpetuar relações assimétricas.

Esses choques de interesses e mesmo de projetos de sociedade ficam mais explícitos quando passamos a perceber desconexões maiores entre essas camadas sociais. Talvez aquilo que Matos Mar (2004) poderia chamar de crescimento da “outra sociedade”, pelo desenvolvimento de setores populares que, ao alcançar números expressivos, passam a impor seus próprios modelos ao mundo.

Em nosso trabalho, consideramos que os movimentos estudados desenvolvem uma sensibilidade aguçada quanto às necessidades e objetividades comunitárias, não apenas por comporem essa mesma comunidade, mas também por serem fontes de engajamento e mobilização. O trabalho de politização é capaz de transformar em agenda concreta aqueles anseios que antes eram raiva, medo, tristeza e indignação. Assim se começa a criar um

Falamos do “Instituto Marcinho”, que mobiliza mães, jovens e crianças a olharem para o extermínio da juventude negra como um problema a ser enfrentado de frente e cuja superação será possível a partir de outras lógicas de existência que perpassam por mudanças nas políticas públicas de segurança e pelo empoderamento de uma parcela amplamente marginalizada na sociedade, pelo combate ao racismo e pela descriminalização da juventude negra.

Da mesma forma, o Coletivo Tela Firme mobiliza a juventude da Terra Firme, lideranças comunitárias e moradores desses espaços a construírem, juntos, outras visões sobre a periferia, que possui uma diversidade de iniciativas ricas e que precisam ser exaltadas e priorizadas como a verdadeira face desse espaço. Não negam, no entanto, a necessidade de combater problemas crônicos, como o da violência urbana, que também vitimam jovens negros, principalmente, resultado de um processo complexo de controle e extermínio.

Essas iniciativas se somam aos tantos outros movimentos que também trabalham com agendas próprias e são polos de ação no espaço urbano periférico da cidade. Mesmo com foco diferentes e repertórios próprios, o CEDENPA, a Casa Preta Amazônia, a COP das baixadas e o Observatório das baixadas tratam da estigmatização e da vulnerabilidade urbana a partir de suas próprias linhas, compondo essa frente de ação com agendas próprias que exemplificam as diferenças que tanto potencializam o cenário de ativismos e movimentos na cidade.

Por fim, julgamos que essa constelação de movimentos fortalece a luta por um mundo novo de forma desconcentrada e fragmentada. O objetivo não é recuperar espaços centrais ou ter acesso aos privilégios de altas classes em bairros nobres, mas de ressignificar espaços da periferia da cidade sob novas lógicas, particulares a cada comunidade a partir de uma base sólida de garantia de direitos e acesso à cidadania de forma plena.

5.3 Resultados e desafios das experiências nas periferias

Neste tópico temos o intuito de descrever alguns desdobramentos das experiências do “Instituto Marcinho Megas Kamaradas” e do “Coletivo Tela Firme”, a fim de desenhar essas trajetórias em termos de resultados considerados importantes para o objetivo dos movimentos e para sua condição enquanto sujeitos autônomos nos espaços periféricos de Belém.

Pode parecer, talvez, que o façamos a nível de conclusão ou de fechamento desse percurso, mas na verdade encaramos esse espaço como uma demonstração essencial da capacidade transformadora dessas iniciativas que transbordam o discurso e materializam ações concretas e com impactos reais e contundentes nos seus espaços.

Escolhemos exemplos emblemáticos, nesse sentido, que representam bem a potência transformadora desses movimentos. Não consideramos nenhum dele como conquistas, visto que, como corrigidos por uma liderança do “Instituto Marcinho”, não se trata de ganhar algo, mas sim de obter êxito em objetivos, sem muitos sentimentos de alegria ou algo do tipo, na maioria das vezes.

Já citamos anteriormente, mas precisamos destacar que a fundação do “Instituto Marcinho Megas Kamaradas” se dá em um contexto de uma luta imposta às mães pelo assassinato de seus filhos. Uma luta por justiça que ia contra todas as pressões exercidas sobre elas, tanto por parte de milicianos que não queriam que as investigações prosseguissem, quanto por pessoas que compunham o governo do Estado, que não queriam propagandas ruins sobre sua gestão.

Esse foi um período muito conturbado para as pessoas que estavam à frente dessa batalha política e judicial, e só foi possível alcançar os objetivos junto à ALEPA, principalmente, por conta de uma articulação densa com várias outras organizações,

como a SDDH, o Movimento República de Emaús e a própria Tela Firme, cujo papel trataremos a seguir.

Antes acho que é válido trazer um relato dado a nós sobre algumas das pressões mais incisivas que essas lideranças sofreram, que vão desde assédio político até atentados contra duas vidas. Para manter a segurança dessas pessoas, utilizaremos pseudônimos a partir daqui.

Martina estava à frente do processo junto com outras lideranças, realizando visitas aos fóruns criminais, reunido com representantes do governo e, durante todo esse tempo, contribuindo para o acolhimento de mães e familiares que tinham partes na ação de cobrança por elucidação e justiça. Ela havia perdido um filho na Chacina de 2014 e, desde então, recebia ligações silenciosas, reparava em carros estacionados perto de sua casa e até mesmo identificava motoristas seguindo a ela e a seus familiares nas ruas. Seu relato começa com o ímpeto à luta:

Quando o Márcio morre, eu escolho lutar, eu escolho sair do trabalho, né? Eu escolho lutar. E aí só meu marido ficou trabalhando e eu andando todos os dias, todos os dias. Então, automaticamente, quando Brasília veio, a Comissão de Direitos Humanos de Brasília veio, o Eder Mauro ¹⁵surtou, sabe? Aí levaram a gente para uma sala lá na ALEPA, lá para baixo, assim, totalmente, tipo, para o Éder Mauro não encontrar gente, entendeu? E aí quando a gente chegou lá com o ministro dos direitos humanos, aí falou: "Olha, se vocês não quiserem se identificar, não tem problema". Eu falei: "Não, eu me identifico porque meu filho tem nome, eu escolhi ter um filho, entendeu? Eu escolhi parir naquele dia, mas eu só não escolhi que matassem ele naquele dia. Então alguém vai ter que dizer quem matou ele naquele dia. Aí ele ficou me olhando assim: "Não, mas porque é muito perigoso". Eu falei: "Eu não tenho dor maior de uma mãe de que perder um filho. Se matarem o outro, que no caso era o [omitido], só vai aumentar, mas não vai me parar. (...) Nessas alturas a gente ouve os gritos do Eder Mauro, que ele queria, por força, ver quem era que "tava" falando. Por força, ele queria saber as mães que estavam falando. (...) O [Deputado] Bordalo teve que se posicionar mesmo, entendeu? E aí para ele não descer a p**** da rampa para não ver gente, tanto que nós saímos de lá, entramos lá encapuzados e saímos encapuzados, mas a hora da nossa fala "pro" Ministério de Direitos Humanos, nenhum de nós tampou o rosto. (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

A escolha de não realizar o processo com o sigilo de suas identidades se dá pela necessidade de demonstrar que não há vergonha ou medo na luta por justiça e, nesse sentido, valeria a pena correr os riscos para não permitir que a intimidação, ferramenta poderosa dos grupos milicianos, tivesse poder sobre aquela luta, assim

¹⁵ Delegado da Polícia Civil que ganhou fama com sua atuação violenta nas ruas da cidade e com discursos de defesa de maior aplicação de forças policiais, porte amplo de armas e outras pautas relacionadas à extrema direita brasileira.

como não permitiriam que representantes da extrema direita do Estado limitassem o alcance de suas lutas. Esse tipo de intimidação não se limitava a esses grupos, mas também partiu, de forma velada, do próprio governo da época, no mandato de Simão Jatene. Ela segue narrando:

Aí o promotor (...) pede a coletiva de imprensa “pro” governador, né? Aí a secretária da FUNPAPA (...) chama nós para uma conversa, e aí a gente vai. (...) Eu já me entendia como gente, porque até então não me entendia como gente. Uma mesa imensa. Aí, tipo, a reunião era 10 horas, ela chegou meio-dia. Eu já “tava” p*** porque nessas alturas eu já tinha aprendido com a Dra. Eliana a questão do compromisso com horário. Ela: “Ai desculpe, não sei o que, não sei o que, não sei o quê”. Aí ela falou: “Olha, o que eu tenho para dizer para vocês é uma coisa muito importante e muito legal”. Aí a Dra. Eliana me olhou assim, sabe? Aí a Dra. Eliana tinha, tipo, tinha um medo de mim. A Dra. Eliana, ela tinha um medo, que eu era muito explosiva, e nesse dia foi um dia, entendeu? Aí ela falou assim: “O governo do estado “tá” oferecendo para vocês, porque muitos desses meninos eram mesmo de família. Então ele “tá” aparecendo para vocês a renovação de quem tem casa. Se só tiver o terreno, a gente constrói, dá o cheque moradia para vocês. Para você que trabalhava com pescado, né, camarão”. Porque o nome do Márcio ficou em evidência, porque eu era [trabalhava com esses materiais], entende? Pro Márcio, pro pai do Márcio, que que o Márcio já ia começar a trabalhar com o pai dele, né? “Eu até trouxe uma balança”, ela falou assim mesmo para mim (...). Aí eu virei a cadeira para ela e disse assim: “Tu achas que isso vai mudar a minha dor? Eu ainda vou me sentir culpada de estar usufruindo do que custou a vida do meu filho. Eu não quero nada disso.” “Ah, então eu não posso fazer nada.”, ela virou para mim. “Então, Dra. Eliana, eu não posso fazer nada, já que elas não querem um acordo.” Eu disse: “Minha filha, se você não pode fazer nada. Então levanta desse c*****, dessa cadeira que o Estado que tu representa matou nosso filho.” (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

Estamos cientes do peso desse relato, mas não nos atrevemos a retirar do texto mais do que o necessário para a adaptação da transcrição, dada a seriedade e a nosso intuito de não interferir com o tom e os sentidos desse episódio. Nele percebemos não apenas a tentativa de minimizar as dores sofridas pelas mães, como também a facilidade com que se tenta frear o ímpeto à luta com ofertas que precificam a vida. Nesse momento ficou claro que não seria a partir da ação do governo do estado que se conseguiria a justiça pretendida, mas apesar dela.

Esse tipo de assédio configura uma das muitas violências que vitimizam continuamente as famílias. Não se pode acreditar que o disparo que tira uma vida nesses espaços esgota o processo, ou que ao fim do luto há renovação e resiliência. Na verdade, se trata de uma dor que existirá para sempre, nunca se amenizará e, adicionalmente, carrega consigo as intimidações, a marginalização e sucessivos ataques à memória e à existência.

[meu filho] foi trabalhar, um carro passou, parou. O motorista pediu a carteira, era carro da polícia, pediu a carteira, não sei o que. Bateram nele, jogaram dentro da mala do carro, levaram. Por azar deles, onde foi que aconteceu? Na frente da casa da [omitido]. E a [omitido] conheceu o [omitido], entendeu? Ela disse: "Minha filha, a polícia levou teu filho". E aí, eu "tava" trabalhando, né? "A polícia levou teu filho, não sei o quê, eles bateram nele. Eu vi, eu vi". Falei assim: "Será, meu Deus?" Liguei pro Vinícius, não atendia. Peguei, liguei pra Dra. Eliana. Dra. Eliana, a [omitido] tá me dizendo que um carro parou (...) o carro que o Vinícius tava. O Vinícius desceu lá, reconheceu o Vinícius. [Dra. Eliana] foi ligar pra [omitido]: "pelo amor de Deus, se acontecer alguma coisa que esse menino, essa mulher vai surtar". [omitido] chama o secretário de segurança. Onde ele tava? Só foram deixar eles lá em São Brás, dois. (...) Os caras todos encapuzado na hora. Fiquei muito p***. É, eram agentes. (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

Nesse período, ela narra que já tomava precauções para sua proteção e da sua família, visto que ao longo das investigações teve conhecimento de como funcionava parte da operação de grupos milicianos, principalmente no que diz respeito ao monitoramento de bairros da cidade.

(...) quando a gente estava participando das investigações, que a gente entrou no quarto do PET, na casa do PET, lá em cima, a casa do PET era imensa, só que a casa a casa do pet não tinha parede. Ela tinha só telas, telões, telões, telões, telões, e uma mesa de controle assim no meio, sabe, que ele controlava tudo, mano. Tudo, tudo, tudo. Terra Firme, igual todos os pontos comerciais. Aonde o "moleque" mexeu de noite o [ele] ia lá contigo: "Olha eu sei quem foi. Me dá tanto que eu vou lá". (...) Mano, tu não tá entendendo, mano. Tu não tá entendendo. (...) Aí eu prestei atenção de como que eles ligavam um ponto no outro, sabe? Um lugar no outro, um lugar no outro. A hora, sabe? Tipo assim, esse mapeamento. Isso eu ensinei para ele, tá entendendo? De tudo. Eu falei: "Quando tu tiver passando um lugar grava algum lugar que tá passando, não vem olhando no teu celular. Fica atento a isso para ti ter precisão de onde a coisa aconteceu." E assim ele fez, né? Que foi lá na ligação atrás da UPP. Ou seja, ele passava todo dia lá. Ele passava todo dia lá, entendeu? (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

Foi necessário apreender os processos e os recursos que seriam usados para a intimidação como forma de limitar esses danos. O alcance e o poder desses agentes da violência são, no entanto, amplos e muito bem estabelecidos. Estavam a muito tempo acostumados a utilizar a força e a posição de alguns dos seus para praticar seus crimes sem se preocupar com punições ou mesmo com sua identificação. Os casos não param por aí.

Quando o Orlando Brasil pede a coletiva junto com o Bordalo para assumir [como Estado] a responsabilidade da chacina de 2014, isso foi numa terça-feira 2 horas da tarde, passou terça, quarta, quinta, sexta, sábado. Domingo, o [omitido] chegou de viagem. É pai deles. Quando ele chegou de viagem, ele sempre chegava e queria tomar uma cerveja. Dia de semana parece que [aqui] é morto, ainda não tinha essa praça, era morto. Aí ele ia atravessar, comprar cerveja bem ali. Quando ele vem, o carro para ele bem aqui e levou

ele até lá em casa dando [porrada], dando muito nele. Mas, mano, tu não tem noção. Deram muito nele. Aí eu, de novo, no outro dia, liguei pra Dra. Eliana, nós fizemos exame, tem todo esses guardado, entendeu? Tudo a gente fez. Tipo assim, eles estão, a Dra. Eliana disse “eles estão dando sinal de que eles vão te pegar”. Eu falei “então eles vão me pegar, né? Eles vão me pegar porque eu não vou sair de lá, eu não vou mudar, eu vou continuar”. (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

As agressões em torno de Suzana passaram a ficar mais frequentes à medida que o processo para a instauração da CPI das Milícias se tornava mais tangível, demonstrando que os agentes envolvidos com atividades ilegais estavam com medo de o Estado finalmente reconhecer suas existências e realizar investigações sobre suas organizações. Mesmo assim não houve recuo, nem dela e nem de outras mães que também passavam por pressões parecidas.

E dito e feito. Na semana seguinte a minha prima se muda. Eu morava no kit net em cima e minha prima se muda pro kit net embaixo. Aí ela tinha uma moto, e como eles fazem essa vigília, né, das pessoas, aí o carro parava ali, sabia todo o nosso mapeamento de que que hora a pessoa saía, que hora a pessoa chegava. Então a mulher da minha prima, ela era camareira. Então ela chegava, tipo, 6:30h. A hora que o portão era aberto, cedo, sem ninguém na rua. Olha, para tu ver como foi. Assim, tipo, abrem o portão de baixo e abrem o portão de cima porque a menina entrava e o [omitido] saía para trabalhar, entendeu? Nossa, serviço de inteligência de primeira. Tanto que quando ela abre eles entram, sabe? Entraram com “caramba”. Ela disse que ele passou e foram logo subindo a escada. E justamente o [omitido] tava com o cadeado aberto, que muitas das vezes ela já deixava aberto, porque ela já sabia que o [omitido] ia sair. E foi quando eles entraram, já foram levando [omitido] pro quarto. Entraram pro quarto, me agarraram, eu peguei, joguei o celular para debaixo da cama, todos encapuzados, mas no carro da polícia. Fardado, mano. Tipo isso, entendeu? Tipo isso aí. “Vai, c*****, sua v*****. Para que eu vou matar teu filho”. (...) Eles davam o soco no [omitido] e metiam o saco no [vinicius]. Aí quando ele viu que o [omitido] tava puxando já o saco, para dentro, aí ele soltava. “a gente vai matar” e eu gritava: “Mata, mata!” Nessas alturas a minha prima, como eu tinha, assim, um certo cuidado com tudo isso, tipo, ela tinha o telefone da Dra. Eliana, né? A gente tinha o telefone do Galeno, que era delegado da delegacia de homicídio. A Dra. Eliana, no momento, não atendeu, mas o Galeno atendeu. E aí o Galeno acionou a [polícia] civil, entendeu? E quando a [polícia] civil, a primeira civil que dobrou, o carro que tava no apoio deles, só a sirene deles. Aí foi quando eles só numa carreira desceu. Só que a civil perseguiu, parou, né? Prendeu, levou, fizemos todos os tramites e só dois perderam a farda, de seis, só dois perderam a farda (...) ou seja, desses, quatro já estão aí, tão aí [em serviço], já invadiram aqui. (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

A partir desse episódio, que demonstrou de uma vez por todas que “o pé de Suzana estava fincado no chão” e que ela não moveria um centímetro de sua posição de luta por justiça por conta de intimidações por parte de agentes, sua força enquanto liderança comunitária e do Instituto Marcinho enquanto potência política foram reconhecidas, inclusive, por seus algozes. Diferente do que acontece muitas vezes,

com pessoas extremamente vulnerabilizadas, a luta continuou, não apenas pela força de Suzana e de sua família, mas por conta do que essa causa significa para todas as mães que perderam seus filhos e pelas pessoas da periferia de Belém, como um todo, que são vítimas desses processos violentos.

Acreditamos que isso foi possível, além de toda a garra e coragem de Suzana e sua família, pela criação de uma rede de apoio e proteção muito densa. A luta comunitária se fortalece quando frentes diferentes, com atribuições e competências independentes, percebem em quais eixos se aproximam e se afastam. Com a licença de oferecer uma conclusão à essa narrativa, em específico, nos permitimos a inserção de mais um trecho dessa entrevista.

Aí eu tinha [vontade], tipo assim, quero trabalhar, quero ganhar, sei cozinhar. Vou abrir um restaurante. Na época o Maluco era vivo, isso aqui era uma lanchonete, do Maluco. Não tinha esse muro, nessa altura, era só até aqui e esta grade, né? Aí o carro para, passa bem aí, baixa o vidro. Eu só vejo malmente aquele olho e o cano do revólver. "Pode matar", só comigo, né? (...) eu não vou correr. Tô sentada, aqui vou ficar, porque se eu mostrar medo aí que..., não, não vou. Só que ele era amigo do Maluco, mesmo cara que fez isso comigo. Parou lá e falou com o Maluco. Aí o maluco veio, disse assim: "Meu, sabe o que ele falou? Que tu vales mais que a farda dele, por isso que ele não te matou." Falei: "Foi mesmo? Que pena que ele vale um pano velho que essa farda é podre". Entendeu? Maluco falou: "tu é muito doida, tu, mulher, tu é muito doida". Falei: "Não, eu não sou doida, cara. Eu só tenho um amor muito grande pelos meus filhos. Eu sei o que eu passei quando criança. O que eu resisti para sobreviver e o Estado vim tirar meu filho assim. Eu não aceito. Nem que eu tenha que pagar com a vida do Márcio, que eu tenho que pagar com a vida da [omitido] ou até com a minha mesmo. Mas eu não vou parar. Não vou parar. E agora já não é mais pelo Márcio". (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024)

Mas, ao mesmo tempo que a figura de Suzana e a imagem do Instituto Marcinho ganham forma frente à luta pelo fim do extermínio da juventude negra, as responsabilidades se multiplicam e as demandas se densificam frente a uma realidade em que diversas famílias sofrem com um repertório de violações de direitos que, até culminarem na morte, perpassam por várias outras violências. Quando ela diz que não é mais sobre o Márcio, entendemos que a sua dor pessoal a levou a uma luta bem mais ampla, em que a sua dor a compele a pegar a mão de outras mães e trazê-las para a luta para que, algum dia, os jovens da periferia não sejam mais alvos da criminalização e da necropolítica impune.

Como eu falei para ele, eu sempre falo, entendeu? Já não é mais pelo Márcio, é pelas mães mesmo, sabe? Que não se reconhecem, tão empobrecidas de conhecimento, sabe? Que é isso que a gente tenta fazer e a gente vê o

desinteresse delas quanto isso. E eu posso te dizer isso assim com plena segurança, Eryck, porque a gente tá com 768 famílias que foram desapropriadas do Pratinha, que foram criminalizadas, porque o estado matou três adolescentes lá dentro, e dentro do apartamento, dentro da casa, também. Desceu com filho enrolado no lençol, mano, batendo a cabeça, sabe? Esse eco na cabeça das pessoas, a cabeça do menino vindo quarto andar batendo, batendo e ele jogar no carro feito bicho, sabe assim? Não tem como, velho. Só mesmo, eu penso, que só mesmo a questão da máquina do dinheiro público que ignora isso (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

Essa criminalização começa desde os corpos muito jovens, marginalizados e submetidos à uma existência de privações. Moradia, educação, esporte, lazer, desigualdade, etc. São inúmeros os mecanismos de aprisionamento que atingem diversas existências em bairros periféricos de Belém.

Ao mesmo tempo que o Estado age por meio de diversas e sistemáticas ausências nesses espaços, corrobora-se a hipótese de que o interesse de controle e extermínio é o seu principal objetivo. Ao mesmo tempo que operações policiais sangrentas, como as chacinas das quais falamos, são justificadas pela opinião pública e pela imprensa governamental, pela ação de organizações criminosas ou da própria existência do crime, sob um viés mais próximo dessa realidade, compreendemos como o próprio Estado contribui para o processo de ingresso de muito jovens nas linhas de frente de facções criminosas.

Ontem, [estava falando] até para uma amiga minha. [Ela]: “ai, porque eu não gosto do crime”. Eu não tenho medo do crime. Eu falei “mana o crime é tão vítima quanto nós. Ser, hoje, um faccionado, para ele fazer parte desse crime organizado, alguém falhou. E essa primeira pessoa que falhou, vou ter que te dizer isso, foi você. Não, porque eu trabalhava, porque e o dinheiro compra tudo. Qual foi a tua participação na escola não foi, né? Porque tu achou que só matar a fome educaria, mas não educa. Quando tu deu só comida e o estado negou uma boa escola e o estado negou o direito à saúde de qualidade, o Estado, o Município nega uma boa condução, tá entendendo? Andar nessa distância que vocês moram, lá, não dava para chegar na pista, para na pista pegar um ônibus. Essa foi a contribuição que o crime quer para ele acolher. É errado. É errado. Entendeu?” (Amaral, Suzana. Entrevista concedida a Eryck Batalha, 2024).

Nesse sentido, acreditamos que o êxito do instituto Marcinho, de pressionar o poder público para a instauração da CPI que não apenas admitiu a existência de milícias no Estado, como também foi responsável pelo indiciamento de diversos agentes que fazem parte dessas organizações, foi um dos muitos marcos desse grupo. Lembrando, é claro, que isso só foi possível a partir da luta comunitária, com muitas vozes, em seus próprios tons, volumes e tempos.

Ao mesmo tempo, destacamos que os êxitos vêm acompanhados, como demonstramos pelo extenso e riquíssimo relato de Suzana, com muita luta, muitas resistências e muita força. Não deveria ser necessário sofrer violências como a que ela e sua família sofreram para realizar mudanças no mundo, mas em uma realidade em que a força é o principal meio de controle, a coerção toma o lugar do debate e as diferenças são engolidas pelo domínio sobre os corpos. Dita-se, assim, o tom dessa luta, que ao objetivar o movimento da sociedade, precisa vulnerabilizar suas próprias existências.

Esse é, talvez, um dos maiores desafios que o “Instituto Marcinho” enfrentará em sua trajetória. Encarar de frente uma série de agentes violentos que possuem controle inegável dos espaços sob uma lógica violenta significa sempre atuar com assimetria de forças. Estratégias que desafiem esse *status* são quase sempre fruto da coletividade e da desobediência, e o principal meio de ganhar apoio e engajamento é por meio do trabalho de base e da densificação de uma rede de apoio entre movimentos, instituições, organizações da sociedade civil, da academia e, se possível, do corpo político-partidário.

Desafia, também, o fato de que essas lideranças sempre serão alvos, e suas vidas sempre estarão em risco, dados os antagonismos existentes. A capacidade adaptativa, nesse sentido, é essencial não apenas para a sua própria proteção, mas para a longevidade do movimento, que será, igualmente, mirado por diversos tipos de ataques, diretos e indiretos. Tentativas de deslegitimar suas pautas frente à população de bairros periféricos e não periféricos seguirão existindo, sob discursos de “defensores de bandidos”, “vagabundos” ou adjetivos pejorativos mais imaginativos do que nos atrevemos a pensar.

Adaptar estratégias para os diferentes desafios tem sido um dos trunfos desse movimento, que abarcam públicos diversos, em ambiente diversos e com objetivos muito amplos. Ao mesmo tempo que o trabalho das mães demanda uma agenda de mobilização e conscientização, o oferecimento de apoio social a famílias em vulnerabilidade pede um tipo diferente de repertórios. Quando em órgãos públicos, eventos científicos ou mesas de discussão, a linguagem e as mensagens variam daquelas com crianças e adolescentes em espaços de formação e de lazer.

Variadas, também, são as estratégias utilizadas pelo “Coletivo Tela Firme”, que igualmente carrega consigo uma série de experiências que demonstram muitos êxitos e desafios que se transmutam e reforçam a necessidade de sua capacidade

adaptativa. Falamos, no entanto, de um tipo completamente diferente de movimento, que, segundo Zeca da TF, se reconhece mais como um potencializador de iniciativas comunitárias, papel importantíssimo, também, mas que ao nosso ver não encerra todo o trabalho realizado.

Ao longo da última década há uma evidente expansão desse projeto, que desde a comunidade até a academia, passando por organizações da sociedade civil e outros setores sociais, tem tipo reconhecimento por seu trabalho da Terra Firme e em outros bairros da Periferia de Belém.

Já percorreram espaços da academia, arte, cultura e política falando sobre essa experiência inovadora e tão importante para o surgimento de várias outras, com o teor baseado no território popular e na cultura amazônica. Não podemos descartar sua influência no nascimento de projetos como o “Negritar”, que produz filmes de temática amazônica, feminista e negra, o “Cine Club TF”, que realiza exposições de filmes pelo bairro ou de espaços como o “Gueto Hub”, que servem como um ponto de arte, ativismo e cultura no bairro do Jurunas, com inspiração no “Chalé da Paz”, na Terra Firme.

Um dos êxitos mais evidentes, quando consideramos o seu intuito de ser um ponto de convergência e conexão de outras iniciativas, é a contribuição para a criação de uma rede de organizações e movimentos sociais no bairro da Terra Firme e de outros da cidade e até de outros estados do Brasil. Essa articulação permitiu a realização de atos, pressões e mobilização citadas ao longo deste trabalho.

O interessante desses momentos de trocas foi que se reuniram entidades de diferentes formas de organização, estratégias de lutas, objetivos e identidades. Em comum compartilhavam suas condições periféricas e a marginalização da existência de seus sujeitos e de seus espaços. Ainda assim, considerando todas essas diferenças, a força em prol de um fim comum é exponencialmente maior.

Temas como cidadania, direito à cidade e garantia de direitos básicos assumem particularidades a depender dos movimentos que os adereça, mas possuem um fundo de significados em comum que é inerente ao espaço das periferias de Belém. Isso faz com que essa rede de ativismos e movimentos pareça ainda mais natural do que antes.

Devemos lembrar, no entanto, que o principal objetivo do Coletivo é ser um meio de comunicação que enfrente visões negativas sobre o espaço do bairro da Terra Firme, historicamente, marginalizado. Seu lema, “Nessa TELA o povo é FIRME”,

representa muito bem essa missão. Segundo Zeca da TF pretende-se “desconstruir o que os meios de comunicação de massa comunicam sobre o Território, até então taxado de “violento” (Zeca da TF, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2025).

Nesse sentido os êxitos se acumulam e se fortalecem. O trabalho de valorização de manifestações do bairro mostra uma face da periferia de Belém que muitas vezes é minimizada pelos próprios moradores, que, inundados por representações externas, se vêem alienados de sua própria existência. Ao percorrer o bairro com vídeos animados sobre jovens que passaram no vestibular, ou sobre um bloco de carnaval tradicional que mantém suas tradições, aqueles grupos de dança ou de capoeira que oferecem vagas para jovens no pátio de alguma escola ou em algum campo assentado com caroços de açaí descartados nas inúmeras máquinas que batem o fruto ou mesmo programações de igrejas com crianças e adolescentes. Existe uma rotina árdua, mas recompensadora, de articular essas manifestações em um grande panorama popular e comunitário.

Conseguiu, também, fortalecer iniciativas populares e movimentos sociais para realizar suas ações junto à população de modo integrado, sensível à problemas a serem superados, mas sempre atento às potencialidades coletivas de enfrentamento a eles. Quanto à questão da violência e da insegurança no bairro, seu posicionamento é sempre o de reconhecimento, sem criminalização:

Sim, aqui tem violência, majoriamente provocada pelo sistema, mas tem vida. Tem abandono, mas tem cultura. Tem tristeza, mas tem alegria. Tem injustiça, mas tem luta. Nossa Tela anuncia e denúncia! (Zeca da TF, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2025).

Nessa perspectiva o coletivo foi capaz de reunir cerca de 26 organizações, movimentos sociais e entidades de arte e cultura para o Seminário em Defesa da Terra Firme, evento que culminou na produção de uma cartilha propositiva de políticas públicas para o bairro, construída coletivamente, de forma comunitária e horizontal. Esse documento foi apresentado aos candidatos às eleições municipais como uma síntese de diversas demandas de frentes de ações diversas. Abaixo está a lista das organizações que participaram (Tabela 2).

Tabela 2 – Organizações que construíram o III Seminário em defesa da Terra Firme

1.	Coletivo Tela Firme
2.	Terra Esporte Clube
3.	Associação Cultural Boi da Terra
4.	Boi Marronzinho
5.	Associação dos Moradores Gabriel Pimenta
6.	Grupo de Capoeira da Angola Raízes da Mata
7.	Instituto Maria e Marias
8.	Capoeira da Angola Cutimboia
9.	Centro comunitário Bom Jesus
10.	Mirante da TF
11.	Cine Club TF
12.	Associação dos amigos do Rio Tucunduba
13.	Projeto Cine Periferia
14.	Movimento popular Periferia tem Vez
15.	Boi Bumbá Curumin
16.	Casa das Artes e Cidadania
17.	Movimento Sócio-Ambiental Flora Amazônica
18.	Grupo de apoio Solidariedade
19.	Instituto Lutar Sempre
20.	Grupo de Carimbó Os Tamuatás do Tucunduba
21.	Movimento em defesa dos rios de Belém
22.	Coletivo Filhos do Bairro
23.	Movimento Tucunduba Pró Lago Verde
24.	Companhia de Teatro JAVE
25.	Associação de mulheres do bairro da Terra Firme
26.	Grupo Nós, os Peraltas

Fonte: III Carta em Defesa da Terra Firme (2024).

A capacidade de articulação de um grupo tão diverso e numeroso em prol de objetivos comunitários realmente chama a atenção. Se o objetivo era ser um ponto de convergência e articulação do bairro, não vejo como não podemos chamar isso de êxito. É claro que, na terceira edição deste seminário, muito foi construído, ao longo de longos anos de reuniões, trocas e cooperações.

O Seminário contou com quatro grupos de trabalho que formularam cerca de 74 propostas para apresentar ao poder público municipal com objetividades que

ilustram bem essa diversidade de ações no bairro. Os grupos de trabalho foram: a) Esporte, lazer e cultura; b) Segurança pública, cidadania e direitos humanos; c) Educação, emprego e renda e segurança alimentar; d) saúde e meio ambiente. Abaixo listamos as propostas referentes ao segundo GT, que dialogam diretamente com nosso tema (Tabela 3).

Tabela 3 – Propostas do GT de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos

1.	Construção de uma Agenda de discussão sobre Direitos Humanos e Cidadania
2.	Criação de um comitê integrado em defesa da Terra Firme
3.	Retomada do histórico de organização da Terra Firme
4.	Parcerias para Educação profissional de jovens
5.	Criação de uma Comissão de Segurança Pública
6.	Mecanismos de controle e fiscalização de políticas públicas
7.	Acesso à secretaria de justiça
8.	Abaixo-assinado para o retorno do CRAS
9.	Fortalecimento das mídias locais e debates sobre direitos controversos
10.	Audiência pública sobre segurança pública
11.	Construção de um memorial sobre o genocídio de negros e negras
12.	Combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes
13.	Ações para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários
14.	Levantamento de dados sobre suicídio
15.	Criação da Secretaria Municipal da Periferia
16.	Identificação de ruas com placas e sinalização
17.	Ações de enfrentamento à violência

Fonte: III Carta em defesa da Terra Firme (2024).

É possível perceber uma sensibilidade consciente quanto às possibilidades de enfrentamentos das violências, desenhadas de forma descentralizada, mas alinhadas às perspectivas multipolares dos movimentos. As propostas partem desde a base, com o trabalho dos próprios moradores na base, até a criação de comissões e secretarias municipais a serem ocupadas por pessoas dos bairros periféricos da cidade para focar nestes mesmos espaços.

Nesse sentido, o próprio Zeca da TF afirma que, adicionalmente ao trabalho com outras organizações, se reconhece o êxito em se aproximar da comunidade como um todo. Para isso, o uso de tecnologia ajuda bastante.

alcançamos o principal [objetivo do coletivo]: chegar mais próximo da comunidade através de nossas redes sociais, passamos a ser referência de denúncias de injustiças e promoção de bons feitos (Zeca da TF, entrevista concedida a Eryck Batalha, 2025).

Esse trabalho junto à comunidade é, talvez, um dos mais potentes de todos os que falamos ao longo desse trabalho, se pudermos atribuir pesos de nosso lugar, pois é a partir dele que se ampliam os engajamentos e as reproduções de novas narrativas de forma orgânica. O uso das redes sociais, nesse sentido, potencializa ainda mais essas identidades e suas diferenças.

Alguns desafios ainda são presentes no trabalho do coletivo, principalmente quando consideramos que sua atuação é fluida e suas estratégias adaptativas. Sempre haverá novos horizontes a se alcançar, segundo essa perspectiva.

Ao pedir um resumo sobre o maior destes desafios enfrentados hoje, Zeca da TF nos responde que a realização de trabalhos comunitários está cada vez mais difícil de se realizar em uma sociedade em que o individualismo se torna um padrão de existência cada vez mais exacerbado. O chamado à luta coletiva se choca com filosofias meritocráticas e pela criminalização dos movimentos sociais. A polarização política também toma conta das redes sociais e ocupa um espaço muito importante das discussões, dificultando a construção de novas formas de agir e pensar.

Aqui procuramos indicar percursos dos movimentos em termos de êxitos conforme seus próprios objetivos e demandas, ao mesmo tempo que tentamos identificar em falas dos seus protagonistas o que poderia representar uma limitação ou barreira a ser vencida. Devemos lembrar que se trata de um recorte que corresponde ao tempo de realização desta pesquisa e, por conta disso, não caracterizam a própria estrutura desses movimentos de forma permanente. Lembrem-se, aqueles que estudamos são tão fluidos quanto suas demandas e suas estratégias são voltadas ao atendimento de necessidades e públicos específicos.

Finalmente, um dos principais desafios enfrentados tanto pelo Instituto Marcinho quanto pelo Coletivo Tela Firme diz respeito à sua condição de movimento social em prol de mudanças estruturais em um contexto de exceção em que a própria existência de seus integrantes é ameaçada, independentemente das lutas que protagonizam.

É claro que a visibilidade que recebem contribuem para o incremento de perigos, mas mesmo uma pessoa que não faz parte de nenhuma iniciativa comunitária também está vulnerável, principalmente se não se tratar de uma pessoa branca.

Nesse contexto de extermínio e de cerceamento de direitos, corpos pretos estão em constante perigo e seus movimentos são limitados por vários dos fatores dos quais falamos ao longo deste trabalho, a citar: baixa renda, acesso precário à educação, violência policial, ação de organizações criminosas, criminalização pela opinião pública, dentre outros. O fato de a maioria das pessoas que compõem esses movimentos não ser branca está diretamente relacionado com essa vulnerabilidade, ao mesmo tempo é ela também um dos fatores de limitação de determinadas ações.

Se uma pessoa em estado de vulnerabilidade já é um alvo por sua própria existência, uma pessoa que luta para romper com essa lógica é duplamente indesejada. Superar essa condição, através do empoderamento e do fortalecimento de redes de proteção, tanto no que diz respeito à defesa de ataques diretos quanto à segurança alimentar, financeira e habitacional.

Esses foram, portanto, alguns exemplos selecionados para ilustrar as fronteiras desses movimentos, que vão se desdobrando a partir de ações diversas, centralizadas ou interrelacionadas com outras iniciativas populares do espaço urbano periférico de Belém. A seguir apresentaremos alguns dos caminhos que vemos surgir a partir dessas existências e de que forma os sujeitos periféricos se levantam enquanto construtores de um mundo novo.

5.4 Possibilidades para pensar novas relações nas periferias

Neste tópico pretendemos destacar alguns possíveis caminhos que acreditamos possíveis para a construção de mundo novos a partir da ação dos movimentos que estudamos ao longo desta pesquisa e de possíveis contribuições das ciências para explorar novos pontos de vista a partir desses lugares.

Construímos essa argumentação com a certeza de que alguns objetivos se confundem com processos e vice e versa, em um caminho constata-se de criação e recriação de horizontes ideológicos e de perspectivas. Isso ocorre pelo fato de a fonte que alimenta esses movimentos serem as pessoas que o constroem, como já esperamos, e suas objetividades que são constantemente afetadas pelo mundo ao seu entorno.

A realização de uma oficina de criação de roteiros, por exemplo, pode ser o objetivo final de um longo percurso de seleção de materiais, levantamento de caixa para custos locacionais, seleção de facilitadores voluntários, divulgação e produção do evento. Ao mesmo tempo, essa mesma oficina pode ser o primeiro passo para a produção de um documentário sobre um tema caro a um dos participantes que se sente inspirado pelo novo conhecimento adquirido. Pode, também, ser um meio necessário para o andamento da produção de um curta-metragem que estava parado por dificuldades em sua escrita.

De qualquer modo, os limites entre processo e resultado nem sempre são tão claros como pensamos e, nesses casos, continuar se movimentando é sempre uma solução duradora para manter as lutas vivas e contextualizadas, com um pé na realidade socioespacial a que estão submetidas e outro ao modelo de mundo que pretendem construir.

A seguir tentaremos demonstrar que esse processo envolve esforços coletivos complexos e custosos, que devem ser pensados a longo prazo, mas executados com a urgência do fervor seus participantes. São contribuições que derivam da experiência periférica e que apenas nela encontram sentido e possibilidade de se tornarem agendas.

Primeiramente, acreditamos que qualquer ímpeto de mudança precisa, necessariamente, passar pela transformação das relações construídas nas periferias da cidade. Nos parece que o crescimento do individualismo nesses espaços ocorre em conflito com o próprio processo de ocupação e construção do espaço periférico da cidade, que ocorre através de ações coletivas e apoios mútuos para a sobrevivência.

A lógica de produção capitalista que vem se assentando em todas as esferas da vida é recebida na periferia com uma série de contradições. Ao mesmo tempo que sopram os ventos do incremento de consumo, do foco no “eu” individualista e na ascensão social por mérito, são negadas condições básicas para a plena inserção nessa lógica.

Por isso, deve-se trabalhar na construção de meios de mobilização para recuperar o sentimento de comunidade, com intuito de fortalecer pautas comuns, mesmo que de pontos de vista diferentes. Trata-se de viabilizar frentes amplas de ação em prol de melhorias relacionadas à direitos, inclusive, mas do estabelecimento de uma cidadania plena e compromissada com a eliminação de desigualdades.

Esse tipo de mobilização também poderá ser responsável pela legitimação de pautas populares frente às comunidades externas às periferias da cidade, que geralmente possuem visões enviesadas e alienadas por mídias pouco compromissadas com a realidade local ou com qualquer aspecto dessas existências que não sejam o do crime, da pobreza e do perigo. Com uma articulação diversa sobre as necessidades reais destes espaços será possível fortalecer outras visões e outras construções narrativas.

Em casos de conflitos diretos com agentes diversos que promovem a violência nesses espaços, mobilizações amplas dão mais chances de resistências e continuidade de denúncias e cobranças do que iniciativas isoladas e com pouco alcance político e comunicacional. Trata-se da criação de redes interrelacionadas e diferentes entre si, cobrindo vários campos ao mesmo tempo que tratam de temas afins.

O aumento dessas redes de mobilização pode contribuir para o alcance de outra necessidade urgente para a continuidade e o adensamento de pautas de transformação, que é a criação e o fortalecimento de novos protagonismos no espaço urbano.

Não falamos, especificamente, da continuidade de movimentos sociais já existentes a partir de novas lideranças internas ou da renovação do seu corpo de trabalho, mas nos referimos, também, ao despertar de novas pautas no espaço periférico a partir de processos de empoderamento político de pessoas em ações educativas e espaços de discussão e engajamento.

Dessa forma se multiplicam os polos de ação periféricas e se complexificam as frentes de ação, refletindo a constelação de objetividades que caracteriza os bairros da cidade de Belém. As interrelações entre essas iniciativas também se multiplicam e, dessa forma, temos cada vez mais pessoas engajadas em suas próprias pautas, tendo em comum sua relação com o espaço que habitam e que almejam transformar.

Cobre-se, assim, pautas como a segurança pública, práticas antirracistas, fortalecimento de arte, cultura, esporte e lazer, oferecimento de serviços públicos, saneamento básico, educação de qualidade, acesso à saúde, assistência social, habitação, alimentação saudável, iniciativas empreendedoras, ecologia urbana, meio ambiente, luta antirracista, de gênero, orientação sexual e várias outras que podem, inclusive, não compor nosso hall de conhecimentos.

Esse processo será essencial para romper com a lógica que pensa as pessoas desses espaços como indivíduos passivos frente à ação do Estado e, no escopo deste trabalho, de organizações criminosas que exercem controle sobre as periferias da cidade. Surgem, então, sujeitos, ativos no processo de construção de seus próprios lugares e de algo novo a partir disso.

A periferia, portanto, se elevaria enquanto propulsora de seu próprio destino e criadora de sua própria autonomia, negando lógicas externas em prol dos sentidos construídos de dentro para fora, de forma horizontalizada e coletiva. Os conceitos que guiariam esse novo rumo seriam construídos a partir dessa constelação de interesses e objetividades.

Acreditamos que a arte e a cultura são vetores de mobilização muito ricos no que diz respeito ao trabalho com as bases, visto que tem o poder de atrair atenção por práticas de lazer que facilitam alguns diálogos com crianças e adolescentes, por exemplo.

A construção de práticas lúdicas pode facilitar bastante a abordagem de temas difíceis de tratar, como a violência urbana, o racismo estrutural, as discriminações raciais e a diferença de classes. É claro que esse tipo de prática deve ser acompanhado de profissionais que possuam o repertório necessário para garantir um processo responsável e proveitoso, principalmente quando se trata de crianças.

Movimentos ligados à cultura *hip hop*, por exemplo, possuem uma longa tradição do uso de expressões gráficas, corporais e musicais para comunicar suas demandas e mostrar suas objetividades frente ao mundo. Utiliza da visibilidade da estética e da contundência dos passos de dança e das rimas ritmadas para fazer política aliada ao lazer e à arte. Está tão ligado às cenas periféricas que são, também, assimilados e incorporados em diversos outros movimentos, principalmente aqueles com pautas raciais ou que falam sobre segregação.

O uso de elementos como esse em atividades do “Instituto Marcinho” representa um importante ponte entre movimentos, confirmando que ambas as organizações têm muito a ganhar com parcerias e ações em conjunto, não apenas pela visibilidade, mas pela dupla troca de experiências e pelo fortalecimento de polaridades periféricas múltiplas. Abre-se mão de protagonismos ligados a pessoas ou à um grupo de pessoas para se conformarem protagonismos múltiplos e, portanto, exalta-se diferença.

De fato, essa atenção dada às diferenças atravessa e exalta as identidades em conjunto, criando espaços de convivência em que é possível debater e conciliar conflitos e concordâncias. Os entre-lugares de Leite (2013), por exemplo, enquanto esses espaços que podemos nos por diante do outro e expor nossas diferenças de modo democrático, sem hierarquizações, configuram lugares por excelência da prática política.

Olhando para as experiências vividas ao longo desta pesquisa, junto aos movimentos, e para os materiais que levantamos, entrevistas que realizamos e relatos que lemos, não temos dúvida que os momentos de maior potência política, no sentido de cruzamento de experiências e capacidade de incidência sobre a realidade e sobre as instituições, ocorreram durante manifestações em espaços públicos.

Enquanto espaços da política, os espaços públicos oferecem capacidades de ações que implicam no contato com o outro, enquanto entes dotados de suas identidades e particularidades, mas também impulsiona identidades nossas, que carregam pautas e visões do possível particulares. Desse encontro nascem as possibilidades de cruzamentos que enriquecem ambos os lados, sejam quantos forem.

Esse processo se limita ao encontro entre movimentos diferentes, mas também tem uma capacidade de exposição que chega a outras pessoas presentes nesses espaços, transeuntes curiosos, comerciantes, crianças, idosos e outras camadas da população que, em algum grau, são afetadas pelas discussões sobre letalidade policial, feitas em atos políticos como o Luzes pela Paz, ou pelas leituras sobre extermínio da juventude negra, protagonizados pelas crianças acolhidas pelo Instituto Marcinho Megas Kamaradas. Adicionalmente, o uso do espaço público como local de impressão de memórias, como o projeto do Instituto Marcinho em parceria com a ONG FASE, Territórios de Memória, Justiça e Resistência, propõe, representa um importante marco de uso político da arte no substrato do espaço para marcar a existência de uma realidade muitas vezes negada.

O registro desse mesmo espaço público em produções audiovisuais, como o faz o Tela Firme, é um ato político de criação de memórias, igualmente, registrando histórias e história do bairro que demarcam processos importantes de construção coletiva do espaço. As feiras, a praça, as ruas cheias de histórias, a beira do canal e tantos outros espaços públicos que, mesmo precarizados pelo poder público, servem como o lócus da vida comunitária. Resistências frente ao intenso processo de

privatização da vida. Ao assistir esses vídeos, os moradores do bairro e pessoas de outros bairros verão aqueles espaços sob a ótica dos moradores dali, expressando sentidos que faltam em representações externas.

Mas não se resume a isso. Quando são realizadas agendas de articulação, atos políticos, oficinas e programações lúdicas com crianças e adolescentes, eles ocorrem em espaços públicos, muitas vezes. Quadras de esporte, a praça e a Usina da Paz, por exemplo, são locais de ampla circulação que abriga manifestações diversas, potencializando essas atividades frente ao outro, em dupla via.

A exaltação dessas diferenças, como potências de transformação do espaço periférico e pela criação de um mundo novo, portanto, pode ser potencializada pela ocupação e ressignificação de espaços públicos, em que se manifeste a existência de uma ampla rede comunitária em contante transformação.

Por fim, cremos que essas interrelações são capazes de fortalecer as lutas dos movimentos estudados e densificar redes para realizar denúncias contra violações, demandar direitos e construir aos poucos um mundo novo, alinhado às pessoas e seus anseios, de forma articulada, endógena e verdadeiramente democrática.

Enquanto cientistas, precisamos estar atentos à emergência desses sujeitos enquanto protagonistas de suas próprias lutas, centralizando-os perante sua condição periférica e deixando de lado as tradições que os enxergam como vítimas de um sistema inevitável ou como perdas colaterais de um conflito hegemônico em curso. Não existe passividade nessa relação, mas lutas diversas em torno de objetivos que se cruzam, afastam e, às vezes, seguem paralelos em uma mesma direção.

Precisamos, ainda, considerar a diversidade de movimentos, ativismos e engajamentos a partir de uma visão ampla e que enxergue suas diferenças. Olhar para as periferias de Belém enquanto um espaço de multipolaridades de ação transformadora nos permite analisar essas iniciativas a partir de perspectivas particulares e articuladas, ao mesmo tempo, reconhecendo que a força de lutas comunitárias surge da interconexão dessas diferenças.

Maior é a força de uma luta, portanto, quanto maior for a sua capacidade de engajar movimentos e ativismos diferentes, com diferentes estratégias de ação, frentes de avanço diversos e protagonistas com identidades que conformem o que, diversas vezes ao longo desta pesquisa, nos acostumamos a chamar de uma constelação de existências periféricas.

Os argumentos construídos ao longo desta pesquisa, portanto, demonstram a tese de que esses movimentos, ativismos e grupos periféricos não só resistem, por meio de suas identidades, mas existem e constroem novas possibilidades de luta a partir de uma multipolaridade de ações, símbolos da diferença, que representam frentes diversas de protagonismos. Se trata de uma outra configuração de potências a partir da periferia, de dentro para fora, como expressões da luta por um mundo novo.

6 Considerações Finais

Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as formas de existência e resistência que emanam de movimentos sociais e ativismos urbanos na periferia de Belém. Olhamos para essas manifestações em um contexto de disputa territorial a que foram submetidas as periferias da cidade, envolvendo o Estado, milícias e facções criminosas como os principais agentes de violência urbana.

Para alcançar este objetivo utilizamos uma série de materiais bibliográficos e documentais que nos permitiram construir um quadro de referências conceituais e contextuais sobre nosso recorte de pesquisa, que são os bairros periféricos da cidade de Belém e os agentes que atuam sobre eles. Os principais conceitos e categorias utilizados foram os de Movimentos Sociais, Estado de Exceção, Necropolítica, Políticas Públicas, Espaço Público e Contra-Poderes.

Para analisar as ações de iniciativas comunitárias e dos movimentos que apreendemos ao longo desta pesquisa utilizamos o conceito de movimentos sociais como principal aporte teórico enquanto guia de leitura e de organização de categorias. No caso dos movimentos aqui estudados, por sua natureza, estruturas e formas de ação, preferimos um olhar a partir dos Novos Movimentos Sociais, por compreender que a forte ligação com a cultura, a arte e o lazer oferecem novas configurações de incidência sobre o espaço, mais fluidas e adaptativas. Tanto o Instituto Marcinho Megas Kamaradas quanto o Coletivo Tela Firme agem de formas inovadoras e muito sensíveis às complexidades de suas demandas.

O Conceito de Estado de Exceção nos ajudou a compreender o contexto que define a vida em bairros periféricos de Belém, em que as pessoas são diariamente desprovidas de seus direitos básicos em nome de uma política de segurança que diz combater um mal comum à sociedade no que se acostudou chamar de Guerra às Drogas. Essa campanha, no entanto, vai de encontro às premissas de defesa da vida e dos processos legais que compõem o judiciário brasileiro, pois o resultado é um aumento da letalidade nas periferias e a emergência de justiceiros que agem à margem da lei sob o suposto pretexto de uma justiça deturpada em vingança. Esse tipo de conduta cria normas de contenção que limitam o acesso aos espaços públicos, ao direito de se movimentar, de se expressar e, em muitos casos, de existir.

Utilizamos o conceito de necropolítica para compreender de que forma esse tipo de violação age de forma assimétrica sobre os corpos na cidade.

Compreendemos que, a partir de uma herança colonial, a sociedade atual é entranhada, desde sua estrutura, em processos e objetividades racistas. Dessa forma, os corpos negros são os que mais sofrem discriminação e processos de desumanização nesses espaços, onde se estabelecem políticas de controle da morte por meio de aparatos diversos, desde agentes diferentes. O resultado é uma política de extermínio de jovens negros, criminalizados pela sociedade e eleitos como matáveis.

Esse tipo de política emana de vários setores da sociedade, mas é no Estado que ela ecoa com maior contundência. Falamos sobre Estado e Políticas Públicas pois acreditamos que o conceito nos ajuda a entender de que modo as instituições públicas, enquanto espaços de disputas de sentidos e objetividades, são reprodutoras de racismo e de discriminação e, portanto, agem em prol de interesses hegemônicos de controle e marginalização de espaços periféricos. A formulação de projetos, políticas e ações governamentais, portanto, são alvo de disputas constantes e assimétricas.

Essas disputas ocorrem em todos os campos da vida e, nas periferias da cidade, várias manifestações se inserem com suas próprias agendas nesse campo. Utilizamos o conceito de Espaço Público para compreender de que forma o contato entre essas objetividades ganha força por meio da exposição de suas diferenças nos bairros em que promovem atividades. Na via contrária da privatização da vida e do incremento de individualismos nas periferias, é no espaço público que o fazer político ganha potência e visibilidade, atraindo, engajando e fomentando empoderamentos nas pessoas.

Essas pessoas se ressignificam, portanto, enquanto sujeitos do espaço periférico. Utilizamos o conceito de Contra-Poderes para compreender a negação condições de passividades que são impostas a elas e a sua emersão como portadoras de objetividades concretas. Pessoas que não apenas resistem às violências a que são submetidas, mas também existem como criadoras de um mundo novo, conforme visões originadas e desenvolvidas de forma endógena, de dentro para fora das periferias.

A utilização e instrumentalização destes conceitos foi essencial para responder às questões propostas e para nos aprofundarmos na compreensão de nosso objeto de pesquisa. Acreditamos, portanto, que conseguimos alcançar nosso objetivo e avançar no campo de conhecimentos sobre as manifestações sociais periféricas de

bairros de Belém. Ao longo desta pesquisa oferecemos dados, narrativas e outras informações que aprofundaram a compreensão sobre os movimentos sociais que acompanhamos, permitindo que seus sujeitos sejam compreendidos como criadores de um mundo novo a partir de seus lugares.

Compreendemos, portanto, que a partir da premissa de que a equiparação de forças e recursos com agentes violentos que exercem domínio nos territórios estudados é impossível, esses movimentos, ativismos e grupos periféricos não só resistem em seus espaços, por meio de suas identidades, mas existem e constroem novas possibilidades de luta a partir de uma multipolaridade de ações, símbolos da diferença, que representam frentes diversas e amplas de protagonismos.

Estes movimentos, grupos e indivíduos atuam de forma fragmentada, mas isso não significa que eles percam força ou potência transformadora, mas, ao contrário, através de suas demandas específicas, estratégias diferentes e com alcances próprios, é possível criar núcleos de ação que negam o papel imposto, de vítimas, criminosos ou perdas colaterais em um estado de disputa territorial entre agentes hegemônicos. A longo prazo é possível vislumbrar a possibilidade de mudanças menos pontuais e mais estruturais nestes espaços, possíveis pelo trabalho de base disperso e constante, pela luta de direitos, combate ao racismo e por condições dignas de existência e coexistência de diferenças no espaço.

Acreditamos que na periferia de Belém existem três principais agentes que se destacam quanto ao domínio e disputas de territórios. O primeiro deles é o Estado, principalmente por meio de forças de segurança, mas também através da oferta de serviços como projetos sociais, saneamento, equipamentos civis, etc. O segundo tipo são organizações criminosas envolvidos com narcotráfico, que se instalaram nesses espaços e neles exercem domínios a partir de nós de uma grande rede que se estende internacionalmente, tendo a região como espaço estratégico para sua reprodução. O terceiro são grupos armados organizados em milícias que, ao mesmo tempo que reúnem agentes do estado com aparatos e treinamento oferecidos pelas polícias, também passam a se inserir no mercado de drogas, oferecendo proteção, extorquindo e controlando operações ilícitas. Acreditamos que estes agentes, mesmo que de forma difusa, disputam cada vez menos o controle sobre territórios de Belém, mas passam a estabelecer, gradativamente, relações de cooperação com menos casos de conflitos. São, no entanto, os principais responsáveis pelo extermínio de jovens negros nas periferias da cidade.

Compreendemos que a população periférica, como um todo, sofre com o estado de disputas e controle em curso nos espaços estudados, em graus diferentes. A redução dos direitos de locomoção, de ocupação de espaços públicos, de manifestação de demandas, de acesso à equipamentos públicos, à mobilidade urbana etc. Isso tudo tem impactos assimétricos, com maior peso conforme o grau de vulnerabilidade econômica e social, em especial às minorias, atingidas pela violência de raça, de gênero, orientação sexual ou credo religioso. São, principalmente, as pessoas negras e jovens que mais sofrem com a violência urbana, sendo constantemente criminalizados e mortos sob a conviência da opinião pública.

Envolvidos em lógicas, muitas vezes, externas e impostas forçosamente aos espaços periféricos, os grupos e movimentos que se empenham em ser forças de resistências e existências possuem uma miríade de estratégias que se alinham à diversidade de seus desejos e demandas. A potência de suas ações está justamente na variedade de formas de lutar, propor e construir modelos novos nos territórios. Não existe, portanto, um objetivo ou estratégia, mas objetivos e estratégias que coexistem, mesmo que de forma não harmoniosa, no espaço, através dos indivíduos que personificam objetivos comuns ou distantes. Acreditamos que a desobediência, a comunicação, a arte, a abertura de diálogos e espaços em setores do Estado e a ocupação de espaços públicos na cidade são algumas das formas dos sujeitos se movimentarem que observamos durante nossa pesquisa, expressando desejos que se multiplicam mais rápido do que se pode acompanhar.

Chegamos à conclusão de que a potencialidade encontrada na expressão diversa de demandas, objetivos e estratégias, conformando multipolaridades de ações periféricas, faz com que os movimentos e ativismos estudados aqui alcancem resultados em diversas frentes. O primeiro deles é o reconhecimento da luta pelos seus pares, que concordam em contribuir diretamente ou indiretamente para a organização e as ações de reivindicação, desobediência ou autonomia, o que provoca multiplicação de engajamentos e empoderamento em suas bases. O resultado alcançado a partir daí varia segundo uma constelação de posturas e formas de agir, mas ele não existe enquanto algo cristalizado, ou jamais existirá. As estratégias se transformam à medida que o próprio movimento e seus integrantes passam por uma metamorfose de ação, ampliando demandas ou mudando de direção com o objetivo de ampliar suas respostas.

Os desafios encontrados se associam a isso: mesmo com a capacidade de adaptação às respostas e obstáculos encontrados, os antagonismos são poderosos e, diferente das ações populares de resistência e transformação, encontram forças na manutenção do *status quo*. Mudar algo é muito mais custoso do que o preservar, pois há de se mover estruturas a muito cristalizadas na sociedade brasileira. Une-se a isso a invisibilidade de diversas dessas pautas por conta da maior parte da população não periférica. Os desafios são numerosos e sólidos, mesmo que já conhecidos. Sua capacidade adaptativa é igualmente poderosa.

Acreditamos que, ao longo deste trabalho, pudemos nos aproximar de movimentos que, mesmo com naturezas e estratégias diferentes entre si, tem como objetivo norteador a criação de um espaço de vida nas periferias de Belém. Seja tratando do extermínio da juventude negra, seja falando sobre a marginalização de corpos e a criminalização da juventude, no final do dia todo o esforço é direcionado para o atendimento de demandas nascidas nestes lugares, para estes lugares. A criação de diversos polos de ação periféricas compreende uma miríade sem fim de objetividades, estrelas identitárias em uma constelação de diferenças que representa a realidade rica, densa e complexa desses espaços.

O fato de as pautas serem tratadas de forma fragmentada não implica fraqueza ou fragilidade frente aos antagonismos que se estabelecem, mas é a partir daí que ganham força, com exemplos concretos de conquistas e êxitos que só foram possíveis a partir da ação comunitária entre diferentes e de diversas frentes de luta e ativismo. Para se construir um mundo novo, diverso e que abrace anseios e necessidades amplas e inclusivas, devemos permitir que esse processo seja descentralizado e pautado pela convivência de diferenças. Nessa direção, a manutenção e ressignificação de espaços públicos é essencial.

Do ponto de vista acadêmico, acreditamos que esta pesquisa oferece avanços importantes no campo de conhecimentos em que nos inserimos, no que diz respeito à temática de movimentos sociais e violência urbana na cidade de Belém. Nossa perspectiva olha para casos concretos em bairros da periferia da cidade e, através do desenho de um panorama de violações à direitos e violências contra grupos específicos, encaramos os movimentos sociais não apenas como resistências, mas como manifestações de sujeitos políticos que criam existências. A experiência do Instituto Marcinho Megs Kamaradas demonstra como uma ação ampla e atenta às

necessidades de pessoas marginalizadas pode obter êxito por meio da adaptação de estratégias e da criação de redes de ação comunitária com outras iniciativas. Ao mesmo tempo o Coletivo Tela Firme desenvolve um trabalho de base amplo como um divulgador de ativismos e de iniciativas do bairro para fortalecer frentes de ação e para construir imagens sobre a periferia que não marginalizem, mas valorizem suas existências.

Ambos os movimentos tratam sobre o extermínio das juventudes negras nesses espaços, de formas diferentes, mas possuem uma coisa em comum: perceberam, em algum momento de suas trajetórias, que a luta contra a violência é, também, uma luta contra a discriminação e a marginalização, que envolve diversas outras pautas sobre processos e dispositivos de segregação e controle. Adotaram em suas estratégias, a partir daí, a sensibilidade de comporem frentes em conjunto com outras iniciativas. A prática científica pode se beneficiar bastante do reconhecimento dessas redes de ação a partir da ideia de multipolaridades, visto que cada um desses movimentos ou ativismos agrega valores e objetividades que nascem da periferia como dimensões de uma totalidade, mas são apreendidos e tematizados de forma particular, como um campo eletromagnético em que corpos de matéria orbitam em planos mais ou menos próximos ao seu centro.

Além disso, existe um caráter espacial e político nesses movimentos que se manifesta através da realização de agendas em conjunto em espaços públicos da cidade, o que oferece caminhos para pensar no papel das praças, ruas, escolas, canteiros e outros substratos lócus da manifestação de novas epistemes decorrentes do contato de diferenças e do engajamento de pessoas. É nesses espaços que se manifestam, de fato, os “de baixo”.

Como encaminhamentos possíveis, acreditamos que um programa de pesquisa que possa acompanhar a manifestação dos movimentos estudados aqui por um período maior de tempo pode analisar com maior contundência as capacidades de adaptação de estratégias e de conexão com outros ativismos, para, assim, compreender os impactos dessas relações nas reformulações e mudanças internas das organizações e nos seus espaços.

Além disso, um trabalho de cartografia social que consiga catalogar e qualificar a existência, os temas de trabalho e as objetividades de movimentos sociais e outras formas de ativismos na cidade de Belém pode oferecer um diagnóstico recortado temporalmente das questões que mobilizam as pessoas e, assim, identificar

categorias de demandas, sua incidência e proliferação em um campo multipolarizado de ações.

7 Referências Bibliográficas

ABRAMNS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHEL, Timothy. **Antropologia del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Hítalo Tiago Nogueira. **A Exceção (e) a regra: os direitos humanos entre a biopolítica e o estado de exceção em Giorgio Agamben**. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVAREZ, Wellington de Pinho. **Geografia e Violência nos aglomerados de exceção na cidade de Marituba de 2011 a 2013**. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ANGROSINO, Michael V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 15-27

APÓS morte de PM, Belém registra 14 assassinatos. UOL Notícias, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/30/apos-morte-de-pm-belem-registra-14-assassinatos.htm>. Acesso em janeiro de 2025.

ARAÚJO, Márcia Bastos. **A resistência é feminina: O protagonismo das mulheres no controle social da Política Urbana destinada às favelas cariocas a partir da experiência do Conselho Popular**. 2019. 153f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

AURÉLIO, Diogo Pires. As redes e o espaço público. In: **Mediapolis**, n. 9, 2019.
BAENA, Sílvia Cristina Pereira. **Acessos e barreiras à cidadania: as Organizações Sociais e as novas formas de gestão do espaço público nas cidades paraenses**. Orientadora: Mirleide Chaar Bahia. 2022. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2022.

BAHIA, MirleideChaar; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Urbanização e Dinâmica do Lazer em Belém, Pará. In: ALMEIDA, Oriana; FIGUEIREDO, Silvio Lima; TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. (Org.) **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012.

BATALHA, Eryck de Jesus Furtado. **Espaço Público e Movimento hip hop: Batalhas de MCs, identidade, sociabilidade e cidadania em Belém, Pará**. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BELOTTO, Adalberto Wolney da Cota. **Biopolítica, Estado de Exceção e Segurança Pública**: o papel dos direitos humanos. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Programa de pós-graduação Strictu Sensu em direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. **Pensar**, Fortaleza, v.11, p.95-99, fev. 2006.

BRABO, Fabia Maria Sepeda. **A periferia e o jornalismo policial paraense**: As construções e percepções de moradores do bairro do Guamá. 2020, 148f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em especial as entidades beneficentes de assistência social, as organizações religiosas e as organizações da sociedade civil de interesse público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: dezembro de 2024.

BRITO, Gabriel Miranda. **A polícia militar e o denominado “crime organizado” na gestão da periferia urbana**: notas acerca das experiências juvenis. 2018. 212f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

BRITO, Rosaly de Seixas. CAL, Danila Gentil Rodriguez. COSTA, Alda Cristina. Jovem de “periferia” como o outro na mídia: assimetrias e leituras dissonantes. In: **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 15, n. 9, 2016.

BRITO, Rosaly de Seixas. CUNHA, Elaide Martins. STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **A voz de grupos periféricos em Belém**: autorrepresentação, mídia e disputa de sentidos. In: Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

CADENA, Marisol de la. **INDIGENOUS COSMOPOLITICS IN THE ANDES: Conceptual Reflections beyond “Politics”**. In: *Cultural Anthropology* Vol. 25, Issue 2, pp. 334–370.

CARNEIRO, Danielle Cristina. **Valoração ambiental das árvores no espaço público urbano de Ponta Grossa – PR a partir da análise energética**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território : Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

CANO, I.; DUARTE, T. **‘No sapatinho’**: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008 – 2011). Rio de Janeiro: LAV/Fundação Heinrich Böll, 2012. 151 p

CANO, I.; IOOT, C. **Seis por meia dúzia?** Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'Milícias' no Rio de Janeiro. In: Brasil, J. G. (Ed.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

Casa Preta Amazônia. Sobre. [S. l.], [2023?]. Disponível em: <https://casapretaamazonia.org/sobre-3/>. Acesso em dezembro de 2024.

CASTELLS, Manuel. **La ciudad y las masas**. Madrid: Alianza, 1986.

CASTRO, Jetur Lima. **"Poderia ter sido você":** Autorrepresentação, dimensão sensível e intersubjetiva da violência no bairro da Terra Firme, em Belém. 2020. 178f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

_____. OLIVEIRA, Alessandra Nunes. "É nós protagonizando na tela": a experiencia local do coletivo de comunicação popular Tela Firme na periferia de Belém, Pará. In: **Revista de Política e Cultura**, n.2, v. 11, 2018.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 12, n. 22. 2017.

CHACINA completa uma semana em Belém e número de mortos chega a 28. G1 Pará, Belém, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/01/chacina-completa-uma-semana-em-belem-e-numero-de-mortos-chega-28.html>. Acesso em janeiro de 2025.

COMITRE, Felipe. **Planejamento Urbano em Sorocaba – SP:** A militarização urbana e o Estado de Exceção. 2017. 304f. Tese (Doutorado). Curso de Doutorado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares geográficos:** modos de ser e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Samara Viana. RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Adolescente vítima de homicídio: uma análise espacial e sua relação com o tráfico de drogas. In: **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

COSTA, Tiago Barreto de Andrade. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbanos de Belém/PA.** 2017. 263f. Tese (Doutorado). Curso de doutorado em Geografia, Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do narcotráfico às narcomilícias:** configurações territoriais sobrepostas na periferia de Belem. In: *Territorium*, v. 2, n. 27, 2020.

_____. **Do poder das redes às redes de poder: Necropolítica e configurações territoriais do narcotráfico na metrópole de Belém-PA.** 2018. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

_____. **Narcotráfico na Metrópole:** das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado). Curso de Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. Do narcotráfico às Narcomilícias: configuração territoriais sobrepostas nas periferias de Belém. In: **Territorium**, n. 27, v. 2, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2 ed., 2007.

CRUZ, Rafael Cordeiro. **Territorialidade Autônoma, utopia e geografia decolonial para o direito à cidade:** um ensaio sobre o carnaval de rua no Rio de Janeiro. 2017. 148f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Geografia, Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

CUNHA, Tarcísio Gontijo Cunha. **Fissurar o espaço público.** 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, 1998.

FAVARETTO, Caio Mendonça Ribeiro. **Do governo dos vivos:** Giorgio Agamben, Biopolítica e Estado de Exceção. 2016. 137f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo. **Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas:** Chacina da Região Metropolitana de Belém em Diário do Pará e O Liberal. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FERNANDES, Antonio José Martins; SOUZA, Luanna Tomaz de. A divisão territorializada da atividade policial: um perfil da atuação da Polícia Militar em Belém. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 316-335, ago./set. 2024.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e**

dahermenêutica. 2ª. Edição Revista. Coleção Biblioteca de Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GANGANA, Danton Fillipe Grossi. **O estado (liberal) de direito contra a demokratia: da liberdade-privilégio à exceção jurisdicional**. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLD, Raymond L. Roles in sociological field observations. In: **Social Forces** – V. 36, N. 3. Oxford, 1958. 217-223.

GOMES, Maria Rosângela. **As praças públicas de Natal/RN no âmbito dos problemas socioambientais urbanos**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 1998.

_____. **Cultural Studies: two paradigms**. Media, Culture and Society, Londres, v. 2, 1980.

_____. **Estudios culturales y sus legados teóricos. Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh e Víctor Vich (editores), 1ª ed., Lima - Peru, Instituto de Estudios Peruanos, 2010.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERNANDEZ, Anayetzin Rivera. **Desarrollo regional y la epistemologia de la gestión social brasileña**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado). Curso de Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

HERNANDEZ, Isa Raquel Silva Ota. **A privatização dos espaços públicos nos loteamentos fechados em Uberlândia/MG**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Favelas e Comunidades Urbanas**: Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas: Notas metodológicas n. 01. Rio de Janeiro, 2024.

LEITE, Julieta Maria de Vasconcelos. **O ciberespaço público**: a virtualização do espaço público nos projetos da cidade digital. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LEITE, Rogério. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. In: **Revista Dados**, v. 34, nº 1, 1991.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. **Reinventando o urbano**: Práticas culturais nas periferias e direito à cidade. 2017. 333f. Tese (Doutorado). Curso de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LIRA, Adriana do Socorro Campos. **Coletivo Tela Firme**: Comunicação e cidadania na periferia. 2018. 182f. Curso de mestrado em ciências da comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço Público e Periferia na Cidade Contemporânea: Entre as Necessidades e as Possibilidades. In: **Raega**, v. 37, 2016.

MACHADO, Aquilino, ANDRÉ, Isabel. Public space and urban creativity. The case of Marais, Paris. In: **Finisterra**. v. 47, 2012.

MACIEL, W. R. N. Espaço público e gestão da segurança urbana: Um estudo sociológico da célula de proteção comunitária do bairro Jangurussu. In: **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 21, n.3. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista brasileira de ciências sociais** – v. 17, n.49. 2002.

MARQUES, José Ronaldo de Oliveira. **Motivação e deliberação da religião no espaço público**. 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MARRA, Maria Lúcia Martins Pedrosa. **Violência e Transgressão na Periferia de Belém**: Sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. 2008. 195f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Ciências Sociais,

Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MARTINS, Heloisa Helena T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, São Paulo, 2004.

MATOS MAR, José. **Desborde popular y crisis del Estado**. Veinte años Después. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. In: Revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, 2016.

MELLO, Germana. Transfobia na Olýmpia: a insuficiência do “cistema” judiciário na garantia de acesso ao espaço público por corpos dissidentes. In: **Cadernos pagu**, n. 65, 2022.

MORAES, Viviane Dantas. **A Vida nua em Dalcídio Jurandir**: Metamorfoses do Estado de Exceção. 2017. 174f. Dissertação (Mestrado). Curso de doutorado em Estudos Literários, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
NETO, João Lourenço Borges. Os espaços do entre: **O Estado de Exceção de Giorgio Agamben**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Paz & Terra S.A., Rio de Janeiro: 1978.

NAVEGANTES, Aline de Souza. **O CEDENPA e a luta pela implantação das políticas de cotas étnico-raciais na Universidade Federal do Pará (UFPA)**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

NETO, Sandoval Bittencourt de Oliveira. **Sangue nos olhos**: sociologia da letalidade policial no Estado do Pará. 2020. 415f. Tese (Doutorado). Curso de doutorado em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NOVAES, Regina. **Juventude, religião e espaço público**: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. In: Religião e Sociedade. v. 32, n. 1, 2012.

OCAMPO, Angélica María. Ciudadania Juvenil, juventude y Estado: Discursos de Gobierno sobre sus significados. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, N.1, V. 9, 2011.

Oliveira, Francisco. de. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, N. 1, V. 5, 2003.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARÁ, (OAB-PA). **Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no estado do Pará**. Belém: OAB-PA, 2017.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global. In: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. 36, 2018.

PANTA, Mariana **Aparecida dos Santos. Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade**. 2018. 300f. Tese (Doutorado). Curso de doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2018.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará: relatório final**. Belém: Alepa, 2015.

PEIXOTO, Erika Gomes. **O Estado de Exceção como paradigma entre a politização da vida e a despolitização da cidadania**. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PEREIRA, Renato. **Só Na “Cabreragem”**: Medo e Representações Sociais de Jovens Homens Moradores da Periferia do Espaço Urbano de Ponta Grossa do Exercício de duas Masculinidades. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território : Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

PERES, Carolina Pereira. **Geo-grafias dos Sujeitxs**: Gênero e Ação Cultural em Nova Iguaçu. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Geografia, Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

PINTO, Pedro Israel Mota. RIBEIRO, Willame de Oliveira. Diferenciação socioespacial, violência e (in)justiça espacial na periferia urbana da Terra Firme, Belém/PA. IN: **Revista de Geografia**, v. 38, n. 3, 2021.

PORTELA, Roselene de Souza. PEREIRA, Samaria da Silva. ARAÚJO, Izabel Cristina. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará. In: **Emancipação**, n. 18, v. 2, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia dos conflitos sociais na América Latina e Caribe. Niteroi: UFF, Relatório de Pesquisa, 2005.

_____. **Geo-grafias. Movimientos Sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade**. México: Siglo XXI, 2001.

PM mata três pessoas durante churrasco em Outeiro. G1 Pará, Belém, 20 maio 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/pm-mata-tres-pessoas-durante-churrasco-em-outeiro.html>. Acesso em janeiro de 2025.

PRATES, Carlos Inácio. **Lógica da inimizade e estado de exceção**: a política brasileira sobre drogas a partir de 1988. 2019. 316f. Tese (Doutorado). Curso de doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

REYER, Ângela Marcia Bazzoni. **Da “morte social” à “morte pública”**: Midiatização da violência e o caso da jovem Senhorita Andreza, em Belém-PA. 2020. 118f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. *O Estudo da Política: Temas Selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. – 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la constitución*. Trad. Francisco Ayala. Salamanca: Alianza Editorial, 2006.

Seguridad, Justicia Y Paz. Ranking 2018: Tijuana, la ciudad más violenta del mundo; México con el mayor número de las ciudades más violentas. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/>. Acesso em: janeiro de 2025.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Fernanda Lima. GOMES, Rodrigo Portela. BRITO, Maíra de Deus. (Sobre)vivências negras: desafios da cidadania diante da violência. In: **Revista Direito e Praxis**. V. 12, N. 1, 2021.

SILVA, Lanna Paula Ramos. **Agência de notícias jovens comunicadores da Amazônia**: Práticas de comunicação alternativa em defesa da juventude negra de Belém do Pará. 2020. 171f. Dissertação (Mestrado). Curso de mestrado em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2020.

SOLER-I-MARTI, Roger; BALLESTÉ, Eduard; FEIXA, Carles. Desde la periferia: la noción de espacio Social en la ni=ovilizacón sociopolítica de la juventud. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 1. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988b. 241f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In: Mendonça Francisco *et al.* (Orgs.): **Espaço e tempo: Complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: ADEMADAN, 2009.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SQUILLACE, Laura. **Praia para quem?** Segurança e usos do espaço público na operação verão no Rio de Janeiro. 2020. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, Angelo Cezar Pinho. CASTRO, Milene de Cássia Santos de. A produção social do espaço público na cidade de Belém-PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açáí. In: **Cadernos de Geografia**, n. 42. 2020.

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos. Candomblé (s) e espaço público na Ilha de Itaparica, Bahia. In: **Religião e Sociedade**, v. 35, n. 2, 2015.

TAYLOR, Verta. WHITTIER, Nancy. E. **Collective identity in social movement communities: Lesbian feminist mobilization.** In: *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press. 1996.

TIROTEIO em bar deixa mortos em Belém. G1 Pará, Belém, 19 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/19/tiroteio-em-bar-deixa-mortos-em-belem.ghtml>. Acesso em dezembro de 2024.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997).** Belém: Paka Tatu, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto "Nós na Tela" pauta um novo olhar sobre o bairro Terra Firme e recebe prêmio internacional.** Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13830-projeto-nos-na-tela-pauta-um-novo-olhar-sobre-o-bairro-terra-firme-e-recebe-premio-internacional>. Acesso em: novembro, 2024.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto. (org.). **O Desafio da Cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Apêndice A

Roteiro de observação em campo relacionado à pesquisa: Espaço Público em tempos de exceção. Poderes e contra-poderes em periferias urbanas de Belém, PA.

Dados a serem observados em campo:

1. Características dos grupos e movimentos que expliquem a coesão de pautas e objetivos
2. Formas de violência que sofrem em seu cotidiano de ativismos
3. Espaços potencializam suas demandas e são preferidos para ações dos grupos e movimentos
4. Identificar o perfil dos grupos e movimentos mais impactados pela violência e exercício de poderes hegemônicos nos territórios
5. Diversidade de estratégias de resistência dos grupos e movimentos
6. Resultados e desafios encontrados pelos grupos em suas ações cotidianas.

Apêndice B

Roteiro de observação em campo relacionado à pesquisa: Espaço Público em tempos de exceção. Poderes e contra-poderes em periferias urbanas de Belém, PA.

Dados

- Nome:
- Idade:
- Cor/raça
- Movimento ou ativismo que compõe (caso aplicável):

Entrevista:

1. Como chegou a esse movimento/ativismo e o que motivou sua participação?
2. Quais ações o movimento/ativismo desenvolve?
3. O movimento/ativismo possui antagonistas? Se sim, quais?
4. Qual a sua leitura sobre a ação das polícias no bairro em que você mora?
5. Qual a sua leitura sobre o projeto TerPaz no bairro em que mora?
6. Você já sofreu algum tipo de violência no bairro em que mora? Se sim, qual?
7. Você circula por quais espaços no seu bairro? Você se sente à vontade nesses espaços?
8. Quais as principais limitações que você reconhece à circulação nesses espaços?
9. O seu movimento/ativismo discute temas relacionados à segurança no bairro? Se sim, como isso ocorre?
10. Quais os principais objetivos do movimento/ativismo que você faz parte?
11. A ação do seu movimento/ativismo já alcançou algum resultado que você considere importante? Se sim, quais?
12. Hoje, quais são os principais desafios encontrados pelo movimento/ativismo ao qual faz parte?